

3º Seminário de Acompanhamento/ 2016

Programa de Pós-Graduação do Instituto de
Arquitetura e Urbanismo – IAU/USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**ANAIS DO 3º SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DO IAU/USP**

SÃO CARLOS – SP – BRASIL – IAU / USP
04 A 11 DE AGOSTO DE 2016

IAU / USP
São Carlos – SP

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

S471 Seminário de Acompanhamento do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP (3. : 2016 : São
Carlos, SP)

Anais do 3º Seminário de acompanhamento do Programa de
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP [recurso
eletrônico], 04 a 11 de agosto de 2016 . -- São Carlos : IAU/USP,
2016.

233p

ISBN 978-85-66624-11-3

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. Título.

CDD 720.63

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Reitor: Prof. Tit. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Tit. Vahan Agopyan
Pró-Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Jr.
Pró-Reitor Adjunto: Prof. Dr. Marcio de Castro Silva Filho
Diretor: Prof. Assoc. Miguel Antonio Buzzar
Vice-Diretor: Prof. Assoc. Joubert Jose Lancha

Comissão de Pós-Graduação do IAU USP

Presidente: Prof.^a Assoc. Cibele Saliba Rizek
Vice-Presidente: Prof.^a Assoc. Akemi Ino

Membros:

Titular: Prof.^a Assoc. Cibele Saliba Rizek
Suplente: Profa. Dra. Lucia Zanin Shimbo

Titular: Prof.^a Assoc. Akemi Ino
Suplente: Prof. Dr. Manoel A. L. Rodrigues Alves

Titular: Prof. Assoc. Joubert José Lancha
Suplente: Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes

Titular: Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira
Suplente: Profa. Dra. Eulalia Portela Negrelos

Titular: Prof. Dr. Bruno Luís Damineli
Suplente: Prof. Dr. Javier Mazariegos Pablos

Representação Discente:

Titular: Rodolfo Jose Viana Sertori
Suplente: Rodrigo Nogueira Lima

EDITORES DESTES ANAIS

Lucas Melchiori Pereira – DOUTORANDO IAU USP

Rodrigo Nogueira Lima – DOUTORANDO IAU USP

Victor José dos Santos Baldan – DOUTORANDO IAU USP

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof.^a Assoc. Akemi Ino

Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira

Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes

Rodrigo Nogueira Lima – DOUTORANDO IAU USP

Victor José dos Santos Baldan – DOUTORANDO IAU USP

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Professores Avaliadores

Bruno Luis Daminelli

Carlos Roberto Monteiro de Andrade

Cibele Saliba Rizek

Eduvaldo Paulo Sichieri

Eulália Portela Negrelos

Fabio Lopes de Souza Santos

Francisco Sales Trajano Filho

Givaldo Luiz Medeiros

Javier Mazariegos Pablos

João Marcos de A. Lopes

Joubert Jose Lancha

Lucia Zanin Shimbo

Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Luiz Espallargas Gimenez

Manoel Rodrigues Alves

Marcel Fantin

Marcelo Tramontano

Miguel Antonio Buzzar

Paulo Cesar Castral

Paulo Fujioka

Rosana Maria Caram Franieck

Ruy Sardinha Lopes

Telma de Barros Correa

Tomás Antonio Moreira

Pós-graduandos Relatores

Aline Gouvêa Leite – DOUTORANDA IAU USP

Ana Luísa Figueiredo – MESTRANDA IAU USP

Barbara Helena Almeida Carmo – MESTRANDA IAU USP

Larissa Cardillo Acconcia Dias – MESTRANDA IAU USP

Tassia Borges de Vasconcelos – DOUTORANDA IAU USP

Rodrigo Nogueira Lima – DOUTORANDO IAU USP

Víctor José dos Santos Baldan – DOUTORANDO IAU USP

Wesley Medeiros– MESTRANDO IAU USP

Apoio

Flávia Cavalcanti Macambyra - Serviço de Pós-Graduação

Mara Aparecida Lino dos Santos - Serviço de Pós-Graduação

Os artigos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
ARQUITETURA, URBANISMO E TECNOLOGIA	10
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO TÉCNICO E ESTRUTURAL DE PAINÉIS DE VEDAÇÃO VERTICAL DESENVOLVIDOS A PARTIR DO COMPÓSITO DE POLIURETANA TERMOFIXA RECICLADA QUANDO APLICADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	11
HABITAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA - INDICADORES DE SEGREGAÇÃO URBANA E SEUS PADRÕES ESPACIAIS	19
O USO DE COBOGÓS COMO UMA SEGUNDA PELE EM EDIFÍCIOS DE ESCRITÓRIO: ANÁLISE DO DESEMPENHO LUMÍNICO DE DIFERENTES GEOMETRIAS	25
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: EFEITO DOS DESENHOS URBANOS NO CONFORTO TÉRMICO	30
TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO	34
A PRÁTICA DE DESENHO À MÃO LIVRE NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO – UM BREVE RELATO.....	35
A PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DO MORAR NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	45
ANÁLISE DA DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM TERESINA ATRAVÉS DA OBRA DO ARQUITETO ANTÔNIO LUIZ.....	50
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO POR MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS EM VIÇOSA – MG	60
ARTE, ARQUITETURA E CIDADE NOS ESPAÇOS ALTERNATIVOS (1960-1980)	71
AS DIMENSÕES DAS ARTES PARTICIPATIVAS, DO <i>DESIGN</i> E DAS APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO URBANO EM TRABALHOS DE ARTE CONTEMPORÂNEOS.....	75
CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E NOVAS ESPACIALIDADES URBANAS: PRIVATIZAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM PALMAS	89
CONSTRUINDO CONVÍVIOS: APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ATRAVÉS DO ENGAJAMENTO SOCIAL	99
DA LEITURA URBANA AO PROJETO DE EDIFÍCIO: ARQUITETO URBANISTA JORGE.....	105
DESENHOS DE RUAS: CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS E SIGNIFICADOS SOCIAIS	113
DESVAIRAMENTO E CRESCIMENTO DA PAULICEIA: TENSÕES ENTRE URBANISMO E LITERATURA NA SÃO PAULO MODERNA	126
ENTRE POLÍTICA E POBREZA: A PERSPECTIVA TERRITORIAL DA GESTÃO DA POBREZA.....	136
GLEBA PALHANO: CIDADE E MERCADORIA. A PRODUÇÃO DE UM FRAGMENTO DE LONDRINA...	144
HISTÓRIAS DA CIDADE: A MOVIMENTAÇÃO DAS ELITES SOBRE O TERRITÓRIO.	154
O EDIFÍCIO “ARTO” E A CASA “VÉIA” – DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO E CULTURA URBANA NA SÃO PAULO DE ADONIRAN BARBOSA	162

O MOVIMENTO SURREALISTA, HENRI LEFEBVRE E A INTERNACIONAL SITUACIONISTA: TEORIAS E PRÁTICAS DE UMA SUBJETIVIDADE RADICAL	167
O <i>SHOPPING CENTER</i> E OS ESPAÇOS URBANOS: NOVAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO EM PRESIDENTE PRUDENTE E RIBEIRÃO PRETO.....	174
OLHARES SOBRE UM BRASIL: PERCURSOS E TRAJETÓRIAS	182
ORNATO E FUNCIONALISMO: VICTOR DUBUGRAS E A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MAIRINQUE	188
PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PALMAS/TO.....	192
POLÍTICAS CURATORIAIS NA 27ª BIENAL INTERNACIONAL DE ARTES DE SÃO PAULO: REPERCUSSÕES E LIMITES DE UM PARADIGMA.....	200
REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES MÉDIAS PAULISTAS: A RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA E A OCUPAÇÃO DE FUNDOS DE VALE ..	208
UMA ANÁLISE GRÁFICA DA OBRA RESIDENCIAL DE JOAQUIM GUEDES	215
URBANISMO BOTTOM-UP: SOCIEDADE EM REDE E PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EMERGENTES.....	223

APRESENTAÇÃO

O Terceiro Seminário de Acompanhamento de Doutorado e Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP teve como objetivos permitir a divulgação e discussão dos temas e desenvolvimentos de pesquisa já obtidos. Os seminários de acompanhamento são, dessa perspectiva, instrumentos que permitem uma interação entre doutorandos, mestrandos e corpo docente. Nessa edição, pós-graduandos que compuseram a Comissão de Acompanhamento Científico atuaram como relatores, com contribuições importantes para a sistematização de informações, observações e discussões.

Ganha destaque o fato de que as sessões do seminário acabam por operar como momentos de discussão e orientação coletiva, trazendo novos olhares e, por vezes, outras contribuições, que permitirão enriquecer resultados empíricos e dimensões analíticas.

Em sua terceira edição, o seminário contou com onze sessões totalizando vinte e oito apresentações. Cada sessão foi composta por três professores vinculados ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP e por um relator da Comissão de Acompanhamento Científico.

Como procedimento que auxilia os alunos para as discussões mais aprofundadas no exame de qualificação, os seminários de acompanhamento se configuram como momentos em que o programa toma conhecimento e publiciza suas questões de pesquisa, algumas de suas abordagens teórico-metodológicas, assim como diretrizes que permitem o diálogo profícuo entre orientadores e estudantes.

Dessa perspectiva, a organização e implementação desses seminários vem atendendo às disposições normativas do Regulamento do PPG IAU/USP em vigor desde 04/06/2014, consolidando novas práticas de acompanhamento e avaliação discente no correr das atividades necessárias ao bom desempenho ao longo da pesquisa, das dissertações e das teses, produzidas em nosso Programa de Pós Graduação.

Prof.^a Assoc. Cibele Saliba Rizek
CPG IAU / USP

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

ARQUITETURA, URBANISMO E TECNOLOGIA

Avaliação do desempenho técnico e estrutural de painéis de vedação vertical desenvolvidos a partir do compósito de poliuretana termofixa reciclada quando aplicados na construção civil

Evaluation of the technical and structural performance vertical fence panels developed from recycled thermoset polyurethane composite in construction when applied

Victor José dos Santos Baldan

e-mail: victor.baldan@usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5714966948798458>

Javier Mazariegos Pablos

e-mail: pablos@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2146473359118521>

Palavras-chave: Desempenho técnico. Desempenho estrutural. Painéis de vedação vertical. Compósitos. Construção civil | **Keywords:** Technical performance. Structural performance. Vertical sealing panels. Composites. Civil Construction.

INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E SÍNTESE DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir da Revolução Industrial, iniciada na Europa em meados do século XVIII, pode-se observar a grande concentração populacional e a forte industrialização nas cidades. Tais fatores, impulsionando à possibilidade de sempre haver um produto mais novo e que trará ao indivíduo felicidade e bem-estar, itens fortemente estimulados por sua propaganda, causaram mudanças no padrão de consumo da sociedade.

Este padrão de consumo, apesar de trazer facilidade e conforto à vida diária, na atual sociedade, é inadequado porque revela despreocupação com a sustentabilidade, e se arrasta ao longo de diversas décadas, levando a um aumento na geração de resíduos sólidos, o que, por sua vez, acarreta problemas ambientais, além de desperdício de recursos financeiros.

Diante do contexto em que os atos de consumir e descartar ocorrem de forma rápida e sucessiva, pode-se destacar que nos dias atuais vivemos na chamada “era dos plásticos” – ou dos polímeros, como também é conhecida – já que, pela possibilidade destes materiais serem produzidos em alta escala industrial e apresentarem baixo custo de produção, facilita-se a sua aquisição por todas as classes sociais, o que faz com que seja difícil imaginarmos nosso cotidiano sem as embalagens, roupas, móveis, entre outros itens, que nos proporcionam comodidade e conforto.

O atual conceito de polímeros surgiu por volta de 1930, definido como macromoléculas obtidas a partir de associações de pequenas moléculas, os monômeros, unidas umas às outras por ligações covalentes resultantes de muitas reações de adição ou condensação consecutivas. Os monômeros ligam-se repentinamente formando cadeias longas, formando assim, os polímeros, que por sua vez, podem ser classificados em termoplásticos e termofixos.

Os polímeros termoplásticos podem ser amolecidos ou liquefeitos por aquecimento e endurecidos por resfriamento repetidamente sem perderem suas propriedades, ou seja, sofrendo apenas alterações físicas reversíveis. Tal característica é muito interessante para a indústria devido às diversas possibilidades de moldagem que oferecem, assim como a possibilidade de sua reciclagem. Alguns exemplos de polímeros termoplásticos são o polietileno, o poliestireno, o policloreto de vinila (PVC) e o náilon (ANDRADE, 2007).

Ainda, de acordo com o mesmo autor, polímeros termofixos ou termorrígidos “são materiais que amolecem e fluem quando submetidos a uma dada temperatura e pressão, adquirindo a forma do molde com a formação de ligações cruzadas entre as cadeias e com subsequente solidificação. Novas aplicações de temperatura e pressão não exercem influência no material, tornando os materiais infusíveis, insolúveis e não recicláveis”. Os principais exemplos de polímeros termofixos são as resinas fenólicas, o epóxi e o poliuretano, que é a matéria-prima do resíduo industrial que será utilizado como agregado reciclado para formação dos painéis poliméricos nesta pesquisa.

Dentre os polímeros termofixos, a poliuretana merece destaque por apresentar várias características técnicas, como leveza, resistência à abrasão e flexão e facilidade de tingir, podendo ser amplamente utilizada na confecção de solados para calçados, carpetes, utensílios domésticos, preservativos, pneus, espumas para colchões, mobiliários, assentos para automóveis, resinas, próteses médicas, brinquedos, entre outros, o que possibilita a sua aplicação em alta escala industrial, fazendo com que, o padrão de consumo estipulado seja cada vez mais difundido, causando assim, a enorme geração de resíduos (SILVA, 2003).

À vista disso se estabelece como atitude fundamentalmente responsável, por parte do ser humano, a necessidade de reutilizar ou reciclar os rejeitos e os resíduos por ele gerados, a fim de se recuperarem matéria e energia, diminuindo a utilização de recursos naturais, causando menor degradação ao meio ambiente e melhorando, de modo geral, as condições da vida em comunidade. Para tanto, a reciclagem de resíduos apresenta-se como uma alternativa viável para minimizar o impacto causado por sua disposição inadequada.

De acordo com Casanova (2008), os resíduos podem ser utilizados satisfatoriamente para substituir materiais nobres e caros, economizar energia e salvaguardar o meio

ambiente. Um dos objetivos da confecção de compósitos, em especial os poliméricos, é o de incorporar resíduos oriundos de atividades industriais e de materiais plásticos descartados, ressaltando a sua importância tecnológica.

O desenvolvimento de compósitos possibilitou a produção de materiais de baixa densidade e elevada resistência, fato que revolucionou principalmente as indústrias aeronáutica e automobilística, tornando possível a substituição de elementos pesados por outros mais leves e resistentes.

Aliado a isso, na última década foi possível verificar que a busca por materiais ecologicamente corretos e que apresentam excelente desempenho no ambiente construído, tem crescido em todos os setores, impulsionando inclusive, o desenvolvimento de pesquisas.

Ainda, cabe destacar, que a utilização de resinas vegetais e de materiais de reforço, como fibras naturais, aliada a introdução de resíduos, na elaboração de compósitos, tem sido muito aplicada devido ao fato de apresentarem baixo custo e facilidade de moldagem das peças (SANCHEZ, 2010).

A resina vegetal de mamona torna-se atrativa pelo fato de possuir características químicas quando comparadas aos demais óleos vegetais, tornando capaz de ser utilizado na fabricação de produtos como biodiesel, plásticos, resinas, lubrificantes e com destaque de aplicação área médica, com os biopolímeros, o que causou uma revolução na produção de órgãos artificiais (próteses) do corpo humano.

Os compósitos poliméricos – que são compósitos com matriz constituída por algum tipo de polímero e reforço de fibras sintéticas ou naturais - com aplicação em diversos setores e com destaque na construção civil, por apresentarem principalmente características como baixo custo de fabricação e boas propriedades específicas, atendem às expectativas dos usuários quanto ao desempenho destes materiais no ambiente construído, tendo, assim, grande potencial para substituir materiais amplamente utilizados neste setor (PINTO, 2002).

Rosa e Guedes (2003) afirmam que dentre os setores que utilizam os polímeros como matéria prima, a construção civil detém o segundo maior mercado, perdendo apenas para o setor de embalagens. A eficiência dos polímeros torna possível a substituição de elementos como a madeira, o gesso e, em alguns casos, até o concreto, na execução das obras, fato que torna atrativa a elaboração e o desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos compósitos poliméricos aplicados na construção civil.

Baldan (2014) em sua dissertação, comparou o desempenho do compósito polimérico constituído a partir do resíduo de poliuretano oriundo de atividades industriais, da resina vegetal de mamona que foi sintetizada no Laboratório de Química Analítica e Tec-

nologia de Polímeros (GQATP – USP São Carlos) do Instituto de Química de São Carlos (IQSC-USP) e por fibras de vidro, com materiais amplamente utilizados na construção civil. Com base em ensaios realizados, foi possível concluir que este material por apresentar excelentes resultados quanto ao seu desempenho térmico e acústico, pode ser amplamente indicado para utilização na construção civil.

Por outro lado, o comportamento dos materiais de construção civil está, há muitos anos, associado ao seu desempenho no ambiente construído, na expectativa de atender aos usuários das edificações ao longo de uma determinada vida útil.

Impulsionado por isso, após anos de revisão e debates, entra em vigor a Norma de Desempenho (NBR 15.575/2013 - Edificações Habitacionais - Desempenho), publicada em fevereiro de 2013 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O texto institui nível de desempenho mínimo ao longo de uma vida útil para os elementos principais (como estrutura, vedações, instalações elétricas e hidrossanitárias, pisos, fachada e cobertura) de toda e qualquer edificação habitacional.

Dessa forma, esta pesquisa, que é continuação do trabalho de Mestrado de Baldan (2014), pretende desenvolver painéis a partir do compósito polimérico constituído pela adição do agregado reciclado oriundo do resíduo industrial de poliuretano à resina vegetal de mamona e à fibra vegetal do sisal, e analisar, por meio da NBR 15.575/2013, seu desempenho quando aplicado na construção civil.

HIPÓTESE E OBJETIVOS

Hipótese

Os painéis de vedação vertical, desenvolvidos a partir do compósito constituído pelo resíduo industrial de poliuretano reciclado, pela resina vegetal de mamona e pela fibra de sisal, apresenta desempenho técnico e estrutural satisfatórios para o seu emprego na construção civil.

Objetivo geral

O principal objetivo desta pesquisa é verificar os desempenhos técnico e estrutural de painéis de vedação vertical confeccionados a partir do compósito desenvolvido a partir do resíduo industrial de poliuretano, da resina vegetal de mamona e de fibras de sisal, quando aplicados na construção civil.

Objetivos específicos

- Confeccionar painéis a partir do compósito constituído por resíduo industrial de poliuretano reciclado, resina vegetal de mamona e fibras de sisal;

- Realizar ensaios técnicos para avaliar o painel de vedação vertical a ser estudado, no que se refere à sua resistência mecânica e ao seu comportamento quando submetido às principais ações sofridas por um painel de vedação vertical;

- Construir uma célula-teste a partir da aplicação do sistema Steel Frame para avaliar o desempenho técnico e estrutural do painel de vedação vertical proposto, quando submetido a situações reais de exposição.

METODOLOGIA

Pesquisa e Revisão Bibliográfica

Para consolidar os conhecimentos relativos ao tema da presente pesquisa, serão estudados e discutidos os trabalhos mais importantes sobre o assunto. O levantamento bibliográfico será focalizado em três eixos principais: 1) Sustentabilidade na arquitetura e construção civil. 2) Desenvolvimento de novos materiais e sua aplicação na construção civil. 3) Desenvolvimento de compósitos poliméricos. 4) Desempenho de materiais no ambiente construído. Os materiais disponíveis referentes à revisão bibliográfica compreenderão: livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, artigos técnicos, consultas em bibliotecas de universidades (USP, UNESP, UFSCar e UNICAMP) e informações disponíveis em redes de informação por computador.

Confecção dos painéis

Os painéis que serão utilizados nesta pesquisa de Doutorado, deverão ser confeccionados com base na dissertação de BALDAN (2014). Entretanto, os painéis poliméricos que serão confeccionados para esta pesquisa, utilizarão a fibra de sisal como reforço estrutural.

Em função do presente trabalho de Doutorado estar em fase de patenteamento, não serão exibidas fotos dos painéis desenvolvidos a partir do resíduo industrial de poliuretano reciclado, da resina vegetal de mamona e das fibras de sisal.

1.1 Avaliação em laboratório da resistência mecânica dos painéis confeccionados

Os painéis confeccionados serão avaliados em laboratório através dos ensaios de resistência mecânica (tração, flexão e compressão simples).

3.4 Montagem das células-teste

Para a realização dos ensaios de desempenho térmico será construída uma célula-teste nas dimensões das já existentes no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São

Carlos – SP. Para a construção destas células-teste, será empregado o sistema construtivo steel frame.

3.5 Avaliação do desempenho técnico, estrutural e termoacústico dos painéis instalados na célula-teste

Já instalados na célula-teste, os painéis serão avaliados por meio dos ensaios de estabilidade e resistência estrutural, deslocamentos e fissuração, impacto de corpo mole, impacto de corpo duro, estanqueidade, condutividade térmica (térmica) e Type Machine (acústica)

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Visando o bom andamento da pesquisa, bem como a obtenção de resultados positivos, as atividades a serem realizadas foram relacionadas e ordenadas de forma cronológica. O período previsto para a realização desse projeto de pesquisa é de 48 meses, com início previsto para Março de 2015, conforme o proposto a seguir:

ANO	2015		2016		2017		2018	
	1	2	1	2	1	2	1	2
1) Cumprimento de créditos								
2) Revisão Bibliográfica								
3) Confeção dos painéis								
4) Avaliação em laboratório da resistência mecânica e dos painéis confeccionados								
5) Qualificação								
6) Construção da célula-teste								
7) Avaliação do desempenho técnico, estrutural e termoacústico dos painéis instalados na célula-teste								
8) Análise dos resultados, conclusões e redação final								
9) Defesa da tese de doutorado								

FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

O compósito em estudo deverá ser submetido, por meio dos ensaios citados anteriormente, às diversas situações em que poderá ter aplicação na construção civil, tornando possível, a avaliação de seu desempenho de acordo com a Norma NBR 15575 / 2013, tendo como produto a tese final de doutorado.

Os resultados obtidos através dos ensaios realizados, deverão ser reunidos em tabelas e quadros e tratados de forma a permitir correlações e discussões acerca do comportamento do material estudado. Além disso, as observações efetuadas durante os processos de ensaios serão registradas em anotações e fotografias de forma a auxiliar nas interpretações dos resultados obtidos.

RESULTADOS ESPERADOS E RECURSOS DISPONÍVEIS

6.1 Resultados esperados

Espera-se que os resultados desta pesquisa de Doutorado, proporcionem o melhor entendimento sobre o comportamento do material estudado e seu desempenho quando aplicado no ambiente construído.

Quando comparados com materiais amplamente aplicados na construção civil, o compósito desenvolvido por BALDAN (2014) apresenta excelentes resultados, indicando várias possibilidades de aplicação na construção civil, envolvendo pisos, cobertura e vedação, o que pode contribuir para a melhoria do desempenho habitacional.

Portanto, esta pesquisa de Doutorado tem potencial para o impulsionar o desenvolvimento de novos materiais, a partir da substituição da fibra de vidro por fibras naturais e a subsequente avaliação de seu desempenho, tornando possível aplicação na construção civil.

Ao final da pesquisa, deverão ser encontrados e analisados os valores dos ensaios característicos de desempenho técnico e estrutural, a fim de determinar a viabilidade de confecção dos painéis propostos e de sua aplicação na construção civil.

6.2 Recursos disponíveis

Para o desenvolvimento do presente projeto de pesquisa, pretende-se utilizar a Biblioteca Central da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP, a Biblioteca do Instituto de Química de São Carlos – IQSC/USP, bem como, os Laboratórios de Construção Civil (LCC) e de Conforto Ambiental do Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP, de Madeiras e Estruturas de Madeiras do Departamento de Estruturas (SET/EESC), de Resíduos Sólidos do Departamento de Hidráulica e Saneamento, de Geossintéticos do

Departamento de Geotecnia – EESC/USP, de Análises do Instituto de Química de São Carlos – IQSC/USP, de Polímeros do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de São Carlos (DEMa / UFSCar) e de Conforto Ambiental da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas (LACAF/FEC/UNICAMP).

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, J.J.O. Materiais de construção civil e princípios da ciência e engenharia de materiais. Capítulo 38. In: IBRACON, São Paulo, 2007.

“ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT; NBR 10004: Resíduos Sólidos - Classificação”. 2004.

_____ NBR 10005: “Procedimento para Obtenção de Extrato Lixiviado de Resíduos Sólidos”. 2004.

_____ NBR 10006: “Procedimento para Obtenção de Extrato Solubilizado de Resíduos Sólidos”. 2004.

_____ NBR 10007: “Amostragem de Resíduos Sólidos”. 2004.

_____ NBR 15220: “Desempenho térmico de edificações”. 2005.

_____ NBR 15575: Edificações Habitacionais – Desempenho”. 2013.

BALDAN, V.J.S. Estudo para o desenvolvimento de compósitos poliméricos e sua aplicação na construção civil. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.

Habitação e segregação urbana - Indicadores de segregação urbana e seus padrões espaciais

Housing and urban segregation – Urban segregation indexes and its spatial patterns

José Fabrício Ferreira

e-mail: jose.fabricio.ferreira@gmail.com
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1760837109572662>

João Marcos de Almeida Lopes

e-mail: jmalopes@sc.usp.br
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9454329212153701>

Palavras-chave: segregação, habitação, indicadores urbanos, desigualdades urbanas, padrões espaciais. **Keywords:** segregation, housing, urban indexes, urban inequalities, spatial patterns.

LINHAS GERAIS DA PESQUISA

Esta tese busca criar um instrumental matemático inovador para planejamento urbano, dando aplicação a uma grande massa de dados censitários disponibilizados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2010), para que seja extensível a todo o território brasileiro. Neste instrumental, a componente visual e cartográfica é inseparável da componente matemática. Nos propomos a criar um indicador crítico, que considere as discricionariedades por parte do estudioso da segregação em sua subjetividade.

Delimitamos uma segregação residencial capitalista, na medida em que processos de separação de indivíduos do restante do coletivo preexistem desde épocas remotas. O capitalismo dá outros sentidos a estes motores de exclusão pré-capitalistas, inclusive aos preconceitos, que a atual cidade capitalista brasileira incorporou. Outra razão para delimitarmos este fenômeno ao âmbito capitalista é porque ele é essencialmente contraditório. Pois as periferias constituem-se em importantes fronteiras de expansão do capital, não apenas no âmbito da moradia, mas incorporando outras necessidades humanas como a saúde, a alimentação, a segurança, o lazer, dentre tantos outros. Consideramos o Estado como o maior gestor destes processos de expansão e acumulação do capital e a periferia é um dispositivo para se alcançar o sucesso e a permanência desses processos de acumulação. No momento atual caracterizado pela hegemonia do neoliberalismo como razão, Estado e mercado são instituições que se encontram totalmente indistintas. A contradição se move pelas ideologias, na medida em que prevalece o panorama de fundo

do senso comum da periferia como o *locus* do crime. Criminaliza-se o lugar e todas as pessoas que nele vivem. Grandes somas de verbas são destinadas a criar e manter um Estado opressor e militarizado em um contexto marcado essencialmente pela violência e o medo. A vivência da segregação socioespacial da moradia em nossas cidades é uma experiência subjetiva, cotidiana e mediada pelo corpo. Partimos de nossa conceituação da segregação como percepção de igualdades ou diferenças; nossa metodologia estatística procura refletir isto, através da exploração do tema das distâncias estatísticas. Ao propormos uma classificação de setores e um agrupamento por semelhança, operaremos uma ação altamente problematizável que é definir o que chamamos “nódulos”, ou seja, regiões que possuam sentido no espaço estatístico que criamos. A definição destes nódulos nos permite modular uma taxonomia das diferentes configurações morfológicas e demográficas contidas em nossos dados. Esta classificação nos permite fazer análises transversais entre distintas cidades brasileiras. Acreditamos que nossa ferramenta possui um razoável alcance de aplicações para a leitura e interpretação de contextos urbano-rurais brasileiros.

Sob o aspecto teórico, em linhas gerais o projeto supera a dicotomia de abordagens quantitativas e qualitativas no estudo do problema complexo e multidimensional da segregação, relativiza as contribuições teóricas de ramos antagônicos da dimensão socioeconômica da ciência urbana, o que temos chamado camadas teóricas, em função de nosso enfoque sobre a nova subjetividade do homem contemporâneo, pautada pela razão neoliberal.

OBJETIVO GERAL:

Propor um classificador estatístico e cartográfico extensivo com base em dados censitários para leitura e interpretação da estrutura urbana pela perspectiva da segregação habitacional, assinalando as subjetividades por parte do pesquisador.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PRINCIPAIS:

- Promover revisão bibliográfica acerca da conceituação e dos motores da segregação espacial habitacional;
- Quantificar a segregação urbana e relacioná-la às condições habitacionais por meio do cálculo de uma determinada distância estatística com base em variáveis censitárias representativas desta segregação;
- Calcular a distância estatística proposta;
- Analisar a configuração das distâncias calculadas com base na visão de grafos;

- Classificar os setores e agrupá-los por semelhança, aplicando análise de conglomerados; Identificar regiões de interesse no espaço estatístico (“nódulos”); Definir nódulos e sua região de influência;
- Mapear os agrupamentos formados;
- Estudar os padrões espaciais de segregação observados;
- Avaliar a congruência deste instrumental estatístico e cartográfico frente aos referenciais teóricos e às evidências da bibliografia fundamental;
- Analisar e refletir quanto às possíveis congruências entre variáveis não censitárias, tais como topografia, barreiras urbanas naturais aspectos do padrão urbanístico e construtivo instalado e dados efetivos de segregação urbana, aferidos a partir da metodologia proposta;
- Avaliar e criticar o alcance e a finalidade do instrumental proposto.

RESULTADOS PARCIAIS

Houve um primeiro ensaio empírico composto por duas rodadas de cálculo, onde na primeira se efetuou um recorte do nordeste paulista, e na segunda se incorporou o Distrito Federal e seus municípios satélites. Em ambas rodadas de cálculo procuramos observar as propriedades do cálculo proposto. Construímos inicialmente nosso espaço estatístico de 30 coordenadas, que correspondem às variáveis censitárias referentes a três temas diversos: infraestruturas, características dos moradores e características de domicílios. Nestas rodadas de cálculo, temos fundido todos estes temas em uma única distância, o que ainda assim tem se mostrado um método robusto para expor sutilezas de variação das características dos recortes espaciais abordados. Certamente estas distâncias serão melhor compreendidas quando forem decompostas nos três modelos aos quais nos referiremos posteriormente. A principal motivação da segunda rodada de cálculo foi trabalhar com a ideia de “coleções”, como vínhamos pretendendo após o término da primeira rodada. Nosso intuito nesta segunda rodada foi confrontar este contexto do nordeste paulista com outros contextos regionais brasileiros, na expectativa de aplicar nosso indicador, conhecer melhor suas propriedades, mas sobretudo tentar esboçar uma taxonomia de contextos urbanos e rurais para fins de comparação e análises transversais entre cidades distintas. Esta espécie de catalogação empírica é uma forma de nos aproximarmos dos “nódulos”, estas regiões do espaço estatístico que façam sentido para a análise, ou seja, regiões em nosso espaço estatístico característicos de “riqueza e pobreza”, em termos muito gerais.

Por enquanto, temos trabalhado nos posicionando em determinados setores mais paradigmáticos para verificar o quanto os demais setores do universo se aproximam ou se

separam deles. Por isso, escolhemos discricionariamente duas posições, que representam hipoteticamente dois polos opostos: no polo mais pobre, escolhemos um dos “bolsões de pobreza” típicos são-carlenses, que é o final do bairro Antenor Garcia. Pelo polo mais rico, escolhemos um setor da Península dos Ministros, no Lago Sul do DF. Então nos mapas constam nas legendas a “Escala Lago Sul”, representando este gradiente dos mais abastados e a “Escala Antenor”, para o gradiente mais pobre.

Uma das propriedades de nosso indicador é que a configuração dos setores no espaço estatístico se rebate no plano cartográfico na forma de gradientes bastante coerentes com a observação empírica. Estes gradientes possuem uma espécie de núcleo, normalmente setores fortemente excêntricos, e em torno destes núcleos os gradientes se dissolvem, tendendo às médias para novamente se formarem novamente em torno de uma excentricidade relativamente oposta ou similar. Estes núcleos obviamente nos interessam, porém nos interessam mais as bordas dos gradientes: são nestas regiões de transição onde as manchas cartográficas dos gradientes se expandem e se contraem, que acreditamos encontrar os processos vivos de transformação da cidade. Nossa hipótese é que nestas regiões de transição encontremos processos diversos tais como gentrificação, migrações habitacionais de estratos populacionais, conflitos, contradições, disjunções dentre tantos outros fenômenos que afetem a estrutura habitacional, ou seja, o movimento de variáveis que não sejam catalogadas no censo 2010.

Ainda como um dos principais resultados, mencionamos o trabalho de leitura da estrutura residencial básica do Distrito Federal, frente ao atual processo de vendas de terras urbanas públicas pela Terracap, leiloados no Edital 07/2015, maciçamente localizados em Samambaia e Ceilândia. Nos propusemos a uma leitura preliminar, porém bastante útil porque ilustra exemplos dos produtos finais da tese, em termos de apresentação gráfica e aplicação dos indicadores.

ENCAMINHAMENTOS E DIREÇÕES DE APRIMORAMENTO DA ANÁLISE.

Temos nos referido ao nosso instrumental às vezes na forma singular, outras na forma plural. Isto reflete o presente momento da pesquisa, no qual vivenciamos sua decomposição em “sub-indicadores” que não terão todo seu potencial de sentido se forem analisados isoladamente. A ideia de disposição tridimensional das distâncias estatísticas é coerente com todas estas concepções teóricas abordadas. Pretendemos cobrir pelo menos três dimensões de temas:

- a) as características relacionadas ao espaço no que tange aos seus estoques habitacionais e infraestruturas;
- b) as condições socioeconômicas dos moradores e
- c) o quanto certos grupos socioeconômicos desfavorecidos (mulheres, não-brancos, baixa renda, idosos e crianças) acessam e usufruem estas infraestruturas públicas urbanas.

Com esta decomposição, esperamos observar quais as relações possíveis entre os setores de baixa renda com as composições de estratos étnicos, bem como grupos etários vulneráveis; Algumas questões poderão ser melhor compreendidas, como por exemplo: a relação com as variáveis extracensitárias, tais como condições topográficas e morfológicas (traçado viário, altitude, barreiras urbanas); se o acesso das minorias é covariante às incidências de estratos étnicos; Nas grandes malhas, as condições de educação e renda são piores?; dentre outras questões. Um estudo utilizando análise de fatores pode auxiliar numa maior exploração dos dados. Há caminhos a se aprofundar na teoria dos grafos, a título de investigação; tópicos relativamente recentes como a análise espectral de grafos e modelos de segregação em grafos. Uma eventual possibilidade para futuros projetos é aprofundar a investigação matemática associando as distâncias euclidianas calculadas às distâncias cartográficas entre os setores. Há experiências suficientes que comprovam a robustez da metodologia proposta. Em consequência de todo este avanço, nossas expectativas de aplicações e nossas justificativas também se ampliaram bastante.

A presente pesquisa é desenvolvida em tempo parcial. O autor exerce simultaneamente sua atividade profissional como arquiteto da Prefeitura Municipal de São Carlos e professor do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNICEP São Carlos. Não houve até então financiamento através de bolsa ou outra modalidade de auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEITOSA, Flávia da Fonseca. Índices espaciais para mensurar a segregação residencial: o caso de São José dos Campos (SP). Dissertação de Mestrado. orientada pelos Drs. Gilberto Câmara e Antônio Miguel Vieira Monteiro. Curso de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, INPE, São José dos Campos, 2005.

FERREIRA, José Fabrício. Proposta de tratamento da variável localização em modelos inferenciais de avaliação imobiliária para municípios médios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana do Departamento de Engenharia Civil. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2007.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 26 ed. MACHADO, Roberto (Org.). São Paulo, Graal, 2013.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 2010.

KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2ª ed. São Paulo, SP, Studio Nobel, 2001.

O uso de cobogós como uma segunda pele em edifícios de escritório: análise do desempenho lumínico de diferentes geometrias

The use of “cobogós” as a second skin in office building: analysis of luminal performance of different geometries

Ana Carolina Aquareli Cordeiro

e-mail: ane_cordeiro@hotmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4049247759348220>

Rosana Maria Caram

e-mail: rcaram@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9449778418223202>

Palavras-chave: cobogó; iluminação natural; desempenho lumínico; níveis de iluminância e uniformidade. | **Keywords:** Cobogó; natural lighting; luminal performance; levels of illuminance and uniformity.

Edifícios ao redor do mundo requerem uma grande quantidade de energia para refrigeração, aquecimento e iluminação (YANG; NAM, 2010). Um edifício bem projetado requer a integração de muitos fatores, tais como: orientação, dispositivos de sombreamento e a forma da edificação, para reduzir o consumo de energia utilizada (FREEWAN, 2014). O aproveitamento e a qualidade da luz natural que incidem em ambientes internos são fundamentais, principalmente se as atividades visuais como a leitura e a escrita são desenvolvidas nesses locais. Diante disso, a utilização da luz natural é um importante recurso para promover o bem-estar e a qualidade ambiental, tendo um impacto cada vez mais relevante na redução do consumo de energia elétrica.

Com o avanço tecnológico, grandes janelas e fachadas altamente envidraçadas foram utilizadas em novos edifícios, permitindo a passagem de luz durante o dia e o contato visual com o ambiente externo (FREEWAN, 2014). Entretanto, essa quantidade de luz vem acompanhada de calor, aumentando significativamente a temperatura do ambiente interno, especialmente nos climas quentes do verão (ALUCCI, 2006). Isso afeta negativamente o conforto térmico, de modo que é necessário a utilização de sistemas de refrigeração com o intuito de amenizar o calor gerado. (FREEWAN, 2014).

Em relação aos edifícios de escritórios, estes apresentam cargas térmicas internas elevadas, as quais dificultam a obtenção de conforto em um determinado dia de clima

quente. A arquitetura dos modelos destes edifícios ainda é projetada e construída baseando-se no padrão comercial internacional, com o uso de fachadas envidraçadas. Dessa forma, a carga térmica interna, o clima externo, o projeto arquitetônico e as condições aceitáveis de conforto térmico são alguns dos principais parâmetros que influenciam no desempenho térmico e na eficiência energética dos edifícios de escritórios (MARCONDES 2010).

Neste contexto, como solução para a obtenção de um possível controle de conforto ambiental, se inserem os cobogós, que são componentes arquitetônicos de grande potencial plástico e funcional, além de permitirem a filtração da luz solar e a ventilação nos ambientes.

O uso de cobogós retornou devido à influência do movimento da sustentabilidade na arquitetura e à necessidade dos arquitetos de criarem ambientes ecologicamente corretos, pois estes elementos permitem a circulação do ar, quebrando o excesso de luminosidade no ambiente e configurando-se como uma solução inteligente para utilizar os recursos naturais. Além disso, são também componentes lúdicos e versáteis em sua aplicação, proporcionando, inclusive, efeitos de luz e sombra, tanto em ambientes internos quanto em fachadas e muros ou áreas de transição.

Dessa forma, a presente pesquisa estudará o desempenho lumínico de diferentes geometrias de cobogós em ambientes de escritórios, analisando de forma qualitativa e quantitativa a luz natural refletida nestes espaços.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar o desempenho lumínico de diferentes geometrias de cobogós utilizados como uma segunda pele em edifícios de escritórios, com o propósito de: 1) estudar as características geométricas e o conforto lumínico de quatro diferentes configurações de cobogós; 2) Avaliar o desempenho lumínico dos cobogós, de acordo com o nível de iluminância e a uniformidade da luz, em função de quatro latitudes abrangentes em todo o território brasileiro (0°, -10°, -20° e -30°); 3) Modelar o ambiente a ser avaliado por meio de simulação computacional, *DIALux*, visando a renderização dos ambientes e a análise do nível de iluminância e da uniformidade da luz.

MÉTODO E ESTRATÉGIA GERAL DE PESQUISA

A metodologia deste trabalho consiste em simulação computacional de iluminação natural, utilizando como ferramenta, o programa *Dialux*. Esse programa foi selecionado em função de possuir uma interface amigável, renderização de um ambiente e facilidade de uso.

Após a revisão bibliográfica, que possibilitou o entendimento geral sobre o tema, para atingir os objetivos dessa pesquisa, utilizou-se uma metodologia dividida em 3 etapas principais a seguir:

Primeira etapa - Etapa de preparação, os quais serão definidos os parâmetros a serem analisados como a definição das latitudes, dos modelos geométricos das salas, da orientação da abertura, dos materiais empregados, a definição dos cobogós e os períodos do dia simulados.

Segunda etapa - Simulação computacional de iluminação natural, utilizando como ferramenta, o programa *Dialux*.

Terceira etapa - Após as duas primeiras etapas, serão avaliados o nível de iluminância e a uniformidade da luz.

Nesta pesquisa foram selecionadas quatro latitudes que abrange a maior parte do território brasileiro (0°, -10°, -20° e -30°), de forma a verificar a influência da latitude e o comportamento da luz natural, pretendendo-se destacar também a proteção das aberturas, por meio dos cobogós, da incidência de radiação solar direta, mesmo quando há indícios de que não há necessidade.

Como estudo de caso foi proposto dois ambientes típicos de escritórios com o formato retangular, com as seguintes dimensões: 4,00m X 8,00m (S1) e 8,00m X 4,00m (S2), sendo ambas, com o pé direito de 3,00m, resultando numa área cúbica de 96 m³. Essas salas serão simuladas com as aberturas orientadas para o Norte e para o Oeste.

Quanto aos desenhos dos cobogós, escolheu-se dois modelos de cobogós do Parque Guinle, de Lúcio Costa (projeto de 1948) e mais duas geometrias retiradas do catálogo Manufatti (projeto de 2014). Esses modelos geométricos dos cobogós também serão comparados com um vidro incolor, que serão avaliados quanto ao seu desempenho lumínico em fachadas de escritórios, a partir da simulação computacional.

RESULTADOS

Como resultado da simulação do *Dialux*, o programa calcula o nível de iluminância no plano de trabalho, a uniformidade da luz no espaço, e além disso, mostra também uma representação em 3D do local, calculado. A avaliação das iluminâncias será realizada utilizando as indicações estabelecidas pela norma NBR ISO/8998-1 (ABNT, 2013), que especifica os requisitos aquedados de iluminação para locais de trabalho, sendo um valor

recomendado de 500 lux para escritórios. Em conjunto será analisado o conceito UDI (useful daylight illuminance), o qual especifica quatro faixas de iluminação, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Faixas de iluminância (UDI)

INSUFICIENTE	EFICIENTE	DESEJÁVEL	EXCESSIVA
<100 lux	Entre 100 e 500 lux	Entre 500 e 2000 lux	>2000 lux

Fonte: NABIL; MARDALJEVIC (2006)

Para análise da uniformidade (Emín/Eméd), utilizou-se como referência, a norma NBR ISO/CIE 8995-1 (ABNT, 2013), com o objetivo de análise comparativa entre os dispositivos de sombreamento. O valor indicado pela norma é que não deve ser menor que 0,7.

A análise dos resultados será feita avaliando o desempenho lumínico, por meio de discussão e comparação dos dados obtidos pelas simulações, utilizando os quatro modelos de cobogós, juntamente com o vidro incolor. Esses resultados podem atuar como complemento para uma avaliação crítica e com maior precisão, pretendendo-se mostrar em quais situações os elementos vazados podem melhorar o desempenho da iluminação natural no ambiente, otimizando a distribuição da luz natural e mantendo a iluminância em níveis aceitáveis pela norma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/CIE 8995-1**: iluminação de ambientes de trabalho. Rio de Janeiro, 2013. Parte 1: interior.

FREEWAN, A. A. Y. Impact of external shading devices on thermal and daylighting performance of offices in hot climate regions. **Solar Energy**, v.102, p. 14-30, 2014.

MANUFATTI Revestimento. **Cobogos**. 2014. Disponível em: <<http://www.manufatti.com.br/cobogos>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MARCONDES, M. P. **Soluções projetuais de fachadas para edifícios de escritórios com ventilação natural em São Paulo**. 2010. 244f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NABIL, A; MARDALJEVIC, J. Useful Daylight Illuminances: a replacement for daylight factors. **Energy and Buildings**, v. 38, n. 7, p. 905–913, maio. 2006.

YANG, I.-H., NAM, E.-J., Economic analysis of the daylight-linked lighting control system in office buildings. **Solar. Energy**, v. 84, p. 1513–1525, 2010.

Urbanismo Bioclimático: Efeito dos desenhos Urbanos no Conforto Térmico

Bioclimatic Urbanism: Effect of urban design in thermal comfort

Ariela Barbosa

e-mail: arq.arielabarbosa@hotmail.com

CV Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4252827H6>

Rosana Maria Caram

e-mail: rcaram@sc.usp.br

CV Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703945J5>

Palavras-chave: Urbanismo Bioclimático; Diretrizes Urbanas; Conforto térmico; Maringá. | **Keywords:** Bioclimatic Urbanism; Urban design guidelines; Thermal Comfort; Maringá.

No decorrer da evolução das cidades, sempre houve registros de busca da proteção em relação às adversidades climáticas. Desde o início das construções das cidades, as atividades humanas vêm provocando um grande impacto ambiental. Isso se agravou após a revolução industrial, com o aumento populacional e a explosão da urbanização. Os problemas de infraestrutura, saneamento e higiene das cidades, acarretados pelas mudanças dessa revolução, fez com que planejadores buscassem soluções para reformas urbanas, do urbanismo sanitaria ao setorial e ecológico.

A partir do século XXI, autores como Barbirato, Souza e Torres (2007); Higuera (2006); Romero (1998); Oke (1987); Mascaró (2002); Lamberts R., Dutra L., Pereira F. (1997); Roriz (1987) tratam do tema da arquitetura bioclimática e dos condicionantes que envolvem o urbanismo bioclimático, trabalhando com a morfologia urbana através das condições do clima e território. Pesquisadores como Roger (2001) e Rueda (2012), propõem a compactação urbana, o incentivo ao uso de bicicletas e o caminhar do pedestre, integração do centro e periferia, resgate dos espaços de convívio e um planejamento com pontos nodais de transporte público. O planejamento urbano disperso gera o aumento de problemas ambientais através do uso indiscriminado da paisagem natural, alto custo de infraestrutura urbana e uso intenso do transporte.

Apesar de todos os movimentos e reformas urbanas, as cidades ainda enfrentam problemas com a drenagem, tratamento de água e esgoto, mobilidade, tratamento de

resíduos, proteção ecológica, alto custo de infraestrutura, dentre outros. Muitos desses problemas são ocasionados pelo inchaço nas regiões metropolitanas. Algumas reformas urbanas acabaram por criar distorções nas cidades. Os princípios da cidade-jardim foram deturpados para o subúrbio-jardim e a Carta de Atenas acabou por privilegiar o uso do automóvel, a dispersão das cidades e a segregação social.

O planeta passou por um processo de urbanização acelerada nas últimas seis décadas. Em 1950, 70% população mundial era rural contra menos 30% urbana (746 milhões), em 2014 a população urbana passou para 54% (3,9 bilhões), e em 2050, estima-se que a população urbana represente 66% (quase 6 bilhões), quase o inverso da distribuição da população rural-urbana global de meados do século XX. No Brasil e nos países da América do Sul ocorrerá uma taxa de urbanização de 90% em 2020 (ONU-Habitat, 2012). A ONU estima que o Brasil tenha uma taxa de urbanização de 90% em 2020 e, em 2050, 70% da população do planeta viverá em cidades.

Esse aumento populacional modificou e vem modificando as características das cidades. A grande procura da população, por morar em grandes centros, causa o inchaço das cidades, gerando a aceleração do fenômeno das “megacidades”. Apesar dos grandes centros concentrarem altos índices de exclusão urbana, as pessoas continuam buscando as cidades à procura de melhor qualidade de vida, e normalmente a conseguem, mesmo vivendo em guetos ou favelas. Isso, pois, apesar de viverem em condições precárias, conseguem melhores oportunidades, já que mais da metade do produto interno bruto, dos países, deriva das atividades econômicas urbanas (LEITE, AWAD, 2012).

Através do estudo das condições climáticas, de um determinado local, é possível trabalhar com as condições de conforto urbano através de estratégias e artifícios arquitetônico, baseados nas variáveis oferecidas pelo clima. Desta maneira, é possível trabalhar com projetos e planejamentos urbanos capazes de suprir as exigências das diretrizes bioclimáticas, sugeridas de acordo com os elementos e fatores climáticos e especificidade do local.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é gerar um conjunto de estratégias de urbanismo bioclimático compacto para o clima subtropical úmido. Essas estratégias podem ser disponibilizadas aos projetistas, planejadores e órgãos públicos, como ferramenta auxiliadora para a construção de diretrizes de novas áreas urbanas ou readequações de espaços. Especificamente, pretende-se: Selecionar e agrupar diretrizes urbanas bioclimáticas para climas tropicais; Criar estratégias bioclimáticas para a cidade de Maringá; Simular as estratégias bioclimáticas com o software ENVI-met na cidade de Maringá; Propor estratégias bioclimáticas para o clima subtropical úmido.

Para isso a pesquisa trabalhará com a avaliação da cidade referência (histórico ambiental, social urbano local, conhecimento do ambiente físico e ambiental), coleta e criação de dados climáticos (diagnóstico climático do local, atualização dos arquivos climáticos e carta bioclimática), simulação comparativa dos elementos da morfologia urbana (software ENVI-met), análise e avaliação dos resultados obtidos com a avaliação, seleção dos resultados que podem ser aplicados nas demais cidades do clima subtropical úmido e concepção da cartilha das estratégias bioclimáticas para o clima subtropical úmido.

A pesquisa é dividida em seis etapas, sendo: ETAPA 1 - *Antecedentes Urbanísticos e Quadro Atual*; ETAPA 2 - *Caracterização Climática*; ETAPA3 – *Modelagem e Simulação*; ETAPA 4 – *Avaliação Ambiental*; ETAPA 5 – *Diretrizes finais*. Na etapa 1 (Antecedentes Urbanísticos) busca-se desenvolver observações sobre os fatores históricos, culturas e psicológico das atividades humanas da cidade e região. São analisados os recursos potenciais do território e sua influência no planejamento.

Na etapa 2 (Caracterização) é analisada a classificação climática da região e suas características, estabelecendo as determinantes que condicionam o microclima local, principalmente quanto ao vento e ao sol, a fim de quantificar as necessidades locais. O clima deve ser analisado em sua categorial espacial (zonal, local e microclima) e em sua categorial temporal (dias, estações, anos e décadas). Sendo assim, a análise quantitativa é elaborada através de monitoramento, coleta e tratamento dos dados climáticos da Estação climatológica local e elaboração do arquivo climático de referência.

Na etapa 3 (Simulação) são realizadas simulações com diferentes configurações do componente Morfologia do Tecido Urbano (avaliado na etapa diretrizes bioclimáticas): Forma, ruas, lotes, espaços públicos, tipologia da edificação e compacidade. A simulação é realizada no programa ENVI-met, que possui grande interface com a plataforma urbana. Os softwares podem ser utilizados tanto para projetos em processo de concepção, como para os construído que necessitam de algum tipo de modificação, por meio de análises de viabilidade (ROMERO, 1998).

O percurso metodológico que conduz a etapa de avaliação computacional da tese apresenta-se em cinco fases: 1. *Diretrizes Iniciais* – seleção de configurações iniciais para o cenário altura, orientação, alinhamento, recuos, relação W/H, árvores, taxa de permeabilidade e áreas verdes; 2. *Construção* - Construção de cenários urbanos em ferramenta computacional (.dwg); 3. *Modelagem* - Modelagem do cenário no ENVI-met (.in); 4. *Simulação* - Configuração ambiental para o ENVI-met (.cf), Simulação para o parâmetro de análise (PET); 5. *Mapas* - Geração de mapas de resultados (imagens);

Na etapa 4 (*Avaliação*), os cenários altura, orientação, alinhamento, recuos, relação W/H, árvores, taxa de permeabilidade e áreas verdes são classificados conforto o Índice PET (temperatura equivalente fisiológica) avaliando as condições de conforto térmico dos ambientes urbanos, considerando a interrelação entre balanço de energia do corpo humano e de radiação de onda curta.

Na etapa 5 (*Diretrizes Finais*), os resultados obtidos, com a cidade de Maringá, são organizados em formato de cartilha, contendo as estratégias gerais que podem ser aplicadas nas demais cidades do clima subtropical úmido. O guia é um instrumento capaz de disseminar conhecimentos essenciais para profissionais das áreas técnicas da Engenharia, Arquitetura e Geografia, além de também servir de orientação aos gestores públicos e demais cidadãos que se interessam pelo tema, sensibilizando-os a promover as transformações físicas essenciais em bairros e cidades.

A existência de planos diretores municipais e legislações específicas, como o Código de Obras, Código de Posturas, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo e o Plano Diretor e suas respectivas atualizações, constituem um conjunto de instrumentos municipais que possibilitam a devida inclusão do conceito de bioclimatismo, fundamental para a construção de uma cidade com condições de conforto urbano através de estratégias e artifícios arquitetônico, baseados nas variáveis oferecidas pelo clima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRUSE, Michael. Simulating human thermal comfort and resulting usage patterns of urban open spaces with a Multi-Agent System, in: Wittkopf, St. and Tan, B. K. (eds.): Proceedings of the 24th International Conference on Passive and Low Energy Architecture PLEA, p.699-706, 2007.

HIGUERAS, Ester. Urbanismo bioclimático. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

OKE, Tim. Boundary Layer climates. 2ª ed. Londres: Routledge, 1987.

OLGYAY, V. Arquitectura y Clima: Manual de Diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROMERO, Marta A. B.. Princípios Bioclimáticos para o Desenho Urbano. São Paulo: Pró-Editores, 1998.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

A prática de desenho à mão livre no ensino de arquitetura e urbanismo – um breve relato

The freehand drawing practice in teaching architecture and urbanism – a brief report

Daniela Zavisas Hladkyi

e-mail: daniela.zh@usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3124400360539101>

Joubert José Lancha

e-mail: lanchajl@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2481182425564161>

Madalena Pinto da Silva

e-mail: madalenaps@arq.up.pt

Palavras-chave: desenho; projeto; cidade; percepção; metodologia de ensino. | **Keywords:** drawing; design; city, perception; teaching methodology.

HISTÓRICO DA PESQUISA DE MESTRADO

Este breve relato foi apresentado no 3º Seminário de Acompanhamento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da Universidade de São Paulo (USP) em cumprimento às exigências estabelecidas pelas normas do programa. Teve por objetivo mostrar a evolução do processo da pesquisa de mestrado, com ênfase às atividades realizadas no período de setembro/2015 a julho/2016. A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 01/julho/2014 a 30/junho/2016.

Em 2014 foram finalizados 49 créditos em disciplinas, além da participação em eventos e atividades profissionais. A escolha das 6 disciplinas cursadas tentou priorizar temas afins à pesquisa, assim como os trabalhos finais pretenderam estabelecer relações e complementar a bibliografia inicial. No primeiro semestre de 2014 foram cursadas as disciplinas: *IAU5885 Seminário de Ensino em Arquitetura e Urbanismo*, *IAU5893 Arte Espaço Cidade* e *IAU5823 Arte e Indústria na Arquitetura Moderna*. No segundo semestre de 2014 foram cursadas as disciplinas: *AUP5860 Desenho Design Arquitetura* (cursada no Programa de Pós-Graduação da FAU-USP); *IAU5801 Tópicos Arquitetura e Território* e *IAU5903 Projetos e Leituras*. Foi feito levantamento bibliográfico e documental geral, uma entrevista ao professor Vítor Silva da FAUP durante estadia no IAU e o plano de pesquisa inicial foi revisado e formatado para envio à FAPESP em outubro/2014. O pedido negado em fevereiro/2015, reescrito, reenviado

e novamente negado em junho de 2015 devido à critérios de desempate e número restrito de bolsas. O tema proposto inicialmente para a pesquisa foi mantido, mas sofreu pequenas adequações visando o aprofundamento dos dois estudos de caso a partir do acompanhamento presencial das atividades didáticas em estágio no IAU e no exterior na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). O cronograma consequentemente estendeu-se de 24 para 32 meses.

No segundo ano de pesquisa em 2015, nos primeiros 6 meses foi realizado estágio no *Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE)* na disciplina *Desenho de Arquitetura I (DAI)* no IAU. Deu-se continuação às atividades de pesquisa envolvendo o aprofundamento da bibliografia, além da preparação para o estágio no exterior, a apresentação de pôster e publicação de resumo no *1º Congresso de Graduação da USP*, aprovação de artigo na Conferência *Geometrias & Graphica 2015* (HLADKYI et al, 2015) em Lisboa e realização de atividades de extensão.

No estágio PAE, houve uma aproximação de um dos estudos de caso, com produção de registros fotográficos das aulas e de materiais produzidos pelos alunos, bem como um entendimento global dos enfoques e estratégias pedagógicas da disciplina. A disciplina DAI tem por objetivo introduzir os fundamentos da sintaxe do desenho e da expressão gráfica, bem como desenvolver a capacidade do aluno de percepção e representação do espaço. As atividades concentram-se nos diversos tipos e possibilidades expressivas do desenho, tendo como objeto do desenho o olhar construído na observação crítica do objeto aos espaços arquitetônicos e urbanos. Dentre as tarefas realizadas sob a supervisão docente, estiveram o auxílio aos alunos no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, correção das tarefas de casa realizadas pelos alunos, participação no desenvolvimento das atividades e cronograma com os docentes, participação na correção das avaliações da disciplina, participação na visita didática na cidade, ministrar uma aula sobre a realização de perspectivas intuitivas a partir de fotografias, com respectivos exercícios de sala e tarefa de casa, e por fim, o registro do material produzido pelos alunos em formato digital.

No segundo semestre de 2015 foi realizada a banca de qualificação e o estágio de pesquisa e docência no exterior na FAUP. A aprovação no Exame de Qualificação ocorreu em 27/agosto/2015. Na sessão, os comentários da banca foram pertinentes, com vistas ao aprofundamento das questões já colocadas sobre o desenho, a uma maior acuidade no uso de terminologias e visando melhorar o encadeamento de ideias para dar maior fluidez ao texto, que deve ser também mais autoral. No estágio na FAUP de setembro a dezembro/2015, o objetivo era acompanhar as disciplinas de desenho mais proximamente e

endossar a análise comparativa entre os cursos. Buscamos complementar os dados relativos às disciplinas *Desenho 1* e *Desenho 2*, por meio da coleta de relatos e textos dos docentes, e de material iconográfico do ano vigente referente às práticas didáticas. Foram feitos o registro da exposição *Anuária 2015*; a comunicação oral na conferência *Geometrias e Graphica 2015* na Universidade Lusíada de Lisboa (HLADKYI et al 2015); o levantamento bibliográfico e iconográfico sobre desenho à mão em arquitetura nos acervos portugueses; o levantamento bibliográfico, documental e iconográfico sobre as práticas metodológicas utilizadas no ensino de desenho na FAUP; o acompanhamento das disciplinas *Desenho 1* e *Desenho 2* com registro das atividades didáticas e da disciplina *Projecto 2* como docente convidada pela Prof^a. Madalena Pinto da Silva, com registro das atividades didáticas e participação nos atendimentos aos alunos e discussões de projeto; as entrevistas realizadas com os professores José Maria Lopes (regente de *Desenho 1*), Vitor Silva (regente de *Desenho 2*), Alberto Carneiro (ex-professor de *Desenho 2*) e conversa informal com Joaquim Vieira (ex-professor de *Desenho 1*).

No terceiro ano da pesquisa, 2016, a meta é a finalização da pesquisa e escrita da dissertação. Neste primeiro semestre foi feita a sistematização de materiais levantados no exterior: a organização de fotografias, áudios, digitalizações de desenhos, excertos de livros e periódicos escaneados, as transcrições das entrevistas e a revisão das mesmas. O artigo “O desenho nas Casas Jaoul: relações entre arte e técnica em Le Corbusier” (HLADKYI, 2016) foi aprovado para publicação no IV Enanparq em Porto Alegre em julho/2016.

Iniciamos também a revisão da estrutura da dissertação, da introdução e do primeiro capítulo levando em conta as considerações da banca de qualificação. A introdução foi identificada na banca de qualificação como um capítulo novo e seus itens. A nova introdução escrita procura mapear as questões do trabalho, traz os objetivos e contextualização da pesquisa de mestrado, as contribuições, a justificativa, a metodologia utilizada, suas etapas e os critérios de seleção dos estudos de caso. Começamos a redação dos capítulos, porém verificamos a necessidade de novas entrevistas e reunião de material sobre o estudo de caso do IAU. A constatação deu-se comparativamente ao vasto material reunido relativo ao estudo de caso da FAUP. Foram feitas novas buscas de material sobre o caso do IAU e propusemos a realização de entrevistas com os professores Francisco Homem de Melo e Agnaldo Farias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), Simone Vizioli e Paulo Castral do IAU.

A entrevista ao professor Francisco Homem de Melo ocorreu em seu escritório em São Paulo em 11/abril/2016, onde fala sobre sua experiência didática pessoal nos cursos de

Arquitetura e Design na FAU, suas referências no campo da Semiologia e influências na linguagem do arquiteto, e sua experiência didática quando deu aula no CAU. A entrevista ao professor Agnaldo Farias, ex-docente do CAU, foi realizada no dia 05/maio/2016, nela, falou sobre o início do CAU, sobre referências que auxiliaram no planejamento do curso e sobre sua experiência na montagem do Gabinete do Desenho em São Paulo. Na entrevista ao professor Paulo Castral em 27/junho/2016, foram adicionadas informações sobre os objetivos e metodologia atuais da disciplina DAI e sobre o principal referencial teórico que embasa a prática do desenho e da percepção do espaço arquitetônico. Em entrevista no dia 23/junho/2016 a professora Simone Vizioli contou sobre os objetivos e metodologias atuais da disciplina DAII e sobre suas experiências no campo do desenho.

Embora na revisão do plano de pesquisa em outubro/2014 o intuito fosse finalizá-la juntamente ao término da bolsa de mestrado financiada pelo CNPq (30/06/2016), isto não foi possível devido a alguns fatores, mas principalmente pela insuficiência de material coletado do estudo de caso do IAU e por isso, novas entrevistas e resgates históricos foram inseridos entre as atividades de pesquisa. Prevemos então neste momento que a pesquisa demandará mais tempo para sua finalização, estendendo-a por mais 6 meses, tendo como horizonte de entrega janeiro/2017, dentro ainda do prazo no Sistema Janus (17/03/2017). Dentre as atividades que daremos prosseguimento, conforme as etapas 10 e 11 da tabela 1 a seguir, estão:

Etapa 10: Revisão conforme as observações realizadas pela banca de qualificação e pelos novos materiais levantados e sistematizados. Síntese dos resultados. Redação e diagramação da Dissertação. Revisão dos capítulos introdutórios. Entrega no início de janeiro/2017.

Etapa 11: Preparação da apresentação para a defesa da Dissertação. Revisão final da dissertação e entrega dos volumes finais à biblioteca.

ETAPAS	2014					2015					2016					17			
	M	M	J	S	N	J	M	M	J	S	N	J	M	M	J	S	N	J	M
	A	J	A	O	D	F	A	J	A	O	D	F	A	J	A	O	D	F	A
1 - Cumprimento dos créditos em disciplinas																			
2 - Revisão bibliográfica e construção de repertório																			
3 - Análise, interpretação e sistematização da bibliografia																			
4 - Levantamento metodologias do IAU e FAU																			
5 - Levantamento metodologias da FAUP																			
6 - Estágio PAE em pesquisa e docência no IAU																			
7 - Sistematização e produção de material																			
8 - Redação do Memorial de Qualificação																			
9 - Estágio no exterior em pesquisa e docência na FAUP																			
10 - Síntese, redação e edição da Dissertação																			
11 - Preparação da defesa da Dissertação e revisão																			

Tabela 1 - Cronograma revisado.

Legenda: Q – Qualificação em Agosto/2015; D – Defesa em janeiro/2017.

OBJETIVOS

A pesquisa tem por objetivo criar uma reflexão sobre o papel do desenho de observação no processo de aprendizado da linguagem do arquiteto, tendo como metodologia de investigação a aproximação entre 2 estudos de caso. Pretende entender o papel do desenho na formação destes arquitetos, não somente como ferramenta de projeto, mas como linguagem, diálogo, expressão pessoal e representação gráfica. Além de discutir a importância do desenho à mão no processo de ensino, no processo projetivo arquitetônico, na percepção dos espaços e criação de repertório, diante de um cenário atual baseado em recursos tecnológicos digitais.

A pesquisa desenvolveu-se no Núcleo de apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC-IAU) e percebeu no “Acordo de Cooperação Internacional” entre a USP e a Universidade do Porto (UP) a oportunidade de aprofundar as relações entre as instituições e os estudos sobre o desenho nos dois cursos. Por isso, foram selecionadas as disciplinas de desenho no Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do IAU-USP e no Mestrado Integrado em Arquitectura (MIArq) da FAUP em Portugal para os estudos de caso. Estaríamos assim, no âmbito dessa pesquisa, construindo um panorama das metodologias de ensino aplicadas nestas escolas, contribuindo para o debate acerca das novas possibilidades e dos novos desafios do ensino de desenho.

MÉTODOS ADOTADOS NA PESQUISA

A metodologia escolhida alia a realização de pesquisa bibliográfica sobre o assunto e coleta de experiências das instituições (estudos de caso) para compor a análise e síntese final.

Para entender a contribuição do desenho na formação do arquiteto, tentamos retomar as suas origens realizando uma revisão bibliográfica inicialmente. Buscamos destacar a importância do desenho à mão para o arquiteto, primeiramente, resgatando as origens da palavra desenho enquanto desígnio e como a palavra se especializou e derivou. Tentamos perceber como o desenho se tornou linguagem para o arquiteto e os *desafios do ensino de desenho de arquitetura hoje num cenário predominantemente digital*. A normalização do desenho de arquitetura e a invenção da perspectiva aconteceram juntamente com o reconhecimento da profissão do arquiteto no Renascimento, mas a história do ensino de arquitetura e de sua representação passaram por caminhos mais sinuosos que se encontram entremeados com as das Escolas de Belas-Artes e de Engenharia Militar.

Numa outra etapa o embasamento teórico realizado pretendeu entender o funcionamento do processo perceptivo e cognitivo nas construções do desenho de observação, do repertório cultural e arquitetônico e da memória, que podem auxiliar sensivelmente no pensamento projetual. Apoiados nos conceitos da fenomenologia (BOSI, 1988; PALLASMAA, 2011), indicamos 3 instâncias para entender esse processo baseadas nos atos de olhar, de perceber e da cognição, essenciais na relação tecida entre o sujeito que observa, o objeto que é observado e o meio de representação que é o desenho. Por meio da experimentação dos espaços e de registros pelo desenho à mão, problematiza-se a formação de um olhar que é peculiar ao arquiteto, que envolve as instâncias da visão, percepção sensorial e cognição. Mostramos a dominância e banalização do sentido da visão na sociedade atual, em contraposição a um olhar atento e qualitativo sobre os espaços e a cidade. Tratamos da experiência da corporeidade na arquitetura, num entendimento por meio de outros sentidos, elevando a importância da percepção, do tato e da mão para o desenho. Por último, discorreremos sobre o processo de projeto, como os sentidos influenciam na interpretação sobre o desenho e o espaço percebido (HERBERT, 1993). Quando se desenha se conhece o objeto e se criam registros e repertório na memória que incrementam o processo projetual. Exemplos de experiências, desenhos e processos projetuais do arquiteto Le Corbusier para ilustrar e apoiar nosso discurso.

Diante dos casos do IAU e da FAUP, estudamos os planos de curso, as disciplinas Desenho de Arquitetura I e Desenho de Arquitetura II no IAU, Desenho 1 e Desenho 2 na FAUP, onde analisamos a inserção histórica e curricular das disciplinas, registramos suas estratégias

didáticas, levantando materiais que fossem interessantes para basear a análise comparativa, como relatórios e textos de docentes, entrevistas com ex-docentes e atuais, ementas, programas e cronogramas, desenhos produzidos pelos alunos, além de acompanhar uma parte das aulas presencialmente em cada curso. Uma vez que cada escola tem suas tradições e grades curriculares diferenciadas, pretende-se estudar também as influências desses fatores nas práticas pedagógicas.

A etapa seguinte constitui a sistematização e discussão dos materiais recolhidos na pesquisa sobre as experiências didáticas das instituições. Optamos por estruturar a exposição dos estudos de caso com uma abordagem de um plano mais geral para o específico, partindo do contexto histórico das escolas, resgatando as principais mudanças nos planos de curso, passando pelo programa das disciplinas e o relato das aulas e chegando nas especificidades de cada curso ou disciplina, como o caderno de viagem no IAU ou o diário gráfico e a Anuária na FAUP. Com base no exposto e diante da revisão bibliográfica realizada, pudemos escolher parâmetros de comparação que demonstrassem as relações de afinidade e de divergências entre os cursos, as disciplinas e seus personagens docentes. Esses pontos de comparação guiarão o desenvolvimento da pesquisa às suas conclusões e à reestruturação da dissertação.

DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

A pesquisa encontra-se em momento de sistematização e análise dos estudos de caso do IAU e da FAUP. Assim, os resultados da pesquisa ainda não são definitivos, porém podemos aqui inferir algumas observações sobre cada estudo de caso e já sugerir alguns paralelos e comparações. Ao analisar cada estudo de caso, percorremos caminhos que nos levaram das origens das disciplinas e instituições até os nossos dias mostrando o contexto histórico e pedagógico das escolas, do desenho de observação ao uso de croquis pelos estudantes de arquitetura demonstrando as estratégias pedagógicas, seus produtos e finalidades.

No estudo de caso do IAU (HLADKYI et al, 2015) resgatamos a história da implantação do curso dentro da Escola de Engenharia de São Carlos em 1985, o desenvolvimento do plano de curso baseado no da FAU-USP com a criação do eixo de Representação e Linguagem, as estratégias pedagógicas de interdisciplinaridade e de trabalhar as questões da modernidade, as revisões do curso e implantação dos ateliês integrados. Apresentamos as disciplinas DAI e DAII, explicitando seus objetivos, metodologia, bibliografia, avaliação e cargas horárias, realizando considerações sobre os programas e a metodologia adotada a

partir de conceitos abordados por docentes do IAU em seus textos. Percebemos que DAI trabalha o repertório trazido pelos alunos de modo a desnaturalizar o ato de desenhar e do olhar, na construção de uma reflexão sobre a prática que ultrapassa a simples tarefa de capacitação em algum instrumento de desenho, atuando como campo de experimentação, para que o aluno amplie seu repertório de representação, explore novos materiais e técnicas, eduque o olhar e cultive uma postura investigativa. E que em DAII, são adicionadas as normas de representação gráfica do desenho arquitetônico, mais como uma linguagem universal de comunicação do que um desenho técnico rigoroso. Apresentamos e detalhamos o oferecimento de DAI e DAII, conforme o plano de aulas dos docentes atuais e a participação realizada no estágio PAE. Foram expostos os módulos das disciplinas, bem como suas temáticas, objetivos, critérios de avaliação, métodos e tipos de exercícios, considerações sobre a bibliografia utilizada em aula. Enfatizamos as estratégias pedagógicas de ampliação pouco a pouco do campo perceptivo (do objeto para o espaço para a cidade), da valorização do desenho à mão e do caderno de viagem. Por fim, discorremos sobre o caderno de viagem como um trabalho interdisciplinar do primeiro ano do CAU, num momento de prática e síntese de conteúdos e fundamentos desenvolvidos, onde os estudantes são incentivados a registrar suas percepções da viagem didática a São Paulo. Mostramos exemplos de imagens retiradas de cadernos desenvolvidos pelos alunos e comentamos segundo os conceitos vistos em DAI de estranhamento do olhar, de expressão e de representação, mas principalmente da importância de experimentar, vivenciar e registrar o espaço, além de documentar o processo do aluno.

No estudo de caso da FAUP (HLADKYI et al, 2015) há um longo caminho de mudanças institucionais e pedagógicas, tratamos das mais significantes desde as origens na Aula Pública de Debuxo e Desenho em 1779 até ser incorporada pela UP em 1979. Dentre as revisões de curso, destacamos a defesa dos ideais modernos na década de 1940 pela geração de Fernando Távora, a formulação científica proposta nos finais de 1950, o período de movimentações políticas de 1960 a 25 de abril de 1974 e a reforma de 1980 que resgata o desenho para fundar uma metodologia teórico-prática de Projeto baseada na intervenção no real, reconhecida como “Escola do Porto”. Apresentamos os programas das disciplinas Desenho 1 e Desenho 2, seus objetivos, bibliografia, avaliação e cargas horárias. Realizamos considerações sobre ambas as disciplinas, relacionando com os conceitos abordados por docentes da FAUP em seus textos. Em Desenho 1 há a instrumentalização técnica de desenho, na prática e na produção de imagens a partir da observação. A disciplina Desenho 2 lecionada no segundo ano, desenvolve a prática do desenho voltado para o projeto de arquitetura e intervenção na cidade, percebendo suas condicionantes e pré-existências. Expomos o oferecimento de Desenho 1 e Desenho 2, conforme o plano de

aulas dos atuais docentes e a participação durante período de estágio no exterior. Foram analisadas as diversas fases de cada disciplina, assim como suas temáticas, objetivos, critérios de avaliação, métodos e tipos de exercícios. Explicitamos como o Diário Gráfico é estimulado pelos docentes durante todo o curso, não somente nas disciplinas de desenho como também em outras disciplinas, visitas, viagens, como caderno de esboços dos pensamentos para qualquer momento. Mostramos imagens retiradas dos diários dos alunos para realizar comentários baseados nos conceitos apreendidos nas disciplinas de desenho.

Até o momento, o que podemos inferir (HLADKYI et al, 2015) é que em ambos os casos, as estratégias pedagógicas das disciplinas selecionadas pressupõem uma postura discente ativa no processo de aprendizado, em busca do desenvolvimento das habilidades expressivas na prática do desenho à mão e da observação atenta do espaço. Distanciam-se em seus contextos históricos, grades curriculares, metodologias e embasamentos teóricos. Aproximam-se ao abordar temas e recursos que priorizam a percepção dos espaços e a leitura da cidade, como a experimentação do espaço público, a realização de percursos, exercícios de desenho de observação, de cadernos de viagem etc. Verificamos o desenho de observação como meio de percepção e sensibilização da realidade existente, de formação de repertório e de um aprofundamento do olhar sobre o observado, base para a construção de um desenho sensível que se transpõe para o universo projetual.

Será realizada ainda uma análise comparada mais aprofundada dos perfis das disciplinas de desenho, a fim de compreender o papel do desenho como elemento estruturante do raciocínio arquitetônico e urbanístico intrínseco a cada escola. As experiências didático-pedagógicas serão discutidas à luz do embasamento teórico sobre o processo perceptivo de construção de um desenho (o olhar, o perceber e a cognição: relação entre sujeito, objeto e meio de representação). Uma análise comparada sintetizará as afinidades e divergências entre cursos/disciplinas quanto aos contextos históricos dos cursos; metodologias de ensino, falas dos docentes e produtos realizados pelos estudantes nas disciplinas.

As considerações finais pretendem mostrar os resultados da pesquisa numa reflexão sobre o papel do desenho em arquitetura como linguagem na mediação da percepção dos espaços e da cidade na formação destes arquitetos. A intenção é contribuir para o debate internacional acerca dos meios de representação em arquitetura, divulgando as metodologias de ensino analisadas, fortalecendo o debate sobre o ensino, pesquisas e promovendo novas discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOSI, A. Fenomenologia do Olhar. In: NOVAES, A. et al. O Olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 65-87.

HERBERT, D. M. Architectural study drawings: their characteristics and their properties as a graphic medium for thinking in design. New York: Van Nostrand Reinhold, 1993.

HLADKYI, D. Z. O desenho nas Casas Jaoul: relações entre arte e técnica em Le Corbusier. In: Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte, Porto Alegre, 25-29 julho 2016. Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016. p.1-23. [ISSN 2358-6214] Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s27-03-hladkyi-d.pdf>

HLADKYI, D. Z.; LANCHETA, J. J. ; SILVA, M. P.. O Desenho e a Cidade: aproximações nas disciplinas de desenho dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do IAU e da FAUP. In: Geometrias & Graphica 2015, 2015, Lisboa. Geometrias & Graphica Proceedings. Porto: APROGED, 2015. v. 1. p. 1-492. Disponível em: <http://www.aproged.pt/geg2015/proceedings1.pdf>

PALLASMAA, J. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Tradução de Alexandre Savaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

A produção autogestionária do morar nos territórios periféricos da Região Metropolitana de São Paulo

The self-managed production of live in the outlying areas of São Paulo Metropolis

Andrea Quintanilha de Castro

e-mail: andrea.q.castro@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3904503222505097>

Cibele Saliba Rizek

e-mail: cibelesr@uol.com.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0540870380815135>

Palavras-chave: habitação de interesse social; autogestão; Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. **Keywords:** social housing; self-management; Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

A presente pesquisa trata dos limites e injunções dos programas autogestionários de produção habitacional dos governos Lula-Dilma, buscando delimitar o lugar da autogestão sob a ótica da análise do lulismo do “nunca antes da história desse país”¹. Para tanto, o foco está na produção da modalidade Entidades do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV-Entidades), experiência que se deu numa situação inédita de disponibilização de recursos e de institucionalização em nível federal de um programa montado para que associações populares² promovessem e gerissem independentemente seus próprios empreendimentos habitacionais. E, de forma muito menos significativa, será observada também a produção do Programa Crédito Solidário (PCS), modelo que deu origem ao

¹ Famoso bordão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ilustra o peso das ações do Estado, por exemplo, na produção de habitação de interesse social através da participação e gestão direta dos movimentos sociais e associações civis. Independente da demora e fraqueza das reformas sociais propostas pelos governos Lula-Dilma, observa-se a partir de 2004 a criação consecutiva de dois programas habitacionais de porte bastante razoável voltados exclusivamente à produção de moradia por meio de processos autogestionários (PCS e o PMCMV-Entidades), período que fica marcado por crescimento econômico e melhora relativa as condições de vida de sua população, ainda que apresente níveis de mobilização e luta social muito baixos **Fonte bibliográfica inválida especificada.** Ver também: BRAGA, R. A política do precariado, do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012; OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (org). Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 2010; SINGER, A. Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

² É necessário, porém, fazer aqui uma ressalva quanto à natureza, o histórico de luta e o atual formato de atuação das entidades que hoje operam o PMCMV-Entidades. Conforme relatam os trabalhos acerca da atual prática das entidades habilitadas no estado de São Paulo – CAMARGO, C. M. D. “Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios”. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. São Carlos. 2016; e RIZEK, C. S. et al. A inserção urbana através da produção do PMCMV no estado de SP: abordagem etnográfica de casos selecionados. IAU-USP / Peabiru TCA. São Paulo. 2014. (Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES nº 11/2012) – não é possível afirmar que tais entidades estejam de fato ligadas historicamente à luta pela moradia e pela reforma urbana, e que tenham suas práticas ligadas de alguma forma à produção de moradia.

PMCMV. A pesquisa irá analisar especificamente as duas fases já inteiramente concluídas do PMCMV-Entidades (fase I: de abril de 2009 a agosto de 2012, e fase II: de setembro de 2012 a fevereiro de 2016) e o que existe de produção do PCS neste mesmo período.

O recorte espacial para a observação dessa produção é a Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que São Paulo é historicamente palco principal dos grandes movimentos da luta urbana pela garantia de direitos sociais e abriga representações nacionais dos quatro principais movimentos de moradia (CMP, CONAM, MNLM, UNMP). O município de São Paulo, especialmente, apresenta indicadores socioeconômicos bastante relevantes para o tipo análise que se propõe (elevado nível de urbanização, crescimento demográfico e taxas de déficit habitacional) e estruturas institucionais que favorecem a investigação do processo autogestionário de produção.

Parte-se da hipótese de que as atuais modalidades autogestionárias³ de produção da moradia – PCS e PMCMV-Entidades – ocupam o centro das discussões das associações no âmbito dos movimentos sociais, priorizando a qualquer custo a provisão habitacional em escala, em detrimento de outras pautas históricas do Direito à Moradia e da Reforma Urbana. Tanto o Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP)⁴ e a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia⁵, quanto qualquer outro modelo de política pública habitacional em escala municipal ou estadual, praticamente desapareceram da pauta de reivindicação popular.

É possível observar na história da produção pública de habitação de interesse social outras tentativas de se trazer as famílias beneficiárias à frente do processo de financiamento e aquisição da casa. Entretanto, as especificidades⁶ dos PCS e PMCMV-Entidades

3 Este trabalho buscará trabalhar com a leitura de diferentes autores sobre o tema da autogestão a fim de tentar refletir de maneira consciente e crítica a dimensão polissêmica que este tema por si só já apresenta. Os trabalhos recentes de pesquisadores apresentados na coletânea organizada por LAGO, L. Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012; e também no livro da Rede Cidade e Moradia de SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org). Minha Casa. E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

4 Primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, entregue ao Congresso Nacional em novembro de 1991, fruto de intensa mobilização popular em todo país, coletou mais de um milhão de assinaturas. O FNMP, depois de 15 anos de negociações, efetivou-se na criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Os entes federativos, desde que tivessem em suas cercanias Plano, Conselho e Fundo, construiriam um sistema de repasses sucessivos de fundo a fundo, com planejamento e controle social, resultando num sistema nacional integrado com recursos garantidos para a produção da moradia de interesse social. Ver PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS. Panorama e dificuldades na produção habitacional em parceria com organizações populares. São Paulo, 2010.

5 Esta Ação faz parte do Programa de Habitação de Interesse Social da Secretaria Nacional de Habitação. Foi aprovada em março de 2008, trazendo a possibilidade das entidades privadas sem fins lucrativos operarem diretamente recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Houve uma primeira seleção concluída em março de 2009, mas já não se vê presente nas formas de atuação das associações sociais e movimentos populares. Ver mais dados em MINCIDADES. Ação de Apoio à Produção Social da Moradia. Secretaria de Habitação. Brasília, 2013.

6 A saber, a institucionalização da máquina pública (tanto da Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, como das secretarias de habitação em escala municipal e estadual), o montante de recursos disponíveis, a responsabilização da Entidade Organizadora no processo de viabilização do empreendimento (com a criação das Comissão de Acompanhamento de Obra – CAO, e Comissão de Representantes – CRE).

propiciaram situações paradoxais de construção de tecidos urbanos e sociais nas cidades brasileiras que merecem ser analisadas, dada a extrema fragilidade e intermitência do processo autogestionário associadas ao atual contexto político-econômico mundial pós-crise de 2008.

Diversas pesquisas⁷ apontam para o estabelecimento de uma nova dinâmica social na constituição das periferias metropolitanas a partir da consolidação das práticas urbanas impostas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. A produção habitacional deste programa, baseada no princípio de celeridade e escala⁸, ratifica e consolida o padrão existente de crescimento urbano periférico de maneira a fortalecer a segregação socioespacial⁹ nesses “territórios da precariedade” **Fonte bibliográfica inválida especificada..** Uma nova forma de *gestão da pobreza* parece estar diluída nesse modelo de produção social do espaço urbano, que resignifica as relações entre *cidade* e *precariedade* e reconfigura os dispositivos das tramas associativas. É necessário investigar em que medida essas novas redes de sociabilidades são (ou não) “uma das saídas colocadas para a população pobre e periférica das metrópoles brasileiras” **Fonte bibliográfica inválida especificada.** e como a aquisição da casa integra (ou não) esse conjunto de novas situações urbanas que tensionam os limites entre legal/ilegal, virtude/vício, êxito/fracasso. Será que existe um ponto de inflexão na vida das famílias que optam por experienciar algum tipo de autogestão da moradia? O atual modelo de autogestão consegue reestruturar e mitigar a precariedade e a vulnerabilidade da vida das famílias que optam por vivenciar esse processo¹⁰?

7 O recente livro publicado pela rede Cidade e Moradia apresenta relevantes achados de pesquisa de avaliação do PMCMV em diferentes estados do Brasil. A saber, Práxis da Escola de Arquitetura da UFMG, coordenado por Denise Morato em Minas Gerais; Habis do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, coordenado por Lúcia Shimbo em São Paulo; LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, coordenado por Raquel Rolnik também em São Paulo; Observatório das Metrópolis do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, coordenado por Adauto Lucio Cardoso no Rio de Janeiro; entre outros também importantes.

8 Termo utilizado pela Secretária Nacional de Habitação Inês Magalhães em diversos eventos e apresentações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, durante o governo Dilma.

9 Utiliza-se aqui o conceito de Vilaça de segregação como “processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes ‘regiões gerais’ ou ‘conjuntos de bairros’ da metrópole.” **Fonte bibliográfica inválida especificada.**, para analisar os fatores determinantes de localização dos conjuntos PCS e PMCMV nas regiões periféricas da RMSP. A fim de enfrentar as questões que permeiam a atual dinâmica de produção do espaço, e em especial as periferias, articulada à pobreza urbana, ver: DÉAK, C.; SHIFFER, S. R. (org). O processo de urbanização no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2010; FRUGOLI JR, H. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Edusp, 2000; HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2006; HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011; LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991; MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011; VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP - Lincoln Institute, 2001.

10 A nova relação estabelecida entre o atual momento neoliberal e o processo de subjetivação do sujeito é tratada a partir da noção de uma “nova razão do mundo” apresentado por Laval e Dardot (2013), onde se estabelece uma relação dialética entre o “homem ator de sua própria vida” e o “Estado provedor”. Pode-se analisar a forma habitacional autogestionária dentro da lógica capitalista de produção do espaço – desigual e segregacionista – que se monta sobre uma nova subjetivação neoliberal. Esta nova tecnologia de poder, inédita na história, passa a governar os homens penetrando em seus pensamentos, estimulando-o e orientando-o, para além da disciplina sobre seus corpos e a gestão de seus espíritos que Foucault havia apontado em sua teoria biopolítica. Dada a fabricação social e política de riscos individuais dos sujeitos, vale investigar como o modelo autogestionário consegue dar espaço ao surgimento de algum tipo de efetividade na dimensão coletiva de construção e utilização da cidade. A forma casa própria situa-se, assim, no centro do encontro da aquisição de uma mercadoria e um

O outro viés que se destaca na observação deste modelo de produção habitacional é o embate entre os caracteres de *excepcionalização* e *virtuosidade*¹¹. Oliveira **Fonte bibliográfica inválida especificada**. localiza a virtuosidade dos processos autogestionários justamente em seu caráter de em sua excepcionalidade: por não se tratar de política pública universal, consegue trazer consigo características de uma experiência virtuosa, por funcionar constantemente nas margens da legalidade, da regra, do padrão. O Programa Minha Casa Minha Vida se consolida enquanto *programa de moradia* que visa resolver o problema habitacional das faixas de renda mais baixas, e abandona assim a perspectiva de adoção de *política pública universal*¹² que equacione a precariedade habitacional e social presente na vida cotidiana das camadas populares de modo mais permanente **Fonte bibliográfica inválida especificada**.

Torna-se relevante, assim, a caracterização das situações de visibilidade e invisibilidade¹³ que surgem desse modelo de constituição dos territórios urbanos periféricos onde houve algum tipo de gestão e interferência popular (especialmente na autogestão da construção da moradia). É importante conseguir avaliar de que maneira as “transformações moleculares” **Fonte bibliográfica inválida especificada**. que surgem com a aquisição da moradia por meio desses processos vistos como *virtuosos* estão (ou não) transformando a atual configuração dos *territórios da precariedade* não só no que tange as relações físico-territoriais (conquista de equipamentos públicos de saúde e educação próximos a nova moradia, construção de espaços de lazer e convivência comunitária) como também as relações social-simbólicas (sensação de pertencimento ao novo bairro, construção de novas relações de vizinhança).

processo de luta por conquista de um direito. Ver também: FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. Cap. 11, p. 285-315; LAVAL, C.; LAVAL, C.; DARDOT, P. La nueva razón del mundo. Barcelona: Gedisa, 2013. Cap. 9, p. 325-381.

11 O debate acerca dos empreendimentos habitacionais autogestionários parte dos textos de Oliveira, Ferro e Lopes, publicados em 2006: OLIVEIRA, F. O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos, São Paulo, n. 74, p. 67-85, Março 2006; FERRO, S. Nota sobre "O vício da virtude". Novos Estudos, São Paulo, 76, Novembro 2006. 229-234; LOPES, J. M. O anão caolho. Novos Estudos, São Paulo, 76, Novembro 2006. 219-227. Sobre esse tema ver também: MIAGUSKO, E. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. Caderno CRH, Salvador, 61, Janeiro 2011. 167-181; FERRO, S. O canteiro e o desenho. 3ª. ed. São Paulo: Vicente Wissenbach, 2005.

12 Quanto a questão da habitação de forma geral, utiliza-se aqui o painel do desenvolvimento urbano no Brasil, e a linha histórica das diversas formas e modelos de políticas públicas voltadas à moradia popular presentes em BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil - Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade - FAPESP, 1998; mas a particularidade da habitação enquanto "direito" e enquanto "mercadoria", ambos atrelados à propriedade da terra, poderá ser encarada a partir de ENGELS, F. A questão da habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global, v. 10, 1979; KOWARICK, L.; BRANT, V. C. (org). São Paulo 1975: crescimento e pobreza. 4ª. ed. São Paulo: Loyola, 1976; e VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre Habitação. São Paulo: Global, v. 16, 1986.

13 Ver: CERTEAU, M. D.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar. 12ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013; MARTINS, J. D. S. O senso comum e a vida cotidiana. Tempo Social, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, maio 1998; RIZEK, C. S. Trabalho, moradia e cidade. Zonas de indiferenciação? Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27, n. 78, Fevereiro 2012. 41-49, para investigar categorias sociológicas que cercam as dimensões do cotidiano, e a possibilidade de transformação da vida a partir da criação histórica e social.

A pesquisa etnográfica¹⁴ foi escolhida como procedimento metodológico para investigação deste objeto uma vez que permite observar com acuidade a inter-relação entre o espaço pesquisado e os sujeitos que o habitam bem como a significação e sentidos a ele atribuídos a partir da aproximação, observação e entendimento das trajetórias de vida das famílias envolvidas nesses processos. Os procedimentos etnográficos possibilitam cercar e apreender, através do exercício do olhar e do ouvir, das “fronteiras entre consenso e conflito” para além do que é “irremediavelmente observável” **Fonte bibliográfica inválida especificada.** no universo que permeia a construção e apropriação dos espaços periféricos da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Habitação e políticas públicas:

BALL, M. O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação. Espaço & Debates, São Paulo, v. 36, p. 11-34, 1992.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo. O problema e o falso problema. Simpósio sobre Habitação Popular no Brasil. Belo Horizonte: ASEP - CERU. 1975. p. 65-85.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil - Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade - FAPESP, 1998.

Autogestão e moradia social:

BARAVELLI, J. E. Trabalho e Tecnologia no Programa MCMV. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

CAMARGO, C. M. D. Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. São Carlos. 2016.

Brasil contemporâneo - política, trabalho e sociedade:

ARANTES, P. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRAGA, R. A política do precariado, do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

Referencial teórico metodológico:

RIZEK, C. S. Por que fazer uma etnografia? [S.l.].

RIZEK, C. S. Questões metodológicas de Pesquisa. [S.l.].

14 Robert Cabanes (2011) coloca como questão a relação entre o espaço público e o espaço privado a partir da leitura de trajetórias de vida de famílias que se explicitam em processos de “individuação”, por exemplo na aquisição da casa própria, articulando-se de diferentes formas a um mundo social mais ampliado. Tal modo de pesquisa pode auxiliar este projeto no sentido de encontrar, e entender, os campos de força determinantes ao processo de aquisição da casa no formato em andamento (casa enquanto mercadoria fruto do atual modelo capitalista de produção do espaço urbano), a partir da escuta e acompanhamento sistemáticos de “personagens” em busca da realização do sonho da casa própria. Para desenvolvimento dos procedimentos, ver também: BOURDIEU, P. (coord). A Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1998; CABANES, R. Qual dialética é possível entre o espaço público e o espaço privado? In: CABANES, R., et al. Saídas de Emergência. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 437-459; QUEIROZ, M. I. P. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz,¹⁹⁹¹.

Análise da difusão da arquitetura moderna em Teresina através da obra do arquiteto Antônio Luiz

Analysis of the diffusion of modern architecture in teresina through the antonio luiz's work

Aline Vilarinho Brandão Lira

e-mail: alinebrandao@usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8879047079234118>

Miguel Antônio Buzzar

e-mail: mbuzzar@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2534049526509532>

Palavras-chave: arquitetura e urbanismo modernos; difusão da arquitetura moderna; Antônio Luiz Dutra de Araújo; Teresina. **Keywords:** modern architecture and urbanismo; diffusion of modern architecture; Antônio Luiz Dutra de Araújo; Teresina.

Síntese do plano inicial:

O Plano de Pesquisa teve como meta o entendimento da produção arquitetônica moderna na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, que ganhou força tardiamente, quando a Arquitetura Moderna brasileira já havia alcançado a sua consolidação e que teve suas particularidades com relação ao restante do país, devido às características geográficas e climáticas e também certo distanciamento social, cultural e econômico em relação aos grandes centros, mesmo, os da região Nordeste.

O objetivo da pesquisa é levantar, analisar e interpretar a produção moderna do arquiteto mineiro Antônio Luiz de Dutra de Araújo desde a sua chegada na cidade de Teresina, em 1968. Ele teve um papel fundamental na difusão da arquitetura moderna na cidade, sendo responsável pela execução de um grande volume de projetos como bancos, hospitais, escolas, clubes, além de inúmeras residências unifamiliares.

Através da obra do arquiteto pretende-se construir um entendimento do início e aceitação do modernismo na cidade, verificar a sua afirmação levando em conta os acontecimentos da época na cidade e no Brasil.

A interpretação historiográfica das realizações do Modernismo Arquitetônico no Brasil, desde Brazil Builds (1943), chegando ao final dos anos 1980, consolidou uma narrativa acerca da Arquitetura Moderna brasileira, sendo que, na sequência, alguns autores investigaram não apenas os principais feitos e arquitetos brasileiros, mas também aqueles

que, por vários motivos, mesmo compondo o conjunto da produção moderna, não tiveram, até então, seus trabalhos devidamente valorizados ou reconhecidos.¹⁵ Alguns dos estudos posteriores, a partir dos anos 1990, revelaram produções notáveis, mas ainda há alguns contextos arquitetônicos e vários profissionais não investigados pela historiografia, que manifestaram compromisso com a renovação da linguagem arquitetônica ou um grande compromisso social e estético intervindo na história cultural do País, ou de cidades e regiões específicas.

Este é o caso do arquiteto Antônio Luiz. Ao mesmo tempo, ao postular a investigação da obra do arquiteto, percebe-se que em Teresina a forma e o período em que a arquitetura moderna conheceu, tanto as manifestações iniciais, como uma consistência maior, associase ao desenvolvimento da cidade, às suas características específicas, que guardam particularidades, e que foram fatores que influenciaram e delinearam quando e como seria a chegada dessa nova arquitetura e a sua disseminação ali.

Para analisar o desenvolvimento urbano e arquitetônico da cidade, considera-se importante, pontuar algumas situações que permitem compreender, ou pelo menos, situar, as manifestações arquitetônicas que a cidade conheceu.

A partir de 1930, com o aquecimento da economia local, o neoclássico difundiu-se na cidade. A arquitetura refletiu os acontecimentos econômicos e a produção artesanal arquitetônica foi sendo substituída por novos arranjos construtivos.

No âmbito nacional, a construção da identidade brasileira, tratada como a busca ou recuperação de características culturais que exprimissem a condição e singularidades do país, conheceu após a Primeira Guerra um grande desenvolvimento em todas as disciplinas artísticas. Assim, o resgate ao “estilo colonial” foi a primeira resposta ao questionamento no campo arquitetônico, tanto da arquitetura eclética como a neoclássica ou acadêmica. Como sabido, na sequência e convivendo com a arquitetura Neocolonial durante vários anos, a Arquitetura Moderna, articulando os polos opostos de enraizamento e progresso, associada ao sucesso internacional, acabaria por adquirir o prestígio e a condição de verdadeira arquitetura brasileira.

15

Martins e Farias, em trabalhos correlatos, identificaram a “elaboração” de uma “*trama historiográfica*”, que consolidou uma historiografia hegemônica da Arquitetura Moderna brasileira e, conseqüentemente, minimizaram, desqualificaram ou subtraíram determinadas produções que não correspondiam aos preceitos da trama. A Trama é composta pelos seguintes autores e livros: Goodwin, Philip L., *Brazil Builds, Architecture New and Old, 1652 - 1942*; Mindlin, Henrique, *Brazilian Architecture*; Bruand, Ives, *Arquitetura Contemporânea no Brasil*; Lemos, Carlos, *Arquitetura Brasileira*, Ferraz, Geraldo, *Warchavchik e a Introdução da Nova Arquitetura no Brasil*. Ver MARTINS, Carlos A. F. - *Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso moderno no Brasil*; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952) e FARIAS, Agnaldo A. C. - *Arquitetura Eclipsada: Notas sobre História e Arquitetura a Propósito da Obra de Gregori Warchavchik, Introdutor da Arquitetura Moderna no Brasil*

Daí decorre a disseminação do Modernismo no Brasil, que conquista espaço principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mesmo não entendendo o modernismo como exclusividade das duas grandes cidades, reconhecendo-se experiências várias, como a de Luiz Nunes do Recife, já nos anos 1930, ou mesmo os projetos de Oscar Niemeyer em Belo Horizonte, as demais capitais brasileiras, na sua maioria, conheceram o modernismo de forma desigual e em alguns casos, tardiamente.

Em Teresina, o que mais se destacava até o final da década de 1960, eram os casarões ecléticos. Porém, entre eles já começava a aparecer algumas manifestações modernas cujas características eram conhecidas através de viagens de sua elite econômica e através de revistas de arquitetura sendo admiradas por seus moradores.

Estes exemplares do Moderno eram pontuais, como a sede do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, de 1948), residências projetadas por Anísio Medeiros (1952), arquiteto piauiense formado na FNA (Faculdade Nacional de Arquitetura), a sede do DER (Departamento de Estradas e Rodagem, de 1955) e o teatro de arena (1965), com projetos vindos de fora do Estado, de autores desconhecidos e as obras educacionais de Miguel Caddah, também um piauiense graduado na FNA.



Imagem 1: Residência Zenon Rocha, do arquiteto Anísio Medeiros, 1952. Fonte: Aline Lira, 2014.

O curso de Arquitetura e Urbanismo só teve início na Universidade Federal do Piauí em 1993, razão pela qual a maioria dos projetos anteriores foram feitos por profissionais vindos de outros estados ou por piauienses que estudaram fora.

O arquiteto Antônio Luiz Dutra de Araújo, natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, também diplomado pela FNA, teve um papel muito importante no cenário da arquitetura moderna piauiense. Com o grande volume de trabalhos, o arquiteto ganhou o

reconhecimento institucional, recebendo importantes títulos, medalhas, visibilidade e destaque na imprensa local.

Pode-se dizer que Teresina sofreu uma renovação arquitetônica a partir do final da década de 1960 e início da década seguinte e o arquiteto Antônio Luiz foi um dos protagonistas dessa renovação, participando diretamente da nova arquitetura e influenciando os demais arquitetos locais e também os que estavam voltando para a cidade após a formação em outros estados. Desta forma, junto com um pequeno grupo de profissionais, foi responsável pela difusão e aceitação da arquitetura moderna local.

Foi a partir disso que a arquitetura moderna integrou-se ao desenvolvimento urbano da cidade, na concepção de inúmeras obras, e foi bastante impulsionada, assim como em todo o país, pelo Estado – particularmente no primeiro Governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975). É assim que a arquitetura moderna consolidou-se e tornou-se hegemônica, traduzindo o desenvolvimento da época na capital.

Resumo do que foi realizado no período referente ao relatório:

Pesquisou-se a realidade social e histórica do Estado do Piauí e de sua capital, analisando o que ocorria ao mesmo tempo no plano nacional, de forma mais ampla, na tentativa de estabelecer e compreender o contexto em termos locais, associado ao desenvolvimento econômico pós o golpe militar de 1964. Tal estudo, concentrou-se na sequência na própria arquitetura, novamente, em termos da discussão nacional e na sequência focando na cidade de Teresina, buscando-se ser fiel às possibilidades da aproximação da arquitetura nela produzida a um conjunto maior, a chamada Arquitetura Moderna Brasileira.

Primeiramente foi consultada toda a bibliografia que pudesse ter algum conteúdo referente à Arquitetura Moderna no Piauí. A começar pelo livro *Brazil Build's*, de Philip Goodwin (1943), o primeiro a difundir a Arquitetura Moderna no Brasil. Foram analisados também os livros *Arquitetura Moderna no Brasil*, de Mindlin (1956), *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, de Hugo Segawa (1956) e também *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, de Yves Bruand (1979). Além desses, foram analisados exemplares dos *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, da Editora Projeto (1986) e da *Revista AU* (1986).

Nestas fontes foram encontradas informações sobre regiões distintas do Nordeste como Recife e Salvador, mas não relacionadas ao Piauí. A partir disso, passou-se a pesquisa para a bibliografia local. Em livros que tratam da cidade de Teresina, como os do autor Arimatéia Tito Filho, e *Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí*, de Olavo Pereira, que são historiadores, mas retratam a arquitetura local do estado desde

os estabelecimentos rurais, arquitetura urbana e até do urbanismo, foram obtidas informações mais precisas do desenvolvimento arquitetônico da cidade.

Em livros mais recentes, como Antônio Luiz – arquiteto, *Arquitetura em Teresina: 150 anos: Da Origem à Contemporaneidade e Documentos de Arquitetura Moderna no Piauí*, todos de autoria de Alcília Afonso, ex-professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí, foram encontradas informações mais pontuais relativas a esta pesquisa.

Além da fonte bibliográfica, para este trabalho, foram feitas cerca de dez viagens para Teresina desde o início da pesquisa, em busca de informações *in loco*. Foram analisados jornais locais desse período, registros de produção (ARTs), antigos projetos e inúmeros documentos do escritório Maloca¹⁶ – que até hoje pertence ao arquiteto Antônio Luiz, e visitadas algumas obras fazendo-se os respectivos registros fotográficos.



Imagem 2: Vista externa do Escritório Maloca, 1967. Fonte: Aline Lira – 2015.

Outra importante fonte para a pesquisa foram os artigos do próprio arquiteto¹⁷, que tem a escrita como algo prazeroso para as horas vagas. Neles são contemplados assuntos

¹⁶ Maloca Arquitetura e Decoração Ltda. – Nome de origem indígena relacionado com construção de moradia. OCA, provavelmente a primeira forma de abrigo construída no Brasil, que, ao ser reproduzida várias vezes, resultaria numa MALOCA.

³ O pequeno x: da biografia à história - publicado por Sabrina Loriga, há uma discussão sobre a biografia. Segundo a autora, na relação biografia-história, assim como a relação indivíduo-coletivo, há uma valorização individual, há aproximação de uma realidade, de uma memória científica da história.

diversos, comentários sobre temas em voga, sua percepção sobre os acontecimentos, explicações sobre suas vivências e, evidentemente, também se discute arquitetura. Além disso, foram feitas diversas entrevistas com o próprio Antônio Luiz, mas sempre com o cuidado de tratar estes dados com um comportamento crítico, aliados às demais fontes de pesquisa.

A partir da sua extensa lista de projetos (são 98 de diversos tipos funcionais e 84 residenciais), foram selecionados alguns deles por critérios projetuais, por relevância social, pelo uso de elementos arquitetônicos característicos da Arquitetura Moderna, materiais empregados e estado de conservação, para serem analisados. Entre eles estão o projeto para o Edifício Palácio do Comércio (1967), a Cepisa (a Companhia Energética do Estado do Piauí, de 1973), o Eldorado Country Clube (1987), e as residências de Mansueto Martins Magalhães (1968), Antônio Luiz Dutra de Araújo (1969), Luiz Francisco do Rego Monteiro (1971), Djalma Costa e Silva (1973), Ari Magalhães (1973) e Geraldo Lages (1977).

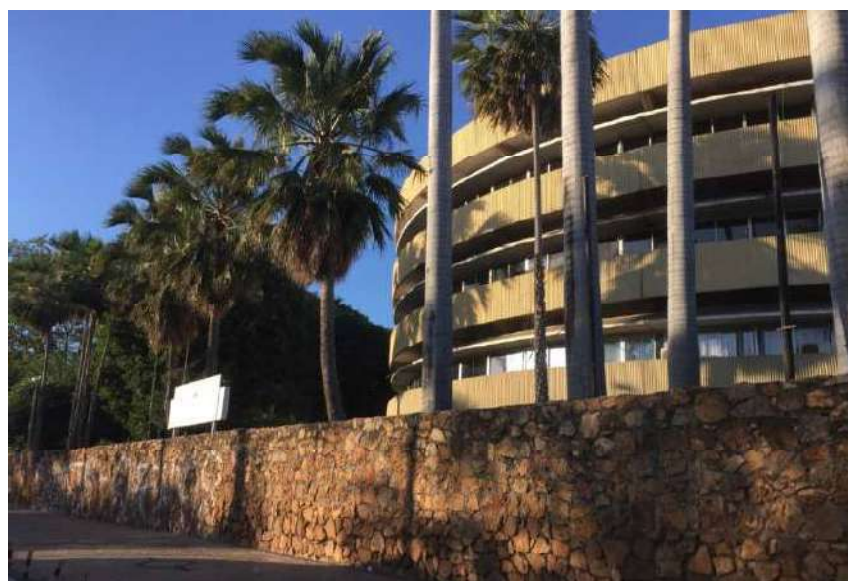


Imagem 3: Edifício da Cepisa - 1973. Fonte: Aline Lira, 2016.

Explica o fato de eleger o arquiteto Antônio Luiz para estudar uma época e uma sociedade. Através de um indivíduo, chega-se a um todo.



Imagem 4: Eldorado Country Clube - 1987. Fonte: Aline Lira, 2016.

Nestes projetos, a partir das peças gráficas, foram identificados plantas livres, janelas em tira, terraços jardim, pilotis e detalhes construtivos, entre outros elementos que tipificam a Arquitetura Moderna, e também elementos que demonstram a sua preocupação na adaptação desta arquitetura com as especificidades locais, como orientação solar, grandes beirais cerâmicos, *brises soleil*, cuidados com a circulação de ar, etc.



Imagem 3: Residência Djalma da Costa e Silva – 1973. Fonte: Aline Lira, 2016.

Conclusões parciais:

O desenvolvimento no campo arquitetônico em Teresina acompanhou o chamado “milagre econômico” brasileiro principalmente durante o governo de Alberto Silva, no início da década de 1970. Atuante, o então governador do Piauí, atrelado ao ideário militar, foi o responsável pela construção de grandes obras modernas que deram uma significativa contribuição para a mudança do cenário na capital piauiense.

Apesar de contar com certa aceitação por parte da elite local, estas obras arquitetônicas eram, porém, polêmicas entre a população, que muitas vezes acreditava que as mesmas eram arrojadas demais para a época¹⁸ e que a opção por construções monumentais ia contra o ideal de melhorias básicas para a população.

Além do Governo, a elite teresinense passou a ser também grande “consumidora” da arquitetura moderna. Antônio Luiz também elaborou muitos projetos residenciais, sedes de empresas, lojas, clínicas e edifícios comerciais.

Nas obras analisadas, observa-se uma interlocução com a chamada escola carioca de arquitetura, devido às características plásticas, que aliam os elementos tradicionais da arquitetura corbusiana a elementos típicos brasileiros. O arquiteto estudado lança mão de materiais locais como a madeira (pau d’arco), telhas coloniais, tijolos e revestimentos cerâmicos e azulejos decorados. Também reservava um local para receber obras de artistas regionais nos prédios institucionais e sempre trabalhava plasticamente os muros. Estes elementos permitiram a criação de um vocábulo próprio e característico da obra de Antônio Luiz, ou seja, a interlocução não se resumiu a uma reprodução das referências, mas sim uma adoção crítica do repertório que adquiriu características próprias.

¹⁸ Do artigo *Arquitetura brutalista no Piauí nos anos 1970 para Vitruvius*, de Alcília Afonso de Albuquerque Costa.



Imagem 4: Detalhe da residência de Mansueto Martins Magalhães – 1968, uma das mais bem conservadas obras de Antônio Luiz. É possível identificar o uso de concreto, azulejos pintados, madeira, telhas cerâmicas e muro formado de tábuas de concreto cravadas no piso. Fonte: Aline Lira, 2016.

Outra preocupação sempre presente em projetos do arquiteto estudado foi com relação ao clima. Em Teresina, cidade onde as altas temperaturas prevalecem o ano inteiro, amenizar o calor torna-se um desafio. Recursos arquitetônicos como o sistema de colchão de ar para a retirada do ar quente entre a cobertura e a laje de forro, aberturas em paredes opostas para proporcionar a circulação de vento, vãos centrais abertos, *brises soleils*, são alguns artifícios frequentemente usados nas obras analisadas.

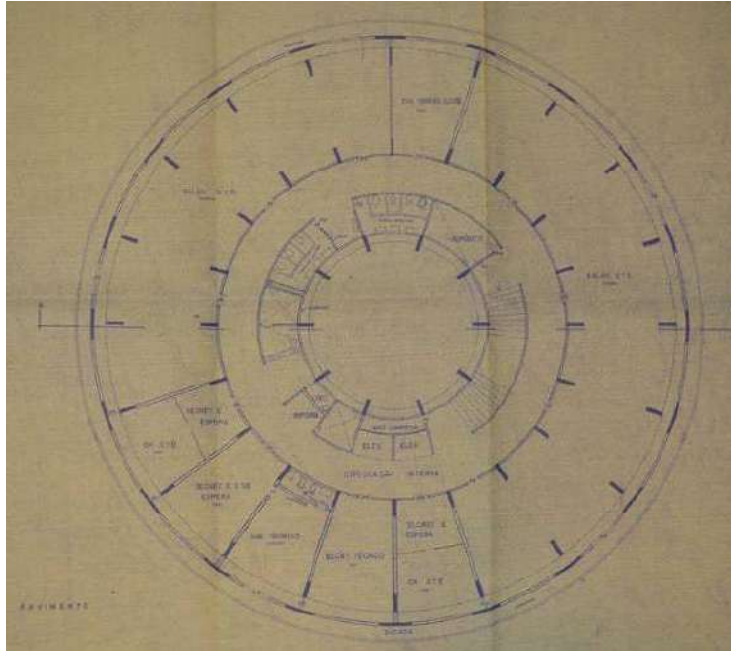


Imagem 5: Planta-baixa do projeto da Cepisa, de 1973. No centro, um grande vão central permite a circulação de ar no interior do edifício. Fonte: Acervo do arquiteto, 2015.

Em termos do desenvolvimento do trabalho, acredita-se que através do processo de cruzamento de material bibliográfico com as peças gráficas de projeto e a análise física das obras selecionadas, será possível pensar a relação da arquitetura com a cidade, propondo a maneira como ocorreu a aceitação e difusão da arquitetura moderna em Teresina.

Referências Bibliográficas:

AFONSO, Alcília. Antônio Luiz - arquiteto. Teresina: Halley. 2012.

BUZZAR, Miguel Antonio. João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho de arquitetura brasileira, 1938-1967. São Paulo, Editora Unesp; Editora Senac, 2014. 1ª edição.

FRAMPTON, Kenneth - História Crítica de la Arquitectura Moderna, Barcelona, G.G., 1983, 2a ed.

MARTINS, Carlos A. F. - Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso moderno no Brasil; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952), Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo: 1987, mimeo..

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

SILVA FILHO, O. P. Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí. Editora do Autor: Belo Horizonte. 2007.

Apropriação do espaço por moradores de conjuntos habitacionais em Viçosa – MG

Appropriation of space by residents of the governmental housing estates in Viçosa - MG

Jansen Lemos Faria

e-mail: jansenfaria@hotmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8006685990051814>

Miguel Antônio Buzzar

e-mail: mbuzzar@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2534049526509532>

Palavras-chave: apropriação do espaço; segregação; habitação social. | **Keywords:** appropriation of space; segregation; social habitation.

Este trabalho pretende realizar uma pesquisa exploratória visando o entendimento e a análise dos efeitos sociais e urbanos da implantação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (lei 11.977, 2009) na cidade de Viçosa, Minas Gerais, para os moradores das localidades, a partir do estudo dos processos de apropriação do espaço. Desta forma a pesquisa coloca em foco o direito à cidade e as relações sociais e espaciais pela perspectiva do público-alvo dessa ação governamental. Compreende-se como objetivo maior de ações e políticas públicas voltadas às parcelas social e economicamente vulneráveis, em tese, o acesso à cidadania. Assim, a pesquisa procura relacionar seus elementos centrais e objeto de estudo a grandes temas como o da cidadania, da moradia adequada, das sociabilidades, do espaço público, do direito à cidade e a da segregação socioespacial. Dada a abrangência e a visibilidade do programa, muitas pesquisas foram realizadas tendo-o como objeto de estudo e variados questionamentos foram levantados, sobretudo em relação a seu desenho político. Porém, há uma lacuna no que diz respeito às relações sociais e urbanas estabelecidas pelos moradores dos conjuntos, para além da avaliação quantitativa baseada em questionários padrões, sobretudo em se tratando de cidades de pequeno e médio porte, onde a escala da cidade muda a perspectiva de análise dos elementos. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para elucidar relações socioespaciais de moradores realocados para conjuntos habitacionais e auxiliar em estudos correlatos em diferentes campos do conhecimento, como para o urbanismo, a sociologia urbana e a geografia.

INTRODUÇÃO

O problema da habitação não é recente. Desde a revolução industrial o problema do acesso à habitação vem sendo destaque nas discussões sobre cidade e sociedade, pois o acesso à habitação é a chave para se entender e procurar formas de solucionar diversos problemas urbanos relacionados a outros grandes temas, tais como: a inclusão social e econômica de grupos sociais vulneráveis; o direito à moradia adequada¹⁹ (ROLNIK, 2013); a mobilidade urbana; o direito a cidade (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001)²⁰ e; o acesso à cidadania.

A terra urbana e a urbanização são tratadas como mercadorias e estão diretamente relacionadas com a espoliação urbana. Isto pois “no interior do regime capitalista em que vivemos, a casa, a habitação, é uma mercadoria como não importa qual outra, que é produzida tendo por objetivo a finalidade geral da produção capitalista, isto é, o lucro. ” (SINGER apud FERRO, 2006, p. 105). A pobreza urbana está conectada com o fenômeno da urbanização (SANTOS, 2013), de forma que a falta ou precariedade de habitações, bem como sua periferização, são características intrínsecas a este fenômeno. Porém, o mesmo sistema que fomenta a segregação e a desigualdade, às vezes, deve lidar com situações de salubridade e de perda de capital advindas desse contexto. Busca-se, então, formas de amenizar os problemas, tais como medidas higienistas e/ou a criação habitação de vilas operárias, por exemplo.

A partir dos problemas relacionados ao acesso à moradia destaca-se, atualmente, o tema do “direito à cidade”. O direito a cidade enquanto concepção relacionada com a inserção urbana dos grupos sociais vulneráveis tem sido tratado nos estudos que buscam entender os modos de organização política e social das cidades. No Brasil, sobretudo após a década de 40, a urbanização deu-se de maneira desigual impulsionada pela atuação do Estado e dos setores econômicos, que constituíram forças de exclusão das parcelas sociais de baixa renda, empurrando-as para as periferias urbanas e consolidando problemas estruturais na organização política e social do território (SANTOS, 2013).

A habitação de interesse social tem se constituído como tema central a partir da compreensão de que o direito à habitação deve ser tomado em termos de direito à “moradia adequada”. Esse direito carrega a totalidade de direitos e acessos ligados à habitação, para além da própria residência. Ou seja, a moradia como eixo a partir do qual se tem acesso à

¹⁹ Disponível em: <<http://spressosp.com.br/2014/06/11/raquel-rolni-moradia-nao-se-resume-uma-casa-teto-e-paredes/>> Acessado em: 01/12/2015 ver mais em: <<http://direitoamoradia.org/>>

²⁰ Os dois autores tratam do tema com algumas diferenças.

serviços e equipamentos públicos, aos espaços de sociabilidade ligados ao trabalho, lazer, cultura e educação.

Sendo assim, o déficit habitacional deve ser entendido através dos seus componentes quantitativos, referentes à demanda de unidades habitacionais, por motivos de habitação precária, por exemplo; e qualitativos, que são referentes à falta de qualidade da habitação, como a falta de unidade sanitária, por exemplo (CYMBALISTA, MOREIRA, 2006).

Tendo em vista a mitigação do déficit habitacional, o Brasil tem um histórico de ações governamentais, em parceria ou não com o setor privado, às quais visaram combater os altos números do déficit habitacional, mas, ao mesmo tempo, usar da promoção da habitação como forma de evitar ou dirimir crises econômicas, sejam elas de motivação interna ou externa (HARVEY, 2011; CUNHA, 2014). Emergem dessas questões as políticas habitacionais como as ações centralizadas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida).

No caso do PMCMV, o Governo Federal, através da Caixa Econômica, injetou verba para a promoção empresarial de habitação de interesse social através de subsídios ou de incentivos financeiros. Desta forma, abriu-se ao mercado formal a construção de habitações para as populações de baixa renda, que foi atraída à compra: i) pela possibilidade de pagamento em longas e baixas parcelas, pelo preço em si; ii) pela segurança financeira advinda da aquisição da casa própria; e iii) pela possibilidade de inserção social. Dado o volume do investimento pelo Governo Federal e as características do setor da construção civil, o PMCMV, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi um dos responsáveis por diminuir os efeitos da crise econômica internacional de 2008 nos seus anos iniciais no Brasil. Contudo, “o aumento das verbas destinadas ao financiamento imobiliário gerou também um encarecimento da terra urbana e dos aluguéis, com consequente segregação. ” (BOULOS, 2015)²¹, além da reafirmação de modos de urbanização onde os agentes imobiliários e da construção cumprem o papel de “planejadores”, deixando o Estado com a função burocrática e coadjuvante de apenas disponibilizar o dinheiro e fiscalizar o cumprimento de normas, cujo resultado é, novamente, a exclusão das camadas sociais mais vulneráveis dos centros urbanos e dos locais de decisão.

²¹ Disponível em: <tvuol.uol.com.br/vídeos/havana-connection_m958348/> Acessado em: 15/09/2015

O PMCMV é objeto de estudo de inúmeros pesquisadores que destacam a baixa qualidade arquitetônica das moradias, a segregação espacial provocada pelos locais de implantação dos empreendimentos, as relações mercadológicas que regem o programa, dentre outros aspectos. Estudos realizados por Cardoso, 2013; Cunha, 2014; Amore, Shimbo, Rufino, 2015 dentre outros, têm discutido as relações entre os agentes políticos, os sociais, as construtoras e o mercado financeiro. Outros estudos procuram avaliar o programa através da satisfação dos beneficiários, como o recente “Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida” (SNH, Midades, IPEA, 2014).

Porém, mesmo os estudos que visam averiguar os níveis de satisfação dos moradores dos conjuntos do PMCMV, utilizam metodologias quantitativas, o que pode gerar como resultado dados conflitantes, como um alto nível de satisfação dos moradores com o imóvel e o conjunto acompanhado de desejos de mudança das famílias para outro local. Pois, quem tem como parâmetro uma realidade de baixíssima qualidade de habitação demonstrarão certa satisfação em encontrar alguma qualidade de moradia. Somado isso à posse do imóvel, o que garante também certa segurança patrimonial, o nível de satisfação aparece alto. Ou seja, avaliações sobre a qualidade do ambiente construído, quando não acompanhadas de entrevistas e análises espaciais e sociais, podem ocultar precisamente alguns dos pontos de inflexão que pesquisas em políticas públicas devem lançar luz.

Assim, apesar da grande qualidade e abrangência dos estudos, pouco tem se falado no âmbito das sociabilidades e da apropriação do espaço pelos moradores dos empreendimentos do PMCMV. Os empreendimentos destinados às camadas economicamente e socialmente mais vulneráveis²² são espaços construídos e habitados dos quais deve-se procurar entender **os modos de vida deles**, bem como **a relação deles com os espaços dos empreendimentos e com relação à cidade**.

Desta forma há uma lacuna do conhecimento pois pouco se tem discutido o lugar onde se constroem relações sociais como espaço da coexistência dessas pessoas; pouco se tem entendido como essas pessoas se apropriam desse lugar da coexistência e sobre qual é o significado desse espaço novo para essas pessoas no contexto da inserção social e urbana dos moradores. Outra lacuna encontrada é referente ao tamanho das cidades dos empreendimentos estudados, em sua maioria em Regiões Metropolitanas (RM). Poucos são os estudos dedicados aos empreendimentos do PMCMV em cidades de pequeno porte populacionais, aqui compreendidas como cidades de até 100 mil habitantes. Esse é o caso

²² Correspondentes à Faixa 1 da Fase 1 do PMCMV (2009): contempla famílias com rendimento mensal de até R\$ 1600,00, com origem de recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial)

de Viçosa²³, no interior de Minas Gerais, cidade com de cerca de 72 mil habitantes (IBGE, 2010²⁴). Compreende-se que as características culturais e físicas da cidade mudam os parâmetros de análise sobre populações em cidades de pequeno porte em relação às de RM. A escala da cidade permite, em tese, uma proximidade maior entre os moradores e os espaços urbanos. Em tese, a mudança na temporalidade e espacialidade (dois dos principais itens para análise do processo de apropriação) mudaria também os modos de apropriação se compararmos os moradores de cidades pequenas e médias com moradores de RMs.

Tendo em vista que os conjuntos do PMCMV em Viçosa não são grandes o suficiente para demandarem novos equipamentos urbanos, como é a relação entre os moradores e os espaços exteriores aos seus conjuntos? Dada a escala da cidade e o fato de os conjuntos estudados serem locais de baixo movimento de automóveis, não seriam estes conjuntos habitacionais, sobretudo para crianças e idosos, locais com potencial para o reestabelecimento da rua como local do encontro e de práticas sociais? E ainda, a partir dessas práticas podemos identificar espaços de solidariedade, de identidade e de fortificação de um caráter político de um grupo social? Enfim, como se dá o processo de apropriação dos espaços? Há fatores que promovem ou dificultam a apropriação? Se existem, esses fatores são de ordem físico-espacial e/ou de ordem social?

Uma pesquisa dentro desse contexto vai ao sentido de entender a importância desse espaço como moradia, onde a vida ganha outro sentido na cidade (da exclusão à inclusão) e dará sentido a um lugar novo. A condição desses espaços não pode ser tomada somente em torno de qualidades urbanísticas e arquitetônicas ou do desenho político do programa, ou ainda, de pesquisas de opinião sobre a qualidade ou não do programa, pois é preciso entender aspectos mais profundos relacionados às relações entre os sujeitos e os espaços de moradia, e entre os sujeitos e a cidade.

TEMA

O tema da presente pesquisa é a **apropriação do espaço** como um processo de construção social. Entende-se a apropriação como o processo dialético que vincula pessoas e espaços, dentro de um contexto sociocultural, e que parte dos níveis do indivíduo, do grupo e da comunidade até o da sociedade. O desenvolvimento deste processo pode ser

²³ A cidade de Viçosa pode ser considerada uma “cidade média” visto seu papel de sub-centro regional. Porém, segundo o IBGE, a cidade é de pequeno porte pelo seu número populacional (até 100 mil habitantes).

²⁴ Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>

entendido a partir de duas vias dialéticas complementares: a **Ação-transformação** e a **Identificação Simbólica** (MORANTA, URRÚTIA, 2005). Quando há uma relação entre pessoa e espaço num determinado contexto sociocultural e ao longo de um período de tempo, há um processo de apropriação – mesmo que incipiente. Para que se desenvolva a apropriação, esta relação deve partir de um conjunto de experiências de ação (transformação) e identificação simbólica. Assim, quando existem essas relações e experiências, que desencadeiam significados, identidades e participações, dá-se a apropriação do espaço.

A apropriação se dá através de condicionantes físicas (espaços), temporais (sociabilidades, usos dos espaços e suas temporalidades) e subjetivos (identificação, apego ao lugar). O processo de apropriação é variável de acordo com as características do sujeito ou grupo analisado. Desta maneira, deve-se analisar cada grupo tendo em vista sua heterogeneidade quanto às características culturais de origem, suas experiências, relações sociais e faixa etária.

Deve-se procurar também relacionar os elementos propulsores (características culturais, sociabilidades, identificação simbólica e etc.) de apropriação e seus correspondentes espaços apropriados (a moradia, a rua, a praça, a escola, etc.) para um entendimento do processo em sua totalidade. Neste contexto dos “processos de interação” o **uso** e a **temporalidade do uso** ganham papel central no processo de apropriação. Isso se dá pela qualidade do espaço de fazer parte da vida urbana.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE apud HAESBAERT, 2005. p. 2)

Assim, Lefebvre impõe um sentido simbólico para apropriação, que só pode ser estabelecida através do uso em um tempo, ou seja: só há apropriação quando há, no território, práticas sociais e, quanto maior a multifuncionalidade, maior a apropriação – para um grupo social – por atender a mais ‘tempos’. O contrário acontece com o valor de troca, de propriedade, em que prevalece a posse independente do uso e da identificação. O território no sentido de propriedade é um domínio que, como qualquer objeto, tem valor de compra e de venda. Nesse sentido é importante entendermos sobre **valor de uso** e **valor de troca** (LEFEBVRE, 1999; 2001). O valor de troca está relacionado às relações comerciais de espaços, bens, produtos, etc. Aquilo o que tem um valor comercial, de

compra e de venda, que sobreponha ao valor de uso. Ao contrário – mas não se excluindo um ao outro – está o valor de uso que determinado bem possui em sua função e que esteja relacionado ao tempo, à socialização, à vida urbana, ou ainda à “fruição, a beleza, ao encanto dos locais de encontro.” (LEFEBVRE, 2001).

No âmbito da habitação, sobretudo a chamada Habitação de Interesse Social (HIS), a relação entre o valor de uso e o valor de troca ganham maior destaque. A habitação tem um valor inerente de uso. Este fato coloca o acesso à moradia como um direito, porém, ao mesmo tempo, o protagonismo da terra urbana nas dinâmicas do capital faz com que esse direito esteja submetido às questões de mercado e da economia política. A habitação, para o capital, é mera mercadoria, e seu valor de uso torna-a uma mercadoria de ainda maior valor.

Portanto, a apropriação se coloca fora da questão da propriedade do espaço. O lugar apropriado não necessariamente é de propriedade do indivíduo ou grupo que dele se apropria. A questão dos usos e pertencimentos a múltiplas temporalidades coloca o espaço público como local potencial de apropriação. Ele não está sujeito (teoricamente) a vontades de empreendedores individuais, mas submetido à ação das pessoas e do Estado ao qual determinado espaço faz parte.

Como resultado provável da apropriação há a construção do “apego ao lugar”, do “espaço simbólico urbano” e/ou da “identidade” (do lugar ou social urbana). Esses espaços virtuais construídos, que são materializados no (ou pelo) espaço físico, explicam comportamentos respeitosos e **perspectivas de futuro em relação aos lugares**. Esse último é um elemento chave na análise pós-ocupação de pessoas em um conjunto de HIS. Desta maneira, “(...) a apropriação do espaço é uma forma de entender a geração de vínculos com os 'lugares', o que facilita comportamentos ecologicamente responsáveis e a relação e a participação no próprio entorno.” (MORANTA, URRÚTIA, 2005. p.284, tradução livre)

Porém, tendo em vista o contexto da inserção dessas pessoas em uma nova localidade e realidade, além do propósito da inclusão desses moradores como cidadãos de direitos por parte de uma ação que está dentro de uma política pública, estudos da natureza aqui proposta mostram-se importantes elementos de análise e compreensão de comportamentos socioespaciais e dos resultados de uma ação pública ligada à promoção do acesso a direitos e à cidadania.

OBJETO DE ESTUDO:

O objeto de estudo é composto por famílias que viviam em contextos da precariedade habitacional em Viçosa, Minas Gerais, e que atualmente moram em dois empreendimentos do PMCMV. Para Maricato (2001, p. 4) há dificuldades comuns relativos à localização das moradias, cujas principais são:

(...) dificuldade de acesso aos serviços e infraestruturas urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente o emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal e policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

Assim, delimitamos o interesse pela cidade de Viçosa MG, por ter recebido investimentos no setor habitacional, beneficiando famílias que viviam nesse contexto. Segundo estudo realizado para Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV, 2014) a cidade registrou, em 2013, um déficit habitacional de 1780 domicílios para uma população total de 76.147 habitantes. Foram construídos, desde 2011, três conjuntos habitacionais atendendo 332 famílias das registradas em situação de vulnerabilidade na questão da moradia. Desta maneira, podemos entender que há na cidade um processo de inserção social de famílias excluídas do acesso formal a moradia. No contexto do acesso ao direito à moradia, o espaço urbano ganha sentido como ponto de partida para o entendimento do processo reinserção social.

Em regiões metropolitanas, a localização distante dos serviços, dos equipamentos públicos e dos locais de emprego causa grandes transtornos para os moradores. Essas populações perdem em qualidade de vida, em acesso a direitos sociais e no direito à cidade. Ainda em relação às regiões metropolitanas (e até mesmo para cidades médias), a exclusão dessas populações para as áreas próximas dos equipamentos públicos e dos empregos gera problemas, como a sobrecarga do sistema viário e o aumento da demanda por infraestrutura urbana. No caso de Viçosa a localização dos empreendimentos segue a mesma lógica da busca por terrenos baratos e, com isso, de ocupação em áreas de expansão da malha urbana da cidade. Porém, apesar de seguir a mesma lógica, a localização dos empreendimentos em Viçosa tem características próprias devido ao relevo natural do município e ao tamanho e adensamento da cidade.

Os conjuntos estudados ficam próximos ao bairro Santa Clara, que tem por característica abarcar desde residências e edifícios voltados para a classe média e média-alta da cidade, quanto ocupações irregulares e residências voltadas às famílias de classe econômica baixa. A área escolhida, apesar de se encontrar próxima a um bairro e a distar apenas 3,5 quilômetros do centro da cidade (a partir da moradia mais distante e 1,6 km a partir da moradia mais próxima ao centro), apresenta-se segregada da malha urbana por uma barreira geográfica natural: um morro que teve sua encosta menos inclinada ocupada (voltada ao centro), enquanto a outra permanece desocupada, permanecendo uma faixa de terreno natural entre a malha urbana e a área de implantação dos empreendimentos. Tal barreira, por sua inclinação, dificulta a saída do bairro em direção ao centro aos moradores que não possuem veículo ou aos com menor capacidade de locomoção, tornando-os dependentes do transporte público ineficaz.

Após a implantação, os empreendimentos analisados no presente trabalho receberam os nomes de Conjunto Benjamim José Cardoso (BJC) e Conjunto César Santana Filho (CSF). Foram construídas 132 e 123 casas em cada conjunto, respectivamente, ocupadas por famílias que se enquadravam, à época, na Faixa 1 do PMCMV. Cerca de 82% dos moradores dos referidos conjuntos são originários do próprio município, sendo nascidos ou residentes a mais de quatro anos em Viçosa (GUIMARÃES, 2013). A maior parte dos moradores é proveniente de outros bairros da periferia da cidade e cerca de apenas 25% dos moradores residiam anteriormente na mesma região²⁵ e aproximadamente 8% são provenientes da zona rural (GUIMARÃES, 2013). Dos moradores provenientes da mesma região dos atuais conjuntos, a maior parte vem da parte alta do bairro Santa Clara e, dentre eles, alguns estavam em ocupação irregular em um prédio abandonado no bairro.

Obedecendo às diretrizes do PMCMV, a maior parte dos titulares são do sexo feminino, cerca de 93% (GUIMARÃES, 2013), condizente também com a política pública de distribuição de renda Bolsa Família (Lei nº 10.836/2004), da qual cerca de 70% dos moradores são beneficiários (GUIMARÃES, 2013). Mesmo que todos os titulares das moradias pertençam à Faixa 1 do PMCMV, pode-se observar certa disparidade dentro do conjunto quanto aos bens que possuem e condições de trabalho e renda. Há famílias que dispõem de carro próprio, enquanto outras têm que usar o transporte público. Quanto à escolaridade há um predomínio de pessoas com ensino fundamental incompleto. No

²⁵ O bairro atual ao qual pertencem os conjuntos foi criado após a construção dos mesmos, por isso aproximamos a origem dos moradores por região para destacar aqueles provenientes de bairros mais distantes.

Conjunto CSF, que tem a maior taxa de escolaridade, apenas 14,3% dos titulares têm ensino médio completo (GUIMARÃES, 2013).

Atualmente, os conjuntos passam por um processo de ampliação de boa parte das casas, sobretudo no conjunto BJC, onde pode-se observar moradias com acréscimo de área com edificações “anexas” à original, todas de autoconstrução, sendo algumas delas com até 2 pavimentos. A maior parte das casas conta com algum tipo de proteção do lote. As proteções vão desde cercas de bambu até a muros de alvenaria com altura superior a 2 metros, escondendo a edificação de quem a vê da rua. Isso se dá porque a preocupação com a segurança e a privacidade são grandes. Apesar de não haver grande incidência de furtos e roubos nos conjuntos, há a presença do tráfico de drogas e um clima geral de desconfiança em relação aos vizinhos e, principalmente, quanto aos moradores dos bairros próximos.

OBJETIVOS:

a. Objetivo geral:

Entender as apropriações dos espaços pelos moradores de dois conjuntos habitacionais do PMCMV na cidade de Viçosa, MG.

b. Objetivos específicos:

- i) Compreender as dimensões que compõe as noções de apropriação do espaço;
- ii) Analisar as relações e conexões entre os empreendimentos e a infraestrutura da cidade e seus espaços livres e de lazer;
- iii) Discutir a inserção socioespacial dos condomínios estudados;
- iv) Entender as relações sociais e espaciais dos empreendimentos.

METODOLOGIA:

O presente trabalho tem como proposta metodológica a pesquisa qualitativa, pois compreende-se que esta permite um melhor arranjo nos procedimentos de pesquisa dentro do campo das ciências sociais aplicadas. Não se despreza aqui os procedimentos quantitativos, bastante adequados quando o objeto de estudos exige um volume de amostragem maior. Porém, por tratar-se de uma investigação de abrangência territorial pequena e, tendo em vista a busca por especificidades que só podem ser compreendidas quando vistas de forma mais particularizada, tem-se nos métodos de estudo relativos às pesquisas qualitativas as melhores possibilidades de aprofundamento no objeto de pesquisa analisado.

Desta forma, optou-se aqui pela aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas e observações de campo como principais métodos de pesquisa de fonte primária. Haverá, anterior e concomitantemente às entrevistas e levantamento de campo, a consulta a fontes secundárias com objetivo de maior embasamento crítico-teórico e aprimoramento das consultas às fontes primárias. Assim, a abordagem será ampla pois pretendemos chegar à compreensão de diferentes contextos vivenciados nos cotidianos das famílias estudadas e à relação das práticas cotidianas com os espaços dos quais, atualmente, essas famílias fazem uso e se apropriam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.

GUIMARÃES, Eliane Aparecida. O processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para a população de baixa renda: o caso de Viçosa-MG. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2013.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MORANTA, Tomeu Vidal; URRÚTIA, Enric Pol. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. Anuário de psicologia da Universitat de Barcelona, Barcelona.2005.p 281-297

TORRES, Héctor Barrueta; MORANTA, Tomeu Vidal. La noción de espacio público y la configuración de la ciudad: fundamentos para los relatos de pérdida, civilidad y disputa. Polis, Santiago, v. 11, n. 31, p. 57-80, abril de 2012.

Arte, Arquitetura e Cidade nos Espaços Alternativos (1960-1980)

Art, Architecture and City in the Alternative Spaces (1960-1980)

Guilherme Vendramini Cuoghi

e-mail: gvcuoghi@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8482708887609267>

Fábio Lopes de Souza Santos

e-mail: sotosdantos@uol.com.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3856682353780970>

Palavras-chave: arte; arquitetura; cidade; espaços alternativos; Nova York. | **Keywords:** art; architecture; city; alternative spaces; New York.

A significativa notoriedade do termo “alternativo”, endereçado aos espaços dedicados à produção e à exposição da arte e da cultura, remonta ao momento histórico turbulento, porém criativo, dos anos 1960 e 1970; em especial, ao contexto norte-americano.

Neste período, o Estados Unidos enfrentava uma forte crise política, social e econômica que castigava, principalmente, as grandes concentrações urbanas. Em Nova York, por exemplo, a situação financeira provocou a debandada de empresas e indústrias da cidade que deixaram para trás inúmeros desempregados e edifícios abandonados, ao passo que cortes drásticos de gastos públicos realizados pela prefeitura da cidade no mesmo período fez eclodir greves nos mais variados setores e serviços – como os de limpeza, fiscalização e manutenção urbana. Enquanto isto, o contexto de contracultura (de contestação da consciência, do comportamento e dos valores tradicionais) fazia despontar inúmeros movimentos sociais de luta por direitos civis mais igualitários ao mesmo tempo em que a manipulação descarada de informações sobre a Guerra do Vietnã alimentava a desconfiança da população, não só em relação às políticas governamentais como também aos demais sistemas e instituições existentes – incluso o da arte.

Assim, se em um passado não muito distante a arte norte-americana colhia os frutos do sucesso alavancado pelo Expressionismo Abstrato – responsável por posicionar a cidade de Nova York no centro da produção artística ocidental –, no contexto histórico da década de 1960 ela não encontrava mais espaço para o glamour e para a produção ensimesmada de outrora. A proporção dos problemas sociais e políticos era tamanha que exigia das

instituições artísticas uma outra postura, contrária ao que comumente faziam – dar as costas e ignorá-los. O museu havia sido confrontado com as vicissitudes cotidianas e não sabia como proceder – também pudera, seus membros (diretores, administradores, curadores) dificilmente eram qualificados para lidar com tal situação. Assim, a Era do Museu – cujo apogeu, na primeira metade do século XX, havia sido sustentado por um projeto moderno interessado na educação erudita da população, na construção de um grande acervo e na consagração da arte moderna – definhava e rumava para o fim.

Enquanto alguns profissionais ligados ao campo recusavam-se a entender que “a arte é vulnerável ao seu contexto”, o crítico e artista Brian O’Doherty, de grande influência no cenário nova-yorkino, não só compreendeu como levou adiante esta afirmação. Nos anos 1970, o americano escreveu uma série de artigos, espalhados entre livros e periódicos, que desmascaravam a aparência pura, branca e inocente do espaço expositivo modernista – referenciado por ele como “cubo branco”. Em seus textos, o crítico apontava as principais condicionantes, sistêmicas e espaciais, que limitavam tanto a relação do público com as obras expostas quanto com a produção das obras em si – uma vez que elas se restringiam a um espaço construído idealmente para abrigar um só tipo de arte: a moderna.

As críticas de O’Doherty ao sistema e ao espaço artístico não se sustentavam sozinhas. Elas somavam forças aos artistas cujas produções eram colocadas à margem do sistema tradicional; isto é: artistas que, desde a década de 1960, procuravam desvincular-se da lógica institucional e de mercado, romper com os suportes tradicionais, diluir as fronteiras artísticas e investigar outras relações com o espaço expositivo, com a cidade e com público.

Munidas de um contexto alicerçado pelos questionamentos aos valores tradicionais (contracultura), por um cenário urbano caótico, pela presença de inúmeros edifícios desocupados e pelo apoio financeiro de agências de fomento cultural (que contavam com Brian O’Doherty na direção), a teoria e a prática de vanguarda encontrou situação favorável para a criação de novos lugares destinados à produção, exposição, divulgação e experimentação artística.

Desta maneira, as décadas de 1960 e 1970 confluíram esta série de fatores que acabaram por impulsionar o aparecimento massivo dos chamados “espaços alternativos”: espaços dotados de características e de identidade própria, originados a partir de iniciativas espontâneas de artistas e de outros agentes culturais, que abrigavam e sobrepunham programas, públicos e práticas artísticas diversas. Espaços que, de uma maneira ou de outra, destoavam das relações sistêmicas e espaciais tradicionais, que passaram a dar suporte às novas experimentações artísticas e a incorporar (direta ou indiretamente) questões de ordem urbana, política, econômica, social e cultural.

Situados em um momento de grandes rupturas e inversões, entre o período moderno e o pós-moderno, os Espaços Alternativos partilham do amplo processo de reestruturação e redefinição dos lugares de produção cultural e artística que avançam até a contemporaneidade. Sendo assim, são de extrema importância para entender o processo de transformação da ideia de espaço expositivo e seu diálogo com as mudanças na produção de arquitetura, de cidade, de cultura e de mercadoria.

São estas, portanto, algumas das questões que a presente pesquisa busca se aprofundar e discutir ao analisar, de maneira ampliada, alguns dos espaços alternativos de produção, exibição e divulgação da arte de vanguarda emergentes no período que compreende a década de 1960 e 1970 em Nova York – escolhidos de acordo com suas peculiaridades e contribuições à discussão mais ampla que se pretende construir na dissertação de mestrado. Dentre os espaços escolhidos para tal, encontram-se: a fábrica *pop* de Andy Warhol – *The Factory* (1962-1984) –, o *P.S.1 Contemporary Art Center* (1971-1999) – uma antiga escola abandonada transformada em espaço expositivo –, alguns dos espaços fundados e geridos por artistas na região do SoHo e East Village – como a galeria *112 Greene Street* (1970-1979), o restaurante *Food*, o loft “*Babylonest*” de Hélio Oiticica (1971-19778) – e o evento/exposição *Times Square Show* (1980) em um edifício desocupado na região da *Times Square*.

Para a construção e desenvolvimento de uma problemática ampla, a discussão almejada pela pesquisa busca se atentar e discorrer sobre os momentos que margeiam e percorrem o aparecimento e o desaparecimento destes espaços; ou seja, da ascensão do espaço expositivo tradicional (cubo branco) à crítica destes espaços – num primeiro momento –, o contexto de emergência dos espaços alternativos e suas rupturas – num segundo momento –, e sua absorção pelo capital e pelo circuito de espaços artísticos contemporâneos – por fim. Para a análise aprofundada de cada um dos Espaços Alternativos – elemento central da discussão –, a pesquisa irá percorrer as principais figuras (órgãos, artistas, mecenas, etc.) envolvidas em sua fundação, manutenção e vivência; o contexto cultural, político, econômico e social particular no qual se inserem; os principais interesses, práticas e programas (artísticos ou não) promovidos por eles; as questões políticas, sociais e culturais do período com as quais dialogam; e as rupturas com a produção artística tradicional promovidas pelos mesmos.

Como resultado, a leitura crítica que se intenta construir ao longo da pesquisa parte da análise comparativa entre as diferentes posturas, estratégias, contribuições e discussões protagonizadas pelos diferentes espaços alternativos em relação ao público (recepção e participação) e à cidade, bem como suas reverberações no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AULT, Julie. *Alternative Art New York, 1965-1985*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

CAUQUELIN, A. *Arte contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FENSTERSTOCK, Ann. *Art on the Block: Tracking the New York Art World from SoHo to the Bowery, Bushwick and Beyond*. New York: Palgrave Macmillan, 2013

GREENBERG, Clement. *Arte e Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2013

O'DOHERTY, Brian. *No interior do cubo branco: a ideologia do Espaço da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002

SANDLER, Irving. *Art of the Postmodern Era: from the late 1960 to the early 1990s*. New York: HarperCollins, 1996.

As dimensões das Artes Participativas, do *Design* e das Apropriações do Espaço Urbano em trabalhos de arte contemporâneos.

The dimensions of Participative Arts, Design and Urban Space's Appropriations in Contemporary Artworks.

Marcos Paulo Marchetti

Email: xtrobo@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7782069016854362>

Fábio Lopes de Souza Santos

Email: sotosantos@uol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3856682353780970>

Palavras-chave: Arte; Arquitetura; *Design*; Cidade. **Keywords:** Art, Architecture, Design; City.

INTRODUÇÃO

Através da pesquisa em andamento aqui apresentada, busca-se sistematizar teoricamente vários trabalhos artísticos de intervenção urbana, a partir dos quais seja possível verificar o alcance de conceitos que, advindos do campo das artes, mesclam-se com a Arquitetura e o Urbanismo. Tendo seus limites praticamente borrados no contexto histórico atual, a Arquitetura, a Arte e o *Design* configuram um horizonte teórico expandido, a partir do qual pretende-se obter leituras e reflexões sobre formas contemporâneas de apropriação dos espaços das cidades contemporâneas. A partir de uma seleção de trabalhos artísticos contemporâneos, esta pesquisa tem como objetivo geral uma ampliação do entendimento de seus significados e possíveis impactos, tendo como ponto de partida sua emergência, difusão e importância no contexto histórico atual.

As transformações econômicas globais pós crise de 2008 acabaram influenciando também artistas que propõem diferentes abordagens em relação às dinâmicas sociais urbanas contemporâneas, seguindo uma tendência de retorno ao real, como descrita por H. Foster (1996), que vinha emergindo desde as duas décadas anteriores. Situando-se entre instâncias simbólicas destas novas dinâmicas das cidades, e protótipos em desenvolvimento e experimentação contínua através de propostas de intervenções urbanas, este conjunto amostral de trabalhos revela, inicialmente, posturas de captura e resistência em relação a

questões surgidas inicialmente no campo da arte, e posteriormente avançaram para outros campos, como a economia, por exemplo. Em relação ao plano de pesquisa inicial, percebeu-se a necessidade de abordagens que extrapolavam a obra do artista Nelson Leirner, tendo em vista uma pesquisa com resultados mais amplos e mais adequados aos temas propostos inicialmente. Esta ampliação de horizonte amostral de temas e artistas era prevista no plano inicial, ocorrendo nos primeiros meses com a transferência de um foco único para um recorte que abarcasse questões mais condizentes aos reajustes que a bibliografia sugeria ao ser expandida.

As discussões sobre o desenvolvimento da pesquisa acabaram também apontando para a possibilidade de uma estrutura da tese final baseada em campos relacionados às ideias iniciais desta pesquisa, porém, com reflexões mais aprofundadas. Conforme descritas a seguir, parte-se de uma caracterização dos principais conceitos estudados sobre o tema mais amplo de Cidades Criativas, como primeira abordagem ao contexto histórico contemporâneo a ser desenvolvido. Feita esta caracterização do contexto onde ocorre a emergência e difusão de trabalhos artísticos contemporâneos do interesse desta pesquisa, procura-se abordar três temas gerais, para se chegar a aproximações mais precisas sobre o momento atual. Após a introdução, é prevista a elaboração de três capítulos monográficos, cujos temas são divididos em: **1. Arte como crítica ao *design***; **2. Estética relacional e 'Artivismo'**; e **3. Arte e apropriação do espaço urbano**.

De forma introdutória, antes de aprofundar a discussão pretendida nos capítulos que estruturam a tese, procura-se comentar sobre alguns dos principais conceitos das chamadas 'Cidades Criativas', com o objetivo de revelar aspectos de trabalhos concretos dos artistas pesquisados, como descrito a seguir.

CONTEXTO HISTÓRICO

Em um cenário global onde a criatividade e as potencialidades simbólicas assumem o protagonismo na produtividade de diversos setores urbanos, principalmente no momento pós crise de 2008, os arranjos sociais e econômicos das cidades passam por sensíveis transformações que, progressivamente, enfatizam a subsunção de trabalhos intelectuais e culturais ao capital. Em substituição ao trabalho mecânico do modelo fordista que caracterizou uma considerável parte do século XX, aspectos culturais e intelectuais tornam-se centrais na discussão de possíveis novos usos dos espaços urbanos, compondo um novo *rol* de encaminhamentos que consideram conseqüentes novas ordens tecnológicas e práticas. A nova indústria, potencializada agora por aspectos da criatividade e intelectualidade individuais e coletivas, faz convergir ao seu redor políticas públicas,

sobretudo aquelas ligadas aos setores culturais, tendência que se expande globalmente através da consolidação de redes informatizadas, baseadas em tecnologias de trocas de informação à distância. Durante a era industrial, a produção serial respondeu às necessidades de consumo em massa, assim como uma economia baseada, fundamentalmente, no emprego de métodos repetitivos para a fabricação de produtos. Posteriormente, os equipamentos de comunicação, frutos de uma produção industrial já consolidada, tornam-se menores e praticamente indispensáveis em quase todas as funções cotidianas. Negroponte (1995), ao esboçar a trajetória de equipamentos informatizados, observa que já vivemos a era da pós-informação, onde a comunicação em massa, que atendia demandas de grupos ou regiões, passa a ter um público composto por uma única pessoa. A informação é personalizada, e a 'customização' informacional é uma tarefa individualizada, cabendo ao usuário dos meios de comunicação a tarefa de editar o conteúdo informacional que lhe interessar, em momentos e espaços determinados.

Por outro lado, em manifestações de movimentos sociais mais recentes, a criatividade e a preocupação com choques estéticos passam a ocupar um lugar de destaque em suas ações, garantindo a eficácia também de sua divulgação multi-midiática, garantida por uma rede mundial de trocas de informação à distância, já estruturada nas últimas décadas. Para David Harvey (2004), a estetização e a informatização destes aspectos da vida cotidiana compartilhada por grupos sociais, que se consolidava desde a guinada da era da máquina para o pós-fordismo, seria uma das principais consequências da alteração dos padrões de acumulação do capital, cada vez mais flexíveis no momento contemporâneo, onde o Estado passa de planejador a regulador do espaço urbano. Perpassado por questões que se dirigem invariavelmente à questões simbólicas, o espaço das cidades contemporâneas é pensado cada vez menos sob um olhar que prioriza novas formas materiais e concretas, para serem pensados a partir de valores imateriais. Otilia Arantes comenta os reflexos das mudanças no enfoque das preocupações urbanísticas, observando que, "(...) quem hoje em dia mexe com a arquitetura da cidade e demais tópicos adjacentes, cuida menos de uma espacialidade nova e batizada de transdisciplinar do que possivelmente do capítulo central do debate contemporâneo – um campo de forças técnicas, artísticas e políticas marcado pela ascendência incontestável do supracitado 'cultural'. No momento em que as cidades passaram a ser encaradas como repertório de símbolos, tudo virou cultura." (ARANTES, 2008, p. 148.) Após os anos 1990, como aponta Malcom Miles, as mudanças nas cidades estruturam-se segundo necessidades advindas sobretudo da classe criativa, ocorrendo, quase que de forma recorrente em várias metrópoles do mundo, uma revalorização de áreas centrais, que passam de uma situação de abandono e subutilização, para espaços revitalizados e próximos dos interesses dos indivíduos desta

classe, contornando as complicações envolvidas no deslocamento pelo espaço físico destas metrópoles. Em suas palavras, “a estetização do espaço urbano reclassifica os centros urbanos como zonas de elite, onde tanto a população remanescente como a nova população migrante de prestadores de serviços se sentem deslocadas. Em vez dos centros de governação ou instituições públicas, são as aldeias urbanas e os locais de consumo associados a estilos de vida específicos que definem o espaço. Quando se criam novos espaços públicos, são rodeados de bares e cafés, onde todos os lugares são para consumidores.” (MILES, 2012).

A seguir, são apresentadas, em linhas gerais, as principais abordagens a serem desenvolvidas em três possíveis capítulos monográficos da tese final, onde começam a ser caracterizadas as questões que perpassam os trabalhos selecionados de artistas a serem estudados pela pesquisa. *Design*, Estética Relacional e Apropriação do Espaço Urbano são os temas que sintetizam os direcionamentos desta pesquisa, obtidos através de debates com o professor orientador da pesquisa, com discussões e trabalhos desenvolvidos no grupo de pesquisa NEC – Núcleo de Estudos sobre Espacialidades Contemporâneas – do IAU - USP, e também através das bibliografias estudadas nas disciplinas cursadas, como ‘Arte, Espaço, Cidade’, do prof. Dr. Fábio L. S. Santos, e ‘Metrópole e Novas Espacialidades Contemporâneas’, do prof. Dr. Ruy S. Lopes, ambas no IAU-USP. O repertório construído até o momento abrange um número amplo de artistas, ainda que venha sido filtrado em vários momentos, segundo ajustes teóricos, disponibilidade de informações e alinhamentos com bibliografias apropriadas. Para uma melhor adequação ao que se busca aprofundar em cada situação, estão previstas novas filtrações que poderão ocasionar uma redução no número de artistas a serem abordados na redação final da tese.

ARTE COMO CRÍTICA AO DESIGN

“Cuidado com o que você deseja, diz uma máxima do modernismo conforme visto pelo presente, porque pode se tornar realidade - de forma perversa.” Desta maneira, Hal Foster (2007) chama a atenção para o fato de que, ao considerarmos a realização do projeto de conjugar Arte e Vida, transcorrido no desenvolvimento do século XX, sustentado de maneiras diferentes pela *Art Nouveau* e pela Bauhaus, por exemplo, percebemos que este desenvolvimento se deu muito mais pela indústria cultural do que pelas ambições libertadoras das vanguardas. E, para Foster, uma forma primordial dessa reconciliação proposta pela Arte Total nos dias atuais é o *design*. É neste entendimento de *design*, dentro de um sistema capitalista ‘tardio’, que se direcionam os argumentos deste capítulo, investigando reflexões sobre seu *status* nos dias atuais, a partir de leituras específicas de

trabalhos e projetos que se encaixam numa contextualização maior do que autores como Hal Foster definem como as principais transformações do *design* a partir da década de 1980. Assim como o crítico Hal Foster, Adrian Forty (2007) volta-se à discussão do estatuto do *design* sob o ponto de vista social, muito mais que por características ligadas ao indivíduo isolado ou ao gênio particular dos *designers* criadores. Para ele, o *design* modificou a sociedade com a criação de objetos que influenciam as relações nela presentes, caracterizando-se assim como uma atividade social por definição. Ao considerá-lo além de sua funcionalidade, indo em direção a uma visão de que tudo passa a ser *design* a partir da década de 1980, Adrian Forty nos lembra que ao projetarmos objetos, encarnamos ideais que são compartilhadas dentro de um círculo social ao qual o objeto se destina. A partir destes aspectos, o pensamento projetual que prevê a existência de um produto industrial não pode ser visto à parte do funcionamento de uma sociedade, assim como também não se desassocia do sistema de produção de mercadorias que também se articula à uma lógica de valorização crescente do capital.

Se o capitalismo 'tardio' não é compreendido apenas como um sistema econômico isolado, mas dependente de convergências entre aspectos da economia e da cultura de uma sociedade, como na compreensão de Frederic Jameson (1996), podemos observar como resultado destas transformações o surgimento de novas sensibilidades e novas formas de sociabilidade. Mudanças que também são assistidas por uma evolução das ferramentas tecnológicas, ocorrida durante o século XX, em direção a maiores possibilidades de interatividade em processos informacionais. Os sistemas de controle e gestão de núcleos empresariais ou territoriais se mesclam, como aponta A. Forty, e também podem ser estáveis e bem estruturados ainda que dispersos em amplas áreas geográficas, se houverem esforços no sentido de união de identidade e coesão de marca, fomentada principalmente pelo seu *design*. Para o entendimento da abrangência do que Foster denomina '*total design*', pode-se também recorrer à uma lembrança introdutória das modificações das formas de trabalho analisadas por Luc Boltanski e Ève Chiapello em "O novo espírito do Capitalismo" (2009). Para os autores, o capitalismo assume novos contornos a partir de meados da década de 1970, em resposta às crises sociais e políticas deste período, que trouxeram em seu rastro uma recessão econômica, óbvia consequência em sociedades então globalizadas. Ao considerarem a crítica estética deste momento advinda de um conjunto questões como as reivindicações dos trabalhadores em relação a adaptações das condições de trabalho, apontam para uma trajetória que direciona-se à individualização do trabalhador, de sua liberdade e autonomia perante o sistema, onde sua criatividade e desenvolvimento pessoal seriam não apenas considerados, mas também utilizados como uma forma de expressão particular que auxiliaria no desenvolvimento e

otimização do sistema como um todo. A individualização e a personificação cultural do trabalhador passa a ser vista como item capitalizável, e seus esforços para reivindicar qualidade na esfera do trabalho acabaram sintetizando-se em uma situação, posterior à década de 1990, que funde lazer e labor de forma quase irreversível. Este seria talvez o revés observado por H. Foster, onde a busca por mudanças nas atividades de trabalho que considerasse as “aspirações mais pessoais” possíveis, acaba gerando um novo aprisionamento em um sistema de valores onde todos devem, ainda que não seja evidente para todos, seguir novas regras se quiserem ainda pertencer a esta sociedade. No momento em que se mesclam o lazer e o trabalho, como um dos exemplos de reivindicações de qualidade no trabalho ocorridas nas décadas passadas, temos, por um lado, a possibilidade de diluir as desgastantes horas contínuas de trabalho em um espaço delimitado, e por outro a paranóica sensação de estar trabalhando a todo momento, sem alternativas de desligamento dessa atividade, já que ela se encontra atrelada ao lazer e a outras instâncias do viver. Para este sistema de amplas proporções que considera o desenvolvimento individual como um investimento, a existência do *design* enquanto ferramenta principal no processo comunicacional, por mais subliminar que seja, torna-se essencial, partindo da logomarca da empresa e chegando até às possibilidades de personificação dos modos de vida do trabalhador. Enquanto F. Jameson (1997) considera o campo expandido do *design* do espaço, Foster analisa o que ele prefere chamar de *total design*, que expande o campo não só do espaço, mas também dos modos de vida, chegando próximo à algo que, se fosse um espaço, seria aquele destinado à construção dos desejos mais particulares, os quais viriam a desenhar sua personalidade e a readequá-la à sua função social. Projetando bens de consumo materiais, assim como serviços, e concebendo sistemas a partir dos mais diversos métodos, as possibilidades atuais do *design* parecem redesenhar a experiência do indivíduo em espaços públicos, coletivos e privados, ainda que os limites atuais destas esferas assumam formas cada vez mais diáfanos e imprecisas.

A análise de projetos de caráter artístico que discutem o estatuto do *design* revela, de início, propostas de desvio da cultura material, no intuito de apropriar-se do espaço da cidade e de seus sistemas simbólicos e materiais a partir da identificação de lacunas neste meio intrincado, passíveis de serem preenchidas, como uma forma de analisar, propor ou denunciar. Estes desvios têm, portanto, como ponto de partida, uma crítica de como vem se desenvolvendo o projeto destes produtos que articulam-se como pontos de sociabilidade no espaço urbano. Além de características morfológicas (forma e função) e de comunicabilidade do produto, questões focais até o contexto do pós-modernismo, estes projetos artísticos visam formas de interação entre as pessoas e o objeto, assim como a

relação entre as próprias pessoas, e entre elas e as instituições que sustentam o sistema urbano.

ARTES PARTICIPATIVAS E 'ARTIVISMO'

A ressemantização de objetos de *design* e seu posterior uso passam por processos de sociabilização alternativos, que, antes de proporem novas formas de reagrupar pessoas no espaço urbano, já se caracterizam por serem produtos de uma ação coletiva. Artistas e propositores se reorganizam em grupos multidisciplinares com propósito de discutir e verificar possíveis estratégias de ação que nascem de leituras particulares do espaço urbano. Nessas leituras são identificadas lacunas na organização da cidade, que se tornarão o centro das atenções destes coletivos, que projetam respostas para estes lapsos no território físico. A principal justificativa de Nicolas Bourriaud para o que ele chama de estética relacional ou da pós-produção seria a diminuição do espaço físico de sociabilização, que ele denomina interstício social, ocorrido em sociedades na era da informação em detrimento do uso de equipamentos de troca de informação à distância. (BOURRIAUD, 1998). Além das críticas à teoria da Estética Relacional de Claire Bishop em 'Antagonismo Relacional' (2004), talvez essa conclusão deva ser verificada sob o ponto de vista de autores como P. Lévy (1999), que afirma, apoiado em dados estatísticos, que o desenvolvimento das tecnologias telemáticas, na verdade, teve como resultado novas e mais amplas formas de encontros entre as pessoas. Para ele, a sociabilidade não é substituída pelos encontros virtuais, mas as formas de comunicação baseadas em equipamentos tecnológicos viriam a tornar mais fáceis e amplos os encontros reais. Estes equipamentos e a possibilidade de uma telepresença seriam, então, pontes (que antes não existiam, ou eram bastante limitadas) para encontros presenciais. Segundo ainda Lévy, na história da humanidade nunca houve momento semelhante à este atual, onde as pessoas estão cada vez mais se encontrando e se deslocando pelo espaço concreto, com a ajuda de aparatos de acesso a um espaço virtual que foi aberto pela informática.

Ao contapor as observações de Bourriaud às de Lévy, vemos que as chamadas 'máquinas de responder' e uma mecanização das experiências de sociabilidade são uma parte da questão, e que a própria substituição do interstício social por relações telepresenciais merece uma atenção maior em relação às suas consequências reais e concretas. A reverberação do uso de novas tecnologias pode ser analisada, portanto, sob outros ângulos, onde, ao invés de uma mecanização da experiência social, de uma substituição do corpo físico por uma forma de presença imaterial, pode ser analisada a potencialidade de impactos no espaço concreto com o uso de um espaço mediatizado e

virtual. Podemos, a partir deste ponto de vista de Lévy, pensar nas formas como o acesso a equipamentos informatizados e à redes sociais, por exemplo, têm auxiliado a organização de eventos urbanos das mais distintas naturezas, como protestos, festas abertas, encontros de recreação e lazer típicos de uma cultura juvenil, de pessoas com mesmos objetivos que visam retomar e ressemantizar (ou readequar) o uso espaço público que lhes pertence. As pessoas continuam ainda se encontrando, com aspectos diferentes, e o interstício social talvez não tenha sido reduzido. E talvez não se trate de uma questão de substituição de uma instância por outra, mas de uma potencialização do alcance das formas de comunicação entre pessoas que desejam trocar informações. Os movimentos sociais que começaram a se estruturar na segunda década dos anos 2000 - Primavera Árabe, Plaza del Sol, Occupy Wall Street, chegando até a Praça Taksim na Turquia e as Jornadas de Junho no Brasil, por exemplo - caracterizaram-se pela possibilidade de protesto contra situações locais, que, num primeiro momento, se estruturaram em redes sociais informatizadas para seu acontecimento e, posteriormente, alcançam uma escala global através de infovias que possibilitaram sua imediata comunicação com os utilizadores destas redes sociais informatizadas, solidarizando suas contestações com uma abrangente audiência globalizada.

Nos últimos dez anos, pelo menos, tem se tornado comum a junção de manifestações políticas a ações artísticas, formas híbridas de intervenção física e ações relacionais no espaço urbano, agrupadas em torno da noção de 'ativismo'. Como analisa André Mesquita (2008), em vários países como Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Argentina e Brasil, as formas ressemantizadas das ações políticas que utilizam as mídias táticas para suas ações, articulados em torno da formação de coletivos e de modos de participação democrática direta, assumem posturas muito próximas aos processos de experimentação estética que saem dos campos da arte, onde o autor individualizado se desfaz em detrimento à produção coletiva, e os conceitos oriundos do universo político, como guerrilha, ou estratégia, tendem a orientar novos métodos criativos. Essa aglutinação de práticas que misturam os conceitos artistas e ativistas, gerando o termo híbrido "ativismo", foi evidenciada principalmente em movimentos coletivos onde manifestações contra os acordos de livre comércio e o poder sem fronteiras do capital internacional demonstravam-se inclinados a uma unificação do controle da informação.

ARTE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Ao mesmo tempo em que o espaço interno das galerias e museus começam a receber críticas, o espaço público das cidades, caracterizado como o lugar de vivência e

experiência humana, se torna o lugar de existência da obra de arte. Ações participativas pensadas para o espaço público visam extrapolar os limites segregadores dos espaços destinados à audiência especializada em arte. A partir das etapas cronológicas e conceituais do *Site Specific* descritas por Mion Kwon em 'Um Lugar após o Outro', e também das passagens comentadas por Brian O'Doherty em 'No Interior do Cubo Branco – a Ideologia do espaço da Arte', verifica-se esta passagem gradual de um momento caracterizado por uma obra que legitima-se prioritariamente em espaços especializados e estanques, para uma discussão de uma sequência de espaços que se articulam física e temporalmente segundo ações ativadas pelo artista, saindo de ambientes institucionalizados para lugares públicos da cidade contemporânea. A intervenção de pessoas que se organizam em grupos e coletivos para discutir o espaço público tem transformado o espaço das cidades em um substrato que recebe não apenas o fluxo concreto e de informações, mas também a experiência de interagir concretamente com outras pessoas. O documentário "O que é nosso: *reclaiming the jungle*" (2014), reúne depoimentos de coletivos com objetivos distintos que se organizam, principalmente através de redes sociais, para realizarem festas temporárias em espaços públicos da cidade. Ainda que se caracterize como uma visão estratégica de ocupação da cidade inconsequente, a experiência quase empírica (por tentativa e erro) de verificar lacunas na organização da cidade, tem como resposta um preenchimento destes hiatos, muitas vezes confundidos com ausência de vida humana e de qualidades que possam promover novas formas de sociabilização. Oscilando entre a agressão e a legitimação, essas ações que visam promover nossas experiências no espaço público das cidades, se caracterizam também pelo aspecto temporário, quase que mimetizando a atividade de um organismo parasita que, ao mesmo tempo em que se adequa a uma situação, acaba provocando alterações em seu funcionamento.

ARTISTAS E RESPECTIVOS TRABALHOS SELECIONADOS

O entendimento destes três temas mais abrangentes possibilitará leituras a partir das quais se pretende abranger as produções mais paradigmáticas deste contexto, para revelar como os artistas selecionados se situam no panorama atual, em busca de reflexões sobre a relação de captura e resistência aos conceitos estudados. Dos artistas selecionados, apresenta-se a seguir alguns exemplos que podem ser classificados como principais na discussão dos temas que estão sendo desenvolvidos no decorrer da pesquisa até aqui.

Didier Fiuza-Faustino: Interessado pela discussão da instabilidade vivenciada pelos cidadãos da cidade contemporânea, nos mais diversos desdobramentos, **Didier Fiuza-Faustino**, em sua própria atuação, já agencia diversos setores institucionais que regulam o

espaço urbano. Arquiteto, *designer*, artista plástico e editor de uma revista de moda e comportamento, é responsável por trabalhos que propõem reflexões a partir de relações entre as pessoas e o espaço da cidade. É responsável, junto com Pascal Mazoyer, pelo *Bureau des Mésarchitectures*, e descreve-o como um grupo de reflexão, uma organização multicéfala que reivindica o diálogo como ponto de partida para toda a arquitetura. O *Bureau* interessa-se, prioritariamente, por aspectos urbanos complexos, tumultuosos, a partir dos quais propõe dispositivos de relações através de equipamentos que sejam mais dirigidos à ação do que à contemplação. Em uma entrevista para a revista NU #15, sugere que arquitetos e *designers* de equipamentos urbanos voltem a ter um papel predominante na sociedade, considerando que são profissionais que pensam a política social. Para ele, hoje já não é necessário falarmos de arquitetos se estes só servirem para construir edifícios: os construtores sabem fazê-lo muito bem. Estes profissionais têm, atualmente, a oportunidade de voltar a ter um papel central na sociedade, não o papel de construtor, de mestre de obras no sentido clássico, mas o de atores participativos da nossa sociedade. (BAÍÁ, 2003). No trabalho *Double Happiness*, Faustino propõe o uso de uma estrutura de *outdoors* com dois balanços onde convencionalmente se veicula a mensagem, instalada em um espaço público, disponibilizada para o uso dos pedestres. Ainda que em outros trabalhos, como *Stairway to Heaven*, esses protótipos passem a ser produzidos em escala industrial, sua intenção é propor e qualificar os tipos de relação que possam se concretizar com o seu uso, destacando essa relação entre duas pessoas na paisagem da cidade. O projeto e sua funcionalidade passam a existir em esferas muito próximas, se não as mesmas, formalizando estes equipamentos em híbridos de projeto/simulação e realidade. As relações geradas pelo artista tendem a borrar as fases do projeto convencionais, trazendo seu uso e sua efetivação ao mesmo tempo em que se apresenta como experimento. Além das relações geradas pelas pessoas que experimentam o uso destes equipamentos, ainda considera-se o alcance da atuação do proponente ao conciliar as várias determinantes que viabilizariam a existência da instalação destes em meio urbano: a definição do lugar a ser instalado, o levantamento de verbas para sua execução, ou autorização da administração local para sua instalação, a negociação com galerias e instituições de arte que poderiam se interessar pela proposta, são ações que envolvem o arquiteto em uma rede relacional que não se encerra na concepção da idéia e de sua materialização.

Santiago Cirugeda: ainda resta muito a compreender, e compartilhar de forma didática, educando o observador, quando se trata dos usos de leis e regras específicas presentes na administração, uso e apropriação das cidades contemporâneas. O trabalho do

arquiteto **Santiago Cirugeda** se encaminha neste sentido, propondo ações baseadas na interpretação, uso e divulgação de formas não convencionais de apropriação do espaço urbano, a partir de brechas encontradas no estudo da legislação e de regimentos administrativos específicos. Como exemplos de seus trabalhos, pode ser citada a criação de aparatos como pequenos *playgrounds* temporários dentro de caçambas, instaladas regularmente em vias urbanas. Ou, baseado em uma possibilidade do uso de uma área externa de seu apartamento, encontrada nas leis de sua cidade (Sevilha, na Espanha), cria, a partir da instalação de andaimes durante um período pré-determinado, uma extensão do seu dormitório no espaço público, para além da sua janela. No trabalho 'Projetar com Luzes', mobiliza moradores de um bairro tradicional de Sevilha para protestos visuais em relação a temas que são levantados como prioritários para aquela comunidade. Cada morador usa uma mochila com luminária em suas costas, e seguindo movimentos coordenados, produzem uma espécie de código visual luminoso na paisagem do bairro, formando desenhos como uma planta em escala um para um de um edifício, precisamente no espaço onde poderia existir esta arquitetura. O conjunto de ações de Cirugeda, que ainda incluem trabalhos com habitações móveis (Casa Inseto), assentamentos complexos, estratégias subversivas de ocupação urbana, caminhões *containers* coletivos, estão compilados em forma de receitas, e disponibilizados na *internet* através do site *Recetas Urbanas*. Estimula-se a reprodução destas receitas por uma coletividade que julgue necessários estes tipos de ação no desenvolvimento de um espaço urbano mais próximo de sua realidade. O uso das receitas é um *copyleft* totalmente liberado, ainda que venha com a precisa advertência: "todas as receitas urbanas mostradas a seguir são de uso público, podendo ser utilizadas em todo seu desenvolvimento estratégico e jurídico pelos cidadãos que se propuserem a fazê-lo. Recomenda-se o estudo exaustivo das distintas localizações e situações urbanas em que o cidadão queira intervir. Qualquer dano físico ou intelectual produzido com o uso das mesmas ficará por conta do cidadão." (CIRUGEDA, 2009). Em um certo sentido, Cirugeda parece ter encontrado uma estratégia para produzir suas ações de caráter político de maneira também política, considerando que a concepção, a produção, o uso e o compartilhamento destas ações são processos em que a todo momento estão sendo discutidas estratégias que dão suporte à vivência em sociedade.

Vito Acconci: Se os avanços tecnológicos do final do século XX proporcionaram ao habitante do território urbano uma independência crescente dos espaços físicos, de onde surgiria o conceito de telepresença, para **Vito Acconci**, artista/*designer* americano, a tendência do momento atual de mesclagem entre os contornos do que se entendia por instâncias públicas e privadas possibilitaria diferentes abordagens dos espaços públicos, que ele diferencia dos espaços 'tornados públicos'. Este último, ocupado à revelia de

contratos e institucionalizações oficiais, assumiria um caráter mais provisório e efêmero, localizando-se temporariamente em possíveis lacunas identificadas neste sistema. No momento em que a presença física deixa de ser o fator determinante para a constituição dos espaços públicos, este “(...) espaço se torna uma rede de espaços paralelos — espaço físico, espaço projetado, espaço topológico — uma mescla rumo a um espaço entrelaçado, transmitido pelo telefone, televisão, computador.” (ACCONCI, V.; 1993, p.397-398). Desta forma, o espaço público atingiria diretamente, quase subliminarmente, o público, criando uma situação híbrida entre o corpo humano e o espaço. Quando esta situação se institucionaliza, a inserção da arte torna-se difícil, segundo Acconci. Dependeria, para isso, da identificação de brechas em um espaço público projetado segundo regras institucionalizadas, em sua maioria, e com determinações precisas, seguindo projetos precisos de engenharia, arquitetura, urbanismo e *design*. E é nestas brechas identificadas em um já reduzido espaço de encontros presenciais que Acconci vai realizar, em conjunto com seu *Studio* de arquitetos e *designers*, projetos onde assimila questões do *design* para discutir o espaço público. Para ele, o arquiteto e o *designer* devem se voltar para a construção do espaço, e não do objeto em si, o que parece abrir uma sutil margem para a relação com os conceitos de arte participativa de Bourriaud, onde importam mais as relações criadas do que a obra de arte enquanto objeto.

Coletivo BijaRi e grupos ativistas urbanos no Brasil: Relações urbanas conflituosas e espaços de convivência da cidade tem sido também o foco de atenção do **coletivo BijaRi**. A forma de fazer e propor seus trabalhos se aproxima da postura de fazer arte politicamente, já que, ao invés de abrir espaço para que o observador (e aí pode ser qualquer pessoa da comunidade) participe em seu trabalho, para o coletivo BijaRi importa quem, como e para quem se está fazendo o trabalho, o que o torna relevante se considerarmos as preocupações abordadas por autores ligados à discussão da Estética Relacional e Artes Participativas, como Nicolas Bourriaud e Claire Bishop. O coletivo abrange artistas, arquitetos e designers, reunidos em torno de propostas de intervenções no espaço público que consideram a cidade como protagonista e não apenas como cenário. Suas ações não são abstrações ou alegorias da sociedade e de seu espaço, mas pretendem se inserir nele através de interações entre pessoas, construindo um sentido coletivo, simultaneamente à sua realização. Desta maneira, entendem seu trabalho não como uma ampliação da arte na realidade, mas de aspectos da realidade na arte. (Pallamin, 2008). E, se possível, pretendem ampliar a própria realidade na realidade, de maneira a propor formas de implementar o espaço urbano, o que não significa necessariamente eliminar de forma totalitária os conflitos nele existentes. No trabalho “João-Bobo”, por exemplo, bonecos infláveis vermelhos instalados despertam a agressividade, como os sacos

plásticos pretos usados na instalação de Leirner, ou, pelo menos, ativam reações quase instintivas de resposta do observador. Deve ser considerado aqui que, análises formalistas ou estruturalistas greenberguianas não são preocupação dos autores trabalhados aqui, mas sim como essas informações já foram incorporadas no vocabulário artístico e pelo senso comum, e desta forma, superadas em detrimento de relações mais complexas e, portanto, transdisciplinares, que possam acontecer no espaço público das cidades. Como descrito pelo próprio coletivo, este trabalho acontece a partir da instalação de cerca de sessenta bonecos infláveis na Praça Do Patriarca, centro de São Paulo, durante a hora do rush. Interações individuais dos pedestres destravam uma ação que, pouco a pouco, toma uma proporção coletiva. Durante a ação, foram gravados depoimentos do público, que participa espontaneamente: para o coletivo, a intervenção se constituía quase como um pretexto, um detonador de reações físicas e verbais que incitava à reflexão e à exteriorização de possíveis traumas cuja raiz se encontra na vivência em comunidade urbana. Neste sentido, o trabalho vai além de abrir possibilidades de relações participativas para ativar o espaço urbano das cidades de maneira crítica. O momento em que é realizado também é previamente pensado, e faz parte do discurso político do coletivo: a proposta foi realizada durante o processo de limpeza urbana, empreendido pela prefeitura municipal a partir de 2005 na região central de São Paulo, destinado a remover o comércio informal e os moradores de rua para a criação de um contexto propício à especulação do mercado imobiliário.

Baseando-se em uma discussão que compreende a ideia de transformações do espaço urbano a partir da proposição de equipamentos como formas artísticas de intervenção, é possível elencar ainda os trabalhos de coletivos brasileiros como “**A Batata Precisa de Você**”, “**Muda**”, “**Baixo Centro**”, “**Poro**” e “**Contra-Filé**”, por exemplo, empenhados em propor ações participativas que considerem necessidades comunitárias e respectivas respostas politizadas e concretas, como o plantio de árvores em uma praça pública, revitalizações pontuais em áreas degradadas, ou a instalação de uma piscina recreativa, comunitária e temporária no Elevado Costa e Silva, na cidade de São Paulo. As modalidades comunicativas, colaborativas e expressivas como os coletivos artísticos tornam-se, em si mesmas, práticas que, no contexto das Cidades Criativas, buscam um *ethos* de resistência, capazes estabelecer novos arranjos subjetivos e concretos, novos modos de ser e estar no mundo, se não os mesmos, pelo menos muito próximos daqueles comentados por Claire Bishop e Nicolas Bourriaud. Todas as ações também envolvem o espectador de maneira a propor formas de relacionarem-se ao mesmo tempo em que produzem um bem comum. Se a realidade em que o indivíduo está inserido é a mesma que a do espaço das cidades, é neste ponto que as intervenções artísticas destes coletivos

justificam sua existência, indo em direção a um embaralhamento dos limites dos setores institucionais que constituem, administram e regulamentam este território em constante transformação física e simbólica.

Estes trabalhos se encaixam na discussão proposta por esta pesquisa como chaves para entender o desdobramento dos temas abordados nos capítulos em desenvolvimento, de maneira não estanque e causal, mas como formas de leitura de como estas questões reverberam na produção artística contemporânea. O pareamento com os três capítulos se dá de maneira diversa e múltipla, não havendo uma intenção de usar apenas um preciso conjunto de artistas e trabalhos para um único tema. As propostas dos trabalhos em análise não se encaixam em apenas um único tema, mas tangenciam, de maneiras distintas, vários ao mesmo tempo, e isso tem sido o interesse nesta seleção. Como desenvolvimento do trabalho, pretende-se ainda estabelecer metodologias para reclassificar e sistematizar estes artistas e os desdobramentos dos seus trabalhos, segundo a ótica de intervenção e implementação do espaço das cidades contemporâneas, objetivo geral desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BISHOP, Claire (ed.) *Participation*. Londres: Whitechapel; Cambridge: MIT Press, 2006.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Relational Aesthetics*. Dijon: Les Presse Du Reel, 1998.
- FOSTER, Hal. *Design and Crime (and other diatribes)*, Londres: Verso, 2002.
- KWON, Miwon. *One place after another: Site Specific art and locational identity*. Cambridge: The MIT Press, 2002.
- MALZACHER, Florian. *Truth is Concrete. A handbook for artistic strategies in real politics*. Berlim: Sternberg Press, 2015.
- O'DOHERTY, Brian. *No interior do cubo branco: a ideologia do espaço da arte*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Condomínios Residenciais e Novas Espacialidades Urbanas: privatizações e transformações territoriais em Palmas

Gated Communities and New Urban Spatialities: Privatization and Territorial Transformations in Palmas

Érica Emi Takahashi

e-mail: erica_tak@usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2742972964414298>

Manoel Rodrigues Alves

e-mail: mra@usp.sc.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7815309672113678>

Palavras-chave: Palmas, condomínios horizontais fechados, segregação, espaço público.
Key-words: Palmas, gated communities, segregation, public space.

A produção de condomínios horizontais fechados - notadamente um produto de destaque no mercado imobiliário nas últimas décadas - impacta no cenário urbano brasileiro não apenas enquanto elemento espacial, mas imbrica questionamentos sobre o consumo da cidade, comportamento contemporâneo, segregação socioespacial e a relação público-privado no espaço urbano.

O estudo tem como objeto a capital tocantinense - Palmas, onde se analisará a extensão de processos socioespaciais análogos à forma de vida dos condomínios fechados (observando processos de privatização do espaço urbano, quais temporalidades, territorialidades e espacialidades) atuantes no contextos das quadras planejadas. À luz das reflexões acerca das formas de segregação socioespaciais, da privatização dos espaço públicos e discussões exploradas relativas aos modos de viver dos condomínios fechados, pretende-se identificar em que medida o desenho original da cidade potencializa apropriações (quais sejam) nas quadras de Palmas e se (e de que forma) este fato contribui no sentido de produzir espacialidades análogas aos condomínios horizontais fechados.

Para tal, será realizado trabalho de campo (em algumas quadras a serem definidas no recorte do objeto empírico) com objetivo de analisar as formas de apropriação (sociabilidades, territorialidades) e sua relação com o desenho urbano planejado.

INTRODUÇÃO

O estudo dos condomínios horizontais fechados, tem desdobrado diversas faces, dadas no espaço e na práxis, cujas dinâmicas dialogam com diferentes escalas e contextos. Com base nisto, este trabalho volta-se para desembaraçar as matrizes discursivas subjetivas assentadas no comportamento e a complexidade desses processos em interface com o espaço, na produção de espacialidades e sociabilidades privadas – relacionadas diretamente ao modo de vida dos condomínios fechados. Para além da questão da segregação socioespacial - enfatizada por diversos autores – relacionada diretamente à razões como: à militarização da arquitetura, a localização, a interação com seu entorno imediato e o controle de entrada e saída de pessoas; busca-se compreender o que estas características representam no âmbito social e simbólico e como essa normativa é absorvida pela sociedade e reproduzida em diferentes contextos.

O contexto a que se propõe o estudo é o espaço urbano de Palmas, Tocantins, a última cidade brasileira planejada do século XX. As particularidades de um traçado com pressupostos de uma concepção urbanística moderna²⁶ (VELASQUES, 2010), frente às condicionantes de ocupação e apropriação da cidade - trajetória política, econômica, condicionantes culturais e sociais – delinham em medida o interesse acerca das espacialidades e transformações do espaço urbano em Palmas.



²⁶ Como a intenção racional de criar espaços ordenados e funcionais, hierarquização do sistema viário e a centralidade de um núcleo cívico e de negócios.

O espaço público, sobretudo seu papel na conformação da cidade e suas relações, vem sendo discutido frente à emergência e colonização dos espaços privados e das normativas sociais segregadoras. Somado a isso, a ocorrência de publicações como o texto do cineasta Henrique Goldman²⁷ que descreve Palmas: “Há bairros inteiros de classe média com casas idênticas, sem uma única árvore para lembrar que estamos no Cerrado. As casas não têm fachadas. São escondidas por muros altos com cercas eletrificadas porque vive-se com medo da própria sombra.” E ainda outras publicações como o artigo “Palmas: entre muros, vazios urbanos e ausência de Vitalidade”²⁸ de Patrícia Orfila Barros dos Reis, destacam a imagem dos muros e as deficiências da vitalidade no espaço público, relacionadas ao modelo e desenho urbano da cidade. Estas manifestações demonstram o anseio de discutir as espacialidades e percepções do espaço urbano da capital tocantinense. Com base nisso a hipótese central que atravessa este trabalho é que há espacialidades conformadas ou potencializadas pelo desenho urbano e algumas delas em medidas são consonantes às espacialidades e normativas sociais vividas nos condomínios horizontais fechados.

O condomínio horizontal representa por um lado, a égide da privacidade e exclusividade, opondo-se à noção de espaço público. O espaço público, enquanto predicado do urbano e da coletividade, prevalece como tema entrelaçado com as formas de sociabilidade que juntos conformam as espacialidades e transformações nas cidades e por isso apresenta-se como um dos eixos a serem explorados neste trabalho a fim de entender a produção e conformação da cidade.

O objetivo da pesquisa é analisar as formas de ocupação das quadras, nos espectros da morfologia urbana, percepção e das relações sociais, por meio da interface entre o ambiente concebido em projeto (primordialmente o espaço público) e os usuários, identificando nas limiaridades as consonâncias das práticas espaciais e normativas sociais dos condomínios horizontais fechados, introjetadas no contexto da cidade.

²⁷ “Cineasta se depara com um pedaço dos EUA na capital mais jovem do Brasil”, publicado no caderno Serafina da Folha de São Paulo em 29/05/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2016/06/1775251-cineasta-se-depara-com-um-pedaco-dos-eua-na-capital-mais-jovem-do-brasil.shtml>

²⁸ Faz uma síntese das principais críticas às cidades modernas segundo Jane Jacobs, colocando pontos da cidade de Palmas como exemplo das “práticas racionalistas no planejamento e desenho urbano de cidades novas”. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 117.03, Vitruvius, fev. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.117/3379>.

DA CIDADE PLANEJADA AOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: O CASO PALMAS

Com intuito de explorar as especificidades de Palmas, apresenta-se o contexto da intenção da criação da cidade, passando pela escolha do sítio de implantação, até as proposições e diretrizes colocadas pelo Memorial de Projeto da cidade.

Em contraponto com as proposições e diretrizes do Projeto da cidade, os processos de conformação e implantação da cidade de Palmas, ressalta Estado e mercado imobiliário como principais agentes, num processo de ocupação dispersa e segregacionista, operando seletivamente nos tipos de classe que ocupam determinados fragmentos da cidade. A imiscuição de classes dominantes, Estado e agentes imobiliários corrobora para a produção de uma cidade segregada, utilizando a cidade como meio para a produção da renda fundiária.

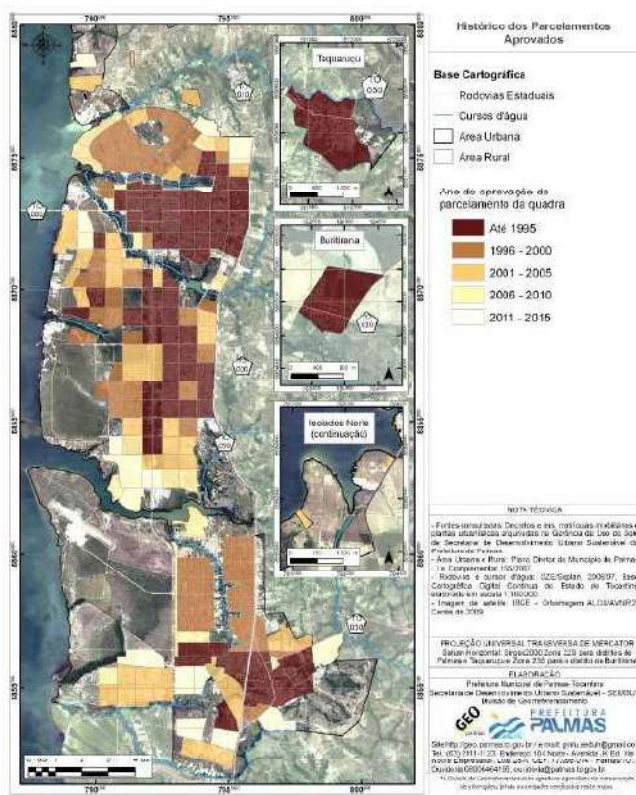


Figura 3: Histórico de parcelamentos aprovados: ruptura com a proposta de ocupação primeiramente da zona central (região da praça dos Girassóis) e das áreas vizinhas sucessivamente. Fonte: SEMDUS, 2016



Os processos de especulação imobiliária e dispersão urbana são colocados em pauta, explorando fatos que ocorreram em Palmas, relacionados ao discurso político da tentativa de contenção desses dois processos e os embates criados neste conflito.

Outra questão abordada em relação à projeto *versus* cidade apropriada, são as transformações espaciais e rupturas às proposições do Memorial de Projeto. São apontadas transposições do desenho urbano (inscrições no espaço das adaptações dos indivíduos ao espaço imposto) e do uso do solo (mudanças de uso do solo no miolo das quadras e também voltado às avenidas circundantes) até a transfiguração de quadras inteiras admitindo o uso como condomínios horizontais fechados. Este item é importante pois coloca em questão as implicações destas rupturas nos usos e apropriações do espaço público em Palmas – legitimadas ou deslegitimadas pelo Estado à revelia. Identificar essas rupturas se coloca importante num horizonte de uma cidade que ainda possui extensas áreas não urbanizadas (na área prevista para o Plano Piloto), cuja ocupação e soluções projetuais podem ser repensadas.

Apresenta-se também as tipologias condominiais existentes na cidade de Palmas, a fim de compreender as características dos possíveis²⁹ deste tipo de empreendimento na capital. Busca-se também “identificar no tempo e espaço³⁰ a produção dos condomínios horizontais fechados na capital tocantinense, através de levantamentos para entender como se dá o fenômeno da produção de condomínios horizontais na cidade. Os condomínios horizontais fechados são objeto do processo especulativo da cidade, tencionando episódios do ordenamento territorial, na qual, agentes imobiliários, classes dominantes e Estado mediam leis e valorização da terra.

SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS: PARA ENTENDER “O MODO DE VIDA DO CONDOMÍNIO”

A hegemonia do consumo, atrelada a um processo global econômico-produtivo, acelerado pelas rápidas trocas possibilitadas pelo avanço da tecnologia e mídia, tende a padronizar diversas dimensões da vida urbana, dirimindo a diversidade na sobreposição das diversas

²⁹ Considerou-se analogamente como condomínios horizontais fechados, loteamentos que foram murados, vilas instituídas como condomínios em lotes multifamiliares dentro das quadras, loteamentos em área rural, com caráter de condomínio fechado.

³⁰ Os mapas produzidos pela autora terão como base o banco de dados municipal (especializados ou não), bancos de dados de informação geográfica (Sistema de Informação Geográfica de Palmas, Google Maps), entre outros. As análises poderão ser reificadas através do cruzamento de dados especializados de estatísticas (CENSO e dados municipais) e dos mapas produzidos no levantamento, de forma a considerar outros aspectos da cidade e confrontá-los com as observações em campo.

camadas histórico-culturais que caracterizam determinadas sociedades. Esta hegemonia tem implicações nas novas sociabilidades e conseqüentemente o espaço produzido e percebido. A tendência de produção de espaços urbanos com “um novo padrão de segregação urbana, mais fragmentados e dispersos” (FREITAS, 2008, p.13), é reflexo dos processos produtivos contemporâneos (influenciados pelos modos de produção capitalista) tanto em países centrais como periféricos. Esta hegemonia acaba por sobrepor e transformar aspectos locais como cultura, relação com a história, tempo e territórios, num processo de homogeneização do consumo e em medida, do espaço.

Dentre as subjetividades³¹, observam-se enunciados que colonizam essa conjuntura contemporânea e que delimitam (causa e efeitos) a escolha pelos condomínios fechados e os comportamentos que esta forma de viver implica. Estes enunciados em medida, estão presentes em outros contextos da cidade e se colocam no espaço ao passo que se materializam. O discurso do medo do crime, o consumo dos espaços, o desejo pela convivência entre camadas homogêneas, o desejo por situações e espaços controlados e previsíveis, são exemplos de enunciados consonantes com o que chamamos ‘forma de vida dos condomínios fechados’, termo utilizado por autores como Dunker (2015), para explicar como a vida está dominada por uma razão normativa, desde a experiência social à materialidade. Os condomínios como forma de vida privada, representativos da legitimação da segregação urbana, colocam em questão a ressignificação da relação entre espaço público e privado nas cidades. Desta maneira, pretende-se abordar como diversas subjetividades contribuem para conformar as sociabilidades contemporâneas, principalmente da ascensão da individualidade e dos espaços privados.

O MEDO DO “OUTRO” EM PALMAS

Com a ascensão de formas privadas de viver, emerge também a incapacidade do sujeito de lidar com alteridades, cria “naquele que não reconhecemos, a figura daquele que tememos” (Bauman, 2009; Netto, 2014; Dunker, 2015). Segundo Bauman (2009, p.16) o comportamento discriminatório está ligado à desconfiança em relação ao próximo, gerando comportamentos individualistas e preconceituosos. Estes comportamentos são típicos de uma sociedade moderna em que as relações – ditadas por relações contratuais como sugerem Dunker (2015) e Laval e Dardot (2012) – foram baseadas nas diferenças e por contingência, medo, na ideia de que o perigo está no “outro”, no diferente.

³¹ Consumo, liberdade (paradoxal), status, sensação de segurança e medo do crime, desejo de homogeneidade, desejo de separação/distanciamento, individualização e privatização da vida coletiva (TV, carro, internet),

Em Palmas, a “figura daqueles que tememos” nasce do conflito fundiário e da cristalização da desigualdade social e aprofundamento da segregação socioespacial, geridos pelo Estado e tensionados pelo sistema produtivo econômico.

DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO IMPOSTO – METODOLOGIA DE TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo refletirá sobre as formas de ocupação e apropriação do espaço público nas quadras projetadas de Palmas. Neste capítulo é prevista a caracterização da atual apropriação de algumas quadras no Plano Piloto³², como base para discussões das dimensões que constituem a relação do espaço urbano com o homem.

O estudo e verificação dos padrões de atuação de subjetividades, relações e manifestações socioespaciais foram os principais desafios encontrados na pesquisa até o momento. A análise e sobreposição desses fatores se demonstra essencial para o entendimento das formas de apropriação e transformação do espaço.

Desde o início da pesquisa, o espaço público foi o eixo central da discussão por sobrepor e mediar relações sociais, políticas, territoriais, simbólicas, econômicas e muitas outras fora do escopo deste trabalho; além de ser um contraponto à hegemonia dos espaços privados sintetizada na figura do condomínio fechado. Visando “que tipos de apropriação da cidade o desenho urbano de Palmas em medida potencializa?” e se e de que forma as apropriações da cidade remetem às dinâmicas socioespaciais correntes nos condomínios horizontais fechados - a análise do objeto empírico se constrói.

A metodologia que se propõe busca estudar o desenho urbano relacionando-o às manifestações socioespaciais, uma vez que ao estudar Palmas, o projeto urbano (principalmente seu desenho) se destaca enquanto um dos protagonistas na produção do espaço, ao impor o arranjo dos espaços públicos, vias e edificações. As manifestações socioespaciais, estão relacionadas às práticas cotidianas, à experiência do mundo – do encontro com o outro, que se localiza a partir das tramas do espaço (topoi).

No intuito de aprimorar o ‘olhar’ sobre o espaço público, buscando discutir os complexos e diversos aspectos que o constituem, utilizou-se a obra *Public Places, Urban Spaces* de Matthew Carmona, Tim Heath, Taner Oc, Steve Tiesdell, onde a compreensão do urbano é dividida em seis dimensões: Morfologia, Percepção, Social, Visual, Funcional e Temporal.

³² Para esta etapa, apresenta-se a análise de apenas uma quadra.

Dentro de cada dimensão elencada por Carmona *et al* (2010), discorre-se acerca de inúmeros aspectos no tocante às dinâmicas (na teoria e prática) e aspectos substantivos e adjetivos dos espaços públicos. Dentre eles foram destacados os aspectos³³ mais relevantes relacionados à apropriação do espaço urbano, e grande parte destes parâmetros se encontra também nas análises de estudos sobre urbanidade em cidades planejadas como Coccozza (2007) em Palmas e Ribeiro (2013) em Brasília.

Propõe-se duas formas de leitura³⁴: a primeira diz respeito aos aspectos qualitativos do espaço, relacionados diretamente às características do espaço planejado (desenho urbano das quadras, uso do solo, conexão visual e física entre espaços públicos e privado e entre espaços públicos) – contraponto o espaço em projeto e o espaço da cidade construída e apropriada – o olhar sobre esses aspectos não busca a razão condicionante e inerente entre aspectos físicos e interações socioespaciais, mas sim de como esses aspectos tendenciam certas situações como a escolha de trajetos ou locais de permanência. A segunda forma de leitura refere-se aos aspectos de interação socie espacial, especializando em cartografias, as práticas e modos de apropriação do/no espaço. A primeira forma de leitura diz respeito à aspectos qualitativos da quadra, iniciando com apresentação, inserção da quadra no contexto urbano e relação com seu entorno imediato. A leitura segue através de parâmetros de morfologia urbana³⁵ - tendo a forma e estrutura espacial como principais meios de análise -, uso do solo, interfaces e barreiras e aspectos de conforto (da presença de sombra e locais para sentar). A segunda forma de leitura diz respeito aos parâmetros de permanência e trajetos, observando situações em função das atividades e usos.

A sobreposição das leituras do campo possibilitará identificar a potencialidade de aspectos socioespaciais (em completude ou contradição entre os aspectos observados) para suscitar situações urbanas, e, em medida, diferentes tipos de apropriação do espaço urbano.

Para o estudo dos modos de apropriação do espaço público em Palmas, algumas quadras foram escolhidas, visando diferentes contextos – urbanos (localização, usos e equipamentos), socioeconômicos e do desenho urbano. Esta estratégia propõe verificar as

³³ Estes outros aspectos eventualmente permeiam as discussões ao longo do trabalho

³⁴ Entende-se que o trabalho de campo poderá trazer outros aspectos importantes à compreensão das dinâmicas dadas, que poderão ser objeto de cartografias complementares.

³⁵ O modelo proposto por Krafta (2014), através do método de representação por trechos, baseia-se na representação matemática de grafos, que sintetiza o sistema de elementos relacionais, em conjuntos de pontos e linhas. As chamadas células do sistema representam cada unidade de componentes fundamentais, descritas por meio de pontos, e a relação entre as unidades, por linhas. Nas leituras aplicadas ao estudo propõe-se o parâmetro de acessibilidade (facilidade de acesso entre células dentro do sistema) e centralidade (importância da célula no sistema, sendo parte de diversos trajetos entre células)

implicações destes diversos contextos, com propósito de atestar que tipos de apropriação podem ser identificadas. Foram selecionadas seis quadras, agrupadas em duplas com similaridades no traçado.



Figura 4: Agrupamento de quadras - duplas por cores (307 norte e 404 sul, 110 norte e 504 sul e 204 sul e 606 sul). Mapa base (fonte): SEMDUS, 2016

CONCLUSÕES PARCIAIS OBTIDAS NO PERÍODO

O progressivo avanço dentro da bibliografia possibilitou desde o início do programa, o entendimento de diversas dimensões visíveis e invisíveis intrincadas nos processos de produção da cidade contemporânea, em especial dos espaços privados e também de Palmas. Com base nos primeiros levantamentos feitos e o cruzamento da argumentação teórica, obteve-se as seguintes conclusões parciais:

- O fechamento das quadras em relação às avenidas lindeiras começou a reverter-se³⁶, com a abertura e mudança de usos nos lotes lindeiros às avenidas, apontando uma tendência para maior interface entre as quadras e a cidade, e em medida, do espaço público e do espaço construído³⁷.
- Condomínios horizontais fechados dentro do Plano Piloto, demonstram a parcialidade dos órgãos responsáveis – fiscalização de restrição de acesso a áreas

³⁶ Legitimado com a aprovação da Lei Complementar nº 81 de 2004

³⁷ Usos comerciais voltados para as avenidas lindeiras começam a ser admitidos legalmente e possibilitam interface onde antes haviam muros (Lei Municipal complementar 81/2004)

públicas, convivência com a incorporação de condomínios fechados ocupando áreas de quadras (prefeitura media medidas compensatórias para a implantação desses empreendimentos)

- Os período com mais ocorrências de permanências e trajetos no espaço público de forma geral se dá entre 6 e 8 da manhã e após as 18 horas (coincidindo com período de saída para escola/trabalho e com o fim do expediente comercial – respectivamente), período em que a temperatura é mais amena.

Referências Bibliográficas:

CARMONA, M., HEATH, T., OC, T., TIESDELL, S. Public Places, Urban Spaces: The dimension of urban design. Londres, Architectural Press, 2010.

COCOZZA, G. D. P. Paisagem e Urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas. 253 p. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KRAFTA; R. Notas de Aula de Morfologia Urbana. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2014.

LAVAL, C.; DARDOT, P. La Nueva Razon del Mundo. Ed. Barcelona: Gedisa , 2013.

RIBEIRO, M. S. Habitar, Trabalhar, Recrear e Circular: possibilidades e limitações nas superquadras de Brasília. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

SEGAWA, H. Palmas, cidade nova ou apenas uma nova cidade? Revista Projeto, São Paulo, v. 146, 1991.

Construindo convívios: apropriação de espaços públicos através do engajamento social

Building interactions : Social engagement to improve public space

Nayara Benatti

e-mail: nay.benatti@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9318801456417478>

David Moreno Sperling

e-mail: sperling@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9764445070503572>

Palavras-chave: intervenções urbanas; meios digitais; espaço público; engajamento social.
Keywords: urban interventions; digital media; public space; social engagement.

Resumo expandido

A pesquisa tem como proposta investigar os distintos usos e ocupações de espaços públicos por parte da sociedade civil, gerando intervenções sociais e mediações culturais que criem novas estéticas urbanas e relacionamento entre os moradores e a cidade.

A cidade como ambiente de permanência

O arquiteto dinamarquês Jan Gehl (2010) explora em seus textos o estudo da forma e função dos espaços públicos, pensado na perspectiva das pessoas, incentivando o planejamento e construção de espaços que promovam a integração das pessoas com a arquitetura da cidade - esta assumindo papel social como local de encontro enquanto as ruas passam a ser vistas também como ambiente de convívio e não apenas locais de transados, bem como as cidades devem ser projetadas tendo em consideração a dimensão humana. Em seu livro "Cidade para Pessoas" (GEHL, idem) e projetos de reestruturação de espaços urbanos, Gehl argumenta que uma cidade que coloca as pessoas como central em seu planejamento tornam-se cidades mais atrativas, moráveis, seguras, saudáveis e sustentáveis. Gehl estabeleceu doze princípios de uma boa cidade, em que todos são pensados na perspectiva dos moradores, mas também melhoram a qualidade da cidade em seus aspectos econômicos - o que hoje tem a maior importância para a grande maioria dos planejamentos urbanos. Proteção contra o tráfego, segurança nos espaços públicos, espaços de lazer, de atividades físicas e de interação aproveitando o clima da cidade, boas

experiências sensoriais e arquitetura pensada na escala humana são seus princípios para construir cidades que contribuam com a qualidade de vida de seus moradores.

A questão “a cidade possibilita ou impede a fruição do tempo livre?” (ROLNIK, 2013) é pensando em duas noções da ideia de lazer: a primeira em que o lazer é entendido como um privilégio na chave do consumo, em que a cidade se transforma em rotas para se alcançar os locais que possibilitarão o lazer, sendo assim a infraestrutura é pensada em relação as vias de transporte, como rodovias e pontes. A segunda, desenvolvida pela presente pesquisa, é em que a cidade promove relacionamento entre os moradores, vistos como cidadãos com funções sociais e políticas, e assim o momento de lazer passa a ser diretamente relacionado à qualidade de vida, dando maior importância aos espaços de permanência de pessoas ao invés de espaços de passagem e trânsito de veículos.

O trabalho de Henri Lefebvre (2004) defende o “direito à cidade”, vislumbrando processos simbólicos que visam a criação e sociabilidade; os cidadãos como sujeitos do espaço social; e a cidade enquanto seu valor de troca, visão hegemônica na atual sociedade de mercado, criando a ideia de cidade como obra. Para esta ideia, a arquitetura é um objeto cultural na construção da cidade, sendo a própria cidade um fenômeno cultural, centralizando as criações humanas.

Como posto por David Harvey (2014) a discussão sobre que tipo de cidade que queremos deve ser vista em seu âmbito comum, sendo também um poder coletivo de moldar o espaço urbano e seu processo de ocupação, "a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos". O autor argumenta e exemplifica como a transformação urbana constrói uma nova cidade e também uma maneira de vida, de consumo, turismo e lazer. Recentemente, a expansão do processo urbano transforma o estilo de vida fazendo com que a qualidade de vida urbana seja como uma mercadoria dentro do sistema econômico, sendo seus principais focos o consumo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento organizados em específicos nichos de mercado. No campo cultural, vemos alguns processos que buscam formas de trabalhar coletivamente, fugindo do padrão de individualismo estabelecido no modo de vida urbano de uma forma geral. Indo na direção contrária da ética neoliberal que promove o individualismo, alguns processos culturais buscam promover (e relembrar) ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento, buscando através do fazer coletivo e cultural o olhar para o urbano e para si mesmo dentro deste espectro (HARVEY, 2012).

A opção de trabalhar com intervenção urbana para pesquisar o engajamento da sociedade civil nos espaços públicos da cidade está também relacionada com a ideia de cultura como força de mudança social, realizada através das manifestações do dia a dia dos

moradores, em diferentes regiões da cidade - diferente da ideia de cultura hegemônica, criada e consumida pelas elites - que acontecem mesmo sem apoio institucional ou financeiro do setor público/privado. Nossa pesquisa trabalha nesse eixo da cultura, da arte urbana e da intervenção urbana, buscando formas de instrumentalizar agentes, grupos populares e indivíduos para expressarem suas práticas culturais locais, ocupando os espaços públicos da cidade e propondo um desenho participativo para uso de tecnologias sociais e criação de espaços de convívio.

Em meio aos espaços públicos, as práticas artísticas são apresentação e representação dos imaginários sociais. Evocam e produzem memória podendo, potencialmente, ser um caminho contrário ao aniquilamento de referências individuais e coletivas, à expropriação de sentido, à amnésia cidadina promovida por um presente produtivista. É nestes termos que, influenciando a qualificação de espaços públicos, a arte urbana pode ser também um agente de memória política (PALLAMIN, 2000, p. 57)

Indo em direção contrária ao ideal da cidade como lugar de consenso e consumo, em que se neutraliza a individualidade em prol da disciplina e homogeneidade das pessoas, intervenções urbanas podem estimular outros significados e usos dos espaços. Através de intervenções temporárias e ocasionais que propiciem apropriação de espaços públicos de forma criativa, pode-se também debater subjetivamente precariedades e carências do mundo urbano (POST IT CITY, 2008).

Intervenções Urbanas e Participação Pública

O presente trabalho se debruça na questão da vida fora das casas - enquanto locais físicos privativos - em espaços públicos que promovam cidades mais criativas em seu uso junto à possibilidade de participação das pessoas e sua reflexão sobre sua própria função social enquanto cidadãos participantes na construção da cidade. Assim, propõe-se trabalhar a questão da intervenção urbana que acontecem ocasionalmente ou temporariamente em espaços públicos.

A intervenção urbana foi escolhida como ferramenta para a pesquisa por ser entendida como uma prática social de apropriação urbana (PALLAMIN, 2000) em espaços públicos da cidade. As intervenções trabalhadas serão aquelas que trabalham com o empoderamento da sociedade civil, baseando as ações propostas na necessidade dos moradores e tendo como característica fundamental a sua participação em todo processo - da criação, execução e avaliação dessa ação. Ao trabalhar com projetos de intervenções urbanas baseadas na participação cidadã, busca-se a criação de um banco de dados, um laboratório permanente de experimentação urbana, em ações de pequena escala, mas com

potencial para ser um primeiro passo para mudanças maiores que integrem moradores, setor público e privado no melhoramento das cidades.

As intervenções são construídas através do cotidiano dos moradores, suas práticas culturais e sua forma de interagir com o espaço o que constrói sua usabilidade e utilidade ao público - não apenas enquanto vias de passagem, mas como espaços de convívio, agregando arte e cultura do e no cotidiano dos moradores. Cidades que tem sua vida cultural retroalimentada pelos seus moradores, são cidades que oferecem atividades para todos, e desenvolvem sentimento de pertencimento dentro da comunidade que habitam (JACOBS, 1961) e conseqüentemente, ao se sentirem "em casa", também cuidam para a manutenção de seus espaços públicos e ajudam na prosperidade das cidades economicamente e também em relação à qualidade de vida (JACOBS, 1993).

Atualmente no Brasil, museus e centros culturais tem também passado por uma ressignificação nas suas relações com o público, dialogando especialmente com setores que desenvolvem os programas educativos e de mediação dessas instituições.

Um trabalho especialmente dedicado às crianças e famílias em museus foi apresentada por Vicky Cave (CAVE, 2010) na construção de programações construídas para e pelas crianças no museu Discover, em Londres. A preocupação principal de Cave e sua equipe ao construir o trabalho no Discover era como incluir os moradores locais no processo criativo de uma exibição/exposição, como construir uma exibição que criasse espaços para que crianças e adultos trabalhassem juntos e explorassem novos aspectos criativos e potencias de cada um (em um ambiente livre de julgamentos de certo e errado), e como esse processo de participação na criação pode se tornar um grande aprendizado para curadores, equipe e participantes, podendo alterar/afetar o potencial de comunicação da instituição e os diálogos entre instituições e sociedade.

O estímulo ao uso de espaços públicos, neste trabalho, tem como meio a realização de intervenções de curta duração que visam estimular a dimensão social e política da participação, aproveitando os hábitos diários das pessoas para trabalhar de forma colaborativa nas experiências construídas analisando a posição em que o trabalho de arte e as pessoas ocupam no contexto em que estão inseridas (BISHOP, 2006), estimulando a apropriação dos espaços pelos moradores de forma orgânica. Para isso, é necessário entender os processos dos moradores, seus hábitos e relacionamentos com o espaço, quais suas necessidades e expectativas, compreender as especificidades do público e espaços trabalhados; paralelamente, permitir que o público faça parte do processo de criação da ação pensada, seja coautor junto aos artistas, diminuindo a distância entre espectadores e atores - ou mesclando seus papéis (BISHOP, 2006)

E assim, conhecendo quem é o público e qual é o espaço, que poderemos aspirar por um público que deseja se apropriar dos espaços que estão ao seu dispor.

Alinhado a este contexto, no início de 2014, a prefeitura de São Paulo anunciou o lançamento do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, documento que oficializa, pela primeira vez em seus 460 anos, a participação dos cidadãos através das intervenções urbanas na cidade, colocando o tema com pauta prioritária na agenda de políticas públicas municipal. O Plano trata da ressignificação da cidade e de pertencimento da sociedade no espaço urbano, dando espaço ao direito à cidade como um lugar de encontros para promover os Direitos Humanos e a Cidadania. No documento, as intervenções urbanas são compreendidas como forma de recuperar o sentimento de pertencimento dos moradores, visando a participação no processo de construção da cidade como um espaço de encontro e convivência de forma protagonista, e não mais vista como vandalismo (Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, Prefeitura de São Paulo, 2014).

Por intermédio de práticas de aproximação entre pessoas e espaços públicos, busca-se estimular a reconstrução da identidade e sentimento de pertencimento pela cidade, promovendo maior consciência para os problemas urbanos e reflexão sobre possíveis soluções ou caminhos para se comunicar com os setores públicos responsáveis. O se sentir parte da cidade faz com que (ou espera-se que) as pessoas passem a ser agentes de mudança e proposições em relação às situações, não apenas apontando falhas políticas, mas assumindo parte da responsabilidade em buscar soluções para os problemas. Nesta perspectiva, este trabalho propõe uma análise de procedimentos de ações urbanas com cunho sócio cultural, especialmente aquelas que promovam a interação dos moradores como protagonistas na realização das ações, buscando estimular práticas culturais e reflexão sobre a cidade e seu papel social, a fim de criar parâmetros para transformações sociais através das experiências dos próprios moradores.

Em diferentes aspectos da vida moderna, a sociedade está repensando sua forma de interagir e cuidar do mundo. As cidades possuem problemas de moradia, transporte, saúde e altos custos de vida, e uma das principais ações políticas para buscar solucionar alguns desses problemas é a construção de novas infraestruturas: mais hospitais, mais escolas, mais rodovias, pontes e prédios. O lugar do morador, a pessoa que usufruiu dessas construções, muitas vezes é usado apenas como número para indicadores de resultados quantitativos, estando em segundo plano a forma com que ela usufrui desses espaços. A discussão não é tanto em relação ao que deve ser feito para melhorar a qualidade das cidades, diversas pesquisas e propostas já existem nessa linha, mas ainda existe uma

grande distância entre as boas ideias e aqueles que tem responsabilidade e poder para realiza-las (SPECK, 2012).

A importância da participação do público na construção da programação também é vista quando se trata de reformas em espaços públicos, como os diversos casos em que paredes de espaços públicos são constantemente pintados pelo serviço público e rapidamente pichadas, algumas vezes com mensagens claramente de protestos ou de marcação de território por alguns grupos do entorno. Em São Paulo, uma estratégia tem sido convidar grafiteiros da cidade para intervir nesses muros de forma artística e, com algumas exceções, a estratégia tem funcionado para manutenção de muros limpos - no conceito de limpeza com muros grafitados, e não mais muros pintados de tinta branca.

Utilizar recursos da intervenção urbana artística e participação da população, é uma estratégia que queremos analisar como forma de ativar o uso de espaços urbanos e engajar a população no cuidado dos mesmos, tendo como objetivo apropriar os moradores dos espaços urbanos de suas cidades.

Referências Bibliográficas:

ARORA, Payal. Usurping public leisure space for protest: Social activism in the digital and material commons. *Space and Culture*. vol. 18 Issue 1, p55-68, 14p, 2015.

BISHOP, Claire. *Antagonism and Relational Aesthetics*. October Magazine Ltd and Massachusetts Institute of Technology, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

CAVE, Vicky. *Planning for Young Children and Families in Museums. The New Museum Community, audiences, challenges, benefits*. Edinburgh. MuseumsEtc, 2010.

GEHL, Jan. *Cities for People*. Washington D.C.: Island Press, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, Polity Press, 1992.

Da leitura urbana ao projeto de edifício: Arquiteto urbanista Jorge

From urban reading to the building: Architect urban planner Jorge Wilhelm

Karen Priscila Macfadem Piccoli

e-mail: karenpiccoli@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5299235475416378>

Renato Luiz Sobral Anelli

e-mail: reanelli@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1479357603158076>

Palavras-chave: arquitetura; urbanismo; projeto. | **Keywords:** architecture; urban plan; build project.

Resumo:

A presente pesquisa propõe revisar de maneira crítica a trajetória profissional do arquiteto urbanista Jorge Wilhelm (1928-2014), tendo como base dois dados estruturantes: primeiro sua vasta produção de projetos de significativa importância (edifícios, obras públicas e planos urbanos) e segundo sua longa carreira como gestor público e teórico em que discutiu principalmente o conceito de Planejamento Urbano Estratégico. Da intersecção desses dois aspectos centrais de sua trajetória encontra-se a temática Arquitetura e Cidade, entendendo que em sua produção existe uma clara ação dos projetos de edifícios na construção de cidade.

A pesquisa pretende discutir o processo de urbanização da cidade de São Paulo na segunda metade do século XX e a participação de Wilhelm na esfera pública como gestor, promovendo o conceito de Planejamento Estratégico, para, em seguida, identificar suas obras arquitetônicas inseridas nessa diretriz urbanística identificando e analisando as relações entre as dimensões do objeto arquitetônico e seu papel na cidade. Para os estudos de caso foram selecionados três projetos: Parque Anhembi, (São Paulo, 1968), Torres do Espigão (São Paulo, 1973) e Vale do Anhangabaú (São Paulo, 1981).

Introdução e justificativa:

Jorge Wilhelm (Trieste, Itália 1928 - São Paulo, Brasil 2014), arquiteto formado em 1952 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, teve uma intensa produção tanto no âmbito da arquitetura como do planejamento urbano, a

frente de seu próprio escritório e em cargos públicos que atravessou por gestões distintas. Além disso, é autor de mais de dez livros onde se dedicou a mapear, analisar e interpretar as cidades, seus problemas, seus moradores e a indicar propostas para garantir uma melhor qualidade de vida.

Ainda recém-formado, na década de cinquenta, foi chamado para planejar uma nova cidade, Angélica no Mato Grosso do Sul, e a partir da década de sessenta desenvolveu o Plano Diretor de diversas cidades como Curitiba, Joinville, Osasco, Natal e Goiânia. É também na década de sessenta que lança seu primeiro livro: São Paulo Metrópole 65³⁸. Desenvolve e coordena, em 1969, o projeto do Parque Anhembi, em São Paulo, cujas instalações incluem o Pavilhão de Exposições e o Palácio das Convenções, obra de destaque no cenário mundial devido principalmente às soluções técnicas construtivas empregadas.

Já na década de setenta elabora, a convite da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), o projeto de reurbanização do Pátio do Colégio, em 1974, e no ano seguinte ingressa na vida pública como secretário estadual de Economia e Planejamento na gestão de Paulo Egydio Martins. Em 1981, associado a Rosa Kliass e Jamil Kfoury, vence o concurso para a reurbanização do Vale do Anhangabaú, construído e inaugurado dez anos mais tarde. No governo Mário Covas, de 1983 a 1986, é o titular da Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) e coordena a elaboração do plano diretor de São Paulo de 1984 (não efetivado). Em 1985, auxiliado por Jonas Birger, projeta o Centro de Diagnósticos do Hospital Albert Einstein e torna-se, no mesmo ano, presidente da Fundação Bienal de São Paulo³⁹.

No governo Orestes Quércia, de 1987 a 1991, é nomeado secretário estadual do Meio Ambiente e, na administração seguinte, de Luiz Antônio Fleury Filho, entre 1991 e 1994, ocupa a presidência da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (Emplasa). Em 1994, a convite da Organização das Nações Unidas (ONU), muda-se para Nairóbi, no Quênia, e assume o cargo de secretário-geral adjunto da Conferência Mundial Habitat 2, realizada em 1996 em Istambul, Turquia. De volta ao Brasil, retoma projetos de planos diretores para cidades como Campos do Jordão e Araxá, Minas Gerais, além de realizar o projeto da cidade industrial de Londrina em 1997. Retorna à vida pública

³⁸ Perfil da Enciclopédia Itau Cultura Artes visuais, acessado em 20/09/2014: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa541/Jorge-Wilheim>

³⁹ Perfil da Enciclopédia Itau Cultura Artes visuais, acessado em 20/09/2014: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa541/Jorge-Wilheim>

na administração da prefeita Marta Suplicy, entre 2001 a 2004, novamente como presidente da Sempla e coordena a elaboração do Plano Diretor Estratégico de 2002. Entre seus últimos projetos, a frente de seu escritório, está a liderança em consórcios internacionais como os Estudos Urbanísticos para as estações do TAV - Trem de Alta Velocidade e coordenação geral na elaboração do Operação Urbana Rio Verde-Jacu em São Paulo⁴⁰.

Analisando seus livros e entrevistas para diversos meios de comunicação, percebe-se um esforço de leitura e de análise do espaço urbano e a busca por metodologias e proposições de enfrentamento ao caos da metrópole, principalmente no caso da cidade de São Paulo.

“Na prática profissional sempre me aproximei da cidade em análise buscando identificar as estruturas físicas que a caracterizam, e os sistemas de vida predominantes, isto é, o ‘jeitão’ da vida que se desenrola sobre a estrutura física, seja submetendo-se a suas condicionantes seja tentando superar as dificuldades que essas apresentam.” (Wilheim, 2011)

O grande leque de atuação profissional de Jorge Wilheim chama a atenção, não somente pelo grande número de trabalhos realizados, mas também pela importância do debate em torno de conceitos que ele mesmo antecipou ou ajudou a implementar no Brasil, como o de impacto ambiental, tendo feito um estudo - até então inédito no país - para a Alcoa na cidade de São Luis do Maranhão. Também organizou a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a primeira do país, e outros diversos órgãos como a CETESB e a Polícia Florestal.

É no contexto da década de sessenta, com uma crescente demanda de produção em massa de habitação e de seus equipamentos decorrentes do intenso processo de urbanização e de industrialização do país (KOURY, 2005) que Jorge Wilheim vai ter possibilidade de atuar em diversos projetos e planos urbanísticos. Ainda segundo Koury, é nesse momento que são identificados os diferentes papéis atribuídos ao Estado, à iniciativa privada e às categorias profissionais de arquitetos e engenheiros, e tais projetos prestaram efetivas contribuições para o desenvolvimento tecnológico e de sistemas construtivos. É o chamado planejamento integrado, conforme explica Juliana Mota (MOTA, J. p. 149), em que os arquitetos são chamados a serem coordenadores do planejamento que envolver equipes multidisciplinares. Ainda segundo Mota, o termo urbanismo é usado por Wilheim no sentido

⁴⁰ Resumo profissional Jorge Wilheim, acessado em 15/09/2014: <http://www.jorgewilheim.com.br/nota/>

de técnica de transformação da realidade, disciplina integral e voltada ao desenvolvimento, estratégia desenvolvimentista. Esse planejamento deveria abranger os setores físicos, econômicos, sociais e administrativos, sendo pensado mais amplamente, com abrangência regional.

Jorge Wilhelm se posicionou a uma vertente que associou a questão tecnológica, a industrialização e o planejamento como forma de interferir de modo global na realidade da estruturação e produção do espaço urbano. (KOURY, 2005). Para ele, os conceitos urbanísticos deveriam ser “traduzidos” para que as organizações populares transformassem as soluções teóricas em reivindicações, fazendo pressão para a implantação dos planos. O planejamento não deveria ser uma atividade tecnicista, inoperante e alienada, mas sim relacionada com o povo, com o cotidiano dos usuários da cidade. (WILHEIM, 1964)

Mas foi o conceito de Planejamento Estratégico - criado pelos teóricos castelões Manuel Castells e Jordi Borja – no qual mais se aproximou se tornando difusor no Brasil. O Planejamento Estratégico Urbano – modelo catalão - surge a partir de uma adaptação da base do modelo de planejamento estratégico oriundo do setor privado para o setor público. O processo, tal qual foi concebido e modelado, utiliza como instrumento básico a conhecida análise —SWOTII: *Strenghts* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças) (KOTLER, HAIDER e REIN, 1994; KAUFMAN e JACOBS, 1997). Esse procedimento, adaptado para as cidades, mimetiza de maneira perfeita o que recomendam os teóricos do planejamento estratégico empresarial: trata-se, assim, de identificar os pontos fortes (que devem ser potencializados) e os pontos fracos (que devem ser minimizados). Além dessas características internas de uma cidade, prescreve-se a necessidade de identificar as principais oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo à localidade. Com isso, determinam-se as metas e os objetivos a serem atingidos e traçam-se as ações estratégicas e os projetos prioritários necessários para que os resultados desejados sejam alcançados (Raquel Garcia Gonçalves, 2009).

Nesse sentido, a elaboração do plano estratégico deve partir de um diagnóstico de identificação das oportunidades e das ameaças externas e das fortalezas e fraquezas internas à localidade. A partir daí, deve ser definido o processo de construção da cidade desejada, com indicação do objetivo central (explicação, de forma resumida, do modelo de cidade desejada, ou seja, da missão a ser cumprida) e estratégias a serem desenvolvidas através dos objetivos, ações e projetos. Assim, o plano estratégico seria constituído pelo objetivo central (missão), estratégias, objetivos, ações e projetos.

Partindo dessas premissas, Castells e Borja afirmam que o projeto de transformação urbana gerado pelo planejamento estratégico surge como uma somatória de três principais fatores:

- a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia;
- b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local (política e cívica);
- c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural (CASTELLS E BORJA, 1996, p. 156)

São estes alguns dos questionamentos que devem nortear esta pesquisa. A introdução feita até aqui se baseou especificamente em sua carreira enquanto urbanista, a frente de estudos e órgãos que discutiram o processo de urbanização intenso das cidades brasileiras a partir da década de cinquenta, se posicionando e propondo medidas e soluções para um planejamento adequado às necessidades da população. Essa é, sem dúvida, a faceta mais estudada sobre a trajetória de Jorge Wilhelm nos meios acadêmicos, por isso se fez necessária e estratégica para um início de compreensão de sua atividade profissional.

Nesse sentido fica evidente que toda essa trajetória, extensa e produtiva, merece ser analisada cuidadosamente, com enfoque principalmente na relação entre seu trabalho a frente de seu escritório, elaborando projetos de grande importância - assunto ainda pouco explorado no meio acadêmico – e o ambiente urbano em que se insere esses projetos.

Tendo Wilhelm atuado nas três escalas de projeto – edificação, projetos urbanos e planejamento urbano - percebe-se um esforço em inserir suas obras arquitetônicas na malha urbana entendendo-os como parte de um projeto de cidade. As relações entre edificação e sua dimensão urbana serão exploradas nesta pesquisa, como chave de leitura para projetos identificados, tanto pelo próprio arquiteto como pela pesquisa em andamento, como aqueles em que houve maior debate com relação às soluções para essas relações esperadas.

Ainda assim, frente a tamanho material bibliográfico autoral, se faz necessário, então, constituir um referencial teórico e buscar uma compreensão acerca da metodologia de projeto estabelecido, seu posicionamento frente a equipes multidisciplinares e entender como se davam os embates teórico/prático na prática projetual. As prováveis tensões do enfretamento entre as instancias teórica e prática podem apontar novas questões e novas chaves de compreensão acerca do papel profissional do arquiteto urbanista frente às problemáticas urbanas atuais.

Resultados parciais:

Esta pesquisa entende que a trajetória profissional de Wilhelm está intrinsecamente ligada aos processos urbanos da cidade de São Paulo, já que como arquiteto urbanista este se preocupou em debater as questões urbanas em diversas esferas sociais e políticas –

seja como profissional atuante, como escritor, como gestor público - e a propor soluções visando à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Ao mesmo tempo projetou e viu serem construídas obras de sua autoria de grande importância e impacto na capital paulista.

Seu aspecto mais abordado no meio acadêmico certamente é o seu papel de urbanista, já que elaborou muitos Planos Diretores para cidades brasileiras frente ao escritório Jorge Wilhelm Consultores Associados. Esta acabou sendo uma natural especialização de atuação do escritório e é sempre vinculada à imagem do Jorge Wilhelm – como urbanista. Somado a esse grande número de projetos de escala territorial, atuando principalmente como consultor em parcerias com outros escritórios, consórcios e profissionais de diversas áreas, sua vocação para a escrita o leva a publicar mais de dez livros em que discute essencialmente a metrópole São Paulo, seus problemas e possíveis soluções. Desde São Paulo Metrópole 65 Jorge discutia a necessidade do planejamento frente ao crescimento desordenado e às mazelas consequentes principalmente aos habitantes dessa cidade. Esse livro é como um guia para a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade de São Paulo, que só se consolidará na década seguinte.

Nesse mesmo período o escritório está às voltas da elaboração de projetos de edificações de grande importância para a cidade de São Paulo. Esses projetos vão interferir diretamente na malha urbana, no cotidiano, no uso que se faz nessa cidade, e foram projetadas por quem estava muito interessado nessas relações.

Um dos pontos que mais chama a atenção no com relação ao arquiteto Jorge Wilhelm é sua capacidade de discutir questões em diversas escalas, do micro ao macro, da calçada ao transporte metropolitano. E a intenção do presente trabalho é justamente aflorar essas dimensões presentes em sua trajetória e a partir dessa perspectiva buscar compreender suas questões apontadas.

Por isso essa pesquisa entende que deve trabalhar com as escalas do urbano e do objeto arquitetônico, pois essa é uma das características mais determinantes na forma de atuação do arquiteto em questão e então o desenvolvimento do trabalho deve partir desse princípio como estruturante. Sendo assim, como seus projetos de edifícios, implantados nesse tecido urbano tão estudado e que gera tanta inquietação ao arquiteto, vão se relacionar com o ambiente da cidade? Esse passa a ser um dos questionamentos centrais desta pesquisa que, de início, identifica esse esforço de Jorge Wilhelm em projetar edifícios da maneira como se devem construir as cidades, portanto a temática Arquitetura e Cidade se faz central.

Ou seja, interessa especialmente a esta pesquisa, após reflexões sobre o seu entendimento sobre a cidade, suas análises e interpretações, entender as metodologias

projetuais desenvolvidas pelo escritório JWCA que dão suporte para a solução de relações tão complexas entre programa x objeto x cidade. A verificação do mote projetual - para posterior discussão acerca da produção do objeto arquitetônico em si e o que se produz de urbanidade através destes – será feita a partir de estudos de casos de projetos compreendidos em um recorte temporal tendo como limitantes duas obras de significativa importância: o parque Anhembi de 1963 e o Vale do Anhangabaú de 1981. Esse período compreende um momento de elaboração e interessantes projetos arquitetônicos dentre os quais o edifício sede da FAPESP, as Torres do Espigão, a sede da Serete, a fábrica NovelPrint e o Sesi Vila Leopoldina , ao mesmo tempo em que Jorge Wilhelm está atuando ativamente como gestor público, participando de conferências e seminários internacionais e lança dois dos livros pesquisados neste trabalho – “Urbanismo no Subdesenvolvimento” de 1969 e “O Substantivo e o Adjetivo” de 1976.

Se por um lado essa sobreposição de atividades torna ainda mais complexa a análise do trabalho em si, por outro enriquece e pode trazer chaves de entendimento bastante interessantes. Até este momento da pesquisa, mais por questões de sistematização do desenvolvimento desta do que por necessidade de enquadramentos em categorias específicas, se optou por situar essas diferentes atuações do profissional em Jorge Wilhelm urbanista, quando se estuda seu papel como gestor público, teórico e escritor, e em um segundo momento como Jorge Wilhelm arquiteto, e nesse momento considerando toda a produção à frente do escritório JWCA, sendo desde projetos de edifícios como projetos de escala urbana como o Parque Anhembi e o Vale do Anhangabaú. Já no terceiro momento da pesquisa é que se pretende explorar essas interfaces com a grande temática Arquitetura e Cidade em que verificamos que as duas categorias de atuação, como já sabido, se encontram em constante interlocução.

Referências Bibliográficas:

AB'SABER, Aziz N. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1957.

ANADO JUNIOR, Roberto dos Santos. Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio (1941-1979). 2014. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ANELLI, Renato Luiz Sobral; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. Rino Levi: arquitetura e cidade. São Paulo: Romano Guerra, 2001.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Urbanismo em Fim de Linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2.ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Vozes, 2000.

BASTOS, Maria Alice Junqueira, Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2003.

Desenhos de Ruas: concepções urbanísticas e significados sociais

Streets Design: urbanistic conceptions and social meanings

Talita Ines Heleodoro

e-mail: talitaih@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3282768319786017>

Luciana Bongiovanni Martins Schenk

e-mail: lucianas@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3384491853267540>

Palavras-chave: ruas; morfologia urbana; desenho da cidade; paisagem urbana; história da cidade e do urbanismo. **Keywords:** streets; urban morphology; city design; urban landscape; city and town planning history.

O presente trabalho pretende estudar a noção de rua como uma construção cultural através de suas diferentes representações urbanas. Vista como um elemento estruturador da cidade, a rua foi pensada de diferentes maneiras ao longo dos recortes temporais e narrativos propostos pela pesquisa. Assim, analisando os seus desdobramentos formais e morfológicos, bem como os seus usos e significados, a pesquisa pretende demonstrar uma percepção do achatamento das inúmeras possibilidades da rua na atualidade, vista como mera infraestrutura de tráfego, ao invés de uma noção mais próxima à definição de *urbanidade* de Henri Lefebvre⁴¹. Portanto, se pretende realçar essa questão esmiuçando as particularidades de cada uma das representações teóricas e das realidades sociais escolhidas.

Por meio de uma intersecção de campos disciplinares, com categorias analíticas da história cultural e o uso de uma historiografia das cidades e do urbanismo, pretende-se estudar diferentes realidades urbanas num longo período temporal. O plano da dissertação propõe a construção de quatro períodos nos quais a *rua* foi representada de diferentes maneiras: i) a grande permeabilidade das ruas medievais; ii) o processo de geometrização das ruas parisienses; iii) o fracionamento dos usos da rua pelo urbanismo funcionalista; e,

41 Para Lefebvre, o *urbano* é a "realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento". Citação tirada de Henri Lefebvre, *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 54.

por fim, iv) o retorno à ideia de comunidade numa releitura da espontaneidade das ruas de bairros. A justificativa para abranger um período tão longo é a de explicitar que a noção de *rua*, como uma construção cultural, possui inúmeros significados sociais que ainda sobrevivem e se atualizam na contemporaneidade.

O fio narrativo sobre essas concepções urbanísticas, crucial para não perder de vista o objeto da pesquisa - as representações culturais de ruas -, gira em torno de duas categorias: i) uma que diz respeito aos aspectos formais das ruas, ou seja, às suas características de desenho e projeto; ii) outra que trata dos processos históricos da formação das suas concepções urbanísticas. Por fim, burcar-se-á o entrelaçamento dessas duas categorias na tentativa de discutir alguns dos aspectos sociais, políticos e culturais, tanto das concepções ou ideias urbanísticas, quanto propriamente de seus desenhos, usos e significados. Nesse sentido, pretende-se iluminar as qualidades metafísicas das ruas.

Rua e Urbanidade: o Espaço Urbano como Mediação de Sociabilidade

Quando Henri Lefebvre, em sua obra *O direito à cidade*⁴², aborda a questão do valor de uso da cidade e das relações sociais que produzem esse espaço, se vislumbra a noção da cidade como um artefato, mais do que mera materialidade, sendo o resultado da ação de sujeitos históricos. Lefebvre situa, dessa maneira, o entendimento da cidade como um produto histórico, que além de sua materialidade se associa à vida dos seres humanos⁴³.

*A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro).*⁴⁴

A distinção que ele realiza entre a *cidade* e o *urbano* se torna fundamental para entender a morfologia urbana como resultado de sua configuração social. Assim, o termo *cidade* aludiria mais aos aspectos físicos e construídos do espaço. Já a noção de *urbano* seria a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”⁴⁵. Entretanto, dialeticamente, uma não sobreviveria sem a

⁴² Henri Lefebvre. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

⁴³ *Ibidem*, p. 52.

⁴⁴ Henri Lefebvre, op. cit., p.12.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 54.

outra, pois a vida urbana não acontece sem uma base prático-sensível.⁴⁶ A correspondência entre os dois fenômenos definiria o que Lefebvre chama de *urbanidade*. Como exemplo, o autor cita a situação da *pólis*, que era ao mesmo tempo o lugar de monumentos e prédios institucionais, além de espaço de lazer e eventos urbanos. Nesse sentido, o núcleo antigo apresentaria tanto valor de uso quanto valor de troca, uma vez que era lugar ao mesmo tempo sagrado, político e econômico.

Todavia, segundo Lefebvre, esse ideal de *urbanidade* irá perder força, principalmente na conjuntura do que ele caracteriza como a *crise da cidade*. Embora essa qualidade - a urbanidade - não tenha desaparecido por completo, o processo de industrialização do século XIX promoverá imensamente a diminuição da dimensão *urbana* da *cidade*. Algo que esteve associado à surpreendente expansão urbana, que colocou a classe miserável ao lado da burguesia enriquecida, promovendo a fragmentação do tecido urbano. Essa disputa pela cidade, aliada ao medo, deu o tom do decaimento daquela noção de *urbanidade*. A modernidade, portanto, ascende repleta de ambiguidades nas metrópoles europeias, fazendo surgir o que Richard Sennet chama de o paradoxo da noção de homem público⁴⁷, ou seja, apesar da potencialidade do encontro de diferentes grupos nas ruas das metrópoles, os espaços privados e as relações íntimas serão exacerbados através de um ideal de purificação e acolhimento, em contraposição ao temor do espaço público, que perde a sua potencialidade como *lócus* do encontro e sociabilidade.

Sendo assim, *cidade* – o meio – padece, ficando comprometido justamente aquilo que a metrópole oferecia como mais importante aos seus habitantes - o convívio de diferentes expressões culturais, a possibilidade das trocas entre a diversidade de seres, ideias e experiências. O espaço público vira um espaço amortizado, pobre culturalmente por uma vida pública esvaziada. A partir dessa leitura de Lefebvre, portanto, se nota que a noção de *urbanidade*⁴⁸ se torna central para entender a cidade e, particularmente, os significados sociais das ruas em diferentes temporalidades.

⁴⁶ a *cidade* é um dado material e o *urbano* é possibilidade.

⁴⁷ Richard Sennet. O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁴⁸ Apesar de partimos da definição de urbanidade proposta por Henri Lefebvre, quando o autor aponta para o processo do seu apagamento durante a crise da cidade, o mais apropriado será tomá-la como uma representação cultural, pois Lefebvre também está realizando sua leitura de realidades urbanas ao utilizar o conceito. Assim, embora consideremos ajustada a referência ao termo urbanidade deste autor, o processo de achatamento da realidade urbana que o termo alude, mesmo com nuances, não parece para nós ter um sentido cronológico na direção de uma teleologia.

A Rua como Espaço Permeável: as Comunas Medievais

Jacques Le Goff, no livro *Uma longa Idade Média*⁴⁹, estabelece que uma das heranças positivas da Idade Média está associada ao legado de sua civilização urbana, que ascendeu a partir do século XI. Segundo o autor, esse movimento abrangeu, com diferentes níveis, toda a Europa da cristandade latina, especialmente, a França do Norte, Flandres, Renânia e a Itália do Norte e do Centro. O legado deixado por essas cidades, que ainda não eram exatamente os grandes centros territoriais do mundo feudal, foi o de comunidades urbanas formadas de maneira quase espontâneas, com soluções variáveis quanto ao seu urbanismo. A raridade de técnicos especialistas possibilitou um espírito de liberdade e confiança a essas aldeias que se constituíram adaptando-se ao ambiente natural, e escapando às regras urbanas preconcebidas:

*As novas instalações se adaptam com segurança ao ambiente natural e entre as ruínas do ambiente construído antigo, não respeitam nenhuma regra preconcebida, seguem com indiferença as formas irregulares do terreno e as formas regulares dos manufaturados romanos; enfim, apagam toda diferença entre natureza e geometria, isto é, deformam com pequenas irregularidades as linhas precisas dos monumentos e das estradas antigas e simplificam as formas imprecisas da paisagem, marcando as linhas gerais dos dorsos montanhosos, das enseadas, dos cursos de águas.*⁵⁰

Essas cidades tortuosas surgem com o crescimento econômico e populacional da Europa ao final do século X gerando um processo de urbanização a margem da organização feudal com a ascensão de uma massa de artesãos e mercadores. Tal fenômeno força a expansão de cidades fortificadas, ainda quase espontânea na Idade Média, dando origem às primeiras comunas medievais, nas quais os órgãos de governo irão coabitar com as corporações de ofícios no controle do território citadino. Até o século XV, quando surge a cultura urbana da Renascença, as comunas medievais se destacaram enquanto principais fenômenos de urbanização na Europa Ocidental. Nelas, a liberdade das corporações de ofícios, que elegem governos autônomos para gerir as cidades, garante a qualidade de soluções urbanas. Ao contrário da cultura clássica, a urbanística medieval não tendeu ao estabelecimento de modelos formais, sendo inúmeras as formas urbanas adotadas em virtude de uma adaptação espontânea às circunstâncias históricas e geográficas.

⁴⁹ Jacques Le Goff. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵⁰ Leonardo Benevolo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 255.

As cidades medievais têm uma rede de ruas não menos irregular que a das cidades mulçumanas. Porém, as ruas são organizadas de modo a formar um espaço unitário, no qual sempre é possível orientar-se e ter uma ideia geral do bairro ou da cidade. As ruas não são todas iguais, mas existe uma gradação contínua de artérias principais e secundárias; as praças não são recintos independentes das ruas, mas largos ligados estreitamente às ruas que para elas convergem. Somente as ruas secundárias são simples passagens: todas as outras se prestam a vários usos: ao tráfego, à parada, ao comércio, às reuniões. As casas, quase sempre de muitos andares, se abrem para o espaço público e tem uma fachada que contribui para formar o ambiente da rua ou da praça.⁵¹

Os espaços públicos e privados das cidades medievais não formavam zonas contíguas separadas. Na realidade, essas cidades possuíam um espaço público comum, complexo e unitário, espalhado pelos meandros da cidade, abrigando os edifícios públicos e privados através de intersecções bastante permeáveis com espaços internos, entre pátios e jardins. O equilíbrio entre estes dois espaços dependia dos estatutos comunais que regulavam os pontos de contato ou as zonas de sobreposição dos dois interesses, como as saliências das casas que cobriam parte da rua, ou os pórticos e as escadas externas. Em virtude dos cinturões de muros concêntricos, que eram obras caras realizadas pelas municipalidades, os bairros das cidades medievais eram sempre compactos, com as casas se desenvolvendo de maneira vertical.

Bolonha foi uma dessas comunas medievais que desenvolveu uma grande permeabilidade entre espaços públicos e privados na “cidade das quatro cruzes” que demarcavam o núcleo urbano, onde estiveram construídos os seus principais monumentos ao redor da Praça Maior. O desenho da cidade medieval se caracteriza, basicamente, pelo tabuleiro do seu núcleo, ainda como um legado da colônia romana, e pelas duas portas de onde saem o leque de ruas que demarcam a estrutura dos subúrbios medievais. Todavia, o que se destaca na malha viária bolonhesa, sendo o resultado da regulamentação das edificações comunais, é a permeabilidade das ruas, com os seus pórticos protegendo as fachadas dos edifícios, além de outras áreas livres, como as hortas que atenuam a delimitação entre os espaços públicos e privados na cidade.

Camillo Sitte, em 1889, irá formular a sua crítica aos sistemas modernos de construção de cidades fazendo referência justamente à espontaneidade artística das soluções urbanas medievais. Ao abordar a construção das cidades segundo seus princípios

⁵¹ Leonardo Benevolo, op. cit, p. 269.

artísticos e não apenas técnicos⁵², Sitte valoriza o tratamento dado aos espaços livres – as ruas e praças – das cidades medievais, em detrimento das práticas modernas de planejamento urbano. Os antigos, ao se preocuparem com a unidade que esses espaços livres formavam, bem como sobre as experiências que suscitavam em seus habitantes, tomaram um especial cuidado com o seu desenho urbano. Na mesma linha, está o seu elogio à rua curva e estreita, capaz de produzir um efeito pitoresco, com novas perspectivas descortinando-se a cada inflexão, juntamente com a sensação de abertura e fechamento das praças. As modestas dimensões e a sensação de domínio também importavam para criar espaços que possuíssem a escala do pedestre e criassem uma atmosfera mais acolhedora. Portanto, se nota que essa representação urbanística da permeabilidade das ruas, explicitada numa preocupação com uma intersecção menos abrupta entre os espaços públicos e privados, possui uma nítida referência dos tecidos urbanos das comunas medievais.

A Rua como Espaço de Identidade: Paris em Ebulição

O que acontecerá em Paris, ao longo de todo o século XIX, será uma tentativa de apagamento das referências urbanísticas legadas pelas comunas medievais através do desmonte de realidades urbanas que ainda remetiam àquele período. Após o século XVI, quando os reis franceses passam a habitar Paris, a cidade irá passar por um processo de expansão e crescimento populacional até chegar à dimensão de uma metrópole no século XIX. Durante o reinado de Luís XIV, Paris recebe uma série de intervenções urbanas que serão retomadas numa escala maior pelo Barão Haussmann no século XIX. Os jardins franceses se tornam uma referência de paisagens simétricas e regulares, com perspectivas até a linha do horizonte, criando eixos de simetria e panoramas que medem mais de quilômetros. Paris se tornará uma cidade aberta com a substituição das fortificações por uma coroa de avenidas arborizadas - os bulevares - que demarcam uma nova periferia.

Entre o fim da monarquia de Luis XIV e as reformas urbanas do Barão de Haussmann, vivencia-se a Revolução Industrial, com infindáveis consequências sobre o ambiente construído. No tocante à dinâmica das ruas, são enormes os resultados gerados por inventos como o pavimento de estradas, ou os *Tramways*, que irão cada vez mais usurpar o espaço da rua no sentido de transformá-lo exclusivamente em vias de circulação. No século XIX, uma multidão vinda do campo para a cidade irá se aglomerar de forma bastante precária nos bairros mais antigos, por vezes habitando o mesmo edifício.

⁵² Camillo Sitte. *A construção da cidade segundo seus princípios artísticos* (1889). São Paulo: Ática, 1992.

Nesse ambiente urbano, a tensão entre as classes sociais se acirra, principalmente, no período após a Restauração Francesa. A cidade de Paris, que vinha sendo disputada pela burguesia desde a queda do Antigo Regime, agora era reivindicada também pelos operários. Em fevereiro de 1848 se iniciam as convulsões sociais, até que em junho do mesmo ano as ruas e praças de Paris são transformadas no palco de uma primeira grande batalha; “os operários ameaçam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a Comuna confirmará”⁵³. As revoltas fazem com que os burgueses se refugiem numa restauração monárquica, iniciando um período de embate dentro da sociedade parisiense para afastar qualquer possibilidade de tomada do poder em 1851⁵⁴.

Nesse período, sob a administração do então prefeito do Sena, Barão de Haussmann, se iniciam uma série de reformas urbanas providenciais para conter a ebulição popular das ruas de Paris. Só em 1830 foram erguidas mais de 6 mil barricadas⁵⁵. As ruas estreitas e os edifícios alinhados na calçada facilitavam a guerra de rua, bastando para os insurgentes amontoar os móveis das casas vizinhas para começar uma barricada. Friedrich Engels destaca que as lutas de rua através das barricadas funcionaram em Paris até 1848, quando depois tornaram-se antiquadas. Foram inúmeras as causas desse insucesso: a cidade cresceu, as tropas aumentaram e seu armamento tornou-se mais eficaz; de modo que as condições dos insurgentes pioraram em todos os aspectos; “os novos bairros das grandes cidades, construídos a partir de 1848, são dispostos em estradas longas, retas e amplas, feitas de encomenda para maximizar o efeito da nova artilharia pesada e das novas espingardas”.⁵⁶

Independente dos motivos para sua realização, tais reformas mudaram drasticamente o aspecto espacial da malha viária e também dos prédios lindeiros. A substituição das ruas estreitas e curvilíneas por avenidas amplas e incrivelmente retas fez surgir uma nova experiência urbana. Para Dubech e D’Espezet houve uma enorme perda uma vez que “nenhuma de suas grandes vias retas tem o encanto da curva magnífica da Rue Saint-Antoine, nem uma só casa dessa época merece ser vista com o prazer comovido que oferece uma fachada do século XVIII, de disposição severa e graciosa”⁵⁷. Não obstante, tal perda não se limita ao seu caráter apenas formal. O que se perdeu foi uma grande

⁵³ Henri Lefebvre, op. cit., p. 22.

⁵⁴ Prefácio de Friedrich Engels na obra de Karl Marx. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁵⁵ Walter Benjamin. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

⁵⁶ Friedrich Engels in Karl Marx, op. cit., p. 25.

⁵⁷ Victor Fournel, *Paris Nouveare et Paris Futur*, pp. 220-221 in Walter Benjamin. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

variedade cultural, uma infinidade de outras cidades abrigadas na desordem das ruelas, na diversidade das casas e também na heterogeneidade social das classes que ali habitavam. Henri Lefebvre diria que Paris atingiu o ápice de sua *urbanidade* nesse período extremamente pulsante com uma intensa coexistência de classes nos mesmos espaços da cidade.

*Do Faubourg Saint-Germain ao Faubourg Saint-Honoré, do quartier latin às imediações do Palais-Royal, do Faubourg Saint-Denis à Chaussée-d'Antin, do Boulevard des Italiens ao Boulevard do Temple, parecia que se passava de um continente a outro. Tudo isso formava na capital como outras tantas pequenas cidades distintas. – Cidade do estudo, cidade do comércio, cidade do luxo, cidade do repouso, cidade do movimento e do prazer populares – e, entretanto, unidas umas às outras, por uma multidão de nuances e transições. Eis o que se está agora apagando ... rasgando por todo lado a mesma rua geométrica e retilínea, que prolonga, numa perspectiva de uma légua, suas fileiras de casas, sempre iguais.*⁵⁸

Paris inaugura na Europa a era das grandes avenidas bulevares, como a *Ringstrasse* de Viena, ou o *Ensanche* de Ildefonso Cerdà para Barcelona. Em quase todos estes exemplos, a tônica foi o desmonte de realidades antigas, principalmente, do legado da cidade medieval, fechada, cercada e guardada por muros. Os pitorescos traçados de ruas estreitas e sinuosas foram sobrepostos por ruas retas e largas. Para Lefebvre, o acirramento dessa disputa entre simetria e organicidade foi refletida numa efervescente *urbanidade*; as revoltas populares, para o autor, eram a expressão de uma intensa vida urbana, que “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”⁵⁹.

A Rua Fragmentada: o Urbanismo Funcionalista

Diante dos inúmeros *problemas* urbanos que passam a acometer a cidade moderna durante a Revolução Industrial, novos modelos urbanísticos são formulados. Entre eles, umas das linhas de planejamento mais dominantes após a Primeira Guerra Mundial foi a do urbanismo funcionalista. Conhecida como o Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo, ela se impulsiona principalmente pela crise de moradia do entre guerras num

⁵⁸ Victor Fournel in Walter Benjamin, op. cit, p. 185.

⁵⁹ Henri Lefebvre. op. cit., p. 22.

momento em que os seus integrantes emplacam as suas propostas de projeto pela subvenção estatal. Posteriormente, estes arquitetos irão fundar os CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), quando entre 1928 e 1933 se debruçam sobre os problemas urbanísticos de inúmeras cidades europeias, particularmente no IV CIAM sobre o tema da Cidade Funcional.

Le Corbusier se destacará, a partir de então, como um crítico da cidade demasiadamente horizontal, com baixa densidade, propondo ao contrário, a construção de grandes adensamentos urbanos com seus espaços repartidos funcionalmente. Desde a publicação de seu livro *Urbanismo*⁶⁰, quatro anos antes do I CIAM, Le Corbusier vinha criticando o sinuoso traçado das cidades medievais, com suas ruas curvas e estreitas, como se tivessem sido traçadas a partir do caminho das mulas, ziguezagueando sem destino certo. A cidade e o homem modernos deveriam pautar-se pela linha reta, fruto da racionalidade e da sensatez humana. O pitoresco das ruas deveria ser substituído pela forma pura e racional com referência à quadrícula romana que havia sido retomada desde as reformas de Haussmann. Os *grands travaux* seriam comparados, segundo Corbusier, a uma cirurgia contra a doença do labirinto medieval de Paris.

Le Corbusier critica também Camillo Sitte, o entusiasta das ruas medievais, julgando que “o autor confundia o pitoresco cultural com as regras de vitalidade de uma cidade”⁶¹. Em tempos do automóvel, era preciso que a cidade se pautasse pela linha reta, sendo essa uma exigência do trânsito. A linha reta, segundo Corbusier, era sadia, a linha curva, perigosa. Seu elogio e admiração pelas cidades retilíneas dos Estados Unidos da América mostra esse ponto - a Europa deveria seguir o exemplo. Ao mostrar um fragmento da malha de Washington, observa que os caminhos são pautados não mais pelo andar das mulas, mas pelas estradas da ferrovia, símbolo do moderno e do progresso. O ângulo reto e as formas geométricas, como signos da razão, ordenariam o caos legado pelas cidades medievais. A cidade, portanto, deveria ser fruto do pensamento; “A obra humana é uma colocação em ordem. Vista do céu, aparece no solo em figuras geométricas”.⁶²

Para Bernardo Secchi⁶³, na busca por essa ordem espacial tão cara à Le Corbusier, o urbanismo funcionalista realiza três operações fundamentais: a primeira dela é a dissolução da *rua corredor* da cidade do século XIX, com os edifícios alinhados ao limite do lote, eliminando a clara oposição entre espaços cheios - edifícios - e espaços vazios - espaços

⁶⁰ Le Corbusier. *Urbanismo* (1924). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁶¹ *Ibidem*, p. 9.

⁶² *Ibidem*, p. 22 e 23.

⁶³ Bernardo Secchi. *A cidade do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

livres. A segunda é a supressão da quadra como era concebida, abrindo-a e distribuindo seus elementos segundo novas regras. Por fim, a completa modificação das relações entre espaços cheios e vazios. A esses três pontos pode-se creditar a responsabilidade pela drástica mudança na imagem da cidade desenhada pelos urbanistas modernos, em contraponto com a cidade existente até o século XIX que ainda possuíam traços medievais. Essa representação urbana funcional terá bastante repercussão no planejamento de diversas cidades do mundo ao longo da primeira metade do século XX, e ainda hoje, estabelecendo quase que de maneira definitiva a rua pela função de tráfego de veículos. Algo que passa a ser criticado, a partir dos anos 1950, por teóricos do urbanismo pós-moderno.

A Rua como Retorno à Comunidade

A crítica ao urbanismo funcionalista se inicia já nos anos 1950, quando ainda no CIAM de 1947 surge uma nova geração de arquitetos que propunha a renovação do mecanicismo funcionalista através da consideração do traço emotivo dos seres humanos. No CIAM de 1951, este grupo de arquitetos passa a propor uma superação da cidade funcional descrita na *Carta de Atenas* de Le Corbusier. A ideia era a revalorização do coração da cidade em direção à humanização da vida urbana. O discurso emocional e afetivo se torna o contraponto ao discurso funcional e racionalista. A cidade, para além de seu aspecto físico e funcional, passa a ser considerada também de maneira simbólica.

No IX CIAM, realizado em 1953, a nova geração de arquitetos modernos irá questionar as categorias abstratas de organização da cidade, procurando romper com o funcionalista e se aproximar das realidades locais. Enquanto na *Carta de Atenas* a rua era tida como via de circulação de veículos, no IX CIAM se estabelecerá a rua como um lugar de pertencimento e identidade. O último CIAM, em 1956, terá como tema, justamente, os conceitos de identidade, cultura e lugar. Nele refuta-se mais uma vez o ideal funcionalista da criação de um homem novo, dando-se importância à noção de comunidade. Com a dissolução dos CIAMs, o grupo que ficará conhecido como o *Team 10* persistirá na defesa das reformulações desenvolvidas nos últimos CIAMs.

No urbanismo racional-funcionalista moderno, segundo o grupo, “a cidade tornava-se um objeto calculado a partir de uma equação analítica que anulava por completo as interações humanas criadas no processo de apropriação dos espaços”⁶⁴. No Manifesto de Doorn, elaborado em 1954, amplia-se a noção de *Habitat*, que passa a abranger outros

⁶⁴ Ana Cláudia Castilho Barone. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002, p. 65.

espaços públicos de convívio que sustentavam a vida em comunidade, alargando o espaço privado da moradia, e ampliando a noção da célula de habitação corbusiana. A noção de comunidade se torna central no tratamento das escalas de intervenção. Numa nova gradação da escala urbana, novos parâmetros organizariam as relações entre moradores e espaço. As duas escalas intermediárias, da rua e do bairro, estabeleceriam novas relações entre usuário e cidade, com a consideração de outras instâncias para preencher as lacunas do urbanismo moderno.

*A noção de identidade retomava os princípios desenvolvidos na reunião de Doorn. Interessava discutir meios para expressar uma relação vital do seu humano com o lugar a que pertence. A identidade era a relação estabelecida entre os usuários de um local e a arquitetura que utilizavam. Na estrutura da família, essa relação se dava na casa. Fora da casa, o primeiro contato com o grupo social seria a rua, essencial como espaço que possibilita a criação de inter-relações cotidianas. Para além da rua, as relações de identidade deveriam ser estabelecidas no contexto do bairro, reforçando o conceito de comunidade.*⁶⁵

Alison e Peter Smithson, bastante atuantes no *Team 10* e na Inglaterra do pós-guerra, se associaram ao fotógrafo Nigel Henderson para entender a vida de rua no bairro londrino de Bethnal Green. Interessados pelos aspectos da vida urbana captados pelas fotografias, o tema da vida popular de rua influenciou-os de maneira decisiva em seu modo de projetar espaços de habitação. O Conjunto de Habitações de *Golden Lane*, projetado em 1952 pelos Smithson para recuperar uma zona bombardeada de Londres, apresentava três níveis de *ruas elevadas*, sendo cada plataforma ocupada por 90 famílias; a intenção era que o conjunto formasse comunidades. Essas plataformas, ou ruas elevadas, deveriam possuir uma identidade própria e serem locais seguros para as crianças, possuindo certo tipo de comércio e lugares favoráveis ao passeio. Os cruzamentos das plataformas possuiriam pé-direito triplo, sendo lugares convidativos à permanência e concentradores da atividade social. Apesar da referência à rua elevada de Le Corbusier, tais plataformas propunham qualidades de ruas tradicionais, onde a vida urbana se desenvolveria tal qual nas representações fotográficas de Henderson. Assim, a ideia central de *Golden Lane* era reanimar na cidade moderna a vivacidade da cidade tradicional.

No campo teórico, surge nesse período do pós-guerra uma emblemática obra crítica do urbanismo moderno. Jane Jacobs⁶⁶ acredita nas qualidades da cidade tradicional e em

⁶⁵ Ana Cláudia Castilho Barone, op. cit., p. 80.

⁶⁶ *Morte e vida de grandes cidades* (1961).

sua *vida de rua*, a mesma que impressionou os Smithson no trabalho fotográfico de Nigel Henderson. Assim, critica toda teoria urbanística que via no funcionalismo a solução para os males das cidades existentes, pois ele fragmenta a multifacetada vida cultural das metrópoles reais. Jacobs também critica o planejamento urbano de Robert Moses, que rasgava a cidade para a construção de autoestradas de circulação de veículos motorizados. Para ela, a rua deveria ser o elemento urbano principal, voltada para abrigar as pessoas e as suas atividades rotineiras, num intrínseco *balé* responsável pela vitalidade da rua.

A vitalidade urbana defendida por Jacobs era característica das metrópoles, onde existiria grande concentração de pessoas, permitindo a diversidade cultural numa mesma área. Sua crítica ao funcionalismo provinha da fragmentação que o zoneamento causava nas grandes aglomerações, comprometendo a rica e essencial vida urbana oferecida por esses lugares. A multiplicidade de usos nunca seria possível em cidades funcionais, repartidas espacialmente pela função. Sua crítica à Le Corbusier apontava a exacerbação da circulação em seus projetos, as grandes vias para automóveis; era exatamente o que Jane Jacobs queria combater em Nova York nos anos 60. Surge, dessa maneira, uma nova representação urbana que pregará o retorno à ideia de comunidade, ou de um urbanismo espontâneo definido de maneira orgânica pela localidade, semelhante ao modelo urbano das comunas medievais.

A Rua Como Reflexo da *Urbanidade*

As alterações conceituais dos desenhos de ruas elaborados por diferentes urbanistas ao longo do tempo se relacionam com os significados sociais, políticos e culturais de cada contexto histórico. A noção de rua está atrelada não só ao desenho urbano, mas principalmente às representações de seus usos, à forma como as pessoas se apropriam dela, e ao imaginário urbano dos períodos históricos associados a tais representações. Desse modo, nosso objetivo é destacar a rua como um reflexo de *urbanidade*, ou da vivência urbana de cada uma das concepções teóricas e das realidades sociais dos espaços urbanos dos períodos. Assim, tal retrospectiva histórica tem o sentido alegórico de iluminar as questões atuais das representações urbanísticas da rua.

A construção dessa análise parte da criação de algumas chaves de leituras já descritas neste projeto. O grande objetivo a ser alcançado, portanto, é a elaboração de uma discussão a respeito do papel da rua como lugar da realização social, cultural e política. Assim, é imprescindível conhecer a história das ruas para discutir a sua forma e o seu significado social. O desenho, as variadas formas urbanas compostas, não são apenas

frutos de diferenças de estilo urbanístico, mas resultam de seus próprios contextos históricos. Bernard Lepetit, em sua obra *Por uma nova história urbana*⁶⁷, teoriza que a cidade não é apenas matéria, mas também ideia, pensamento e discurso. Diante disso, partimos do pressuposto que a cidade não é exclusivamente física, mas que existe, em seu processo de construção, um diálogo entre práticas sociais e discursos urbanísticos no seu desenvolvimento material.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Stanford. *On Streets*. Cambridge: MIT Press, 1978.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

GEHL, Jan. *Life between buildings: using public space*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1980.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶⁷ Bernard Lepetit. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Desvairamento e crescimento da Pauliceia: tensões entre urbanismo e literatura na São Paulo moderna

Amazement and growth of the Pauliceia: tensions between urbanism and literature in the modern São Paulo city

Cinthia Aparecida Tragante

e-mail: cinthia.tragante@usp.br

CV Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4261270P6>

Telma de Barros Correia

e-mail: tcorreia@sc.usp.br

CV Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792888A6>

Palavras-chave: São Paulo; Literatura moderna; identidade; representação; periódicos. | **Keywords:** São Paulo; Modernist Literature; identity; representation; periodicals.

A CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO XX

A cidade de São Paulo passou por crescimento urbano e populacional intensos a partir principalmente dos fins do século XIX com grande expressão na primeira metade do XX. O aumento populacional em grande parte formado por imigrantes e pela própria elite cafeeira impulsionou o crescimento da cidade, com construção de novos espaços e melhorias na infraestrutura. A economia paulista no período, de maneira geral, crescia substancialmente, fosse através do café, fosse a partir da industrialização pela qual passava a cidade.

Abertura de ruas, viadutos, inauguração de espaços de cultura e comerciais, obras de saneamento e outros avanços nas áreas das engenharias confirmavam as transformações urbanas intensas pelas quais a cidade passava no início do XX. Também a arquitetura habitacional passou a evidenciar de forma mais forte as mudanças econômicas e sociais na cidade paulistana.

Sobre este aspecto, Carlos Lemos (1999) afirma que a economia cafeeira foi o grande divisor de águas da cultura paulista. Segundo ele, a diferenciação entre as casas do rico e do pobre até então se dava de maneira quantitativa, mas passaram a ser qualitativas a partir da plenitude do café (1999, p. 134). Ainda afirma que, no mesmo período, a arquitetura da cidade expressada nas obras ecléticas fazia com que ficasse “esquecida a

velha taipa de pilão do tempo antigo, que todos agora queriam olvidar” (LEMOS, 1999, p. 134-135).

Como o autor coloca, emanava nesse período a busca por uma imagem da cidade diferente daquela que até então se tinha. Por trás de todas as transformações físicas, parecia haver uma preocupação por parte dos agentes envolvidos nas mudanças urbanas que transpassava o limite espacial. O discurso dos engenheiros, governantes e da elite de maneira geral parecia pender para uma proposta de criar uma identidade paulista que remetesse à riqueza e a uma cidade em desenvolvimento constante, símbolo do progresso e dos avanços tecnológicos, apagando o passado pacato e simplório que estava associado a cidade até aquele momento.

De maneira geral, muitas das transformações urbanísticas atendiam a demandas, interesses e anseios desta elite, em grande parte presente nos cargos de políticos, engenheiros e empresários.

No entanto, caminhando a década de 20 nesse processo, o período que segue, na década de 30 e seguinte, passa a mostrar de maneira mais evidente alguns problemas que as transformações urbanas desencadearam, como o crescimento das periferias e as dificuldades de deslocamento às áreas centrais.

Mesmo neste contexto, no qual passam a ficar cada vez mais claros os problemas urbanos, parece haver certa resistência dos produtores da cidade em reconhecê-los, buscando uma forte marcação da positividade das transformações.

Para a construção dessa identidade, diversos fatores como o crescimento urbano e a economia foram contribuintes, fazendo parte deles inclusive, desde a Semana de 22, o movimento modernista nas artes e literatura.

LITERATURA MODERNISTA

A literatura modernista brasileira está bastante associada à esta cidade efervescente paulistana. Com a profusão do crescimento urbano e industrial da cidade, o ambiente foi muito propício à difusão das ideias modernistas de rupturas com o tradicional. Tendo o Rio de Janeiro, capital do país no período, sido o espaço principal de difusão das artes e culturas até então, o desenvolvimento urbano paulistano propiciou o espaço adequado para uma renovação estética e cultural tal como era pregada no modernismo.

O Modernismo como um movimento artístico e literário, na escala global, esteve associado às grandes cidades e ao crescimento urbano e industrial, trazendo para a

discussão, nas diversas esferas artísticas, o entusiasmo e as problemáticas das características e consequências destes fenômenos: a velocidade, as descobertas científicas principalmente no âmbito da tecnologia e da psicanálise, o crescimento e ascensão da burguesia e outros fatores associados ao crescimento urbano e industrial. Estes fatores tiveram acentos particulares nas diversas vanguardas europeias em espaços e momentos distintos, mas podem ser associados, de maneira geral, à Europa do início do XX.

Estas ideias chegam ao Brasil principalmente através de artistas que haviam ido estudar na Europa. Estes artistas, após uma temporada de contato direto com a arte europeia de vanguarda, retornam ao Brasil eufóricos para expressarem o que testemunharam lá. Interessava-lhes relacionar tais ideias às temáticas do país. Nesse movimento, se forma um grupo em São Paulo, que serão os artistas a idealizarem e se apresentarem na Semana de 22.

No entanto, Lafetá (2000) mostra uma contradição da literatura modernista paulista:

É de se notar, entretanto, que no Brasil a arte moderna não nasce com o patrocínio dos capitães-da-indústria; é a parte mais refinada da burguesia rural, os detentores das grandes fortunas de café que acolhem, estimulam e protegem os escritores e artistas da nova corrente (LAFETÁ, 2000, p. 23).

Lafetá considera que o paradoxo da burguesia rural patrocinar uma arte que era contra o passadismo não é tão chocante quando se leva em consideração o fato de que é essa mesma burguesia rural que vai se transformar em industrial.

No entanto, a cidade de São Paulo, no início do XX, passa por uma grande urbanização baseada nos interesses da elite, em sua maioria, associada ao sistema oligárquico e com modos de vida ainda bastante provincianos.

Sobre a literatura modernista, é importante ainda lembrar, como assinala também Lafetá (2000) que, em um primeiro momento, na década de 20, há certa predominância de um projeto estético em suas produções. Isto é, ocorre uma euforia e exaltação dos primeiros artistas modernistas, enquanto os manifestos dos grupos parecem se forçar principalmente nas transformações formais na literatura. Mais adiante, marcado pelo Regionalismo de 30, há um certo equilíbrio das transformações formais e uma maior consagração do que Lafetá chama do projeto ideológico.

Nesse segundo período, as questões mais profundas como o tema do Nordeste decadente e a urbanização são tratados de forma crítica. Claramente, neste segundo momento da literatura modernista, nos interessa compreender o que tange às problemáticas

urbanas. A discussão de outras realidades brasileiras, como a seca, interessa apenas nos seus impactos sobre a metrópole paulista.

CONVERGÊNCIAS

A Literatura modernista e a cidade de São Paulo no período apontado possuem pontos interessantes de semelhanças e divergências que parecem criar tensões entre as duas áreas.

A Literatura modernista brasileira, em primeira instância, buscando romper com as tradições, procura ser livre e inovadora. No entanto, tem vínculos com uma elite bastante ligada ao passado oligárquico e com modos de vida provincianos e este trabalho procura compreender a maneira como se deram estas relações entre estes dois campos.

Nesse sentido, a hipótese que buscará verificar é que a literatura buscou exaltar a cidade (urbanização, crescimento, verticalização, industrialização e velocidade), se compatibilizando com um passado bandeirista heroico prezado pelas elites tradicionais locais, contribuindo para definir os traços de uma identidade paulistana.

Portanto, a cidade e suas representações na literatura e em escritos no campo da arquitetura e do urbanismo são tratados como componentes importantes da construção da identidade paulistana.

Com base nestas constatações, se buscará verificar como os projetos e escritos sobre a cidade de São Paulo nos campos da literatura, urbanismo e arquitetura dialogam na construção desta identidade, seja ao celebrar os rumos da cidade, enfatizando sua modernização, seja ao criticar estes rumos, assinalando seus problemas urbanos.

PERIÓDICOS

As relações são buscadas nos periódicos da época. De um lado, aqueles que difundiam o conhecimento técnico e disseminavam as contribuições dos campos das engenharias, arquitetura e urbanismo, sendo eles a *Revista de Engenharia* (1911-1913), a *Revista Politécnica* (1904-1950) e o *Boletim do Instituto de Engenharia* (1917-1941). De outro, as revistas literárias do modernismo, que tratavam das artes e discutiam a cidade em seus aspectos poéticos, sendo utilizadas *Klaxon* (1922-1923), *Novíssima* (1923-1925), *Terra Roxa e Outras Terras* (1926), *Revista do Brasil* (1926-1927) e *Antropofagia* (1928-1929).

OBJETIVOS

O trabalho tem por objetivo identificar e analisar os discursos e ideias acerca da cidade de São Paulo presentes tanto nos textos literários quanto nas revistas de engenharia e arquitetura. A partir disso, verificar os pontos de articulação e interferências entre as temáticas dos dois grupos. Finalmente, entender as influências e trocas entre as artes literárias, saberes urbanos e suas confluências na construção da identidade paulistana.

A relevância e originalidade da pesquisa se coloca por tocar em pontos de convergência ainda pouco explorados, no caso, de um estudo que trabalhe as relações entre urbanismo e arquitetura da cidade de São Paulo em conjunção com a produção literária no período da primeira metade do século XX e suas influências sobre a cidade.

MÉTODOS

A investigação da produção do material se insere naquilo que Pesavento chama de história cultural do urbano, que procura “resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais” (PESAVENTO, 2014, p. 78). Tal noção, por sua vez, remete às discussões iniciadas por Roger Chartier sobre o conceito de História Cultural.

Chartier (1990), afirma que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17). Acrescenta que, nesse contexto,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim, esta pesquisa busca compreender os agentes, ações e discursos praticados pelos dois grupos – ligados à Literatura e dos saberes técnicos e produção urbana-, avaliando a não neutralidade dos textos presentes nas fontes primárias e a participação de seus agentes.

Além da conceituação teórica como brevemente foi explanada aqui, cabe compreender metodologicamente como as análises entre as representações da cidade aliadas aos saberes técnicos e artísticos poderão ser feitas. Quanto a isso, Pesavento

(1999, p. 19) fala do método da montagem segundo o choque contrastivo. A autora afirma que, a partir da quebra do vínculo do passado e presente, Walter Benjamin (1989) procurava criar contraimagens que rompessem com a continuidade histórica, dando espaço para a inteligibilidade por contraste.

Pesavento entende que, a partir deste método, é possível

por frente a frente as representações da cidade que falam de progresso ou tradição, as que celebram o urbano ou idealizam o rural, o imaginário dos consumidores do espaço frente aos dos produtores da urbe, a visão das elites cidadinas com a dos populares e deserdados do sistema, a dimensão da esfera pública, como representação, com o imaginário constituinte sobre o privado, as imagens do espaço que contrapõem o centro ao bairro [...] (PESAVENTO, 1999, p. 19-20).

A historiadora também trata de outra técnica metodológica que difere desta apresentada por se tratar não de contraposição, senão de superposição. Esta é apresentada por Willi Bolle (1994) em que o pesquisador, a partir da desmontagem e remontagem dos fragmentos urbanos, “iria justapondo personagens, imagens, discursos, eventos, performances ‘reais’ ou ‘imaginárias’ do espaço urbano” (PESAVENTO, 1999, p.20). Finaliza citando Chartier (1990), aqui já comentado, que se baseia no cruzamento das práticas com as representações. Tais métodos, embora distintos, não entram em conflito e podem ser utilizados em conjunto para a compreensão de um contexto histórico:

A rigor, as técnicas de montagem por justaposição e contraste não são, em si, excludentes, e, na prática, os historiadores tanto se valem de uma quanto de outra, contextualizando e opondo imagens e discursos antitéticos, na busca de significados e correspondências (PESAVENTO, 1999, p. 21).

Dentro destas perspectivas metodológicas, portanto, trabalha-se nesta pesquisa, ora contrapondo as imagens técnicas às artísticas, ou ainda aquelas que exacerbam o crescimento urbano àquelas que o recusam e criticam, ora as justapondo; e ainda, avaliando a relação de tais representações com as práticas, procurando compreender as tensões existentes entre os campos de estudo e seus reflexos na constituição da cidade e de sua identidade urbana.

RESULTADOS PARCIAIS

A partir de um primeiro olhar para o conteúdo dos periódicos analisados, buscou-se uma tentativa de organização capaz de orientar a leitura e análise que será engendrada.

Em tal sistematização, percebeu-se que há alguns pontos-chave que podem sugerir temáticas de leituras, sendo eles:

A *poética da cidade moderna*, que claramente estará mais presente nos textos literários e trata da maneira como a cidade é vista a partir das construções de imagens que procuram remeter a cidade moderna, espelhada nos padrões europeus. Dentro desta temática, é ponto de investigação a tentativa de compreensão das estratégias operativas da construção dessa imagem, além de sua relação com a cidade construída, procurando estabelecer os limites entre o real e o representado, entre a imagem criada e seu objeto de criação. Embora se espere que esteja presente mais nos textos literários, imagina-se que possa também ocorrer nos textos técnicos principalmente naqueles que tratem de questões ligadas a sociabilidade da cidade e que, portanto, falam de pontos mais relacionados as sensibilidades urbanas.

O *progresso urbano* seria outra grande categoria de leitura. Esta temática parece estar presente na maioria dos textos, tanto literários quanto técnicos. Na verdade, a grande preocupação desta pesquisa é de compreender a criação de um imaginário da cidade baseado nas ideias de progresso urbano, que realça a cidade de São Paulo dentro do cenário nacional. Este tema está intrinsecamente ligado ao conceito da *terra fértil*, que discorre sobre a ideia de que a cidade de São Paulo era, de alguma forma, predestinada ao progresso devido principalmente a fertilidade de sua terra, portanto, a sua possibilidade de riqueza.

Gradualmente, percebe-se que essa exaltação vai oscilando e dando espaço parcial às preocupações com as *problemáticas urbanas*. Esse tema passa a ser mais recorrente à medida que se aproxima da década de 30 e a cidade passa a mostrar de maneira clara as dificuldades de acomodação de sua população e da adequação de sua estrutura urbana à mesma.

Claramente não se pretende analisar tais questões de maneira estanque. A proposta, portanto, é de mapear tais questões buscando compreender suas relações e influências. Não conformam também círculos fechados de pesquisa, senão apenas uma tentativa de primeiro olhar que dê conta de organizar todo o material a ser analisado de maneira mais minuciosa, visto que este é extenso e complexo. Assim, outros temas poderão surgir ou mesmo estes serem suprimidos e remodelados, caso se mostrem irrelevantes à sistematização da pesquisa.

Também a partir dessa leitura inicial, alguns pontos podem ser ressaltados. Entre eles, o fato de que o *Boletim do Instituto de Engenharia* possua textos nos quais há marcação das questões urbanas como problemas, enquanto isso parece ser menos

frequente nas outras revistas. Entretanto, é importante considerar que, comparativamente, a *Revista Politécnica* muito mais tinha de outros assuntos relacionados à engenharia e poucas páginas parecia dedicar ao urbanismo e à arquitetura. No mesmo sentido, a *Revista de Engenharia*, ainda que tratasse bastante destes assuntos, teve sua tiragem curta e nos anos iniciais dessa euforia pelo progresso (1911-13), sem que se manifestassem muito suas consequências na cidade. As edições do *Boletim*, em contrapartida, transpassam largo período da história da cidade e o periódico possuía bastante espaço para a discussão dos temas urbanos. Assim, é possível que tenha mais presença da visão da cidade como um problema a ser resolvido por conta da própria trajetória do periódico e por uma questão quantitativa propriamente.

Das revistas literárias, enquanto a *Klaxon* parecia gritar o êxtase da modernidade, a *Terra Roxa* se fixa na ideia do orgulho do paulista. Estas mostram a maturidade que a literatura vai tomando pós-Semana de 22. Enquanto *Klaxon* surge logo após a Semana, quando ainda parecia mais forte a ideia de importação das ideias europeias do Modernismo, a *Terra Roxa* já está situada quando estas estão mais assentadas e a arte passa a procurar compreender mais a questão da nacionalidade. Isso se relaciona diretamente a proposta de leitura do Modernismo de Lafetá (2000) já aqui apresentada. Segundo o autor, o Modernismo na Literatura se volta inicialmente para as questões formais e mais adiante, na década de 30, tem sua fase ideológica, focando mais nas questões de crítica-social.

Ressaltam-se, entre os textos analisados e de maneira geral nas revistas, os nomes de Mário de Andrade, na literatura, e de Anhaia Mello, no que se refere ao urbano. Estes são dois importantes nomes que devem ser perseguidos no sentido de compreender suas contribuições dentro das áreas, que certamente são de grande relevância para a compreensão da complexidade presente nas maneiras de pensar a cidade.

Suas contribuições, nesse primeiro estágio da pesquisa, parecem seguir um caminho um pouco distinto daqueles perseguidos pelos outros intelectuais da área. Isto é, assim como, na área do Urbanismo, é Anhaia Mello que vai propor uma visão renovada da cidade, Mário de Andrade, na literatura, é o grande nome que talvez tenha trazido contribuições à poética moderna da cidade de maneira mais problematizada.

Se, de um lado, a literatura inicialmente parecia ver a cidade de maneira a celebrar o moderno e as transformações físicas e sociais que são junto com ele carregadas, Mário de Andrade foi o grande articulador que questiona estas transformações além de adicionar o caráter local e a problemática da identidade à questão moderna. Essa visão andradina, como muito já se tem estudado sobre o tema, multiplica as possibilidades e maneiras do olhar sobre São Paulo e sobre o país.

Anhaia Mello, por outro lado, se destaca pela sua preocupação com o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, estudando teorias e propondo soluções que fugiam dos padrões apresentados na época. Critica o modelo de crescimento da cidade e propõe instrumentos capazes de controlá-lo.

Os dois nomes, assim, configuram-se como articuladores de novas maneiras de pensar e talvez como os próprios responsáveis pelas tensões entre estas duas áreas de estudo.

Enquanto espera-se que a Literatura tenha uma visão crítica da cidade, própria das artes, ela inicialmente contribui para esta visão positivista do desenvolvimento urbano desenfreado. Cabe, talvez, à figura de Mário a tarefa de tensionar esta visão. Na mesma medida, se o olhar racional e técnico presente nos periódicos de arquitetura e engenharia deveria ser capaz de dar conta das problemáticas urbanas, Anhaia Mello mostra suas possíveis falhas, e traz às áreas que atuam sobre a cidade uma nova visão. Essa nova visão é fundamental e parece capaz de enxergar as tensões urbanas que estavam em ebulição. Ainda que as propostas de Anhaia não sejam aquelas que se efetivaram posteriormente na cidade, sua contribuição é enorme para o pensamento urbanístico subsequente.

Verificar estas primeiras impressões dos periódicos e compreender suas causas são as tarefas que serão perseguidas pela pesquisa a partir de agora.

De maneira geral, no entanto, é possível avaliar que tais revistas caminhavam juntas no sentido de fazerem parte da construção de uma imagem da cidade de São Paulo como espaço de desenvolvimento, avanço e progresso. O faziam de maneiras distintas, mas, em grande parte contribuíram para essa marcação. Enquanto as revistas técnicas associavam a ideia de progresso e a cidade de São Paulo legitimando o desenvolvimento urbano através do conhecimento científico, as revistas artísticas parecem colocar tais pontos da modernidade e do desenvolvimento paulista de maneira menos articulada, quase como resultados impostos, respaldados numa espécie de destino da cidade em acomodar as artes modernas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand, 1990.

LAFETÁ, João Luís. 1930: A crítica e o modernismo. São Paulo: Editora 34, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

_____. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PUNTONI, Pedro & TITAN JR., Samuel (orgs). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2014.

Entre Política e Pobreza: a perspectiva territorial da gestão da pobreza

Between Policy and Poverty: the territorial perspective of poverty management

Wesley da Silva Medeiros

e-mail: wesley.arquitetura@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1313694320739542>

Tomas Antônio Moreira

e-mail: tomas_moreira@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7348817908541292>

Palavras-chaves: território e pobreza; abordagem território; gestão da pobreza; Piauí.

Keywords: territory and poverty; territorial approach; poverty management; Piauí.

Esta pesquisa nasceu do interesse pela prática das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) introduzidas em “pequenas cidades em áreas de pobreza”. As políticas públicas nos anos 2000 têm permitido em alguma medida importantes reflexões sobre alterações nas formas de produção e mitigação da pobreza. TIC apontam nesse cenário um importante instrumento de inclusão social, empoderamento e desenvolvimento local das populações vulneráveis.

O contexto de inserção da pesquisa era o das infraestruturas implementadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em territórios caracterizados pelas desigualdades diversas. Entre as infraestruturas foi delimitado as de Comunicação e Informação materializadas pela estabilização e ampliação da rede de energia elétrica. Sabe-se que no momento anterior essas tecnologias não eram possíveis pela ausência de um setor elétrico estruturado, aspecto alterado pelos investimentos do Programa Luz para Todos associado aos investimentos do PAC.

Nesse processo inicial havia clareza das alterações produzidas pelas TIC nos modos de vida urbanos, a partir das pesquisas produzidas por (TRAMONTANO, 2002; SANTOS, 2008; FIRMINO e DUARTE, 2012). Outro fato que motivava o desenvolvimento da pesquisa eram as experiências latino americanas mapeadas pela Asociación para el Progreso de las Comunidades (APC). Esta associação tem produzido estudos relacionados à importância das TIC na redução da pobreza em cenários socioespaciais distintos.

O desenho metodológico configurava-se pelos recortes delimitados: a) temporal - políticas públicas implementadas nos anos 2000; e espacial – pequenas cidades no sul do

Piauí. O PAC teve importante atuação nesta região, principalmente com a introdução das redes e infraestruturas de comunicação e informação.

A este ponto do projeto de pesquisa, seria válido partir pela generalização de que as TIC alteram a forma como pessoas enxergam o mundo numa perspectiva individual, coletiva; isso termina alterando dinâmismos, formas de apropriação, de uso e configuração das territorialidades que constituem os territórios urbanos, humanos, espaciais.

Para compreender essas alterações que se dá em diversos campos da sociedade, delimitou-se a dimensão cultural como contexto onde seria possível compreender narrativas com o acesso aos dispositivos de comunicação e informação.

O pressuposto principal era de que as TIC introduzidas em pequenas cidades em áreas de pobreza possibilitavam leituras distintas sobre novos modos vida que de alguma maneira manifestavam-se pelas formas de produção cultural. Aí, estava a percepção do autor *in loco*, de que no momento anterior o dinamismo entre cidades estava atrelado às festas religiosas do catolicismo, sendo a Igreja Católica a meio mais eficaz para produção cultural.

Com a introdução das TIC acompanhada pelos efeitos de outras políticas, como as sociais, este cenário alterava-se pela experiência espacial da conexão onde os sujeitos poderiam configurar outras formas de produção e organização social.

Assim, buscava-se compreender alterações diversas na maneira como esses territórios se articulavam no campo das relações culturais. No momento anterior sabe-se: do isolamento geográfico; de um dinamismo mantido pelas práticas agrícolas locais; e de modos de vida encabeçados pela religiosidade católica, meio pelo qual aproximava as relações entre cidades. Estas, desprovidas não apenas de infraestruturas urbanas, mas de comunicação e informação.

MUDANÇA DE PESQUISA

Com a disciplina “Teorias e Concepções da Modernidade” da Profa. Cibele Rizek,⁶⁸ o desenho da pesquisa foi sendo alterado por novos componentes teóricos introduzidos pelas discussões em sala de aula. O Livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” do Christian Laval e Pierre Dardot foi o ponto de partida para discussões teóricas sobre Estado, Capitalismo, Planejamento, Políticas Públicas e outras categorias pelas quais se pode entender a racionalidade neoliberal. Discussões em torno dessas categorias

⁶⁸ Disciplina ministrada no primeiro semestre de 2015.

introduziram o tema das políticas públicas em territórios da pobreza, a partir das intervenções sociopolíticas.

Na monografia da disciplina procurou-se compreender formas de gestão da pobreza, a partir da realidade socioespacial das cidades ao sul do Piauí no contexto das políticas públicas dos anos 2000. Nesse sentido, o interesse de pesquisa pelas TIC e cidades pequenas foi sendo alterado para as formas de gestão da pobreza a partir das políticas públicas implementadas pelos Governos Lula e Dilma.

Isto é, ampliou-se a noção dos efeitos possíveis do PAC para políticas outras – Urbanas, Sociais, Ambientais, Regionais e Territoriais, entre outras. Nesse momento houve mudanças de orientador, do Prof. Dr. Marcelo Tramontando para o Prof. Dr. Tomas Antônio Moreira. A pesquisa alterou seu tema, contexto e objeto de estudo, todavia a origem prevaleceu à mesma – cidades no interior da pobreza.

Com as discussões iniciais, decidiu-se estruturar um novo projeto de pesquisa, considerando as compreensões e questionamentos apreendidos na disciplina da Prof. Dr. Cibele Rizek a desrespeito da gestão da pobreza.

O desenho teórico metodológico da pesquisa veio a estruturar-se com a disciplina "Renovação das materialidades, planejamento territorial e solidariedades federativas: território, política e poder" do Prof. Fabricio Gallo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/RC.

A discussão teórica dessa disciplina rendeu um ensaio teórico sobre os pactos socioterritoriais articulados no interior das políticas públicas, considerando o território como categoria indissociável dos pactos federativos. A partir de então, políticas públicas em uma perspectiva territorial constituiu-se tema central deste projeto de pesquisa, perpassando os estudos urbanos, a partir da arquitetura e urbanismo.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A categoria de análise – pobreza tem possibilitado mudanças na formulação das políticas públicas territoriais, superando abordagens estatísticas, multidimensionais, na maioria das vezes descritivas. Essa categoria reaparece nos anos 2000 como ideia força na formação dos pactos federativos para o desenvolvimento dos territórios da pobreza.

De modo geral as estáticas aparecem como as ferramentas reveladoras da pobreza na estrutura da sociedade, principalmente sua territorialização entre lugares habitados no espaço geográfico. A abordagem territorial adotada nesse tipo de análise parece ser válida para interpretações da pobreza como fenômeno uno, mas o ritmo dos lugares é diferente, aí o risco de as estatísticas considerarem o território como algo cristalizado, algo que ele não

é. Ao contrário, o território é revelador de um conteúdo social presente no interior dos lugares habitados.

O contrário seria tratar o território como elemento físico, jurídico ou administrativo pelo qual a Estada estrutura suas relações de poder. Interpretar a pobreza apenas pelas estatísticas põe em risco as diretrizes, programas e ações das políticas públicas em relação à realidade dos territórios. Isso significa que as estatísticas e mapeamentos podem não ser suficientes para produção de experiências bem-sucedidas na diminuição da pobreza. Ao que parece reduzir a pobreza às variáveis renda, educação, saúde e etc., sem considerar diferenças locais e regionais não propõe uma teoria válida sobre fatores externos/internos determinantes da pobreza.

Para isso, tratar das categorias território e pobreza no contexto do Planejamento das Políticas Públicas nos anos 2000 encabeça um conjunto de reflexões empíricas do que representou essa década para diminuição da pobreza em suas diversas formas de manifestação.

OBJETIVO

Principal objetivo desta pesquisa está sendo analisar políticas públicas territoriais em áreas de pobreza, identificando formas de gestão da pobreza.

Objetivos Específicos

Compreender as concepções teóricas de território e pobreza;

Estudar o tema Políticas Públicas Territoriais;

Analisar as políticas públicas territoriais brasileiras;

Discutir a gestão da pobreza em uma perspectiva territorial.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de esta pesquisa prever três etapas considerando a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, respectivamente com seus objetivos, técnicas e resultados esperados.

EXPLORATÓRIA

Numa primeira etapa buscou-se conhecer as temáticas levantadas nas disciplinas cursadas e orientações. Definiu-se a necessidade de uma análise da produção científica nacional – teses e dissertações, proporcionando maior familiaridade com as pesquisas que abrangem o universo desta pesquisa. A partir dessa etapa pretende-se construir o desenho metodológico para análise das políticas públicas territoriais na segunda etapa – pesquisa descritiva.

TÉCNICA DE PESQUISA

Adotou-se a técnica da pesquisa bibliográfica para identificação, levantamento e fichamento do material bibliográfico. Foi realizada em bases de dados científicas que compartilham teses e dissertações das Universidades Públicas e Privadas. As bases consultadas foram:

Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto:
<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>

Portal das Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>, ambos mantidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Portal Domínio Público <http://www.dominiopublico.gov.br> mantido pelo Ministério da Educação (MEC).

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP: <http://www.theses.usp.br/>.

Banco de Teses do portal CAPES: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>

REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) <https://www.redib.org/> mantido pelo Ministério de Economía y Competitividad del Gobierno da España.

Sistema de Información Científica Redalyc Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal: <http://www.redalyc.org/>, mantido pela Universidad Autónoma del Estado de México.

Na etapa de levantamento utilizou-se as palavras chaves: políticas públicas territoriais; pobreza territorial; território, instrumento de política pública; desenvolvimento rural; desenvolvimento e pobreza; territórios da pobreza; cidades, pobreza e desigualdades; políticas regionais e territoriais.

MATERIAL COLETADO

Foram levantados 33 trabalhos entre teses e dissertações produzidas sobre no contexto das públicas dos anos 2000 e, analisadas a partir de um fichamento desenhado para encontrar questões relacionadas aos interesses desta pesquisa.

DADOS	TÍTULO		
	INSTITUIÇÃO		NO
	CITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA		
PESQUISA			
	CONTEXTO		
	METODOLOGIA		
	TÉCNICAS DE PESQUISA		
	OBJETIVO		
	POLÍTICA ANALISADA		
	UNIDADE DE ANÁLISE		
	TEMAS REVISÃO BIBLIOGRÁFICA		
	RESULTADOS		
	PALAVRAS CHAVES		

A partir dos fichamentos será produzida análise do conteúdo possibilitando a construção de um capítulo teórico sobre a literatura recente relacionada à perspectiva territorial das políticas públicas em cenários de pobreza.

DESCRITIVA

Esta etapa está sendo desenvolvida com base nas referências bibliográficas levantadas na pesquisa bibliográfica. Objetivo principal é construir um panorama das categorias território e pobreza no interior das políticas territoriais, possibilitando um estudo aprofundado do conteúdo das políticas territoriais, de modo que seja possível descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento dessas políticas, a partir das categorias analíticas.

TÉCNICA DE PESQUISA

A pesquisa documental foi outra técnica de pesquisa adotada, considerando resultados da pesquisa bibliográfica. Nesta etapa foi possível identificar as principais políticas territoriais programadas nos anos 2000 no âmbito do Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura. As políticas foram levantadas nas bibliotecas online das instituições políticas responsáveis pelo desenvolvimento e implementação dessas políticas. O material coletado será analisado considerando as seguintes fases: a) fichamento; b) Sistematização dos dados e informações; c) síntese do conteúdo obtido no momento anterior; d) discussão com orientador; e) avaliação dos resultados objetivos para desenvolvimento do capítulo último da dissertação.

MATERIAL COLETADO

Foram levantadas as seguintes políticas públicas para análise de conteúdo.

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;

Plano de Desenvolvimento de assentamento (PNDRSS);

Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural;

Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT;

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais –PRONAT;

Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Plano Plurianual (2016 - 2019)

Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social: a) Desenvolvimento Regional e Territorial; b) Promoção dos Direitos da Juventude; c) Pesca e Aquicultura; e d) Segurança Alimentar e Nutricional.

Programa Territórios da Cidadania;

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Um quadro de análise está sendo desenvolvido para decodificação do conteúdo das políticas públicas levantadas. Está sendo considerados os seguintes dados e informações: política analisada; ano; instituição política responsável; intersectoriedade com outras políticas públicas; conselho participativo; situação atual; técnicos especialistas envolvidos; objetivos; objeto de intervenção; contexto de intervenção; metodologia de análise da realidade de intervenção; unidades da federação; programas e ações; concepções de pobreza, território, rural e desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES

A opção pelo tema gestão da pobreza no campo da arquitetura e urbanismo tem relações com a ausência dos estudos relacionados a realidades multifacetadas da pobreza entre cidades/territórios rurais. Este estudo reconhece, nessa temática a possibilidade da evidência de que a ação pública em territórios da pobreza é reveladora dos mecanismos de gestão e negociação da pobreza. Por isso, a opção por aproximar arquitetura e urbanismo da literatura sobre território, política e pobreza, a partir de um olhar analítico do território como uma totalidade social pelo qual se estrutura os cenários contrastados e heterogêneos de cidades “pobres”.

As próximas etapas da pesquisa deverá esclarecer o campo de forças onde território e pobreza assume, ao que parece uma centralidade na formulação das políticas públicas territoriais.

Referências Bibliográficas:

FIRMINO, R.; DUARTE, F. Do mundo codificado ao espaço ampliado. In: Paulo Afonso Rheingantz, Rosa Pedro. (Org.). Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, v., p. 69-80.

SANTOS, D. M. Comunidades online: sociabilidade e domesticidade na era da informação. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - USP - Escola de Engenharia de São Carlos.

TRAMONTANO, M.. Vozes distantes: organização e sociabilidade em comunidades informatizadas. In: Silveira, S.; Cassino, J. (Org.). Inclusão digital e software livre. São Paulo: Conrad, 2003.

Gleba Palhano: cidade e mercadoria. A produção de um fragmento de Londrina

Gleba Palhano: city and merchandise. The production of a fragment from Londrina

Esther Encinas Audibert

e-mail: esther.audibert@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7844015103230945>

Cibele Saliba Rizek

e-mail: cibelesr@uol.com.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0540870380815135>

Palavras-chave: segregação socioespacial, mercado imobiliário, apropriações efêmeras, fragmentação urbana. | **Keywords:** wood; prefabricate; sustainability. Socio-spatial segregation, real estate market, ephemeral appropriation, urban fragmentation.

SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Compreender a urbanização dentro do contexto histórico-geográfico-social implica em reconhecer o papel fundamental do sistema econômico na conformação das cidades contemporâneas. A presente pesquisa enquadra-se nessa temática, junto a um grupo de pesquisadores que vêm investigando os processos de financeirização e seus impactos na produção urbana, realizando análise da construção do espaço urbano por meio do exame do ambiente construído e do relacionamento do usuário com esse espaço tomando como objeto empírico a Gleba Palhano.

- **A Gleba Palhano, na Zona Sudoeste da cidade de Londrina-PR**

A Gleba Palhano é um bairro da zona sudoeste de Londrina, que começou a se consolidar somente a partir da década de 1990 e pode ser associada às expressões do boom experimentado pelas metrópoles brasileiras com a ascensão das políticas neoliberais de abertura aos investimentos no setor imobiliário. Para uma breve contextualização, o município que hoje, com uma população de 506,7 mil habitantes, é a quarta maior cidade do Sul do país (IBGE 2010), foi construído a partir de um pré-projeto em 1932. O projeto era parte do processo de colonização dirigido pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que conectava a região às atividades econômicas de São Paulo, no contexto histórico do café. Aliando esse fator à expansão das atividades urbanas e infraestrutura, a cidade se inseriu

rapidamente em uma dinâmica econômica e social e acelerou seu crescimento populacional, físico-territorial e de oferta de bens e serviços (TOWS, MENDES, VERCEZI, 2010).

Os anos que se seguiram foram assinalados por um crescimento urbano ao redor desse núcleo planejado, mas já na década de 1950 começaram a se consolidar as zonas leste, oeste e norte da cidade e surgiram os primeiros edifícios verticais, no intuito de traduzir ao observador a modernidade contida na gênese da cidade nova. A ocupação efetiva da zona sul inicia-se somente a partir de 1990, com a inauguração do Shopping Center Catuaí na área sudoeste. O espaço originou-se da fazenda Palhano, propriedade dos irmãos Palhano com 1.200 alqueires, e até 1990, era composto por pequenas chácaras de uso residencial e cultivo de hortaliças e cereais. Os incorporadores, atraídos pelo potencial de desenvolvimento vertical, lotes grandes, proximidades do centro, facilidade de acesso, vista proporcionada pela topografia, proximidade do Lago Igapó, proximidade do Shopping Catuaí e da Universidade Estadual de Londrina, puseram em prática seu projeto de tornar a área uma região nobre da cidade (OURA, 2007; TOWS, MENDES, VERCEZI, 2010).

A valorização do local, com atuação do capital público e privado, ocorreu sob o marketing da qualidade de vida. A Gleba Palhano tornou-se assim, especialmente o trecho nordeste da Gleba, alvo de intensa ocupação por edifícios altos, de até 34 pavimentos, com elevado status social. Ao sul do Catuaí Shopping, foram construídos condomínios e loteamentos fechados de alto padrão, numa extensa área de expansão do perímetro urbano. E permanecem na região também algumas chácaras de lazer, além de um comércio especializado para atender o público ali residente. A zona destaca-se por seu crescimento acelerado, e o apelo do mercado imobiliário coloca como primordial a localização, objeto de grande valorização fundiária, de forma que atualmente é a região mais valorizada da cidade, superando o centro (TOWS, MENDES, VERCEZI, 2010; OURA, 2007).

A atuação do Estado para o desenvolvimento da Gleba Palhano também foi fundamental. A interferência tem início já na construção do Lago Igapó na década de 1960, e permanece a ocorrer em obras como a construção de vias de acesso à área. Para muitos autores os investimentos ilustram uma atuação segregacionista, privilegiando os interesses imobiliários dominantes. Da mesma forma, a atuação seletiva e segmentada do mercado imobiliário na cidade no decorrer dos anos opera sobre bairros específicos, demonstrando interesse para além do centro, por áreas também periféricas. Tais agentes imobiliários planejam, monopolizam e criam o espaço urbano da cidade, na medida em que orientam o tipo de classe que ocupará as parcelas desse espaço.

- **O contexto econômico contemporâneo e suas expressões na produção urbana**

As transformações do capitalismo evidenciam a dimensão estruturante do sistema econômico vigente sobre a produção social, espacial e cultural, a constituição dos processos subjetivos e discursivos conformando novos relacionamentos, novos vínculos escalares, novas geografias e formas urbanas. Os estudos acerca do capitalismo aplicados à urbanização foram intensificados na década de 1960. Mais recentemente, críticos de modelos neoliberais de desenvolvimento urbano apontam para os limites de formas do urbanismo baseadas no lucro e a hypercommodification da terra e outras necessidades básicas – moradia, transporte, serviços e espaço públicos, saúde, educação, água e saneamento (BRENNER, MARCUSE E MAYER, 2012). Harvey introduz o fator “localização” nas análises sobre o capitalismo, colocando a essencialidade de pensar a renda da terra para entender os circuitos do capital. Assim, a urbanização assume papel central no processo de mobilização, produção, apropriação e absorção de excedentes econômicos.

Pode-se afirmar que o espaço urbano sob a atuação do capitalismo é continuamente formulado e reformulado através do confronto das forças sociais opostas orientadas, respectivamente, em direção ao valor de troca (com fins lucrativos) e valor de uso (vida cotidiana), dimensões de configurações socioespaciais urbanas. Assim sugeriram Brenner, Marcuse e Mayer (2012, p.3) que “as cidades capitalistas não são apenas arenas em que ocorre mercantilização, elas próprias são intensamente mercantilizadas”.

As analogias de cidade-empresa e cidade-mercadoria emergem nesse novo repertório, com perceptíveis influências nas representações sociais e nas relações de poder na cidade. Segundo Vainer (2000, p.91) a nova questão urbana teria como nexos centrais a produtividade e competitividade urbana, e os governos municipais têm fundado as bases do planejamento estratégico sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, um objeto de luxo para ser vendido em um mercado extremamente competitivo, destinada a um grupo de elite; a cidade mimetiza uma empresa, competindo para atrair investimentos, tecnologia, etc.; e, a cidade é uma pátria, na qual a construção de consensos cria “política e intelectualmente as condições de legitimação de um projeto de encolhimento tão radical do espaço público”. Um projeto de cidade embasado nesses três pilares “implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2000, p.78). Deste modo, a cidade-mercadoria configura-se como nova forma de produção do espaço e lógica cultural nos processos de renovação urbana.

- **Particularidades do contexto brasileiro**

O primeiro aspecto a ser levantado para possibilitar a análise da produção urbana brasileira é a matriz histórica que permitiu caracterizar o capitalismo no Brasil como dependente, característico dos países subdesenvolvidos. As particularidades advindas desse fato permeiam a construção de cidades no país desde então e instrumentalizam a dominação no Brasil: tanto o imperialismo econômico e o endividamento, enquanto variáveis externas, quanto o controle sobre o Estado – patrimonialismo e clientelismo –, sobre o acesso a terra e sobre as relações de trabalho, como variáveis internas. Imiscui-se o “público” e “privado” e se confundem promiscuamente legalidades e ilegalidades, de forma que o subdesenvolvimento se tornou matriz para o crescimento desigual, e se exaltou no urbanismo a segregação.

O urbanismo produzido no Brasil nesta virada do século XXI, a que Ferreira (2010) intitula “urbanismo de mercado”, se afina com o espetáculo da globalização para concepção de “cidades globais”. A atuação livre do mercado imobiliário na construção de bairros verticalizados, o uso da cultura como alavanca para valorização fundiária nos investimentos em áreas centrais, a introdução de um “planejamento estratégico” e “marketing urbano”, e os grandes projetos anunciados pelas parcerias público-privadas, são algumas das características desse “urbanismo de mercado” que chegou ao Brasil nos anos 1990 (FERREIRA, 2010; VAINER, 2000).

Com vistas ao setor imobiliário, observa-se que no último decênio as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais repercutiram expressivamente sobre a produção urbana, de forma que em meados de 2000 iniciou-se uma influente expansão do investimento imobiliário, um “boom” que transformou as cidades em um grande canteiro de obras, desde sua centralidade até as periferias urbanas. Segundo Sanfelici (2013), sucessivos governos estimulados por investidores privados empenharam-se na criação de marcos regulatórios e institucionais favoráveis à circulação do capital financeiro pelo ambiente urbano construído. Shimbo (2010) observa a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro, afirmando haver uma articulação recente entre Estado e mercado na política habitacional.

- **O processo de verticalização**

O processo de verticalização destaca-se no contexto da cidade-mercadoria uma vez que a reprodução do solo urbano traz como consequência a reprodução de forma potencial do capital. Sendo essa uma das mais acentuadas mudanças ocorridas nas cidades brasileiras ao longo do século XX, com os primeiros edifícios construídos nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, a partir de 1920, a verticalização exige maior investimento

do poder público e privado. Isso ocorre devido ao fato de que o aumento da densidade populacional ocasiona maior envolvimento público na infraestrutura oferecida ao local.

Somekh (1997) relaciona a verticalização com a modernização afirmando que urbanismo modernizador, do qual se aproxima o urbanismo produzido em São Paulo e em grande parte do Brasil, apesar de pautado na racionalidade internacional, coloca como central a eficiência e o desenvolvimento da cidade e do capital. Segundo ela, “simplesmente se enquadra no projeto de acumulação de capital e nas leis coercivas da competição que prevê inovações constantes. O espaço urbano, entendido como máquina, produz valor” (p.39). A questão aponta para outra consequência do processo verticalização: a segregação do espaço urbano, quando as propriedades sob o controle dos imobiliários atingem valores de aquisição, condomínio, IPTU, que categoricamente selecionam a classe consumidora.

- **Uma apropriação efêmera do espaço?**

Carlos (2007, p.187) afirma que, ao olhar para a cidade sob o signo de suas transformações, observa-se que com a modernidade, o tempo das transformações se acelera. A globalização redireciona “a vida sustentada no paradigma da efemeridade do tempo que, acelerado pela técnica, produziu sua própria abstração”. Assim, as mudanças que agora ocorrem num ritmo muito mais rápido, não se reduzem às mudanças temporais, mas se manifestam expressivamente no espaço, de forma que o capitalismo permanece produzindo um novo espaço-tempo. Essas transformações também vão além da forma física da cidade, revelando as reformulações do modo de vida urbano, uma vez que a realidade urbana é prática sócio-espacial.

Segundo Carlos (2007), a extensão do capitalismo interfere diretamente na produção e apropriação de espaços públicos e privados. A vida se realiza cada vez mais no âmbito dos espaços privados. Assim, o momento presente sinaliza uma profunda crise social que se expressa na deterioração das relações sociais, tendência ao escasseamento das relações de vizinhança, deterioração dos espaços públicos, isolamento e um urbanismo de mercado que nega por essência o urbano e a vida urbana.

Sob esse embasamento, o projeto parte da hipótese de que a efemeridade característica do capitalismo e imbricada na concepção da cidade, especialmente da habitação, como “mercadoria”, repercute nas apropriações do espaço urbano público e privado, transformando a relação dos moradores com o espaço construído em áreas como a Gleba Palhano, em Londrina-PR. A Palhano, área recentemente urbanizada e “mercadoria de luxo” voltada para a elite londrinense, configura-se como importante campo de análise da questão, pois apresenta, além da consolidação de imensas áreas privadas com longos muros que as “separam” da cidade, grande escassez de áreas públicas. Por isso, com a

identificação das materializações do urbano sob o enfoque das apropriações efêmeras, e tendo conhecimento de que vários dos empreendimentos em Londrina tiveram sua publicidade em torno do slogan do “primeiro imóvel”, buscar-se-á identificar, no campo do espaço público, quais os usos e importância simbólica das poucas áreas produzidas na Gleba com tal finalidade, ou se existe então uma demanda sobre a questão, e no campo privado, se há uma intensão de permanência no imóvel, ou se são considerados “trampolins”, na medida em o morador almejará mudar-se quando a necessidade exigir, ou simplesmente o gosto por algo mais refinado, compatível com o poder aquisitivo, quando não em um preço quase impagável dentro de suas perspectivas orçamentárias, se sobressair ao “apego” pelo espaço em que reside.

PROCESSOS METODOLÓGICOS EM EXECUÇÃO

A pesquisa está sendo desenvolvida em três etapas. Na primeira, de ‘definição e planejamento’, foram identificados os componentes do projeto de pesquisa: a. Questões de estudo: Como a Gleba Palhano, em Londrina-PR, combina-se à produção habitacional que vem ocorrendo no Brasil no último decênio? Quais as repercussões no espaço físico? A produção da cidade como “mercado” interfere o relacionamento dos habitantes com o espaço urbano? Constitui-se na Gleba uma apropriação efêmera do espaço?; b. Unidade de análise: a Gleba Palhano e trecho da Gleba Cambé; c. Proposições: a Gleba Palhano, em Londrina-PR, representa a materialização dos processos de desenvolvimento urbano a partir de estratégias de mercado, e isso repercute na forma física urbana e na relação do morador com o espaço construído. A relação do habitante com o espaço urbano torna-se efêmera.

Na segunda etapa, de ‘Preparação, coleta e análise’, o estudo de caso está sendo conduzido, com levantamento de dados e análises da seguinte forma:

1. Levantamento bibliográfico de natureza conceitual: a produção do espaço urbano contemporâneo, as peculiaridades brasileiras, a cidade como mercadoria, a dinâmica do mercado imobiliário e a segregação urbana, a verticalização, tempo/efemeridade; temas ainda a iniciar: apropriação do espaço público e do espaço privado, etc.;
2. Levantamento bibliográfico e iconográfico sobre a formação e ocupação recente de Londrina e a Gleba Palhano: a cidade de Londrina e seu desenvolvimento urbano, a verticalização de Londrina, a consolidação da zona sudoeste, o histórico da Gleba, as características morfológicas da região, valorização fundiária.
3. Levantamento de dados dos imóveis construídos na zona Sudoeste de Londrina, junto às à Prefeitura Municipal de Londrina e às construtoras; levantamentos na grande imprensa. Foram levantados os edifícios verticais construídos na zona sudoeste, identificando em cada

empreendimento o nome e localização do edifício, a área construída, a construtora responsável, os anos de aprovação do projeto e Habite-se, as características gerais da edificação (número de apartamentos, área do apartamento, quantos quartos e banheiros possui a planta do apto., qual o programa da área de lazer), entre outras informações.

4. Visitas ao local da pesquisa: levantamento de uso e ocupação, equipamentos urbanos e observação do uso de espaços públicos, trânsito local, etc.

5. Entrevistas com os moradores, com construtora atuante na área, e com a associação de moradores da Gleba Palhano estão em andamento, objetivando identificar o perfil dos habitantes, o uso de áreas públicas, a relação dos moradores com as residências adquiridas, a relação da Gleba com a cidade de Londrina, etc.

6. Produção de mapas: em processo de iniciação, pretende-se construir mapas de localização e limites das Glebas Palhano e Cambé, uso e ocupação, equipamentos urbanos, áreas públicas e privadas, localização dos edifícios, etc.

Por fim, a terceira etapa de 'análise e conclusão', ainda a ser iniciada, trará os resultados e a conclusão do trabalho: Análise morfológica do espaço urbano destacado; Análise de dados, comprovação ou não das hipóteses e/ou proposições apresentadas; Avaliação dos resultados e fechamento do trabalho teórico.

ALTERAÇÕES NO PROJETO E DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Fundamentalmente o projeto permanece o mesmo desde que entregue para seleção do programa de mestrado em 2014. No entanto, evoluiu muito principalmente no aprimoramento teórico-conceitual. Assim, do projeto inicial, o primeiro item alterado foi a estrutura do texto, trazendo para o começo do desenvolvimento teórico o item que descrevia a Gleba Palhano. A orientação da profa. Cibele nesse sentido visava ampliar a perspectiva de um "estudo de caso", partindo do campo para a teoria. Sequencialmente, foi alterado o título e o último item teórico, em uma apuração do termo efemeridade observada no decorrer da disciplina do prof. Manoel Alves (Espaço, Lugar e Espacialidades da Cidade Contemporânea) e do que se pretendia tratar enquanto relação espaço-tempo, fazendo-se a opção por empregar a expressão "apropriação efêmera do espaço".

Quanto aos métodos, inicialmente foram descritas várias fontes de evidência, que dentro das incursões de campo viu-se não serem todas necessárias. Também foi uma decisão em atendimento com a orientadora Cibele que seriam realizadas apenas entrevistas, e não seriam aplicados questionários. As entrevistas foram iniciadas então sob

a metodologia de “bola de neve”, quando um entrevistado indica outros. Foram dessas indicações, dentro do processo investigativo, que surgiu a ideia/opção de realizar também entrevista com a associação de moradores, sugestão de um dos residentes na área. Assim, a pesquisa está caminhando para um caráter qualitativo.

Outra alteração efetuada a partir da experiência do campo foi a delimitação do território de estudo, que englobou agora, além do trecho nordeste da Gleba Palhano, um trecho tangencial a leste já pertencente à Gleba Cambé. Essa decisão deveu-se à também nessa área terem sido construídos edifícios residenciais no mesmo período e com a mesma tipologia dos edifícios em análise, com especial enfoque para os apartamentos construídos sob a marca do “primeiro imóvel”, objeto principal dessa pesquisa. Assim, a análise não se restringirá mais aos limites geográficos específicos da Gleba Palhano, mas a esse novo padrão tipológico de edifícios em determinada região da cidade, no caso, a zona sudoeste de Londrina.

As maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa fazem referência ao prolongamento dos levantamentos, demandando maior tempo do que o previsto. Assim, ficaram atrasadas também as decisões de pesquisa que partiriam de dados coletados em campo, como o recorte do público alvo a ser entrevistado, etc. Outra dificuldade encontrada foi a falta de informações históricas oficiais sobre a região. Há também falta de dados ou de transparência dos investimentos públicos de Londrina em valores e obras por região.

RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

Dentro das disciplinas e leituras teóricas observaram-se os contextos econômicos e políticos que definiram e tem sido definidos pelas dinâmicas imobiliárias, um fenômeno nacional claramente visualizado no objeto de análise. As primeiras descobertas fizeram referência aos reais limites da Gleba Palhano, cuja fazenda englobava uma área muito mais extensa do que o bairro “Palhano”, delimitado pelo IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina). Pelo levantamento dos edifícios já se pode observar que as construtoras de destaque na área de estudo são Plaenge/Vanguard, A Yoshii/Yticon, Galmo, Artenge, Quadra, Vectra, Sertenge, Canaã, MRV, entre outras. A área é basicamente residencial, intensamente ocupada por edifícios verticais, possuindo pouco comércio e serviço concentrados nas Avenidas Madre Leônia Milito e Av. Ayrton Senna, com destaque para o Shopping Catuaí, o mercado Muffato e o novo Shopping Aurora, inaugurado agora em 2016.

Poucos equipamentos são encontrados na área, a saber: lago Igapó e aterro (local de lazer e exercícios), de equipamentos culturais tem somente a Kinoarte na Av. Prefeito Faria Lima, e alguns monumentos na Universidade Estadual de Londrina, não existe nenhum equipamento de educação da rede municipal e estadual (de ensino primário e fundamental), possuindo apenas unidades privadas, além da universidade pública, a UEL e as faculdades particulares UNOPAR e Pitágoras. Os postos de saúde mais próximos localizam-se nos bairros Guanabara e Jd. Tóquio, fora da área de análise. Alguns equipamentos de saúde privados (a sede da Unimed e edifício de atendimento clínico, por exemplo) começaram a funcionar na Gleba a partir de 2015.

De área pública de lazer, em contraposição ao Lago Igapó nos limites da Palhano, um amplo espaço comum, de beleza natural, fruto de investimento público para valorizar a área e selecionar os usuários do local, há no interior do bairro apenas uma praça, chamada “Pé Vermelho”. Sua construção data de 2010, por iniciativa privada da construtora Plaenge, responsável por grande parte dos edifícios levantados, no cumprimento de obrigação legal (prevista pela Lei de Parcelamento do Solo). O nome, expressão utilizada para referenciar os londrinenses devido à terra roxa do Norte do Paraná, revela forte apelo à cultura como estratégia de marketing, além dos materiais empregados do projeto terem feito analogia ao calçadão do centro principal da cidade. Fica a questão colocada à grande obra pública do Lago e à “homenagem” à cidade com a praça Pé Vermelho de para quem esses equipamentos voltam-se. Um ganho para toda a cidade, ou uma oferta à classe dominante?

Quanto à tipologia de apartamentos, o padrão é de três quartos sendo um deles suíte, dois banheiros, uma sacada, a maioria das vezes com churrasqueira, um ambiente para sala de jantar e estar/tv, e uma pequena cozinha acoplada à área de serviço. Ou três a quatro suítes e lavabos na sala e na área de serviço. Como programa da área de lazer dos edifícios se concentraram no pavimento térreo piscinas, quadras, academia, brinquedoteca, playground, salão de festas, espaço gourmet, espaço teen, sala de jogos, churrasqueiras, redário, espaço mulher, etc.

As entrevistas com moradores realizadas até então permitiram identificação de variados perfis residentes na área: classe alta de “meia idade”, jovens casais, alguns com um ou dois filhos, mulheres de 30 a 40 anos que moram sozinhas, jovens universitários em aluguel, etc. A maioria dos apartamentos foram adquiridos parte na planta, direto com a construtora e parte com financiamento em banco. Todos os entrevistados escolheram a Gleba pela localização, e todos pretendem mudar-se para uma casa em condomínio ou apartamento maior na mesma região, mas não souberam colocar um tempo de previsão para concretização desse plano. Tiveram seus apartamentos adquiridos recentemente e a

maioria é o primeiro imóvel de que é proprietário. A renda familiar dos entrevistados girou em torno de 10 a 20 mil reais.

As maiores críticas dos moradores à região foram quanto ao trânsito. Quanto à utilização de espaços públicos, a maioria utiliza o lago Igapó, e poucos acham que a Gleba precisa de mais espaços públicos. Houve também muitas respostas positivas para utilização dos espaços de lazer do prédio, mesmo que com pouca frequência. Porém, não relataram relações com a vizinhança, apenas com amigos e/ou parentes que coincidentemente foram residir na mesma região.

A partir desses levantamentos, aliados à alta valorização do imóvel na região, prévias conclusões já podem ser tomadas, de que a especulação imobiliária criou sim em Londrina mais uma zona segregada, ainda sem uso misto, com nicho de mercado voltado para um público específico, e até o momento, a hipótese de pouca apropriação urbana permanente se tem comprovado, visto o objetivo de todas as famílias de mudar-se de seus imóveis atuais. No entanto, um vínculo à região parece existir, uma vez que pretendem permanecer nos arredores da área em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. *An Introduction*. In: _____.(Org.). *Cities For People, Not For Profit*. London: Routledge, 2012. p. 1-10.
- CARLOS, A. F. A. Metamorfoses Urbanas. In: *GeoTextos*, vol.3, n. 1 e 2, 2007. p. 187-200.
- FERREIRA, J. S. W. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia as avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- OURA, K. Y. *Verticalização em Londrina – Paraná (1950-2005): a produção do espaço urbano e seu desenvolvimento pelos edifícios verticais*. 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.
- SANFELICI, D. M. *A metrópole sob o ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil*. 2013. 307p. Tese (Doutorado em Geografia Humana)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 2013.
- SHIMBO, L. Z. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). EESC-USP, São Carlos, 2010.
- SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939*. São Paulo: Studio Nobel/Edusp/FAPESP, 1997.173p.
- TOWS, R. L.; MENDES, C. M; VERCEZI, J. T. A cidade como negócio: os casos de Londrina-PR e de Maringá-PR. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 28, n. 1, p. 91-103, 2010.
- VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.75-103.

Histórias da cidade: a movimentação das elites sobre o território.

City stories: the movement of the ruling elites over the territory.

Ana Rosa Machado de Angelo

e-mail: anarosa.angelo@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8841190734960123>

Miguel Antônio Buzzar

e-mail: mbuzzar@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2534049526509532>

Palavras-chave: ocupação dispersa; descentralização; movimentação das elites.
Keywords: dispersed occupation; decentralization; movement of the ruling elites.

RESUMO

A recente movimentação das classes de alta renda pelo território da cidade vem se concretizando através de seu deslocamento para regiões periféricas, constituindo assim, uma alteração no padrão de ocupação urbana das elites, cujo arranjo tradicional foi a ocupação das áreas centrais das cidades.

Deste modo, o trabalho trata da verificação das movimentações das classes de alta renda pelo território, a partir do contraponto de dois momentos da ocupação urbana exercida pelas elites. O primeiro, o padrão de ocupação centro-periferia, arranjo tradicional onde as classes de alta renda se assentaram nas áreas centrais, até atingir uma forma compacta e adensada; e o segundo momento, a ocupação dispersa, a partir do espraiamento da elite por áreas periféricas, forma desadensada e descentralizada, evidenciando o processo de rompimento na forma e ocupação urbana por parte das elites, e por consequente, as grandes alterações na paisagem da cidade.

Reconhece-se a movimentação das classes de alta renda como uma força atuante na maneira como a cidade cresce, produz as localizações de objetos espaciais utilizados pela elite, assim como seu acesso aos mesmos. Esses movimentos produzem consequências paisagísticas no tecido urbano e sobre os habitantes da cidade; assim este trabalho pretende mostrar as alterações nas formas e locais de ocupação das elites, tomando como recorte espacial a cidade de Limeira-SP.

INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A movimentação das elites pelo território das cidades é uma importante força na organização do espaço urbano, isso porque a estrutura social está sempre presente na cidade e mantém forte relação com sua estrutura física. Também é certo que a ocupação urbana é determinada pela forma como as classes sociais ocupam o território, e na história de nossas cidades, a segregação social, infelizmente, sempre foi uma característica da ocupação urbana.

Teresa Pires Caldeira (2000; p 211) comenta que, “as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação.” Tais padrões variam cultural e historicamente, influenciando os princípios da vida pública que regem a interação dos diferentes grupos sociais no espaço da cidade.

As intenções de separação e de diferenciação social, expressas pelas classes de alta renda, que marcaram historicamente a organização espacial das cidades, se deram de forma bem sucedida, já que essas exercem dominação por meio do espaço urbano, controlando territórios e ocupando as áreas que lhe interessam.

Assim, as classes sociais se organizam no território segundo processos de segmentação socioeconômica, onde as classes de renda mais alta possuem as melhores localizações e as classes de renda mais baixa sofrem continuamente processos de acomodação no espaço urbano. Flávio Villaça verificou essa força atuando nas metrópoles, e apresenta que:

“Nossa tese é a de que, para as metrópoles brasileiras, a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante” [VILLAÇA, Flávio. O espaço intra-urbano no Brasil, 1998, p. 45]

Podemos verificar essa força presente não só nas metrópoles, mas também em cidades não metropolitanas e, portanto, confirmar que as camadas de mais alta renda se sobrepõem às camadas de baixa renda, já que exercem dominação por meio do espaço urbano.

As elites urbanas, que sempre procuram se estabelecem nos terrenos com maiores vantagens locais, principalmente de acesso e deslocamento, se estabeleceram, desde o início da formação das cidades, nas áreas centrais, conduzindo e influenciando a estruturação intra-urbana.

Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) comentando sobre o espaço urbano e a segregação social em São Paulo, explicita a forma concentrada da cidade, do final do século XIX até os anos 1940, em que diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia.

Na evolução desse processo, diferentes classes sociais passam a ocupar distintas áreas da cidade, estabelecendo uma forte segregação espacial, cuja forma mais recorrente é o padrão de ocupação centro-periferia.

Faz-se necessário assim, expor a consolidação do padrão de ocupação centro-periferia, detalhar os processos que conformaram as maiores características urbanas desse arranjo, destacando dois atributos espaciais e paisagísticos mais típicos do padrão centro-periferia, o primeiro, a prática de uma urbanização centralizada, ou seja, os principais equipamentos e serviços urbanos são instalados no centro, e o segundo atributo, que é uma organização rígida e bem definida da localização das classes sociais no território da cidade.

O arranjo centro-periferia reafirma o centro como a parte mais importante de uma cidade, e as classes de renda alta elegem, impreterivelmente, esta região para ocupar e possuir. A relevância do centro e preferência expressa pelas elites é um conceito muito antigo, como nos conta Villaça:

“A importância que as classes dominantes de todas as sociedades urbanas têm conferido aos centros de suas cidades é sabidamente muito grande. Há fortes razões para se acreditar que a proximidade ao centro sempre foi valorizada pelas elites urbanas em todos os períodos da história, com a possível exceção dos Estados Unidos na segunda metade desde século. Foi valorizada na cidade medieval, na cidade hispano-americana sob a Lei das Índias, em Machu Pichu, em Teotihuacan ou em Tenochtitlan, (no Peru e México pré-colombianos) e até nas cidades latino-americanas de hoje.” [VILLAÇA, Flávio. A produção e o uso da imagem do centro da cidade. O caso de São Paulo, 1993, p. 1]

Para Villaça, “nenhuma área é ou não é centro”, um local, torna-se centro, como resultado de um processo, e assim:

“Os centros não são centros porque neles se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos, o oposto também não é verdadeiro. Não é verdadeiro que os palácios, catedrais ou bancos se localizam no centro porque eles são centro. E qual a origem ou fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos.” [VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil, 1998, p. 242]

As áreas centrais tornaram-se o lugar das classes de renda alta, todas estas concentradas numa mesma região, ao invés de se distribuírem em bairros de alto padrão por toda a cidade, uns ao norte, outros ao sul. É também a forma de organização espacial que, sobretudo, permite o controle do espaço urbano, proporciona a otimização dos deslocamentos espaciais, dado que a elite se concentra numa mesma região, não é necessário construir um sistema viário extenso, presente em todos os quadrantes da cidade, assim como não é necessário investir em melhorias por todo o território, segundo os anseios das elites.

Sendo a ocupação do centro pelas classes de alta renda um processo historicamente praticado, desde a criação das cidades, voltaremos no período de fundação da cidade de Limeira, percorrendo a evolução urbana da cidade, para discorrer sobre a consolidação das elites no centro, observando assim, como esse arranjo conformou uma urbanização centralizada.

Limeira é um dos numerosos casos de cidades, no interior paulista, resultado da evolução de pousos bandeirantes, entrepostos ao longo do caminho para as regiões das Gerais, do Mato Grosso e de Goiás, movimentadas pela mineração, que se ligavam à capital São Paulo e ao litoral por diversas estradas.

Quando da sua elevação para freguesia, em 1830, na povoação de Limeira foram ordenadas as indicações das ruas, com um traçado mais geométrico, e uma forma regular de quadrículas, desenhou-se uma grelha de ruas ortogonais e de mesma largura. A Igreja Matriz e sua praça conformam o núcleo irradiador e ao seu redor se forma a rua do comércio, se instala a câmara e a cadeia e é também onde as elites constroem seus casarões, evidenciando o interesse dessa classe de se posicionar próxima a tais localidades.

A estação de trem surgiu pouco tempo depois, instalada junto a um córrego, o Ribeirão Tatu, teve as obras finalizadas e inauguradas em 1876. A ferrovia, juntamente com o córrego, conjuga uma barreira, que divide a cidade. Este binômio, córrego/ferrovia, recorrente em inúmeras cidades brasileira, estabelece uma região mais vantajosa que a outra, o núcleo da cidade está num terreno mais elevado, afastado da várzea do córrego, muitas vezes uma região alagável. Para passar para o outro lado é preciso saltar a barreira, esses são aspectos que desprestigiam o outro lado.

“(…) no início de sua expansão, o espaço urbano depara com uma barreira que o divide ao meio: um vale por onde corre um pequeno rio, cujo transbordamento frequentemente inunda as terras adjacentes, e uma ferrovia que se aloja junto ao rio. Evidentemente o centro da cidade fica em um desses dois lados. O conjunto

vale-ferrovia funciona como uma barreira que define “o lado de lá” e o “lado de cá” [VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil, 1998, p. 242]

A elite vai permanecer junto ao centro, a área mais elevada, procurando sítios com atrativos naturais e onde o pequeno agrupamento de comércios e serviços começa a despontar. Essa direção de ocupação permanecerá preponderante na movimentação das elites, que raras vezes e para usos muito específicos, se estabeleceu no outro lado.

Nos terrenos junto a barreira córrego/ferrovia foram se instalando as primeiras fábricas e indústrias, que começaram a surgir em Limeira no início do século XX. Do “lado de lá” foi estabelecido um novo traçado, com o desenho das quadras não tão regular, seguindo outra orientação.

As funções não eram separadas espacialmente, as residências se intercalavam com comércios e serviços. As fábricas se localizavam próximo às casas, junto à linha férrea, mantendo a proximidade com o centro urbano, se impondo na disputa pelo território, com as classes menos favorecidas. Novos loteamentos residenciais e vilas operárias foram construídos no primeiro anel circundante ao centro, seguindo novas quadriculas, destinados aos operários, às classes de renda média e baixa e não receberam construções importantes.

A classe de renda mais alta continua se instalando em terrenos mais próximos ao centro, às vezes sem seguir a quadricula, com lotes maiores, em bairros “tipo-jardim”. Nos anos que se seguem inicia-se o adensamento residencial com a verticalização do centro, em Limeira, durante a década de 1960. Assim, a movimentação das classes de renda alta pelo território não é muito grande, fica estabelecida uma grande área de concentração dessa classe e um desenvolvimento que fortalece a centralidade urbana e reafirma o domínio espacial exercido pelas elites.

O contraponto da ocupação praticada pelas classes de renda alta é a ocupação das periferias pelas camadas populares, grandemente influenciada pela atuação do BNH – Banco Nacional de Habitação – instituído no ano de 1964 para financiamento e produção de empreendimentos imobiliários

Os loteamentos habitacionais do programa do BNH promoveram a intensa dispersão das classes sociais de renda baixa, ampliando as distancias entre as classes sociais que provocou uma queda na densidade populacional e instituiu a forma mais característica da segregação espacial no padrão de ocupação centro-periferia.

É neste cenário que se dá o crescimento da atuação dos agentes da especulação imobiliária, que ganham um importante papel na formação das cidades.

“A organização interna das diversas cidades também muda. A interferência do Estado por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH) ajudou a criar um modelo urbano disperso e extenso, que tende a se reproduzir; o papel da especulação ganha terreno em cidades dos mais diversos tamanhos; a forma como os diversos elementos da vida urbana se dispõem no território urbano tende também a mudar para que certas atividades “centrais” se tornem “periféricas”, como por exemplo, os supermercados e mesmo parte da atividade hoteleira e de restauração.” [SANTOS, Milton. Técnica espaço tempo. 1994, p. 134.]

Assim, se até antes da recente migração das elites para as áreas periféricas, a localização das classes de renda alta era o centro e a localização da classe de renda baixa era a perifeira, podemos afirmar que o padrão de ocupação estabelecido era o arranjo centro-periferia, caracterizado espacialmente, em seu estágio mais avançado, por uma região central verticalizada e adensada pelas elites, e pelas periferias longínquas e dispersas, ocupadas predominantemente pelas camadas populares, estabelecendo, portanto a separação das classes sociais por grandes distâncias.

Vale mencionar as diversas críticas sociais elaboradas frente o desenvolvimento do padrão centro-periferia, por se tratar de um arranjo de elevada segregação social, grande estigma territorial, intensa especulação imobiliária e produção de vazios urbanos, assim como diversos outros problemas decorrentes da grande exclusão social e carências urbanas, onde podemos citar a enorme demanda por transporte coletivo, a precária infraestrutura das periferias subequipadas, a provisão habitacional doméstica da autoconstrução e o agravamento de ocupações irregulares.

Porém, nos dias atuais, onde está localizado o lugar de moradia, de lazer, de trabalho, os serviços, as escolas, os hospitais, os bancos que as classes de renda alta utilizam? É notória a presença das elites nos arredores das cidades, que se articulam através de novos arranjos e elementos urbanos, para produzir tais localizações no espaço intra-urbano.

Se por muito tempo a elite ocupou somente áreas centrais da cidade, que ela tomou para si, direcionou os investimentos públicos e que dificilmente as abandonou, hoje podemos verificar sua dispersão física sobre o território. Como Gottidiner (1993) apresenta, se tornou possível construir espaços com funções urbanas – comerciais, residenciais ou empresariais – em qualquer lugar e tempo, contrariando às lógicas tradicionais de produção da cidade.

Mas o que motivou as elites a alterarem sua forma de ocupação urbana? Foram transformações sociais, como novos valores públicos e culturais ou foram transformações

nas cidades, como um possível esgotamento estrutural dos centros tradicionais? E quais agentes teriam possibilitado essas alterações? Teria sido a transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento? Fenômenos globais ou locais?

Assim, é possível verificar que tradicionalmente, a ocupação urbana, exercida pelas camadas de renda alta, expressava o monopólio da região central, as investidas de preservação e embelezamento, a disputa dos serviços por boas localizações, que formavam uma cadeia de consumo e uma estrutura de serviços que promoviam a continuidade do domínio do local.

Porém, com o rompimento no padrão de ocupação, que se alterou após a migração das elites para áreas periféricas, fato comprovado pela presença de condomínios fechados, shoppings, instituições de ensino, restaurantes, hotéis e outros serviços, em periferias mais favorecidas, denota-se uma mudança no arranjo das camadas de alta renda, que trocaram uma ocupação concentrada, por uma ocupação porosa, que dispersou usos e serviços, e que alterou a paisagem das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o padrão de ocupação da elite se modificou, é possível também conferir que permanece a sua intenção de garantir a dominação por meio do espaço urbano, sem abrir mão da acessibilidade e distinção social, assim como permanece a desigual oportunidade para as classes de renda baixa de se movimentarem com liberdade e ocuparem as partes da cidade que mais lhe beneficiam.

Estamos presenciando tempos de profundas transformações nas cidades e frente este panorama, o presente trabalho pretende mostrar as alterações na distribuição das classes sociais no espaço urbano, os novos aspectos das formas e locais de ocupação das elites, nos debruçando sobre o caso da cidade de Limeira-SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUSCH, Reynaldo Kuntz. História de Limeira. Limeira/SP: Prefeitura Municipal de Limeira, 1967.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. A produção e o uso da imagem do centro da cidade. O caso de São Paulo, São Paulo: FAU, 1993

O edifício “arto” e a casa “véia” – desenvolvimento urbanístico e cultura urbana na São Paulo de Adoniran Barbosa

*The ‘arto’ building and the ‘véia’ house – urbanistic development and urban culture
Adoniran Barbosa’s point of view of São Paulo⁶⁹*

Yara Boscolo Bragatto

e-mail: yarabragatto@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3295296843496026>

Francisco Sales Trajano Filho

e-mail: sales@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1487455197254682>

Palavras-chave: Adoniran Barbosa, São Paulo, História Cultural, Música, Popular.
Keywords: Adoniran Barbosa, São Paulo, Cultural History, Popular Music.

Dentro de uma metrópole dos anos 1950 como São Paulo coexistem diversas situações urbanas e manifestações culturais. Habitar uma metrópole implica ao ser humano diversos comportamentos específicos e a adesão a significados que são exclusivos das grandes cidades. Ao analisar o desenvolvimento de São Paulo e quais caminhos foram trilhados para que a “locomotiva do país” adquirisse tal fama é possível constatar que tal fenômeno urbano paulistano e nacional não se deu de maneira homogênea. Dentro dessa diversidade e contrariando o discurso ufanista de sua época surge a figura de Adoniran Barbosa, um boêmio convicto, que em suas caminhadas pela cidade encontrava inspiração para fazer suas canções que viriam a se tornar símbolo de São Paulo e alcançariam grande apelo popular. O que torna a obra de Adoniran tão peculiar é a possibilidade de enxergar com olhares das camadas populares uma cidade largamente estudada e analisada, tendo como sonoridade um estilo de narrativa afinada com as vozes daqueles que faziam parte do cenário exaustivamente estudado, mas que dificilmente eram enxergados ou ouvidos.

⁶⁹ As palavras *arto* e *véia* não foram traduzidas para o inglês por se tratarem de desvios da norma padrão de linguagem e serem uma referência à expressões utilizadas por Adoniran Barbosa em sua canção *Saudosa Maloca* (1951). Possíveis traduções seriam feitas com base nas palavras grafadas corretamente, ou seja, *arto=alto=hight* e *véia=velha=old*.

Dentro de um complexo cenário histórico modernizador é possível encontrar a cidade de São Paulo. Durante o final do século XIX a cidade teve grande desenvolvimento por conta da economia cafeeira. Logo em seguida, com a expansão das linhas férreas a cidade se desenvolve ainda mais e se consolida como importante polo econômico nacional. Posteriormente, fatores como um grande desenvolvimento industrial, a chegada das linhas férreas dentro do território urbano e um intenso processo migratório fizeram com que São Paulo finalmente se consolidasse como uma metrópole sempre em expansão.

É importante notar que para atingir tal status os fatores necessários para isso não são exclusivamente econômicos, mas sim uma grande soma de elementos que abrangem diversos níveis da sociedade. Tornar-se metrópole e assim permanecer envolve estar em constante relação acelerada com o progresso e sempre vislumbrando o futuro. O olhar voltado para o futuro e com o pensamento de que tudo que é novo é bom e importante fez com que muitas cidades se tornassem grandes metrópoles mundiais. A visão racional e positiva do futuro, além da crença no homem moderno como transformador da realidade fez com que São Paulo e tantas outras cidades atingissem tal patamar.

Na primeira metade do século XX a cidade de São Paulo passou por um intenso processo de industrialização, que somado a movimentos de expansão vertical e horizontal deram a cidade ares cosmopolitas. Tal ambiente só fortalecia a ideia de que a capital paulista seria uma grande locomotiva que conduziria o desenvolvimento nacional. Porém, tão grande crescimento não aconteceu de maneira igualitária nem ao menos homogênea. Importantes bairros industriais foram surgindo ou se afirmando ao longo principalmente das linhas férreas, onde também se concentravam grande parte das indústrias. O grande número de imigrantes, que traziam consigo características e culturas distintas, chegou a cidade para trabalhar nas indústrias e contribuiu para que o incremento populacional no período fosse vertiginoso.

Quem habita grandes cidades adquire comportamentos específicos e de certa forma, necessários para se adaptar a tal estilo de vida. O ambiente acelerado e sempre aberto a transformações produz um grande fluxo de informações, que geram diferentes apreensões. Dentro de um processo de tentativas para acompanhar tantas mudanças, muitas sensações são despertadas nos indivíduos. Como conseguir criar e estabelecer laços dentro de uma rotina que sempre varia? Como sentir-se enraizado em novos territórios, com cenários cotidianos sempre em alteração? O processo de constantes transformações acaba pressupondo dos indivíduos habitantes da metrópole pouco apego ao que pertence ao cenário da vida social.

Um desenvolvimento tão intenso e acelerado como o da cidade de São Paulo esteve predisposto a uma falta de homogeneidade, que em uma visão mais positiva pode ter dado origem a uma pluralidade. Tal diversidade alcança todos os âmbitos inscritos no complexo metropolitano, desde questões sócio econômicas, tais como as transformações no tecido urbano e na intensa verticalização na região central da cidade em oposição ao movimento de espraiamento das regiões mais periféricas, aumentando assim o perímetro urbano e dando indícios do que viria a ser a grande região metropolitana; ou em questões de âmbito cultural, como a língua, os costumes, o surgimento e consolidação de novos meios de comunicação como o rádio, além de movimentos culturais em si, fossem eles eruditos ou populares.

Sobre o desenvolvimento cultural vivenciado pela cidade de São Paulo, o século XX apresentou diversos exemplares. O Modernismo, que teve um momento de extrema relevância em 1922 com a Semana de Arte Moderna encontrou na paulicéia uma conjunção de fatores favoráveis para se fixar e fortalecer. O movimento moderno que continuou após 1922 trazia como elemento essencial o ambiente moderno em vigor, e buscava se renovar enquanto investigava suas verdadeiras origens. Em contrapartida, a cultura popular que surgia nas rádios, nos bares, nos centros esportivos, nos centros comunitários dos bairros operários nem sempre soava em concordância com os discursos academicistas, visto que a tal modernidade, justamente por não atingir a todos da mesma maneira, também não era bem vista por todos do mesmo modo.

Fazendo parte desse vasto grupo que não enxergava a cidade com tanto ufanismo quanto os modernistas estava Adoniran Barbosa. Ele foi um artista de rádio, que participando de programas de humor conseguia atingir grande parcela da população e falar sobre temáticas cotidianas, que ao serem somadas e analisadas em conjunto com as canções compostas por ele trazem a tona justamente outra visão da cidade do progresso. Adoniran via nos acontecimentos cotidianos da cidade, como um atropelamento, um desocupação forçada de um edifício, ou no próprio traslado pelo espaço urbano – atividade severamente cultivada por ele, com direito a paradas em diversos bares e cafés da região central – motivos para virarem canções e que caíam no gosto dos ouvintes do rádio.

Mas ele também falava de relações mais subjetivas, como relacionamentos amorosos, a própria boemia, as amizades, o orgulho do trabalho e entre tantos outros temas que acabaram compondo uma linguagem característica da cidade de São Paulo. Suas composições nem sempre estavam de acordo com a norma culta da linguagem, porém, tal ato era proposital por parte do compositor que acreditava que assim fazendo estaria se aproximando de seus ouvintes e falando de maneira mais direta com eles. Esse processo de

leitura e tradução do cotidiano é semelhante à crítica literária, mas pode ocorrer de maneira mais aberta e gerar diversas interpretações e níveis de significação.

A escolha de Adoniran Barbosa como ferramenta dessa leitura se dá devido a sua grande influência não só em seu período de produção artística, como perdurando atualmente, além do fato de sua obra conseguir retratar uma cidade em transformação e fazer parte de um imaginário urbano. Ou seja, em meio a um cenário de mudanças, Adoniran conseguiu criar ideias e retratos de como era a cidade onde morava, e mostrar através de suas músicas como era a cidade que ele enxergava e vivenciava. Adoniran é visto como ferramenta para a compreensão de movimentos urbanos de maneira geral fossem eles de cunho teórico ou prático, levando assim a uma compreensão de cultura urbana, mais especificamente de uma cidade em pleno desenvolvimento, e que como toda cidade apresentava diversos problemas.

Usando deste e de outros artifícios, ou por conta de um processo de identificação cultural popular – que não é um movimento estático – boa parte da cidade de São Paulo se identificava com as músicas e a sonoridade de Adoniran. E ele se enxergava nela. Ou seja, esteve instaurada uma via de mão dupla, onde a cidade influenciava o autor, e o autor a influenciava.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objeto de pesquisa a investigação da cidade que Adoniran Barbosa enxergava. Trata-se, portanto, de uma pesquisa com base na historiografia, mas que procura outra maneira de ler São Paulo, e que a princípio, irá estabelecer como modo de leitura as camadas populares.

O presente trabalho ainda em desenvolvimento não faz um recorte temporal perfeitamente delimitado, mas toma como base o período em que foram compostas a maioria das canções de Adoniran, ou seja, de 1950 até o final dos anos de 1970. Mas é importante ressaltar que para compreender como a cidade chegou até os anos de 1950 é necessário olhar um pouco antes e analisar como a cidade chegou à metrópole.

Partindo do fato que Adoniran era representante de um discurso mais alinhado com as camadas populares, e compreendendo que tal discurso não era o mesmo desenvolvido nos salões de arte nem o amplamente divulgado pela historiografia academicista, toma-se, portanto, que Adoniran Barbosa desenvolve um discurso popular que seria diferente e até oposto ao “oficial”. Porém, toma-se o cuidado para que um raciocínio não se contraponha muito menos se sobreponha ao outro. O presente trabalho lida com a coexistência de diversas manifestações dentro de uma mesma composição urbano, ou seja, acredita-se que a pluralidade de informações gera uma pluralidade também de apreensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS JUNIOR, Celso de. Adoniran - uma biografia. São Paulo: Globo, 2010.

CONNELL, John, e Chris GIBSON. Sound tracks: popular music, identity and place. Londres: Critical Geographies, 2004.

FRITH, Simon. "Music and Identity." In: Questions of Cultural Identity, por Stuart HALL e Paul DU GAY. Londres: SAGE Publications, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano." Estudos Históricos vol.8, n. 16 (1995): 279-290.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo- sociedade e cultura nos frementes anso 20. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992.

SIMMEL, George. "As grandes cidades e a vida do espírito." MANA, 2005: 577-591.

O Movimento Surrealista, Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista: teorias e práticas de uma subjetividade radical

The Surrealist Movement, Henri Lefebvre and The Situationist International: theories and practices of radical subjectivity

Rodrigo Nogueira Lima

e-mail: rodrigoarqnl@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0126412771987645>

Carlos Roberto Monteiro de Andrade

e-mail: candrade@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1617988034944297>

Palavras-chave: Internacional Situacionista; Surrealismo; Henri Lefebvre; Guy Debord; André Breton. **Keywords:** Situationist International; Surrealism; Henri Lefebvre; Guy Debord; André Breton.

RESUMO:

A atual pesquisa de doutorado propõe analisar criticamente as aproximações históricas e ideológicas entre o Movimento Surrealista e a Internacional Situacionista (I.S.), utilizando-se a obra do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre como mediação teórica e crítica entre as duas vanguardas, abrangendo o período de existência dos dois movimentos, de 1924 a 1972. Nossa hipótese é interpretar o esforço de Henri Lefebvre de situar o marxismo na superação das utopias das vanguardas artísticas literárias da primeira metade do século XX, na qual o ideário da Internacional Situacionista possa ser visto como um desdobramento dessa revisão histórica. A partir do livro *“Critique de la vie quotidienne, I, Introduction”*, publicado em 1947, e do seu artigo *“Vers un romantisme révolutionnaire”*, in *La Nouvelle Revue Française*, publicado em 1957, nos quais Lefebvre reinterpreta o romantismo, revendo o movimento surrealista a partir de uma análise crítica da qual resulta o conceito de “romantismo revolucionário”, pretendemos verificar a possibilidade de aplicar este conceito à I.S. O objetivo geral do trabalho é estabelecer um panorama histórico das relações entre o Movimento Surrealista, a I.S. e o filósofo Henri Lefebvre, pontuando suas aproximações e rupturas. O objetivo específico é verificar a hipótese da prática da deriva situacionista ser uma revisão da deambulação surrealista a partir da crítica do “romantismo revolucionário” de Lefebvre, no qual a prática estética de apreender o espaço urbano através do andar ganha um novo sentido, a deambulação deixa de ser um meio do “homem em busca do passado” e

passa a ser um meio do “homem em busca do possível”; portanto a deriva passar a ser um meio de investigação da realidade urbana, como prática de uma ciência afetiva, psicogeográfica. A metodologia examina de forma comparativa os textos primários (autorais) produzidos pela Internacional Situacionista, pelo Movimento Surrealista e por Henri Lefebvre contrapondo suas ideias no campo da arte, cultura, política e meios de ação no espaço urbano. O exame comparativo das produções artísticas desenvolvidas pelos movimentos e autores citados se limitará aos registros dos percursos urbanos como fotografias, poesias, narrativas e mapas psicogeográficos. Os textos secundários (comentadores) fornecem um panorama mais amplo do universo surrealista e situacionista no contexto das décadas de 20 a 70.

Segundo o autor Éric Brun, o livro *“Critique de la vie quotidienne, I, Introduction”*, publicado em 1947, é o início do esforço de Lefebvre de reinterpretar o romantismo, revendo também o Movimento Surrealista a partir de uma análise materialista da qual resultará o conceito de romantismo revolucionário. É importante destacar que *“Critique de la vie quotidienne, I, Introduction”*, influenciou diretamente as vanguardas que dão origem à I.S. e segundo os próprios situacionistas seus esforços estavam em passar da crítica à revolução da vida cotidiana. O termo romantismo revolucionário também é utilizado pelo autor Michael Löwy, entretanto o reinterpreta de forma mais ampla que Lefebvre, o aplicando ao Movimento Surrealista. Löwy entende “[...] por ‘romantismo revolucionário’ a vasta corrente de protesto cultural contra a civilização capitalista moderna, que se inspira em certos valores do passado pré-capitalista, mas que aspira antes de tudo a uma utopia revolucionária nova, desde Rousseau e Fourier até os surrealistas e os situacionistas” (LÖWY, 2002, p.15). Portanto, é possível estabelecer um fio condutor, nas palavras de Löwy, um “fio vermelho e negro” entre os surrealistas, Henri Lefebvre e os situacionistas, os quais compartilham da tentativa de “[...] um protesto contra a racionalidade limitada, o espírito mercantilista, a lógica mesquinha, o realismo rasteiro, de nossa sociedade capitalista-industrial, e a aspiração utópica e revolucionária de ‘changer la vie’” (LÖWY, 2002, p.09).

Pretendemos verificar a hipótese do movimento da I.S. ser uma expressão da corrente do romantismo nos termos de Löwy e Sayre, e nos termos de Lefebvre, do romantismo revolucionário. Além das interpretações mais amplas de Löwy, Sayre e Marcolini, utilizamos as análises dos autores Remi Hess, no livro *“Henri Lefebvre et l’aventure du siècle”*(1988), e Éric Brun, no livro *“Les Situationnistes, une avant-garde totale”*(2014), os quais tratam das relações entre Lefebvre, os situacionistas e os surrealistas, de forma mais extensa e detalhada.

Henri Lefebvre em entrevista concedida à Kristin Ross⁷⁰, no ano de 1983, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz, comenta que a sua relação com os situacionistas começou antes da formação do movimento. Já no período do Grupo COBRA, 1948-1951, manteve relações com os pintores Asger Jorn e Constant Nieuwenhuys, e afirma que “[...] um dos livros que inspirou a fundação do grupo foi o meu *Crítica da Vida Cotidiana*. Por isso, estive envolvido com eles desde muito cedo” (ROSS, 1997, p.70). O autor Remi Hess também cita a relação próxima que Lefebvre mantinha com o pintor Constant (HESS, 1988, p.220), e segundo o autor Éric Brun, o interesse de Lefebvre pela Internacional Situacionista se dá de início pela crítica situacionista ao funcionalismo na arquitetura⁷¹ (BRUN, 2014, p.335). No entanto, segundo Lefebvre, será a partir da publicação do seu artigo “*Vers un romantisme révolutionnaire*”, publicado na “*La Nouvelle Revue Française*”, em outubro de 1957, que entrará em contato diretamente com Debord.

Segundo Éric Brun, no livro “*Critique de la vie quotidienne. Tome I, Introduction*”, Lefebvre se preocupa em estabelecer uma continuidade entre as correntes de pensamento do romantismo e do marxismo, sedimentando as bases dos temas situacionistas. O esforço de Lefebvre não é surpreendente, pelo fato de que antes de se converter ao marxismo, manteve contato direto com o Movimento Surrealista entre as duas grandes guerras, época na qual animava a revista “*Philosophies*”.

Lefebvre explique ainsi que la finalité du marxisme n'est pas une intensification de la production économique (cette intensification serait plutôt un moyen), mais de « recréer lucidement la vie quotidienne ». Comme Guy Debord après lui, il pense le progrès comme l'élaboration par l'Homme de certaines techniques lui permettant « de se comprendre, d'orienter ses passions, de diriger sa vie » (BRUN, 2014, p.333).

Guy Debord se aproximará de Lefebvre a partir do artigo “*Vers un romantisme révolutionnaire*”, e uma amizade se estabelece entre os dois autores, segundo Remi Hess, Debord influenciará Lefebvre a “[...] sair da teoria para entrar em uma prática de um tipo novo”, enquanto Lefebvre influenciará Debord ao ponto de Hess afirmar que a Internacional Situacionista é fundada a partir do ideário crítico de Lefebvre (HESS, 1988, p.211). Nas palavras de Lefebvre: “Foi este texto que me colocou em contato com os situacionistas, porque eles deram uma certa importância a ele, antes de atacá-lo mais tarde. Eles tiveram

⁷⁰ ROSS, KRISTIN. Lefebvre on the Situationists: an interview. October, Cambridge, Mass., n°79, 1997, p.69-83.

⁷¹ Éric Brun indica inúmeras cartas trocadas entre Lefebvre e Debord no período de 1961-1962. Fonds Guy Debord, BNF, NAF 28603, I, 5, Lettres reçues.

suas críticas a fazer, é claro; nós nunca estávamos completamente de acordo, mas o artigo foi a base para um certo entendimento que durou por quatro ou cinco anos, e nós continuamos voltando a ele.” (ROSS, 1997, p.71).

No artigo “*Vers un romantisme révolutionnaire*”, Lefebvre desenvolve uma reflexão no âmbito das artes, a partir de uma análise marxista sobre as vanguardas literárias do romantismo, já iniciada em “*Critique de la vie quotidienne*”. Além disso, o artigo marca um período de crise do marxismo ortodoxo, escrito um ano e meio depois do relatório de Khrushchov⁷², mesmo momento no qual Lefebvre trava no interior do Partido Comunista Francês (PCF) uma luta anti-stalinista que acaba resultando em sua expulsão. Lefebvre propõe identificar e distanciar-se do romantismo tradicional (alemão e francês), inclusive de suas correntes degradadas (Surrealismo e Simbolismo), com sua rejeição total da modernidade e suas ilusões passadistas. Propõe superar as limitações desse romantismo antigo e reacionário e lançar as bases de um novo romantismo, o romantismo revolucionário (LOWY;SAYRE, 2015 p.208). Esse deverá combater a alienação que torna “entièrement problématique l'existant”, pelo fato de afastar “le possible humain de l'existence”, e travar uma luta dialética em direção à desalienação e a busca pelo possível. (LEFEBVRE, 1971,p.44)

No Boletim nº3, dezembro de 1959, no texto “*Le sens du dépérissement de l'art*”, a I.S. se posiciona em relação aos autores, Lucien Goldmann, Dionys Mascolo e Henri Lefebvre, que formulam análises sobre o campo da cultura a partir do materialismo dialético⁷³. A insuficiência de suas teorias e a necessidade de superá-las são apontadas a partir de duas questões principais: “[...] *l'organisation d'une force politique, la découverte de moyens d'action culturels.*” (I.S., nº3, 1959, p.4), as quais para o autor Remi Hess, são questões essenciais para a teoria situacionista (HESS, 1988, p.214). Ao longo do texto, os situacionistas também criticam o artigo “*Justice et vérité*” e o livro “*La Somme et le reste*”, publicados no mesmo ano, ambos de autoria de Lefebvre. No artigo “*Justice et vérité*”, publicado na revista “*Arguments*”⁷⁴, Lefebvre considera a história humana como a passagem e a abolição sucessiva de diversas esferas: o cósmico, o materno, o divino, mas também a

⁷² O chamado Discurso Secreto ou Relatório Khrushchov, cujo nome oficial é “Sobre o culto à personalidade e suas consequências”, é uma famosa intervenção do político soviético Nikita Khrushchov durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 25 de fevereiro de 1956. No discurso, Khrushchov reafirma sua crença nos ideais comunistas, invocando as ideias de Lenin, ao mesmo tempo que critica o regime de Stalin, particularmente pelos brutais expurgos de militares de alto escalão e de quadros superiores do Partido - o chamado Grande Expurgo, entre 1934 e 1939 -, e pelo culto à personalidade de Stalin.

⁷³ Éric Brun destaca a presença da crítica de Lucien Goldmann no ideário situacionista a partir do texto “*Le matérialisme dialectique est-il une philosophie?*”, redigido em 1947 e publicado em *Recherches Dialectiques*, em 1959. P.337.

⁷⁴ Verificar o artigo citado, *Arguments*, “*Justice et vérité*”, 1959, III, nº15.

filosofia, a economia, a política e enfim a arte. A I.S. acusa a revista “*Arguments*” de pregar uma “*Science-fiction de la pensée révolutionnaire*”, Debord cita como exemplo os poemas de Lefebvre em “*La somme et le reste*”, que não apresentam nenhuma novidade e seguem um modelo histórico de 1925 (HESS, 1988, p.214). Para os situacionistas, se a crítica é ambiciosa, as proposições de Lefebvre para a arte atualmente não correspondem as exigências da situação da qual veem surgir “*la destruction de l’expression ele-même*”, os esforços da vanguarda cultural devem ser direcionados para a criação de situações, “*Les créations de l’avenir devront modeler directement la vie, créant et banalisant les ‘instants exceptionnels’*” (I.S., n°3, 1959, p.6).

O frágil equilíbrio existente entre Lefebvre e os situacionistas começa a ser abalado no ano de 1962, no qual Lefebvre publica os livros “*Introduction à la modernité*” e “*Critique de la vie quotidienne. Tome II : Fondements d’une sociologie de la quotidienneté*”, ambos fazem referências aos situacionistas. No livro “*Introduction à la modernité*”, no décimo segundo prelúdio “*Vers un nouveau romantisme*”, são retomadas as questões do romantismo revolucionário sob a luz das críticas realizadas por Guy Debord. Lefebvre indica que a Internacional Situacionista é uma tendência desse novo romantismo, embora os situacionistas já haviam feito críticas ao conceito de romantismo revolucionário, cita diretamente Debord e o coloca no quadro dos teóricos da modernidade, entretanto posiciona os situacionistas junto à juventude revoltada, que fazia oposição ao PCF. Além disso, também cita um trecho do texto “*Préliminaires pour une définition de l’unité du programme révolutionnaire*”⁷⁵, redigido por Guy Debord e P.Canjuers em 1960. A I.S. se manifesta contrariamente as colocações de Lefebvre, “*Premièrement, nous refusons d’être assimilés à la jeunesse. C’est une manière élégante de neutraliser les problèmes en leur donnant quelque chose de la force irrésistible des saisons ou de capricieuses mutations sociologiques dont il faut suivre le développement*” (I.S., n°8, 1963, p.61) ; acusam Lefebvre de propor um paralelo inaceitável entre “[...] *l’I.S. et un groupe de jeunesse oppositionnelle du parti communiste, si clandestin qu’il n’aurait jamais rien fait ni rien publié.*” I.S., n°8, 1963, p.62). O autor Éric Brun corrobora a posição da I.S., alegando que Lefebvre introduz mais precisamente o pensamento situacionista, porém não discute verdadeiramente o conteúdo de suas teses, assimilando os situacionistas “[...] *maladroitement à la révolte de la jeunesse*” (BRUN, 2014, p.339).

Éric Brun e Remi Hess compartilham a interpretação da qual a ruptura entre Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista, no ano de 1963, não é necessariamente uma

⁷⁵ I.S., n°5, 1960, p.11. O documento é apenas citado em “*Renseignements situationnistes*”.

ruptura teórica, mas uma ruptura de posicionamento em relação à crítica radical defendida pela I.S., a qual não permite concessões nem aproximações com os intelectuais ou artistas rejeitados pelos situacionistas. “Nul besoin donc, pour expliquer la rupture entre l’I.S. et Lefebvre en 1963, d’invoquer une quelconque divergence théorique . [...] Pour eux, la menace se situe notamment dans une possible confusion avec des regroupements intellectuels ou artistiques rejetés.” (BRUN, 2014, p.339) , nos termos de Hess “Ce que semble mettre en cause les situationnistes , c’est le ‘réformisme’ de Lefebvre” (HESS, 1988, p.216). No texto “Critique de l’urbanisme”, I.S. n°6, os situacionistas criticam a posição de Lefebvre ao publicar na “Revue française de sociologie”, n°3 (jul.-set. 1961), o artigo “Utopie expérimentale: pour un nouvel urbanisme”⁷⁶, no qual Lefebvre critica as insuficiências de um projeto de uma equipe de arquitetos e sociólogos que acabam de publicar em Zurique, “Die neue Stadt, eine Studie für das Fürtta”. Para os situacionistas, Lefebvre dá muito destaque a projetos que contêm certa utilidade e méritos, mas cuja perspectiva é “radicalmente inimiga”, “[...] pour n’avoir pas mis clairement en cause le rôle même de cette équipe de spécialistes dans un cadre social dont elle admet sans discussion les impératifs absurdes.” (I.S., n°6, 1961, p.7). No boletim n°8, em “Renseignements Situationnistes”, a I.S. rebate os comentários de Lefebvre, feitos em “Vers un nouveau romantisme”, como já mencionado, e reafirmam a exigência situacionista de uma “radicalité sans compromis” (HESS, 1988, p.222), a qual recusa toda forma de “fausses réconciliations” (I.S., n°8, 1963, p.61).

Segundo o autor Éric Brun, após a ruptura oficial com Lefebvre, “[...] toute la différence de position sociale qui déjà en pointillé entre Lefebvre et les situationnistes fonctionne désormais comme principe d’opposition irréductible. ” (BRUN, 2014, p.340). A última referência positiva a Lefebvre aparece no texto “L’étage suivante”, de abril de 1962, I.S. n°7, no qual Attila Kotanyi comenta a teoria da alienação. Os situacionistas, a partir de então, se referem a Lefebvre e seus apoiadores como representantes da falsa contestação, enquanto Lefebvre adotará uma posição crítica em relação à I.S..

Éric Brun defende a tese da qual, para além das diferenças ou a própria ruptura entre Lefebvre e os situacionistas, a legitimidade intelectual que Lefebvre dá à I.S. e principalmente a Debord, foram fundamentais para situar a I.S. como protagonistas de um pensamento dito revolucionário; no início da década de 1960, Lefebvre se esforçou em reconhecer a I.S. como legítima vanguarda da cultura, inserindo os situacionistas nos círculos de bates acadêmicos e oficiais. Além disso, Lefebvre abre um campo teórico para a I.S. se reposicionar do campo das artes para o campo da política, sem no entanto, se tornar

⁷⁶ Artigo republicado no livro *Du rural à l’urban*. Paris, Anthropos, 1970; cap. VII.

invisível no universo da cultura. É através de Lefebvre que novos colaboradores, os quais não são do campo das artes, ingressam na I.S., como o seu ex-aluno de Strasbourg, Mustapha Khayati e o filósofo belga Raoul Vaneigem. Lefebvre também lecionou na Universidade de Strasbourg, na qual foi professor de sociologia em 1961, e na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Nanterre, na qual ingressou em 1965, logo depois da sua fundação. Em suas aulas, evocava as teorias situacionistas influenciando ex-alunos como René Lourau e Jean Baudrillard (BRUN, 2014, p.341). Segundo o autor Remi Hess, o papel de Lefebvre na emergência do movimento da I.S. e da formação do seu ideário é inegável, certifica que os dois pensamentos, tanto de Lefebvre quanto de Debord, tiveram desde o início uma forte aproximação. A diferença entre Lefebvre e os situacionistas está no esforço dos situacionistas em formular uma prática radical de intervenção na vida cotidiana, na tentativa de realização efetiva do ideário teórico de Lefebvre.

Referências Bibliográficas:

BRUN, ÉRIC. Les situationnistes. Une avant-garde totale (1950-1972). Paris : CNRS Éditions, 2014.

HESS, REMI. Henri Lefebvre et l'aventure du siècle. Paris : Éditions A.M. Métailié, 1988.

LEFEBVRE, HENRI. *Le romantisme révolutionnaire, in Au-delà du structuralisme*. Paris : Anthropos, 1971.

LÖWY, MICHAEL ; SAYRE, ROBERT. Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade. Tradução Nair Fonseca, 1ªed.. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSS, KRISTIN. Lefebvre on the Situationists: an interview. October, Cambridge, Mass., nº79, 1997, p.69-83.

SITUATIONNISTE, INTERNATIONALE. Internationale Situationniste 1958-69. Paris: Champ Livre, 1975.

O *Shopping Center* e os espaços urbanos: novas relações entre o público e o privado em Presidente Prudente e Ribeirão Preto

The Mall and the urban spaces: new relationships between the public and the private in Presidente Prudente and Ribeirão Preto.

Tainá de Oliveira Hermoso
e-mail: tainahermoso@usp.br
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9314001071467368>

Manoel Rodrigues Alves
e-mail: mra@sc.usp.br
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7815309672113678>

Palavras-chave: Shopping Center, Espaço Público, Consumo, Presidente Prudente, Ribeirão Preto | **Keywords:** Shopping Mall, Public Space, Consumption, Presidente Prudente, Ribeirão Preto

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A partir de novas dinâmicas econômicas e sociais presentes no espaço urbano, o mesmo passa por reestruturações decorrentes das mudanças na forma de vida nas cidades e do próprio comportamento no que concerne à interações sociais, diversificando as relações, práticas e interpretações do mesmo. Neste contexto, este projeto visa estudar dois elementos em particular: O *shopping center* e o espaço público a este associado de duas formas em específico: sua contraposição física direta e seu simulacro em meio privado.

Para este estudo, foram escolhidas as cidades de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, ambas no estado de São Paulo, dois polos regionais, de porte médio, que encontram nos *shoppings centers* existentes, símbolos de prestígio e influência regional. Em cada uma delas um empreendimento foi destacado como estudo de caso, os que melhor representam as situações a serem estudadas: o Prudenshopping em Presidente Prudente e o Shopping Iguatemi em Ribeirão Preto.

Cada cidade apresenta uma situação própria. Presidente Prudente com a existência de espaços públicos ao lado da estrutura do *shopping* que os ignora e contrapõe (ainda que reproduza alguns elementos em seu interior – de maneira apenas representativa e pouco relacionada com o “exterior”). E Ribeirão Preto, no qual o *shopping* afirma a questão do marketing e reprodução dos simulacros de praças e parques de maneira mais evidente (porém sem relações sociais e espaciais heterogêneas), principalmente estando localizado fora de um contexto popular da cidade.

A escolha do tema: os *shoppings* e os espaços públicos em duas situações distintas, é justificada pelo conjunto de fatores que hoje apresentam os *shopping centers* como um dos principais espaços de lazer e convívio, uma vez que no imaginário, está associado a segurança e a superioridade perante a rua.

O tema também advém do reconhecimento da importância do elemento *shopping*, quando referente a processos urbanos históricos e atuais à medida em que surge com força no cenário brasileiro nos anos 70 e ainda hoje se configura um negócio em expansão, pelo porte, alteração de fluxos e de ocupação que gera a partir da instalação, como agentes modificadores do espaço e das relações urbanas. A análise em diversos aspectos, destes locais, apresenta parâmetros para se compreender práticas espaciais e lógicas urbanas existentes nestas cidades.

A mudança nos tipos de ocupação e caracterização de espaços públicos próximos à implantação do *shopping* e como estes se relacionam são os focos de estudo em Presidente Prudente. A reprodução simulada de espaços públicos abertos, entre muros, com claro distanciamento da cidade e em meio a um bairro de alto padrão em expansão são estudados no caso de Ribeirão Preto. Em ambas cidades, procura-se compreender as variações de padrões e dinâmicas apresentados, e em que medida essas modificações alteram a própria percepção do cidadão acerca dos espaços de lazer, encontro, consumo, domínios públicos e privados.

HIPÓTESES

Com base em autores como Sarlo (2009) e Cortés (2008), a hipótese principal na qual se baseia esse projeto de pesquisa é que o *shopping* conseguiu reunir um conjunto de atividades e espacialidades que se mostram vantajosas perante a população, sobretudo, frente à poderosa representação da cidade insegura, como se fosse uma resposta clara aos problemas urbanos, “não sou a cidade, sou melhor que a cidade” (SARLO, 2009, p.23), ao mesmo tempo em que demonstra sua autossuficiência em relação ao entorno.

Segundo Cortés (2008, p.45), é possível observar a problematização dos espaços de comércio relacionada aos locais públicos e tradicionais de lazer focada na lógica de produção desses espaços:

Nesse processo de transformação urbana e social, as estruturas da cidade estão penetrando no espaço que os centros comerciais criaram, enquanto estes estão substituindo a cidade, ocupando o lugar de seus tradicionais registros simbólicos e espaciais.

Desta forma, a arquitetura desses *shoppings* auxilia a criar um meio para “neutralizar” um espaço, fazendo com que este seja capaz de convencer sem reclamações ou questionamentos (CORTÉS, 2008), criando espaços tradicionalmente pouco passíveis de relações de identidade e memória.

A partir do início da pesquisa e dos trabalhos, também se considera a hipótese representada pela reprodução reversa, já num processo de *containeirização* (MUÑOZ, 2008) dos espaços públicos. Neste aspecto, observamos práticas e lógicas típicas dos espaços privados sendo incorporadas no planejamento urbano de praças e parques. Esta questão se apresenta principalmente quando os empreendimentos se localizam próximos a estes espaços abertos ou de certa forma representam uma “concorrência” por frequentadores. Ainda que públicos, estes locais estão totalmente inseridos na lógica de reprodução o capital, portanto a frequência de pessoas, que ali vão “consumir” é de grande interesse. A natureza deste consumo é diverso e pode ser observado, desde a compra de produtos propriamente dita, em lojas de calçado e quiosques em parques, até o consumo do espaço que eleva o valor de uma área por sua alta procura e aquece o mercado imobiliário do entorno, considerando logicamente outros fatores de natureza mais complexa. A questão segue no sentido da abordagem aos chamados simulacros e ao nível em que os shopping centers já atingem atualmente, substituindo as praças públicas de determinados bairros, e, visando oferecer a “experiência completa” aos consumidores, constroem estes espaços no interior de suas propriedades. O tema da experimentação de espaços tematizados e a demanda pela ocupação do espaço público (ainda que neste caso, a ideia seja vaga e apenas faça uma referência estética e pobre ao termo) também fazem parte do escopo desta pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A primeira fase do trabalho constitui uma investigação acerca dos espaços de consumo ao longo da história, de maneira a resgatar as relações existentes com a rua e as modificações observadas que ao longo do tempo foram propiciando novas formas de consumo e formas de se pensar nestes locais específicos. Vargas (2001), neste sentido auxilia nas especificações e necessidades observadas em cada época, o que vai remodelando os espaços físicos onde essas transações comerciais ocorriam e o que implicavam, assim como sua situação urbana.

Antes de adentrar na especificidade do empreendimento Shopping Center, o contexto social das relações pautadas pelo consumo, também é abordada, a partir dos entendimentos de autores como Bauman e Baudrillard, acerca da Sociedade do Consumo e como esta torna os indivíduos, sujeitos que se definem a partir da sua capacidade de

consumir e da renovação dos novos desejos e produtos. Esse parêntese aberto na trajetória histórica, é inserido de forma proposital antes da abordagem dos shopping centers, por estes se caracterizarem, desde o começo, como produtos de consumo por si mesmos.

Garrafa (2007) e outros autores quando apresentam o histórico e desenvolvimento do shopping center, assim como suas implicações, auxiliam no entendimento deste tipo de empreendimento e como ele se desdobra para os fenômenos observados mais recentemente em relação às suas modificações. O consumo em excesso além das simulações, proporciona uma série de processos que modificam os espaços urbanos e a própria maneira que os indivíduos apreendem a cidade.

A tematização e os simulacros são apenas alguns dos fenômenos, os quais decorrem da intensa busca em se financeirizar o espaço, ao modificar shoppings e parques temáticos a partir de uma busca pelo espetáculo. Muñoz (2008), por sua vez, trará questões referentes ao processo já inverso, onde os espaços públicos demonstram uma necessidade de se adequar aos moldes ditados pelo mercado e espaços privados, por exigência da própria população e governantes. A containerização é, portanto, a homogeneização destes espaços, retirando toda sua especificidade e caráter questionador próprio da cidade. Estes processos caracterizam uma nova apreensão sobre a produção do espaço urbano e os locais públicos ali inseridos.

Torna-se necessário, então, as observações e o vislumbre empírico destes processos e modificações, no espaço urbano e duas cidades de porte médio: Presidente Prudente e Ribeirão Preto, passam a se constituir como objetivo de pesquisa, por suas particularidades em relação ao tamanho, área de influência, situações urbanas e características observadas em determinados shopping centers em cada uma delas.

Presidente Prudente, apresenta o shopping center (Prudenshopping) imediatamente ao lado do Parque do Povo e da praça Oscar Figueiredo Filho e apesar disso, não estabelece nenhuma relação com os espaços exteriores e não demonstra interesse em fazê-lo num futuro próximo. O desenvolvimento da área do Parque e do Shopping, apresentada principalmente por Miño (2004), proporciona um entendimento a respeito das relações urbanas estabelecidas naquela área e como isso pode ser observado até nas práticas atuais, as quais sugerem uma maior no espaço do Parque, onde as principais atividades constituem-se de práticas esportivas e lazer, e o maior controle dentro do ambiente do shopping, principalmente quando é sabido que determinado grupo ocuparão espaço fechado, ainda que temporariamente.

Os rolêzinhos, combinados pelos jovens da cidade, espalham-se pelas ruas do entorno, praça e parque, numa transição pouco provável e em práticas quase transgressoras, em muitos aspectos. As relações entre público e privado em Presidente

Prudente são tecidas a partir de entendimentos comuns. O Parque, entretanto, em muitas situações se “veste” de espaço privado e controlado e o shopping, apesar de apresentar elementos estéticos próprios de um simulacro das ruas, deixa muito claro os limites e o público à que realmente responde.

Em Ribeirão Preto, a expansão da cidade auxilia no entendimento acerca da concentração de áreas nobres no setor sul, incluindo o Shopping Iguatemi, objeto da pesquisa. Dal Pozzo (2015) apresenta os principais aspectos que caracterizam a situação urbana encontrada. O shopping e sua localização, já pressupõe uma exclusividade e seu interior demonstra um forte aparato de marketing e imagem que transformam o local na “praça” daqueles usuários e moradores. A reprodução de elementos de espaços tradicionalmente públicos busca proporcionar um sentimento de familiaridade e naturalidade com o shopping, no entanto, o controle e os códigos de conduta são apreciados, tornando as práticas no espaço direcionadas e sem a espontaneidade própria da cidade.

O espetáculo então, termina quando qualquer incidente ameaça a aura de espaço perfeito do shopping. Práticas divergentes, assim como em Presidente Prudente, não são bem-vindas ou toleradas. A diferença é que a proximidade física entre área de grande ocupação consolidada é muito diferente entre as duas cidades e o Shopping Iguatemi, procura oferecer o tipo de cidade “perfeita”, com as pessoas “adequadas” para seus frequentadores, que por sua implantação e acessos, já realiza toda uma seleção prévia de público.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolvimento da pesquisa, foi feito o levantamento de bibliografia referente às questões do *shopping center*, consumo, cidade, espaços públicos, simulações e hiper-realidade e lógicas espaciais em cidades de médio porte. A partir da leitura do material, as hipóteses levantadas em projeto em relação aos frequentadores destes locais e das práticas vivenciadas e reproduzidas foram e continuam a ser aprofundadas.

A primeira etapa consistiria em recolhimento e pesquisa de material institucional dos *shoppings* escolhidos, como plantas baixas, projetos de implantação e urbanização do entorno, além de levantamento da decoração e paisagismo presentes.

O levantamento continua no âmbito comercial dos *shoppings*, realizado através da consulta de todo o material publicitário disponível: sites, *flyers*, panfletos, outdoors, painéis, entre outros, incluindo sua localização, afim de se entender o papel midiático na reprodução de discursos e práticas nestes espaços, assim como o tipo de imagem que o empreendimento comercial quer passar e para que público-alvo.

Um levantamento fotográfico detalhado do entorno e exterior dos *shoppings* foi programado, suas áreas próximas e se possível, áreas internas, tanto através da utilização de material já coletado, através de pesquisa secundária, quanto a produção e coleta de novas imagens direcionadas para os objetivos da pesquisa.

Também estão sendo realizadas pesquisas de campo de observação primárias, visando registrar a frequência e como se dá a utilização dos espaços do *shopping*, através de relatórios descritivos de determinados dias, horários e locais.

A observação continua, do mesmo modo, sendo realizada nas áreas públicas adjacentes, observando a frequência, utilização e perfil dos que utilizam os espaços, com relatórios descritivos.

As últimas etapas propõem entrevistas com os frequentadores dos espaços, públicos e privados (*shoppings*), das cidades em questão, com enfoque baseado nos aspectos mais relevantes coletados na pesquisa até o momento, elaborando questionários para aplicação *in loco* ou a distância (*online*), com alguns pontos principais de discussão baseados em suas práticas espaciais e hábitos de frequência. As entrevistas com frequentadores dos *shoppings*, partem de um reconhecimento prévio para identificação de sujeitos e contatos para sua realização, não necessariamente no ambiente do *shopping*.

Estão previstas também, entrevistas com agentes bem informados dos *shoppings* e dos espaços públicos que possam auxiliar no aprofundamento de determinadas questões de logística e planejamento, englobando gerentes, superintendentes, planejadores, escritórios de arquitetura, administradores, chefes de seções de urbanismo na prefeitura, entre outros cargos, assim como associações de *shopping centers* (ABRASCE, ABSC).

RESULTADOS PARCIAIS

Neste estudo, o espaço público é definido como o local político da manifestação e discussão, do encontro de diferentes e dos conflitos, manifestação da heterogeneidade, sendo a cidade seu local de afirmação por excelência. Segundo Sennet (1996), “A cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde no qual se torna válida como experiência social a diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos”

Neste contexto, os processos urbanos contemporâneos baseados no consumo e na lógica neoliberal compreendem a implantação de centros comerciais nas cidades, os quais alteram a vida urbana e os aspectos do entorno. O público e o privado se tornam definições complexas no imaginário e as manifestações da ocupação destes espaços se confundem.

O isolamento dos sujeitos/consumidores, a descaracterização dos espaços públicos e as praças controladas favorecem a produção de uma cidade fragmentada.

Estes processos podem ser observados a partir de uma trajetória histórica, que, a partir dos espaços de consumo e da emergência do shopping, trará aos indivíduos novas concepções a respeito do modo de vida da sociedade baseado em sua capacidade de consumir. O desdobramento espacial e urbano deste serão as modificações nas cidades e nos espaços públicos.

No Parque do Povo, em Presidente Prudente, o fenômeno da containerização é bastante evidente, quando se observam as modificações feitas ano a ano e as demandas da população em relação ao parque. O Prudenshopping, por sua vez, não expressa interesse na vida urbana circundante ou mesmo na reprodução de espaços abertos em seu interior, numa tendência contrária ao mercado atual. A praça Oscar Figueiredo Filho não se constitui como espaço de permanência durante o dia e mesmo a noite, sua ocupação é bastante escassa, o que permite um questionamento sobre seu projeto.

De forma geral, a ocupação em Presidente Prudente se dá principalmente em áreas de alimentação, esportes e pontos de encontro e seus trajetos determinam atividades, locais de transporte e em última instância, transposição “transgressora” de espaços.

Em Ribeirão Preto, os simulacros e representações de praças e ruas estão bastante evidentes no interior do shopping, e são significativos à medida que se posicionam em meio a uma área de expansão urbana de alto padrão. O acesso e a própria localização do shopping já começam por selecionar o público do local. O controle, vigilância e observância do código de conduta é apreciado pelos frequentadores e a homogeneidade de pessoas, níveis sociais e comportamentos é mantida.

A ocupação de pessoas se concentra em entradas, praças de alimentação, praça interna, área de “*sitting*” e praças de eventos. Os trajetos expressam principalmente circulação em corredores e locais de transporte.

As práticas em Presidente Prudente demonstram ser mais fluídas, em grande parte pela circulação no Parque e nas atividades dos jovens entre espaços privados e públicos. Já em Ribeirão Preto, essas práticas são mais encapsuladas, mantidas sob controle e restritas aos espaços pré-determinados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1981
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro : Zahar, 2008.
- DAL POZZO, C. F. *Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: os territórios o consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, 2015*. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP
- MIÑO, Oscar A. S. *Os Espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Tese. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MUÑOZ, Francisc. Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

VARGAS, H. C. Espaço Terciário: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC SP, 2001

| Olhares sobre um Brasil: percursos e trajetórias

Views of a Brazil: journeys and itineraries.

Gabriela Farsoni Villa

e-mail: gfaronivilla@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1940019902520185>.

Joubert José Lancha

e-mail: lanchajl@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2481182425564161>

Palavras-chave: viagem. experiência. arquitetura. modernismo. **|Keywords:** trip. experience. architecture. modernism.

A leitura dos produtos deixados por uma viagem nos contam várias histórias, mais do que detalhes da expedição, a forma como o registro foi elaborado nos informa mais sobre o autor, o seu tempo, suas ideias, seus laços. A busca por entender uma época, suas contribuições para a história da arquitetura, das artes, das cidades, das perspectivas formadas num espaço de tempo encontra muitos indícios nas narrativas de viagem deixada por seus personagens.

O registro de viagem é compreendido aqui não só como causalidade, mas como momento de produção de perspectivas, de transformação e invenção da história. O registro não é interpretado como notação asséptica, mas em toda a sua fatura, suas escolhas representativas e a expressão que delas decorrem.

Dentre essas viagens, a pesquisa toca a experiência brasileira, de modernidade e de alteridades. Uma viagem para muitos viajantes, recortamos o ano de 1924, da incursão a Minas Gerais, por artistas, escritores, arquitetos, brasileiros e estrangeiros, como ponto em comum, que marca o início de uma trajetória de pesquisa que esteve presente nas viagens de Lucio Costa, Mario de Andrade, Tarsila do Amaral e Blaise Cendrars, por muitos anos depois. Esse marco comum começa a formar visões distintas de um mesmo Brasil, impulsionando ora novas experiências, repetindo o mesmo método, ora pela via da memória, pelo processo reflexivo, que não é, senão, também uma viagem.

Interpretar as peculiaridades e a formação de um grupo mais ou menos coeso a partir da participação dos quatro personagens, através da mediação que cada um faz do sistema espaço-registro-experiência.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é compreender a inserção dos registros de viagem nas relações que são intrínsecas à arte e à arquitetura no Brasil em sua construção moderna, compreender a temática do anseio por propor uma cultura nacional e das ambiguidades que essa proposta carregava, através do estudo das viagens de formação que foram percorridas no Brasil, no recorte de tempo que vai da década de 20 até viagens na década de 50, aproximadamente.

O estudo das viagens, suas motivações, seus formatos, nos informam sobre comportamentos, anseios, percursos e perspectivas da construção moderna do país.

Entender as transformações nos formatos de viagem e a peculiaridade do momento, na história, no contexto da modernidade. Nesse sentido, a inserção dos personagens viajantes Lucio Costa, Mario de Andrade, Tarsila do Amaral e Blaise Cendrars em suas carreiras, espectros de atuação cultural, políticas, sociais deve ser feita com um cuidado fundamental.

A escolha dos personagens e suas viagens se deu pela hipótese de que representantes de diversas áreas forneceriam mais condições de versar sobre o panorama cultural do país no dado momento, além da possibilidade de comparação entre as atuações e produções desses representantes.

Compreendendo a viagem a Minas de 1924 como uma viagem introdutória nos percursos desses viajantes personagens, pergunta-se de que maneira esse índice se desenvolve na construção de suas interpretações, ora coesas, ora distintas de um mesmo Brasil, como ideia, como produções e como posturas junto às suas áreas de atuação.

Esse índice, que a jornada a Minas representou, impulsionou, e de certa forma criou na intimidade de seus viajantes a necessidade de percorrer novas viagens, que se deram pelo regresso ou na busca de novos lugares, mas preservando um elo temático.

A pesquisa tem por objetivo demonstrar alguns casos que discutem aspectos dessa questão, trajetórias e itinerários, em que os questionamentos de 1924 estiveram presentes e foram aprofundados nas aventuras posteriores.

Uma das questões a ser enfrentada é qual a implicação que esses questionamentos levantados durante as pesquisas teve no desenvolvimento, na valorização de um aspecto em detrimento de outro, por exemplo, na modernidade nas artes e na arquitetura, em qual perspectiva de modernidade cada área se apoiou e quais as consequências.

METODOLOGIA

Como etapas metodológicas, os estudos das viagens selecionadas vêm sendo feitos a partir do repertório da história das viagens de formação. A história das viagens de formação compreende formatos para além da viagem moderna, que é o tema de interesse mais específico desse trabalho, mas conserva origens, estruturas e motivações similares, nas quais se pode embasar o estudo. Ainda é importante observar a viagem na história para entender as transformações pelas quais ela passou, o viajante mudou, os itinerários foram radicalmente deslocados da tradição clássica.

A anotação dessas permanências e transformações é feita por meio da comparação dos modelos de itinerários e pela justaposição dos relatos de cada viagem. Mesmo considerando um mesmo período e contexto cultural, são justapostos os registros a fim de identificar alteridades, nuances, que residem na intimidade do relato e da experiência individual.

Foi desenvolvido um objeto para auxiliar na diagramação das informações até então coletadas pela pesquisa, a linha do tempo em escala anual opera na justaposição das imagens associadas a um evento comum aos quatro viajantes, evento correspondente à viagem de 1924. Depois de pontuado esse eixo, a estrutura da linha permite que novos episódios sejam adicionados ao diagrama e que estes se relacionem, horizontal e verticalmente, e ainda como hipertexto, onde a leitura de um registro, acessada por uma imagem, fornece insumos para a leitura de outros. A sensibilidade do leitor perante um relato é afetada pelo percurso de leitura de outros.

Essa característica metodológica do mapeamento da pesquisa permite movimentos de ida e volta na trajetória de cada personagem viajante, analisar as ressonâncias da experiência da viagem e a persistência de uma postura em relação às práticas do passado e também o contrário.

AS VIAGENS DE FORMAÇÃO NA HISTÓRIA

A história das viagens de formação perpassa a ideia de viagem moderna como a conhecemos, mas são nas viagens antigas que encontramos, no entanto, suas origens, suas estruturas, suas motivações.

As viagens conservam, em cada época, uma determinada relação com a história. Se na antiguidade a história representava um passado a ser valorizado, um passado entendido estilisticamente, a renascença inaugura novos observadores, com uma maior carga objetiva

e científica, motivando, por exemplo, os deslocamentos percorridos na época das grandes navegações, que só foram possíveis dentro daquele contexto cultural e técnico.

A motivação científica da viagem parece, em um primeiro momento, apagar o caráter de aproximação histórica de algumas expedições, nas quais a ideia de presente e de futuro foram a tônica. É um pouco com essa visão de viagem que a modernidade começa a dialogar e se habituar, passando a valorizar a história do local, o contexto em que se vive, de qual partiu o viajante, como referência para pensar o novo.

Essa visão inaugura, então, além de novas estruturas e formatos, uma outra relação com a história, não só em termos de viagem, mas na sociedade moderna em seu sentido mais amplo, a qual se vê obrigada a confrontar novamente a dimensão da história para traçar seus rumos para o futuro.

Uma sequência de transformações na prática da viagem vem sendo observada desde a passagem das primeiras incursões de aspecto catalogador, colonizador, estrangeiro para as experiências de estudantes brasileiros na matriz clássica, acadêmica, começa a anunciar algumas mudanças de foco, de observador, de itinerários e porque não de invenção de origens, segundo interesses específicos de cada época.

Mas é no contexto do modernismo que essas mudanças ficam mais evidentes, e as viagens e os viajantes parecem ter, antes de partir, uma proposta clara, sobre aquilo que buscam, o desejo é encontrar no mito da origem respostas para as questões da identidade nacional nas artes, na música, na arquitetura.

VIAGENS NO BRASIL MODERNO

Estudar o legado deixado por essas tantas viagens nos informa páginas importantes da história cultural do país, e também sobre a importância da viagem enquanto disciplina.

O conjunto de viagens recortado para a investigação das relações e consequências para com o moderno no Brasil corresponde às viagens que se iniciam em 1919, na visita de Mário de Andrade às cidades do barroco mineiro, viagem essa que impulsiona a idealização de uma caravana modernista, cheia de personagens emblemáticos do cenário artístico nacional, assim como uma espécie de padrinho estrangeiro, na figura de Blaise Cendrars, representando tanto a ligação com as vanguardas europeias quanto o anseio por transpô-las, caravana esta destinada a Minas Gerais, na semana santa do ano de 1924. Nesse mesmo ano, um então jovem estudante de arquitetura, realiza a mesma viagem, mas com objetivos um tanto influenciados pelo patrocínio que recebeu na viagem, de caráter de

documentação patrimonial. O que se desvela nessa viagem é mais amplo que a sua motivação.

Esse chamado “surto” de descobertas revelou tanto aspectos desconhecidos do passado desconhecido do país, como interpretou esses signos como potencialidades de uma arte futura, não da maneira como o movimento neocolonial vinha fazendo, mas inaugurando um método de pesquisa moderno.

É complexa a maneira como a modernidade brasileira se apropriou de signos do passado para se fundar, em um momento em que o movimento moderno internacional se pretendia universal.

Esse momento no Brasil possibilitou uma reconciliação histórica com o passado, superando a interpretação estilística e buscando elos entre a incipiente produção modernista nas artes e na arquitetura e uma matriz tradicional, popular, nacional que identificaram em um passado.

O ano de 1924 se constituiu como um marco para o desenvolvimento da visão modernista no Brasil, para a definição das vozes que vão defender uma nova visão sobre as tradições, sobre o localismo e a universalidade nas artes e na arquitetura. O cenário de 1924 é de agitação cultural, de debates acalorados.

Em abril de 1924, ocorre a “viagem de redescoberta do Brasil” pelos modernistas, uma viagem toda peculiar, onde cada personagem do grupo tem uma relação própria de anseio, de inspiração para com a pesquisa que ia ser desenvolvida, para com o projeto estético do país e subjetividades.

OS PERSONAGENS

Só se compreende a especificidade da iniciação que corresponde às viagens de 1924 se associarmos a essa as trajetórias de seus personagens viajantes. Escolhemos para esse estudo quatro deles, emblemáticos, por ser cada um representativo de um campo disciplinar e artístico, um estudante de arquitetura, um homem da literatura, uma pintora e um poeta estrangeiro. Desse quadro, é importante ressaltar que o primeiro deles, faz a viagem a Minas Gerais no ano de 1924, mas para a cidade de Diamantina, não na mesma viagem da caravana modernista da qual participam os outros três.

Para todos os viajantes em questão: Lucio arquiteto, entre tradição e modernidade, Brasil e Portugal; Mário modernista, entre o popular e o projeto, o narrador; Tarsila paulista,

modernista, pintora de brasilidades; Blaise poeta e agitador modernista e sua relação com os trópicos.

Minas tinha algo de novo, mas também de necessário, da construção do sentido de modernidade, seja na arte, na literatura, na arquitetura. A importância dessa viagem se deu no caráter de iniciação que ela teve na trajetória dos viajantes.

É interessante notar como diferentes viajantes, selecionados de propósito em áreas de atuação diversas percorreram o Brasil com as mesmas indagações, de certa forma, se faz sempre a mesma viagem, incluindo as viagens póstumas, feitas a partir da leitura e reelaboração dos registros, seja em projetos de arquitetura, projetos junto à esfera pública, edições de livros, entre outros. O percurso, daí em diante, é reflexivo, inventivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Mario de. O turista aprendiz. Brasília: IPHAN, 2015.

ANDRIOLO, Arley. Metamorfoses do olhar na viagem de Goethe à Itália. ArtCultura, Uberlândia, v. 13, n. 23, p. 113-127, jul.-dez. 2011. http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF23/arley_andriolo.pdf acesso em: 28/04/14.

COSTA, Lucio. Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes/UNB, 1995.

EULALIO, Alexandre. A aventura brasileira de Blaise Cendrars: ensaio, cronologia, filme, depoimentos, antologia, desenhos, conferências, correspondência, traduções. CALIL, Carlos Augusto (org.). São Paulo: Edusp, 2001.

LIRA, José Tavares Correia de. O estranho patrimonial: Mário de Andrade e o (des)Brasil. In. ANDRADE, Mario de. O turista aprendiz. Brasília: Iphan, 2015. p.362-392.

SODRÉ, João Clark de Abreu. Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil 1938-1962. Dissertação de mestrado FAU-USP, 2010.

Ornato e Funcionalismo: Victor Dubugras e a Estação Ferroviária de Mairinque

Ornament and Functionalism: Victor Dubugras and the Mairinque Railway Station

Amanda Bianco Mitre

e-mail: mitre.amanda@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9299879262629565>

Telma de Barros Correia

e-mail: tcorreia@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9710818435783855>

Palavras-chave: Arquitetura Brasileira; Victor Dubugras; Estação Ferroviária de Mairinque.
Keywords: Brazilian Architecture; Victor Dubugras; Mairinque Railway Station.

Inserida em um contexto complexo e dinâmico, a arquitetura concebida no final do século XIX e início do XX desenvolveu-se através de várias linguagens, nenhuma delas hegemônica, como parte de um processo de experimentações em busca da criação de uma linguagem própria à época.

As tipologias arquitetônicas tradicionais (como edifícios públicos e religiosos) da cidade industrial nem sempre refletiram esteticamente as fortes alterações da arquitetura em termos de programa, escala, etc. produzidas pelo período, visto que as inspirações teóricas e concepções formais eram geralmente adquiridas em referências do passado. Materiais modernos, como o concreto e o ferro, eram justapostos a um estilo arquitetônico que aparentemente não correspondia ao contexto da Revolução Industrial.

Os novos programas e tipologias decorrentes das necessidades surgidas na industrialização (como fábricas, ferrovias, etc.) abriram um amplo campo de experimentações de aplicação das novas tecnologias e novas materialidades. A utilização das mais recentes técnicas e materiais representou, no plano da arquitetura, a difusão de posturas funcionalistas, solidárias com a busca de eficiência e economia que estão na base do mundo industrial.

Nesse sentido, o avanço do transporte sobre trilhos desencadeado em meados do século XIX deu origem a uma nova tipologia arquitetônica: as estações ferroviárias. Para Silva (1986), elas evidenciavam uma nova linguagem formal, inerente à Revolução Industrial e ao meio de transporte que se impunha.

Durante o mesmo período, o estilo arquitetônico e artístico *art nouveau* manifestou-se a partir de desdobramentos ideológicos, estéticos e técnicos em razão de uma conformação e adequação à realidade urbano-industrial emergente.

No campo da arquitetura, desenvolveu-se como uma proposta de rompimento com as correntes arquitetônicas revivalistas e históricas que o precederam, baseando seus conceitos na realidade presente. Os artistas e arquitetos buscavam valores e aspirações artísticas que se justificassem historicamente, mas que possibilitassem a construção de algo novo e em concordância com o período.

Assim, a arquitetura ferroviária e o *art nouveau* foram responsáveis pela emergência de uma ampla variedade de experiências teóricas e formais, possuindo grande importância como testemunho dos impactos da Era Industrial.

No contexto brasileiro, o papel das ferrovias na articulação do território e no avanço da urbanização no século XIX fez de suas estações uma das principais expressões de renovação arquitetônica, empregando materiais e métodos inovadores e difundindo linguagens.

Com relação à arquitetura do *art nouveau*, o estilo, em solo brasileiro, foi caracterizado pela atividade de poucos arquitetos, onde, devido ao fato de o país não apresentar as mesmas características culturais ou tecnológicas que aqueles onde o estilo se desenvolveu, os conceitos eram utilizados como uma forma de reprodução – diversas vezes, de maneira decorativa – de elementos ligados ao *art nouveau* europeu.

A arquitetura de Victor Dubugras revela muito da diversidade de linguagens característica da arquitetura do final do século XIX e início do XX nas áreas industrializadas do Brasil. Possuidor de um vocabulário extremamente singular, o arquiteto alia, ao longo de sua carreira profissional, uma extensa pesquisa formal e construtiva, transitando entre os estilos neogótico, *art nouveau*, neocolonial e moderno. Em seus projetos, técnicas tradicionais eram empregadas de forma inovadora em soluções integradas e sóbrias.

A arquitetura desenvolvida pelo arquiteto franco-argentino se distinguiu pelo uso de diferentes linhas arquitetônicas, trabalhando-as num sentido experimental e baseada em processos projetuais construtivos. “*Uma das características de suas obras é exatamente a intensa exploração das possibilidades de volumetria, abertas pelas novas formas de implantação dos edifícios no terreno e pelas novas técnicas construtivas*” (REIS FILHO, 1997, p. 62).

Seu trabalho foi “*um dos mais vastos, ousados e sortidos catálogos da melhor arquitetura produzida no Brasil até hoje*” (MIYOSHI, 2012, p.97). Neste conjunto significativo, a Estação Ferroviária de Mairinque revela um momento particularmente inovador da produção de Dubugras e da arquitetura brasileira.

Projetada e inaugurada no primeiro decênio do século XX, no interior do estado de São Paulo, a Estação foi a principal obra *art nouveau* de Victor Dubugras e uma contribuição relevante da Companhia União Sorocabana Ituana à arquitetura brasileira.

Esta Estação contrasta esteticamente com uma sucessão de estações criadas pela expansão das ferrovias no interior paulista que frequentemente recorriam ao estilo eclético. Seu projeto exprime formas inéditas, qualidades plásticas e inovações técnicas, através de uma linguagem diversa e pouco difundida no Brasil – o *art nouveau*.

O presente trabalho, nessa conjuntura, tem como objetivo compreender a elaboração do projeto da Estação Ferroviária de Mairinque e entender, a partir de sua trajetória e formação, como o arquiteto Victor Dubugras se aproxima do *art nouveau* e dos temas associados à arquitetura ferroviária.

Para tanto, o estudo envolve levantamento de fontes primárias – compreendendo levantamentos de campo (como visitas ao complexo ferroviário), sistematização de informações e pesquisa de documentos – e estudos teóricos – envolvendo leituras de obras de arquitetura e urbanismo, assim como análises do objeto de estudo. Os conceitos teóricos que convirão como referências são levantados e discutidos através de investigações existentes em teses, dissertações, livros, periódicos, artigos, etc.

Inicialmente, o foco da pesquisa se voltou à coleta de dados sobre a Estação de Mairinque e à revisão bibliográfica da arquitetura de Dubugras e de temas relacionados à arquitetura ferroviária. Uma vez aprofundados os aspectos gerais, visa-se discutir, através de revisões bibliográficas e levantamentos, questões relativas à produção arquitetônica *art nouveau* de Victor Dubugras e estudar a evolução de seus projetos arquitetônicos, com foco de análise na Estação Ferroviária de Mairinque.

Para o desenvolvimento do estudo, foi necessário contatar pessoas relacionadas à atual gestão da Estação de Mairinque, bem como realizar consultas em diversos tipos de acervos (slides, material digitalizado, arquivos, etc.) localizados em arquivos públicos e bibliotecas de unidades universitárias.

Como parte essencial do processo de pesquisa foram levantadas informações no Processo de Tombamento da Estação pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT – Processo nº 24383/86), datado de 1986, a respeito da valoração do bem e justificativa para o tombamento; o acervo visual presente no arquivo; considerações feitas acerca da edificação, entre outros. Também foram levantados materiais, detalhamentos e a iconografia presente no “Relatório técnico para as obras de recuperação da estação de Mairinque”, de 1979.

Foram consultados também os acervos da seção de projetos da FAUUSP em busca de imagens da Estação e outras obras relevantes de Victor Dubugras. Para tanto, consultou-se o acervo de slides, o acervo de arquivos de projetos digitalizados e os arquivos de cópias de projetos.

Por meio de mapeamentos iniciais e registros fotográficos, foram investigadas as atuais características da Estação. Com este levantamento, constatou-se que muitas especificidades sofreram alterações, porém a volumetria geral se mantém conservada, o que contribuiu para uma maior apreensão da concepção projetual de Dubugras.

Através de uma extensa pesquisa em acervos e levantamentos de campo, os resultados apresentados esboçam proximidade àqueles esperados, mas também denotam novas associações e já é possível visualizar a delimitação de algumas aproximações e posturas entre os temas tratados e o objeto de estudo. Grande parte do material coletado já passou por uma primeira análise, e percebe-se que o tema proposto oferece amplas possibilidades de exploração.

Referências Bibliográficas:

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo. Processo de Tombamento da Estação de Mairinque n° 24383/86. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1986.

KÜHL, B. M. Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo – Reflexões sobre sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

MIYOSHI, A. Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos. Revista de História da Arte e Arqueologia. Campinas. N.12. Jul-dez 2009, pp. 89 -104. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2012%20-%20artigo%204.pdf>. Acesso em 20/08/2016.

REIS FILHO. N. G. Racionalismo e Proto-Modernismo na obra de Victor Dubugras. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo. 1997.

_____. Victor Dubugras: Precursor da arquitetura moderna na América Latina. São Paulo: Edusp. 2005.

PLANART S/C PLANEJAMENTO E ARQUITETURA LTDA. Relatório técnico para as obras de recuperação da estação de Mairinque. São Paulo: s. ed., mar. 1979

Pacificação de conflitos na produção do espaço urbano de Palmas/TO

Conflicts pacification on production of urban space at Palmas/ TO

Ana Carla de Lira Bottura

e-mail: acclira@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5904686374327411>

Cibele Saliba Rizek

e-mail: cibelesr@uol.com.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0540870380815135>

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, segregação socioespacial, Palmas/TO.
Keywords: urban space production, socio-spatial segregation, Palmas / TO.

PERCURSO DA PESQUISA

A pesquisa em andamento vem trilhando um percurso que tem na flexibilidade e capacidade de adaptação o seu maior exercício acadêmico até o momento. Proposta inicialmente como um estudo da participação popular no âmbito dos movimentos de luta pela moradia em suas dimensões oficiais e insurgentes, enfrentou a necessidade de reformulação de maneira a se adequar a novos contextos, como será detalhado a seguir.

PROJETO INICIAL

O projeto de pesquisa aprovado pelo presente Programa de Pós-graduação, intitulado “Participação social: institucionalização e resistência. Um estudo de experiências participativas na luta pela moradia no Brasil. ”, tinha como objeto de estudo a participação popular no âmbito dos movimentos urbanos de luta pela moradia, delimitando-se nos aspectos relativos aos canais de diálogo – formais e informais – estabelecidos entre estes e o poder público e propondo a investigação dos diferentes meios de participação vigentes na construção da gestão democrática das cidades. Entre os canais participativos formais estão os Planos Diretores e Orçamentos Participativos, além dos Conselhos setoriais, hoje fundamentais para a legitimação dos projetos e planos vinculados às políticas públicas em nível municipal, estadual e federal. Já os canais informais seriam avaliados a partir do estudo de Planos Populares de urbanização de comunidades ameaçadas de remoção que vêm sendo desenvolvidos em algumas cidades brasileiras, a exemplo daqueles que emergem no contexto dos projetos urbanísticos voltados para os megaeventos esportivos no país, como o Plano Popular da Vila Autódromo (RJ) e do Plano Popular Alternativo para a

Favela da Paz (SP). Em ambos os casos, além de se constituírem como modelos de processos, ao que tudo indica, verdadeiramente participativos, caracterizam-se por serem ações populares de resistência apoiadas por instituições de ensino, pesquisa e assessoria técnica e tornaram-se ferramentas potencializadoras da luta comunitária, dotando o movimento popular de argumentos tecnicamente qualificados e capazes de se contrapor ao saber técnico dos planejadores oficiais.

A pesquisa propunha-se a utilizar estas duas experiências como referências emblemáticas deste tipo de planejamento insurgente no Brasil, a partir das quais seriam extraídos os critérios para a escolha dos estudos de caso a serem desenvolvidos em etapas posteriores.

O objetivo principal era o de analisar e problematizar os métodos participativos utilizados na construção da gestão democrática das cidades no Brasil, a partir de um estudo comparativo e analítico entre experiências participativas institucionalizadas e experiências advindas de movimentos de resistência.

ALTERAÇÃO DE PROJETO

A mudança repentina e imprevista de Campinas/SP, para Palmas/TO, por motivos pessoais e profissionais, obrigou-me, enquanto pesquisadora, a fazer uma escolha entre manter, à distância, o objeto de estudo ou fazer um esforço para adaptá-lo à realidade local do novo entorno. Isto porque, após uma breve prospecção inicial, constatei a frágil expressividade na atuação dos movimentos de luta pela moradia locais do ponto de vista da resistência, o que, certamente, comprometeria a qualidade de uma pesquisa centrada neste tema. Adicionalmente, observei que a opção de efetuar uma pesquisa de campo (que, embora ainda não estivesse totalmente definido, apontava para o eixo Rio de Janeiro - São Paulo) vivendo a uma distância bastante considerável, tornava-se inviável com a impossibilidade de passar longos períodos fora de casa. Assim, sem vislumbrar muitas alternativas, optei por me debruçar sobre Palmas, uma cidade nova, planejada, repleta de desafios não menos interessantes, a fim de buscar nela a resposta para o impasse que então se apresentava.

O contexto da criação do estado do Tocantins e da sua capital Palmas – nos anos de 1988 e 1989, respectivamente e alinhados ainda com os ideais de colonização e modernização do cerrado engendradas por Vargas a partir de 1930 – por si já se constituía como uma interessante fonte de informações acerca da cidade que se produziu e das premissas sob as quais ela se configuraria. Ao conhecer a ocupação segregadora que se desenvolveu já nos primeiros anos da sua fundação e os predatórios efeitos da especulação

imobiliária que se apresentam de maneira explícita na paisagem urbana, não é difícil perceber características comuns ao modelo neoliberal de produção e gestão de cidades.

O fato de Palmas ser uma cidade nova também suscitou questões relacionadas ao modelo de cidades que vêm se desenvolvendo nas últimas décadas no país submetidas a essas mesmas premissas do neoliberalismo.

Como o desejo de seguir trabalhando com o universo dos movimentos sociais urbanos e da resistência na produção do espaço urbano contemporâneo seguia vivo, busquei na sua negação a motivação para o novo tema, entendendo que o revés da moeda nos revela outras visões, igualmente válidas, sobre o nosso campo de estudo. Assim, partindo da premissa de que a produção do espaço é instrumento de reprodução das relações sociais e de que o conflito é parte intrínseca e fundamental da vida urbana, a ausência de movimentos expressivos de resistência ao processo de produção do espaço urbano em Palmas foi interpretada como um reflexo da tendência pacificadora de estabelecimento de consensos e apaziguamento/ocultação de conflitos característica da cidade neoliberal, constituindo-se, desta forma, como o objeto a ser investigado ao longo desta pesquisa.

PESQUISA EM ANDAMENTO

O novo projeto de pesquisa foi intitulado “*Pacificação de conflitos na produção do espaço urbano de Palmas/ TO*”. A título de conhecimento, apresenta-se, a seguir, uma versão reduzida do mesmo.

Objeto

O projeto de pesquisa atual tem como objeto de estudo a tendência à pacificação e ocultação de conflitos verificadas no processo de produção do espaço urbano contemporâneo – em específico nas cidades brasileiras mais recentes – bem como suas estratégias e mecanismos de controle. Através de uma abordagem exploratória de movimentos sociais urbanos, busca-se discutir a natureza, características e perspectivas dos conflitos levados a cabo na produção de cidade novas, investigando em que medida a ação destes – de maneira mais ou menos expressiva – se vê comprometida, debilitada ou mesmo suprimida pelas forças hegemônicas presentes na cidade neoliberal.

Como campo de estudo, propõe-se a cidade de Palmas, capital do Tocantins, última capital planejada do século XX. Fundada em 20 de maio de 1989 – ano que simboliza a abertura do mundo ocidental à política econômica neoliberal – e, portanto, concebida em um mundo já em vias de reorganização para atender ao mercado financeiro global, Palmas hoje, em plenos 26 anos de idade, apresenta o mesmo perfil segregacionista identificado em

idades não planejadas, com uma ocupação desordenada que privilegia a livre especulação imobiliária e a concentração da população pobre nas zonas periféricas, carentes de infraestrutura urbana e transporte público.

Objetivos

O objetivo principal da pesquisa é investigar e problematizar em que medida e sob que mecanismos os movimentos sociais urbanos, enquanto protagonistas de conflitos envolvendo os agentes atuantes na produção do espaço urbano, têm sua atuação debilitada ou suprimida no processo de produção do espaço urbano de Palmas (TO), entendida como um laboratório de cidade neoliberal.

Objetivos específicos:

Investigar a tendência à segregação socioespacial em cidades novas brasileiras (fundadas a partir de 1989) e a ocorrência de movimentos sociais urbanos expressivos;

Caracterizar a cidade de Palmas enquanto laboratório de cidade neoliberal;

Identificar atores, encaminhamentos, discursos e práticas presentes na produção do espaço urbano em Palmas;

Compor e analisar o mosaico dos conflitos existentes entre os agentes identificados, com ênfase nos movimentos sociais urbanos;

Investigar os mecanismos que levam à desarticulação e enfraquecimento dos movimentos sociais envolvidos na produção do espaço urbano de Palmas, bem como os desafios a serem por eles enfrentados no sentido de tornar efetiva a sua participação;

Ampliar e problematizar os conhecimentos ligados ao tema da participação popular na cidade neoliberal.

Hipótese

A pesquisa parte da hipótese de que a ausência de forças expressivas de resistência atuantes no processo de produção do espaço urbano em Palmas (TO) reforça a ideia da cidade como um laboratório do modelo neoliberal de gestão urbana, no qual se explicitam e se realizam, de maneira imediata ou em tempo reduzido, dinâmicas socioespaciais desenvolvidas gradualmente nas demais cidades contemporâneas, através de processos historicamente construídos.

Eixos exploratórios

Não há como estudar a cidade de Palmas sem levar em consideração dois fatos complementares: 1) trata-se de uma cidade recente, construída há menos de trinta anos; 2) nasceu num contexto de transição política e econômica, cuja repercussão seria sentida em escala global.

E se o objetivo principal é pesquisar os mecanismos que debilitam a ação dos movimentos sociais na cidade contemporânea há que se acrescentar um terceiro fato: 3) não apresenta exemplares significativos de conflitos relacionados à produção do espaço urbano envolvendo os movimentos sociais urbanos locais.

Tais ocorrências configuram três campos de exploratórios intrinsecamente conectados e que se configuram como o cerne desta pesquisa. A compreensão dos seus significados isoladamente e em conjunto permite um entendimento mais aprofundado e abrangente do objeto de estudo proposto.

O conceito de cidade neoliberal ao qual este projeto se referencia está fundamentado em Dardot e Laval (2013), para quem o neoliberalismo, tal como conhecemos hoje, não se constitui como uma mera continuidade revisitada do velho liberalismo de John Locke e Adam Smith, sob a doutrina do direito natural e o dogma do *laissez-faire*, associados à limitação da ação governamental. Os autores defendem que, mais que uma ideologia ou uma forma econômica, o neoliberalismo se constitui como uma forma de viver e de existir. As normas neoliberais que vêm orientando as políticas públicas e as relações econômicas mundiais há mais de trinta anos se estendem a todas as dimensões da existência humana (política, econômica, social, subjetiva...), configurando-se como uma nova razão do mundo. Entendido enquanto uma racionalidade, tende a estruturar e organizar, não apenas a ação dos governantes, como também a conduta dos próprios governados. *“El neoliberalismo se puede definir como el conjunto de los discursos, de las prácticas, de los dispositivos que determinan un nuevo modo de gobierno de los hombres según el principio universal de la competencia”* (DARDOT & LAVAL, 2013:15).

Da maneira como aqui interpretamos, a cidade neoliberal seria o palco de tais dinâmicas, um produto de extrema complexidade, uma vez que é ponto de confluência de todas as dimensões desta nova “razão-mundo”. E ao mesmo tempo em que produto é também fator da sociedade neoliberal, na medida em que participa ativamente na construção do sujeito e suas formas de se relacionar globalmente. A cidade neoliberal é o lugar onde a competitividade como meta de governo se faz palpável e tem como principais características a intensificação e perpetuação da desigualdade social e a segregação socioespacial.

Contrariamente à premissa liberal da retirada do Estado em prol da autorregulação do mercado baseado na livre economia, a razão neoliberal depende diretamente da intervenção estatal, através de redução de impostos em favor do mercado, manobras constitucionais, transferência de empresas públicas para o setor privado, restrições à proteção social, adoção de políticas cada vez mais austeras, que conferem ao governo

...un papel de guardián vigilante de reglas jurídicas, monetarias, comportamentales, atribuyéndole la función oficial de controlador de las reglas de competencia en el marco de una colusión oficiosa con grandes oligopolios, y quizás aún más, asignándole el objetivo de crear situaciones de mercado y formar individuos adaptados a las lógicas del mercado (idem: 191).

A cidade neoliberal, portanto, reflete diretamente essa necessária relação de parceria do Estado com a iniciativa privada sob a forma de empreendimentos residenciais e empresariais de alto padrão, promovendo uma verticalização desnecessária em diversas cidades, como é o caso de Palmas; na proliferação de condomínios fechados direcionados a um perfil seletivo de compradores; na construção simbólica do shopping center (ou qualquer modalidade de espaço coletivo que estimule o consumo) como modelo de como espaço público; na espetacularização da vida urbana potencializada pela ação da mídia; no uso descontrolado das Operações Urbanas Consorciadas e dos CEPACs em áreas de alto interesse imobiliário contra o descaso com as ZEIS; nos limites difusos entre esfera pública e esfera privada; no direcionamento de obras públicas de maneira a favorecer a especulação imobiliária; na sujeição a qualquer negócio visando a atração de investimentos. Tudo em nome de tornar as cidades cada vez mais competitivas no cenário mundial.

A tese da cidade de Palmas enquanto laboratório de cidade neoliberal parte da identificação da precocidade com que alguns fenômenos típicos da cidade contemporânea sob o domínio do neoliberalismo se instauraram, desde a sua criação, construção, processo de ocupação, à sua gestão e, sobretudo, se baseia na observação de uma aparente ausência de forças expressivas de resistência à aplicação das políticas neoliberais, quer seja sob a forma de práticas de contra conduta no espaço urbano ou de um número significativo de conflitos entre a população e o poder público, denunciando a também identificada fragilidade dos movimentos sociais urbanos locais. No entanto, ressalta-se que esta pretensa “cidade-laboratório” não se constitui como um objeto fechado em si, como se a cidade tivesse uma única identidade, fosse asséptica e seus habitantes não tivessem nenhum tipo de interferência nas suas dinâmicas cotidianas. Pelo contrário, o laboratório que aqui se propõe é o da “cidade neoliberal à brasileira”, que admite a convivência pacífica do velho com o novo, de formas diversas de urbanidade e sociabilidade oriundas das mais distintas referências culturais que compõem a sua população híbrida e que se refletem, por exemplo, na vitalidade das feiras públicas ou na presença de pessoas conversando ao fim da tarde sentadas em cadeiras na frente das casas nos setores menos elitizados da cidade. Vestígios culturais que remetem às origens interioranas e que se encontram em pleno em processo de hibridização na ainda jovem capital. Seriam as práticas culturais elementos

contraditórios às dinâmicas da cidade neoliberal? Seria plausível pensá-las no viés da resistência? Em que medida possuem o poder de se contrapor às práticas hegemônicas? Em que medida tendem a ser absorvidas por elas?

ANDAMENTO DA PESQUISA

O período ao qual se refere o presente relatório foi marcado pelo cumprimento de créditos de 3 disciplinas e, principalmente, pela necessidade de reformulação do projeto de pesquisa, conforme exposto anteriormente, atividade levada a cabo entre os meses de agosto de 2015 e fevereiro de 2016.

O fato de optar por Palmas como campo de estudo, demandou um processo intenso e acelerado de levantamento e tentativa de apropriação de informações acerca da cidade, seu processo de urbanização, ocupação e conformação do seu tecido urbano em seus mais diversos aspectos (social, econômico, político, cultural...). Por esta razão, apenas em fins de novembro de 2015 foi possível submeter à orientadora uma nova proposta de projeto, considerando a realidade local. A partir da crítica desta proposta, seguindo as considerações e sugestões da orientação, uma nova versão foi formulada, resultando na versão atual, aprovada em fevereiro do corrente ano pela profa. Cibele Rizek.

Em março foi iniciada a etapa de Revisão bibliográfica, em andamento no presente momento, com duração prevista até dezembro de 2016, de acordo com o cronograma atualizado abaixo.

Adicionalmente, estão em andamento, as primeiras incursões de campo, nas quais estão sendo realizados os primeiros contatos com as lideranças de movimentos sociais locais, identificação preliminar de conflitos existentes, de informantes e discursos.

No que diz respeito aos resultados parciais, as prospecções iniciais dos conflitos existentes envolvendo movimentos de luta pela moradia apontam para a constatação de que as áreas urbanas destinadas ou conquistadas por estes localizam-se praticamente em sua totalidade em zonas periféricas da cidade. Neste fato, o que merece uma observação mais cuidadosa (e que ainda carece da formulação de uma resposta) não é a intenção do poder público em ceder às pressões populares para a regularização de certas ocupações, mas sim a identificação de uma tendência dos movimentos a disputar espaços localizados em zonas afastadas do centro da cidade, em sua maioria carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos e de pouco interesse imobiliário. Ao mesmo tempo em que se reconhece que tal estratégia apresenta maiores chances de êxito do ponto de vista da conquista da moradia, admite-se que este comportamento tende a reforçar a soberania do mercado imobiliário, ao passo que restringe o potencial de atuação dos movimentos sociais enquanto agentes da transformação. Entre as leituras que podem derivar deste fato, a serem verificadas em

etapas posteriores da pesquisa, aponta-se para um possível evitamento de estratégias mais ousadas de confronto direto devido a uma baixa capacidade de enfrentamento registrada pelos movimentos nas suas condições atuais de ação.

As dificuldades identificadas e possíveis entraves ao desenvolvimento de atividades previstas relacionam-se fundamentalmente ao fato de Palmas ser um campo de estudo ainda recente, repleto de lacunas e processos em fase embrionária de conformação. A aproximação das discussões pretendidas à realidade verificada nos nossos campos exploratórios passa, sobretudo, pela necessidade da realização de levantamentos primários e de abertura de algumas “portas” ainda não exploradas pelo mundo acadêmico no contexto local. Assim, percebe-se que a ausência de dados sistematizados, ou mesmos de informações mais simples acerca de alguns aspectos – a exemplo da total falta de transparência com relação à estrutura fundiária de Palmas, admitida por técnicos do próprio poder público municipal – podem limitar a capacidade de exploração em certos eixos propostos na pesquisa.

Referências Bibliográficas:

CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São paulo: Contexto, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. La nueva razón del mundo. Barcelona: Gedisa, 2013.

HARVEY, D. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

LIRA, E. R. A Gênese de Palmas-Tocantins. A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

SILVA, V.C.P. Palmas, a última capital planejada do século XX: uma cidade em busca do tempo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TREVISAN, R. Cidades Novas. Tese de Doutorado apresentada à UNB, 2009.

Políticas curatoriais na 27ª Bienal Internacional de Artes de São Paulo: repercussões e limites de um paradigma

Curatorial policy at the 27th São Paulo Art Biennial: implications and limits of a paradigm

Jessica Seabra

e-mail: jeseabra@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1485109054536917>

Ruy Sardinha Lopes

e-mail: rsard@sc.usp.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4355973632621156>

Palavras-chave: Bienal Internacional de Artes de São Paulo, curadoria, crítica institucional, virada educacional, arte participada. **Keywords:** São Paulo Art Biennial, curation, institutional critique, educational turn, participatory art

A pesquisa trata das mudanças nos modos de mediação da arte no contexto da globalização cultural, em especial no que concerne às tendências curatoriais de exposições internacionais no modelo bienal. Para isso toma como estudo de caso a 27ª edição da Bienal Internacional de Arte de São Paulo - cujo tema foi “Como Viver junto”-, no que concerne às suas escolhas curatoriais.

Desde meados da década de 1990 vem ocorrendo uma enorme expansão da quantidade de exposições internacionais no mundo. Marieke van Hal, diretora fundadora da *Biennial Foundation*⁷⁷ e pesquisadora do departamento de curadoria do *Royal College of Art*, aponta que nesse período surgiram aproximadamente cem bienais de arte contemporânea, inseridas no que pode ser considerado um processo de globalização do sistema artístico internacional até então restrito aos grandes centros da arte moderna: Nova York, Londres, Paris e Berlim. Com isso, países e regiões emergentes possuem bienais criadas recentemente, tais como Bruxelas, capital da União Europeia; Rússia, Índia e China,

⁷⁷ Organização independente que opera como uma plataforma para coletar e difundir informações sobre as bienais. Mais informações no site <www.biennialfoundation.org>.

pertencentes aos BRICS; Singapura, pertencente aos Tigres Asiáticos, além de países do Oriente Médio.

A proliferação de bienais e “as controvérsias em torno dos papéis dessas exposições em um contexto de globalização cultural e reordenação das relações de poder entre [os ditos] centro e periferia” (SPRICIGO, 2009, p.19) vêm ganhando grande destaque nas discussões sobre arte contemporânea. Bienais como a Documenta de Kassel e a Bienal de Veneza adquiriram uma enorme visibilidade em um contexto global e galgaram uma cena artística para a arte contemporânea, antes restrita a pequenos grupos de especialistas e artistas. Essa visibilidade transformou as bienais em desejáveis instrumentos de geração de renda para os setores políticos e empresariais, contribuindo no valor simbólico das cidades que as cediam, em um contexto turístico global. Dentro do âmbito propriamente artístico, essa visibilidade possibilita a esse tipo de exposição dar vazão a novas práticas curatoriais e artísticas que reúnem e mesmo imiscuem num mesmo espaço as esferas da produção e da crítica.

Dentro do amplo contexto dessas Bienais a 27ª edição da Bienal de Artes de São Paulo foi selecionada como objeto de estudo porque nesta edição são identificadas mudanças paradigmáticas na curadoria que afetariam as edições seguintes. Mudanças estas que são decorrentes de um contexto sociocultural mais amplo, amparado por uma conjuntura cultural e econômica local e internacional que envolve questões como a globalização cultural, mudanças nas políticas culturais e nas relações de mediação entre artista, obra e público.

Nesse sentido, a 27ª edição da Bienal de São Paulo está sendo estudada no que concerne ao seu pensamento curatorial, escolhas na maneira de construir e conceber a mostra, suas temáticas, aproximações e distanciamentos em relação a edições anteriores da Bienal e a um contexto global de exposições internacionais, refletindo a respeito das condições de possibilidade de proposições críticas no momento atual. Pretende-se ainda apontar o impacto desta edição em edições posteriores da Bienal e na consolidação de instituições locais e, de maneira mais ampla, na construção de uma esfera pública cultural no Brasil.

A CURADORIA DE ARTE CONTEMPORÂNEA E A BIENAL DE ARTES DE SÃO PAULO

A pesquisa parte da realização de uma continuação da periodização dos historiadores Francisco Alambert e Polyana Canhête (2004), os quais dividem a história da Bienal de São Paulo em três etapas: a Era dos Museus (1951-1960), a Era Matarazzo (1961-1980) e a Era dos Curadores (até 1998). Propõe-se a abertura de um subtópico no último período - a Era dos Curadores - de forma a reconhecer que o papel do curador continua relevante nas

Bienais, mas mudou, ampliando-se. Isso se deve ao fato de que o curador contemporâneo é hoje uma proeminente figura a serviço da indústria cultural, que tem como competência primordial a mediação, produzindo e comissionando obras de arte temporárias, facilitando residências, editando livros de arte e organizando eventos. Sua posição mudou de um *coinnoisseur*, de presidir sobre o gosto e ideias presentes na arte para a experimentação e a arbitragem (FOWLE, 2007).

Na década de 90, com as estratégias de marketing cultural as empresas transformaram museus e galerias de arte em seus próprios veículos de relações públicas, assumindo a função, e explorando o status social que instituições culturais têm na sociedade. (WU, 2000). Com isso, nos anos 90 a Bienal seria marcada por “um processo de constantes crises, com artistas e agentes culturais em oposição, conflito, negociação e aceitação no mercado de arte e na indústria da propaganda e dos negócios” (ALAMBERT e CANHETE, 2004, p.189). Paralelamente a Bienal se firmava como uma grife de sucesso, atraindo um público cada vez maior.

O discurso curatorial da Bienal nesta década pouco a pouco se voltava para a afirmação e o reconhecimento internacional de uma tradição moderna existente no Brasil. Contudo, apenas em 1998 o paradigma modernista foi retomado como eixo conceitual agora utilizado como um meio de afirmação da relevância de uma produção artística brasileira dentro de uma nova dinâmica global do sistema cultural. Além disso, a edição de 1998 procurou alinhar-se a então recente “virada antropológica” no mundo da arte contemporânea. A antropologia foi utilizada como alicerce na compreensão da arte contemporânea e com o conceito de “canibalismo estético”, o curador Paulo Herkenhoff aproximou obras de tempos diversos tendo como ponto de partida a tradição brasileira. Essa edição realizou uma passagem, em que culturas começam a ser tratadas como objetos de estudo, entendidas como entidades que podem ser selecionadas e reorganizadas por pesquisadores e organizadas em projetos.

Já no início dos anos 2000, “a questão central desloca-se da definição de uma identidade nacional em diálogo com as correntes internacionais, para uma geopolítica das instituições, na qual o papel dos curadores como mediadores culturais ganha notório reconhecimento.” (SPRICIGO, 2009, p.106)

Neste contexto, o curador de grandes exposições internacionais opera como um mediador que conecta complexas redes de conhecimento global. É como um agente intermediário “de

certas formas de representação dentro de um dado contexto de exposição e a superestrutura da economia cultural internacional”.⁷⁸ (O’NEILL, 2012, p.73)

Dessa forma, através de um sistema de mediação subjetiva os curadores contemporâneos contribuem com a construção de “uma ideia fragmentada de globalização”, enquanto as bienais representam um “senso organizado do mundo da arte em fluxo livre com o mercado” (O’NEILL, 2012, p.74-5). Essa relação com o mercado aparentemente sem fricções teria esvaziado de carga política a arte contemporânea e a reduziria a uma tendência mercantilizada e facilmente consumível, de acordo com alguns críticos.⁷⁹

Restaria lugar para a crítica neste sistema da arte que se constituiria como um verdadeiro *star system*, em que as bienais se constituem como janelas onde a nova arte é primeiro exposta para então ser sancionada pelo mercado de arte e onde alguns artistas e curadores estrelas representariam marcas de sucesso orientadoras para uma exposição rentável?

A 27ª BIENAL

A partir de 1998, portanto, dá-se início a este caminho sem volta na Bienal de São Paulo em que é ampliado o papel do curador agora como autor e mediador – papel este já ensaiado nas mostras de Zanini e de Leiner em que as obras de arte foram organizadas de acordo com a proposta conceitual dos curadores. No entanto, o recorte de estudo de caso da pesquisa inicia-se em 2006 porque apenas na edição deste ano, a 27ª, foram abolidas as representações nacionais. Como consequência há uma enorme liberdade de escolhas curatoriais e uma mudança radical na forma expositiva, uma vez que as obras não são mais indicadas por comissões diplomáticas, não são mais representações de nações. Isto se relaciona a uma questão econômica, já que no mundo globalizado da arte e no cenário mundial de forma geral neoliberal há uma redução da participação do Estado no âmbito da cultura.

⁷⁸ “(...) of certain forms of representation, within a given exhibition context and the superstructure of the international cultural economy” (O’Neill, 2012, p.73) Tradução da autora.

⁷⁹ Para citar alguns: ARANTES, Otilia. Os novos museus, novos estudos. CEBRAP, nº 31, outubro, 1991; BAUDRILLARD, J. A arte da desapareição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; JAMESON, Frederic. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

O papel ampliado do curador passa a ser investido de estratégias artísticas, a começar pela própria organização das curadorias, que passam a ser colaborativas entre vários curadores, geralmente sob a liderança de um deles. Essa novidade inicia-se na 27ª edição com Lisette Lagnado como curadora principal e co-curadoria de Adriano Pedrosa (Brasil), Cristina Freire (Brasil), José Roca (Colômbia), Rosa Martínez (Espanha) e o curador convidado Jochen Volz (Alemanha/Brasil). Coloca-se como hipótese investigativa nesta pesquisa os novos modelos colaborativos de curadoria como advindos dos coletivos artísticos surgidos a partir da década de 1990. Os coletivos artísticos são agrupamento de pessoas com interesses artísticos em comum e especialmente interessadas em experimentações estéticas que produzam críticas sociais e políticas, em uma imbricação entre arte e vida. Muitas vezes atuam em espaços da cidade e se utilizam de espaços físicos na cidade, apropriando-se de locais “esquecidos”. Com isso, possuem em seu cerne uma crítica institucional ao mercado de arte e aos espaços expositivos consagrados da arte, como os museus. Neste contexto, a crítica institucional pode ser vista,

(...) não como um período histórico e/ou gênero dentro da história da arte, mas sim como uma ferramenta analítica, um método de crítica e articulação espacial e político que pode ser aplicado não só para o mundo da arte, mas para espaços disciplinares e instituições em geral. (SHEIKH, 2006, s/p.)

Uma seleção que junta vários curadores é um posicionamento recorrente nas bienais recentes, uma vez que vários projetos apontam para um reconhecimento crescente das limitações da exposição sob um curador-autor único, e para a limitação também do momento de exposição como uma entidade curatorial hermética, além de como um evento fixo com certa duração e marcado por grande efemeridade. Dessa forma, um relance nas mega-exposições internacionais recentes aponta para uma aproximação curatorial mais colaborativa, revelando as vantagens de agrupar conhecimentos, recursos, redes, e opiniões, assim como apresentando as exposições com uma crítica institucional implícita da figura do curador individual. (O’Neil, 2012).

A curadoria colaborativa da 27ª Bienal de certa forma busca e reflete esses posicionamentos de crítica institucional. Embora à época a mídia tenha se concentrado na figura de Lisette Lagnado à frente da mostra, o trabalho curatorial teve a experimentação e a participação como características em uma construção com várias vozes curatoriais além de vozes externas do público em geral que pôde em certa medida participar da concepção do evento nos seminários com temas específicos realizados antes da mostra; e a mudança espacial ocorrendo por meio dos eventos paralelos - exposições em outros espaços culturais e

mostras de filmes transversais ao tema geral da Bienal -, além dos projetos educacionais realizados em regiões periféricas da cidade e do intercâmbio dos artistas residentes.

Isto vem de encontro a relevante preocupação a partir da 27ª Bienal em repensar o formato das bienais e o papel da arte na sociedade hoje. Fenômeno em estreita relação com o que Bruce Ferguson denomina de “bienais discursivas”, termo que se refere ao fato de que conferências, eventos interdisciplinares, workshops, atividades educacionais, e discussões públicas tem se tornado elementos cada vez mais importantes nesses projetos. Essa expansão para além da exposição em si, abrangendo mais do que obras de arte, demonstra como as bienais configuram-se agora como veículos para a produção de conhecimento e debate intelectual. Desta forma, o discurso, através do uso da linguagem, pode ser considerado uma forma de produção de conhecimento, em que a linguagem é entendida como um sistema de representação.

Essa discursividade expandida e a participação são elementos-chave do que tem sido recentemente denominado de “virada educacional”, em que tanto no campo da prática artística como na atividade curatorial é assumida uma perspectiva pedagógica, em que a educação é assumida para além de seu entendimento como serviço (a agora chamada “arte educação”), supostamente ampliando o potencial de crítica social da arte. De acordo com Mônica Hoff (2014), a virada educacional é:

Oriunda em certa medida da chamada virada social; por outro lado, de uma crítica ao mercado da arte e ao capital cultural, (...) entre tantas outras possíveis origens, (...) consiste em uma mudança radical nas maneiras de atuar e existir, principalmente, de artistas e curadores, em que o foco da criação e organização de objetos de arte se desloca para a produção de espaços dialógicos e situações de convívio, tendo como uma de suas bases teóricas principais, a pedagogia crítica e investigações experimentais e mais radicais realizadas no campo da educação na década de 1970. (GONÇALVES, 2014, p.17-18)

Dave Beech sugere que existe hoje “um campo discursivo da prática relacional, antagonista e dialógica”⁸⁰ (BEECH, 2010, p.51) onde podemos localizar a virada educacional, com curadorias mais participativas e críticas, de forma a mapear um contexto, ainda que

⁸⁰ Do original: “*My suggestion is that we understand the turn to pedagogy better if we locate it within this discursive field of relational, antagonistic and dialogical practice*” (BEECH, 2010, p.51)

incompleto. Dessa forma, virada educacional, crítica institucional e participação são elementos que delineiam um mesmo cenário e ao serem estudados juntos ajudam-se mutuamente na compreensão um do outro.

Temos como uma das hipóteses da pesquisa que estes três aspectos - virada educacional, crítica institucional e participação - aparecem, ainda que com peso desigual entre eles em cada curadoria -, nas mostras seguinte à 27ª Bienal de São Paulo.

Por fim, colocam-se alguns questionamentos para a pesquisa: a atuação desses novos modelos curatoriais é “prioritariamente política no campo da vida, sendo sua prática e pensamento apenas um veículo para isso” ou seu interesse estaria “relacionado à necessidade de gerar novas formas de conceber e fazer arte dentro dos domínios da arte” (GONÇALVES HOFF, 2014, p.111), em que a crítica institucional, arte participada e pedagogia crítica são apenas ferramentas para um método interessante para efetuar tal empreitada? Seria esse apenas um processo estrategicamente bem colocado considerando os interesses do mercado institucional?

REFERÊNCIAS:

ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. As Bienais de São Paulo: da era dos museus à era dos curadores (1951-2001). São Paulo: Boitempo, 2004.

BEECH, Dave. Weberian Lessons: Art, Pedagogy and Managerialism. In: O'NEILL, P.; WILSON, M. Curating and the educational turn. Londres: Open Editions; Amsterdam: De Appel, 2010, p.47-60

FOWLE, Kate. Who cares? Understanding the role of the curator today. In: RAND, Steven Rand e KOURIS, Heather (org.) Cautionary Tales: critical curating. Nova York: apexart, 2007, p.26-35

GONÇALVES, Hoff Mônica. A virada educacional nas práticas artísticas e curatoriais contemporâneas e o contexto de arte brasileiro. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

O'NEILL, Paul. The Culture of curating and the curating of culture(s). Cambridge: MIT Press, 2012, pp. 51-85.

SHEIKH, Simon. Notas sobre la crítica institucional. Revista online EIPCP, 2006. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0106/sheikh/es>> Acesso em 8 de Setembro de 2015.

SPRICIGO, Vinicius. Relato de outra modernidade: contribuições para uma reflexão crítica sobre a mediação da arte no contexto da globalização cultural. [tese de doutorado] São Paulo, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.

VAN HAL, Marieke. Rethinking the Biennial. Royal College of Art, London, Reino Unido 2010. Disponível em: <http://researchonline.rca.ac.uk/1350/1/VAN%20HAL%20Marieke%20Thesis.pdf>

WU, Chin-Tao. Privatização da cultura: A intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.

Redefinição do Espaço Urbano em Cidades Médias Paulistas: a relação entre os eixos de estruturação de mobilidade urbana e a ocupação de fundos de vale

Redefinitions of Urban Space in Medium Cities of São Paulo: the relation between structural axes of urban mobility and the occupation of valleys

Felipe Augusto Rainho Silva

e-mail: felipe_rainho@hotmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9791084044749673>

Renato Luiz Sobral Anelli

e-mail: renato.anelli@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1479357603158076>

Palavras-chave: Cidades Médias; Produção do Espaço Urbano; CPEU; Canalização de Fundos de Vale | **Keywords:** Middle Cities; Production of Urban Space; CPEU; Channeling of Funds Valley.

INTRODUÇÃO:

A rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi certamente uma das principais questões sociais do país no século XX. Nesse período, em São Paulo, não apenas a capital, mas as cidades do interior começaram a se expandir rapidamente, dando início a formação de uma rede de cidades, o que tornou possível estabelecer o conceito ou noção de cidade média. Durante esse processo de urbanização nessas cidades, as áreas de fundo de vale sofreram profundas intervenções. O problema urbano torna-se uma questão a ser tratada, enquanto a ideia de planejamento é incorporada nas políticas públicas e por órgãos que se tornaram responsáveis pela elaboração de planos e propostas para as cidades, na qual destacam-se os Planos Diretores elaborados pelo CPEU (Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos), a partir dos anos 1950. Os profissionais ligados a essa instituição atuaram na assistência técnica às cidades médias paulistas, orientando a elaboração de planos e organizando o setor de planejamento no interior da estrutura administrativa. Com propostas influenciadas pelos ideais de Cidade-Jardim e o urbanismo norte-americano, voltamos nossa atenção para os modelos propostos para implantação de eixos estruturais de mobilidade e a ocupação das áreas de fundo de vale, elaborados em oposição ao que estava sendo implementado na capital. Mas a despeito dos planos, verificou-se a implantação de infraestruturas – canalização de córregos e construções de

avenidas de fundo vale – que buscavam adaptar o espaço urbano para atender interesses específicos. É a partir desta abordagem que, levando em conta as características particulares dos processos de urbanização das cidades brasileiras, partimos de uma análise comparativa de cinco cidades médias paulistas (Bauru, Franca, Presidente Prudente, São Carlos e São José dos Campos) na tentativa de compreender o que foi proposto e o que foi implementado, analisando como tais políticas públicas e a implantação dessas infraestruturas urbanas tem definido não apenas os processos de expansão dessas cidades, mas influenciado na reestruturação do seus espaços intraurbanos.

OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Dentro dessa pesquisa, nossos principais objetivos são compreender historicamente como se deu a construção do pensamento do planejamento urbano no Brasil em relação aos fundos de vale, com o foco nas instituições de planejamento e pesquisa na década de 60, destacando, dentre elas, a atuação do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos (CPEU), responsável por elaborar os primeiros Planos Diretores para muitas cidades do interior paulista. Além disso, verificar em que medida os processos que aconteceram em São Paulo, ou seja, na metrópole, são reflexos ou influenciaram os projetos nas demais cidades.

Assumindo como número ideal o total cinco cidades, adotamos como critério de escolha não apenas o conceito de “cidades médias” do interior paulista, mas também aquelas que tiveram planos elaborados pelo CPEU, na década de 1960, para que assim fosse possível analisar comparativamente o que foi planejado e o que foi implantado ao longo dos anos nessas cidades, e a influência desses planos no crescimento urbano. Por esse motivo, elencamos as cidades: Bauru, Franca, São Carlos, São José dos Campos e Presidente Prudente.

Para isso, buscamos recorrer à uma análise histórica do urbanismo no Brasil, analisando a formação de instituições de planejamento e a consequente elaboração de planos urbanos, tanto na capital quanto no interior paulista. Para que possa ser feita uma análise comparativa, reunimos, organizamos e iremos analisar as propostas dos planos elaborados pelo CPEU para as cidades elegidas. E a partir desse ponto, com auxílio da cartografia, levaremos em conta o que foi planejado em contraponto a situação atual dos fundos de vale, analisando não apenas as possíveis ressonâncias dos planos implementados na metrópole paulista, mas também de que maneira os quadros de cada cidade dialogam entre si. Para essa análise comparativa, elencamos alguns critérios, tais como: o modo de ocupação das áreas de fundo de vale; como a implantação de eixos

viários nestas áreas estruturam o processo de expansão dessas cidades e a evolução da malha urbana; as políticas públicas que pautaram os processos de ocupação dos fundos de vale ao longo dos anos nessas cidades; e a presença (ou não) de questões relacionadas à preservação ambiental.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA:

Numa abordagem histórica, a construção do espaço urbano sempre esteve ligada a construção de uma rede de infraestruturas – abastecimento, circulação, comunicação e transportes – em um processo que altera o ambiente urbano e a paisagem natural de maneira sincrônica. Esse determinismo tecnológico, por sua vez, não é suficiente para uma leitura precisa da história das nossas cidades, sendo necessário levarmos em conta questões sociais, políticas e econômicas – fatores indissociáveis e que tornam esse processo não-linear.

Nesta presente pesquisa, buscou-se avaliar a formação da rede de infraestruturas de mobilidade a partir do processo de ocupação das áreas de fundos de vale, e seu papel na estruturação e construção do ambiente urbano, com enfoque no crescimento das cidades e suas políticas públicas, avaliando seus impactos na paisagem.

Contar a história do crescimento das cidades é necessariamente contar a história da ocupação das margens dos seus rios. Desde os primeiros assentamentos urbanos, foram necessários criar uma série de instrumentos essenciais à sobrevivência. Os córregos e rios, fontes de um dos principais recursos naturais, foram alvos incisivos dessas intervenções. Canais de drenagem, aquedutos, cursos d'água canalizados e desviados, foram responsáveis por permitir um desenvolvimento técnico sobre esse recurso.

Ao longo das décadas, dentro do planejamento urbano e arquitetura da paisagem, a preocupação com os recursos naturais esteve presente. Contudo, é tarefa difícil precisar em que momento questões ambientais foram introduzidas dentro das políticas públicas e se tornaram tema de planejamento. Mais difícil ainda é estabelecer em que momento essas questões deixaram de ser sociais ou urbanas e se tornaram ambientais e ecológicas. Por muito tempo, as ideias tradicionais do urbanismo sanitaria foram predominantes e deram o tom das intervenções estruturais. Mas a partir da década de 1960, as bases teóricas de diversos conhecimentos científicos passaram a ser questionados, como resultado dos impactos ambientais que a sociedade industrial provocou em nossas cidades. Embora seja possível considerar trabalhos relevantes do ponto de vista ambiental anteriores à década de 1960, os princípios de projeto naquele momento eram, sobretudo, relacionados a questões

técnicas de salubridade e higienização ou, ainda, embelezamento das cidades, sem discutir a relação entre os ambientes naturais e as áreas ocupadas por assentamentos. Ocupação das áreas de várzeas dos rios indiscriminadamente, aumento das superfícies impermeáveis, alterações na geomorfologia das bacias hidrográficas, são alguns dos processos que alteraram os ciclos naturais, tornando as cidades ambientalmente frágeis, o que justifica nossa abordagem adotada.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por uma das principais questões sociais que iria enfrentar naquele século: o acelerado processo de urbanização e crescimento das cidades brasileiras. Nesse período, o Brasil deixa de ser um país tipicamente agrário para torna-se urbano. Com o rápido aumento da população nas cidades, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, as infraestruturas urbanas não foram capazes de atender todo esse contingente populacional. A partir da implantação do Plano de Metas (1956 – 1961), no governo de Juscelino Kubistchek, o país sofreu uma profunda transformação econômica, que aprofundou a atuação do Estado na economia, aumentando suas ações planejadoras.

Em nosso estudo, partimos de uma abordagem que retoma esse período em que a ideia e a prática de um planejamento e desenvolvimento passaram a ser incorporados nas políticas públicas. Essa crença no planejamento se deu pelas possibilidades do planejamento como atribuição privilegiada do Estado no Brasil, num momento que trazia um repertório de referências urbanísticas da Europa no pós-guerra e dos EUA no *New Deal* (FELDMAN, 2005). A partir de 1950, baseado numa política keynesiana que previa uma forte regulação Estatal, surgem os planos elaborados pelos primeiros órgãos de planejamento no país e que iriam abranger esse novo contexto urbano brasileiro: o crescente processo de urbanização a partir do êxodo campo-cidade.

Essa expansão das cidades resultou no aumento das necessidades de deslocamentos intraurbanos. As áreas de fundos de vale, até então vistos como barreiras naturais e sinônimo de áreas insalubres, se tornaram o local de implantação de novas infraestruturas, uma vez que se tratavam das áreas livres na cidade. Mas a evolução técnica que refletiu na construção desse território, por si só, não explica por completo as interações sociais e espaciais da cidade. O longo processo de concentração de renda no país resultou no crescente abandono do uso do transporte público, com valorização do transporte individual. O espaço urbano passou a ser adaptado a essas novas exigências de forma desconexa, mas nem por isto ineficiente para determinados objetivos.

Enquanto nas áreas metropolitanas esse novo contexto urbano já vinha se constituindo em função da própria concentração demográfica, esse mesmo processo de

expansão começou a acontecer de forma acelerada nas cidades do interior. Sobretudo no Estado de São Paulo, a partir da década de 1960, o crescimento dessas cidades deu início a formação de uma rede de cidades, o que tornou possível estabelecer o conceito ou noção de “cidades médias” (SPOSITO, 2001).

As preocupações urbanísticas, portanto, não são mais encaradas apenas como um problema metropolitano e se voltam para as cidades do interior, que passaram a receber planos e trabalhos, elaborados por órgãos e instituições de assistência técnica que atuavam junto às Prefeituras. O adensamento urbano nessas cidades médias desencadeou uma série de problemas socioambientais e levou a intervenções cada vez mais profundas em áreas de fundo de vale. Nesse momento, observa-se um conjunto de movimentos que engendram uma cadeia de disseminação de ideias e de práticas que irão apontar o início de uma mudança estrutural no ideário urbanístico brasileiro. Responsável por elaborar 43 planos para cidades do interior e litoral paulista, destaca-se o Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticas (CPEU), criado e dirigido inicialmente por Anhaia Mello, no período de 1957 a 1961, e posteriormente por Lauro Bastos Birkholz, até o encerramento de suas atividades, em 1969.

Fortemente inspirado na cidade-jardim de Howard, nos trabalhos de Saturnino de Brito e responsável por difundir as ideias norte-americanas de planejamento urbano, Anhaia Mello – e em paralelo, os trabalhos desenvolvidos pelo CPEU – era contraponto em relação àquilo que estava sendo planejado e praticado na capital paulista. Enquanto o Plano de Avenidas de Prestes Maia ditava o tom técnico e desenvolvimentista das intervenções na metrópole paulistana, Mello ressaltava o caráter cívico da cidade e o papel do planejamento como capaz de corrigir os problemas que ele identificava a partir da perda do interesse coletivo no espaço urbano. Além de ser responsável por difundir ideais urbanísticos pelo Estado de São Paulo, o CPEU foi capaz de criar uma metodologia de ensino e prática do planejamento urbano. Isso foi possível graças a seu caráter de extensão universitária, uma vez que foi um órgão criado dentro da própria Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Apesar de ter sido responsável pela elaboração dos Planos Diretores de diversas cidades de São Paulo, o que se verificou em relação ao tratamento dos fundos de vale nessas cidades, ao longo das últimas décadas, não necessariamente correspondeu ao que foi proposto naquele período, com a implementação de práticas de canalização, tamponamento e construção de avenidas marginais – práticas recorrentes sobretudo a partir de 1980. Isso se deu tanto pela facilidade de viabilização de obras dessa natureza, uma vez que seu traçado viário evita grandes desapropriações, economizando tempo e recursos, quanto pela oportunidade de acesso a recursos financeiros disponibilizados pela política

federal de saneamento básico, a partir do Programa Nacional de Saneamento (Planasa), criado em 1970.

Esse modelo tem sido implantado em condições ambientais, urbanas e sociais distintas e se mantém até hoje quase inalterado, a despeito de todos os avanços nas discussões sobre o tema. O fundo de vale como espaço degradado da cidade sugere a necessidade de canalização, além da abertura de vias de circulação, o que possibilita a valorização imobiliária dessas áreas após as obras, uma vez que a acessibilidade está garantida. Nesse sentido, temos a ocupação e valorização imobiliária de áreas que passam a ser ocupadas por empreendimentos residenciais e comerciais, definindo os novos principais eixos de crescimento das cidades.

Partindo da proposta defendida por Villaça (2001), que demonstra, por meio do estudo dos planos, o distanciamento entre o discurso e prática na construção do espaço urbano, buscamos não apenas uma análise histórica desses processos, mas uma análise comparativa, com caráter prático, que demonstre aquilo que foi planejado frente aquilo que foi de fato implementado. Para essa análise, as cinco cidades médias paulistas elencadas (Bauru, Franca, Presidente Prudente, São Carlos e São José dos Campos), destacam-se não apenas pelos seus papéis desempenhados dentro da rede urbana – o que as configura como cidades médias – mas também por serem cidades que tiveram seus primeiros Planos Diretores elaborados ou auxiliados pelo CPEU. A partir desses denominadores em comum, foi possível pensar em uma cartografia comparativa, que leva em conta os modelos implantados para as áreas de fundo de vale, a relação dos eixos viários no processo de expansão urbana dessas cidades, as políticas públicas que pautaram esses processos e a presença (ou não) de assuntos relacionados à questão ambiental.

Essa pesquisa fundamenta-se em função de questões e hipóteses que relacionam análises empíricas e teóricas. Está em construção, portanto, uma problemática vislumbrando a interlocução de três campos do conhecimento: a História do Urbanismo, tratando desde o ideal de cidade moderna e o ideário de Cidade-Jardim, abordando aspectos do planejamento norte-americano e suas ressonâncias na metodologia do próprio CPEU e outras instituições de planejamento do país; a Geografia Urbana, abordando o processo de construção do espaço urbano e a formação de uma rede de cidades médias no interior de São Paulo; e a Arquitetura da Paisagem, a partir da discussão anacrônica de questões ambientais em um contexto de desenvolvimento técnico e grandes intervenções geomorfológicas nas redes hidrográficas, que irão alterar a paisagem natural dessas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FELDMAN, S. Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947 a 1972. São Paulo: Edusp 2005.

HOWARD, E. Cidades-Jardins de amanhã. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEME, M. C. S.; FERNANDES, A. & GOMES, M. A. F (org.) (org.) Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

MELLO, L. I. R. A. O Plano Regional de São Paulo. São Paulo: USP, 1954.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Uma análise gráfica da obra residencial de Joaquim Guedes

An graphical analysis of residencial work of Joaquim Guedes

Ana Karla Olimpio Pereira

e-mail: ana.karla.pereira@usp.br anakarla.op@gmail.com
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2053516458730537>

Paulo Yassuhide Fujioka

e-mail: pfujioka@sc.usp.br
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2324840218928687>

Palavras-chave: Joaquim Guedes, análise gráfica, desenho de arquitetura. | **Keywords:** Joaquim Guedes, graphical analysis, architecture design.

RESUMO

O estudo busca uma aproximação da produção arquitetônica residencial do arquiteto e urbanista Joaquim Guedes sob o ponto de vista da análise gráfica em arquitetura; buscando por meio dessa análise, compreender as ações projetuais e partidos arquitetônicos utilizados por ele para essa tipologia.

A produção de seu escritório o “Joaquim Guedes Arquitetos Associados” encontra-se pouco divulgada e devido a isso desconhecida por estudantes e arquitetos jovens, o levantamento e estudo desse acervo têm como objetivo secundário divulgar essa produção, em especial a residencial na cidade de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1970.

A metodologia utilizada se baseia em diversos autores entre eles Roger H. Clark e Michael Pause, Simon Urwin, Geoffrey H. Baker e Francis Ching entre outros expoentes do tema, entretanto busca expandir a análise para exploração volumétrica e espacial dos objetos em questão.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Os primeiros períodos do mestrado foram dedicados ao curso de disciplinas junto ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU-USP), que auxiliaram nas leituras posteriores e na elaboração do recorte e levantamento para a pesquisa propriamente dita, sendo elas:

- IAU5909 A Cidade do Século XIX: representações e projetos

- IAU5900 Cidade Jardim: Teorias e Realizações
- IAU5903 Projetos e Leituras
- IAU5841 Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX
- IAU5918 Procedimentos e Métodos de Ensino em Arquitetura e Urbanismo

Nesse período também houve a submissão ao exame de proficiência em língua estrangeira e a publicação de um artigo na Revista eletrônica Risco N°21 que pode ser acessado em <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/121395/118307>, intitulado " A residência do arquiteto: uma análise gráfica das casas de Vilanova Artigas" que aborda um dos temas centrais da pesquisa, a análise gráfica porem na obra de Vilanova Artigas e as duas residências do Arquiteto.

A participação em eventos foi fundamental na troca de experiências com outros pesquisadores, pois apresenta um panorama do que está sendo desenvolvido em outras universidades e trouxe novos subsídios à pesquisa. Os eventos do ano de 2015 indicações do orientador e foram realizados na cidade de São Paulo, sendo eles:

- Workshop ArchDaily Brasil: Clássicos da Arquitetura Paulista, em parceria com DOCOMOMO SP. Mackenzie, São Paulo, maio de 2015.

- Encontro Núcleo DOCOMOMO-SP 2015. Universidade São Judas, São Paulo, Outubro de 2015.

- Workshop DOCOMOMO SP "Entre o Livro e o Lugar". Universidade São Judas, São Paulo. Outubro de 2015.

Em 2016 ocorreram as participações em seminários internos no IAU, sendo eles:

- 3º Seminário do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP, São Carlos, agosto de 2016

- 2º Seminário de Pesquisa do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC), São Carlos, setembro de 2016.

2. PESQUISA EM ANDAMENTO

A pesquisa desenvolvida no mestrado é um desdobramento, expansão e aprofundamento sobre temas tratados na iniciação científica desenvolvida, também sob orientação do Professor Dr. Paulo Yassuhide Fujioka com o título "**A residência do arquiteto: Uma análise gráfica de habitações na cidade de São Paulo, 1940-1960**". Onde houve a primeira aproximação com os autores e tema próprios da análise gráfica e

também com a arquitetura de Joaquim Guedes, um dos arquitetos estudados nesse trabalho prévio.

Para mestrado foram colocadas três frentes de desenvolvimento do trabalho: O levantamento do acervo e obra residencial do arquiteto, o desenvolvimento de uma metodologia de análise gráfica e as análises aplicadas às obras selecionadas do arquiteto.

A primeira ação em relação ao desenvolvimento da pesquisa em nível de mestrado foi a revisão e ampliação bibliográfica para atender as novas questões abordadas; essa revisão trouxe novos autores assim como textos escritos pelo arquiteto para prefácios de livros e artigos em periódicos, com isso foi possível estabelecer as diretrizes para o trabalho e estabelecer o recorte temporal da obra em questão.

Juntamente com a revisão bibliográfica foi iniciado o levantamento da obra do arquiteto, que busca de reunir material sobre o escritório Joaquim Guedes Arquitetos Associados e por meio dele foi possível compreender a extensão da carreira do arquiteto e de sua contribuição para a arquitetura moderna brasileira, valendo-se de diversas fontes como a consulta ao escritório que continua em atividade dirigido pelo filho do arquiteto Francisco Guedes, no acervo não catalogado da FAU-USP onde o arquiteto em vida doou seus desenhos e projetos, em livros e revistas e por meios consulta a sites e periódicos on line.

A metodologia de pesquisa também começou a ser desenvolvida durante a iniciação científica, mas com o posterior aprofundamento no mestrado e acréscimo de novos materiais tem se mostrado ampla e com múltiplas possibilidades de desenvolvimento, que será a próxima etapa de desenvolvimento, a definição dos critérios finais para análise.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Como já mencionado anteriormente a metodologia de pesquisa se iniciou na iniciação científica e se desenvolveu ao longo do andamento da pesquisa, onde foram feitas revisão bibliográfica e levantamento do acervo; um ponto importante para a pesquisa e ainda não desenvolvido são as entrevistas que auxiliaram no esclarecimento de pontos referentes a projetos específicos e para traçar de forma mais precisa o perfil de Joaquim Guedes e contribuições de influências externas em sua obra como a de Alvar Aalto.

3.1 Textos base para a pesquisa

A bibliografia foi dividida de acordo com os eixos da pesquisa, sendo assim temos os textos voltados a Joaquim Guedes e seu contexto dentro da arquitetura moderna paulista e a bibliografia específica sobre análise de arquitetura e análise gráfica.

3.1.1 Arquiteto Joaquim Guedes:

CAMARGO, Monica Junqueira de. Joaquim Guedes. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

O trabalho da Professora Dr. Monica Junqueira de Camargo é o único registro em livro que contempla especificamente a vida e obra de Joaquim Guedes, sendo o guia sobre como iniciar a abordagem em relação ao arquiteto, contendo os principais projetos e informações sobre o arquiteto.

As demais fontes estão em periódicos como a Revista Acrópolis Nº347 dedicada ao arquiteto e em artigos escritos sobre e pelo arquiteto.

3.2.2 Análise de arquitetura e análise gráfica

CLARK, Roger H. e PAUSE, Michael. Precedents in Architecture: analytic diagrams, formative ideas and partis. Hoboken, New Jersey: Jonh Wiley & Sons, 2005.

Possivelmente o texto mais representativo sobre o tema análise gráfica, pois foi pioneiro na sistematização do estudo da arquitetura nesse âmbito. Nesse livro os autores trabalham diagramas que são extraídos dos elementos básicos de representação em arquitetura - planta, corte e fachada. Com isso conseguem uma análise comparativa entre os elementos do projeto em si e entre todos os projetos analisados, uma vez que sendo apresentados da mesma forma torna possível uma leitura comparativa de relações e escalas.

CHING, Francis D. K. Arquitetura - Forma, Espaço e Ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

O autor Francis Ching é uma importante referencia sobre o estudo de arquitetura de maneira sistemática, onde ele apresenta a arquitetura em seus elementos essenciais e demonstra suas relações por meio do redesenhos de importantes obras de referência. É um importante texto de transição, uma vez que, ele explicita os conceitos básicos para a leitura do objeto arquitetônico, sendo fundamental para que as análises se desdobrem de forma mais complexa.

UNWIN, Simon. A Análise da Arquitetura, Porto Alegre: Bookman, 2013

O autor trabalha questões relativas ao olhar, não buscando uma metodologia sistemática, mas sim a naturalização do objeto arquitetônico por meio do desenho. Chamando a atenção a questões específicas da arquitetura valendo-se de exemplos, relações que devem ser observadas em qualquer edifício mas que sempre lhes são peculiares, tornando a análise única para cada edificação estudada.

VENTURI, Robert. Complexidade e contradição em arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1995.

Robert Venturi e Bruno Zevi apresentam questões abstratas importantes a leitura da arquitetura de uma forma geral, tratando de forma textual e por meio de exemplos fotográficos as relações e significados presentes na arquitetura. Foram importantes textos sobre as questões relativas a análise, observação e compreensão da arquitetura.

3.2 Inventário de projetos

Para melhor organizar os dados levantados foram criadas tabelas, uma vez que o material está em diferentes fontes e mídias. Um exemplo disso é a página do Facebook da figura pública de Joaquim Guedes, que tem como administrador e mantenedor de conteúdo seu filho e ex-sócio, o arquiteto Francisco Guedes

Na tabela 1, estão relacionados os materiais levantados durante a primeira etapa de levantamento nas mapotecas doadas para a FAU-USP pelo arquiteto, exemplificando o material encontrado e sobre qual projeto.

INVENTÁRIO DE MATERIAL LEVANTADO EM MAPOTECAS NA BIBLIOTECA FAU-USP ATÉ AGOSTO DE 2016

Ano	Projeto	Cidade	Fotografia	Croqui	Prancha	Planta	Corte	Doc
1956	Concurso Plano Piloto Brasília	-			-			
1956	Residência Campos do Jordão					-	-	
1956	Residência Everardo Muller Carioba	São Paulo - SP		-		-	-	
1957	Residência José Anthero Guedes					-		
1958	Residência Chopin Tavares	São Paulo - SP		-	-	-	-	
1961	Residência Costa Neto	São Paulo - SP	-			-	-	-
1962	Residência Francisco Landi	São Paulo - SP	-			-	-	-
1967	Residência W. Perceu Pereira	São Paulo - SP	-			-	-	
1968	Residência Liliana e Joaquim Guedes	São Paulo - SP	-	-		-	-	-
1971	Residência Beatriz Kert	São Paulo - SP	-	-				
-	Cartazes	-						
-	Croquis e estudos			-		-		
1958	Igreja Vila Madalena	São Paulo - SP	-		-	-	-	
1958	Residência Cunha Lima	São Paulo - SP	-	-		-		
1962	Residência Dalton Toledo	São Paulo - SP	-			-	-	
1968	Residência Roberto Guglielmo	São Paulo - SP				-	-	
1989	Habitação Brás	São Paulo - SP			-			
2000	Residência Ziza e Mario Valente			-		-	-	
	Casa Brasil Japão	-			-			
	Reforma Carvalhosa	São Paulo - SP			-	-	-	
	Reforma Paulo de Tarso	São Paulo - SP	-					-
	Residência Maria Rita	São Paulo - SP			-	-	-	

Tabela 1: Inventário do material levantado na Biblioteca FAU-USP

Na tabela 2 destaca-se a relação de projetos publicados e em que meio, onde podemos destacar o livro “Joaquim Guedes” de Mônica Junqueira de Camargo, como maior meio de divulgação assim como a página do Facebook, já menciona anteriormente, também podemos destacar a edição da Revista Acrópole dedicada as Residências do arquiteto.

Ano	Nome do projeto	CAMARGO, M.	XAVIER, LEMOS, CORONA	ACAYABA, M.	Revista Acrópole	Archdaily ¹	Facebook : Joaquim Guedes ²	Arquitetura Brutalista ³	Revista Process nº17
1957	Residência José Anthero Guedes	p. 53					-		
1958	Residência Cunha Lima	p. 54 -57	p.48	p.141 - 152	• OCT 1965 - ANO 27 - N° 322, p. 28 • FEB 1968 - ANO 29 - N° 347 p. 18 e 23	-	-	-	
1961	Residência Costa Neto				• FEB 1968 - ANO 29 - N° 347 p. 24 - 29		-		
1962	Residência Dalton Toledo	p. 64 -67			• FEB 1968 - ANO 29 - N° 347 p. 30 - 33		-		
1965	Residência Francisco Landi	p. 68 -71			• FEB 1968 - ANO 29 - N° 347 p. 34 -37		-		
1965	Residência Breyton J.	p. 72 -73					-		
1967	Residência Waldo Perseu Pereira	78 - 83	p.86	p. 267 - 276	• APR 1969 - ANO 30 - N° 360, p. 20	-	-	-	
1968	Residência Lilians e Joaquim Guedes	p. 84 - 91	p.134	p. 343 - 354		-	-		-
1969	Residência Roberto Guglielmo						-		
1971	Residência Kerti		p.164				-		
1974	Conjunto Manoel da Nogueira Padre	p. 92 - 95							
1976	Residência Fabrizio Beer	p. 96 - 99	p.184			-	-		-
1977	Residência Mariane Ana	p. 110 - 113					-		-
1978	Residência Dourado						-		
1978	Residência Joaquim Guedes						-		
1978	Caraíba residências	- p. 106 - 109							
1984	Residência Luis Vicente Guedes						-		
1991	Residência Dourado	p. 114 -115					-		
1991	Residência Clara Mariani						-		
1991	Residência Joaquim Guedes						-		
1999	Residência Pedro Mariani	p. 120 - 121							

Tabela 2: Relação de projetos publicados.

4. PROSSEGUIMENTO DA PESQUISA

As análises ainda apresentam caráter preliminar e devido a característica de resumo de desenvolvimento da pesquisa não serão apresentados aqui. Até o momento a pesquisa demonstrou importantes desdobramentos em relação a proposta inicial, que embora não haja mudança de tema este deve ser melhor delimitado. Os levantamentos preliminares em relação a obra do arquiteto se mostraram bastante fecundos, pois demonstram um grande numero de projetos a serem analisados e possivelmente divulgados, auxiliando na veiculação da obra de Joaquim Guedes. Essa grande quantidade de material que está armazenada nos tubários da biblioteca da FAU-USP, não catalogados e ainda não

disponíveis para consulta indicam novas potencialidades na pesquisa que se dedica ao estudo e ao acervo de Guedes.

As análises ainda são preliminares, mas já demonstram o potencial formal e estético da obra do escritório Joaquim Guedes Arquitetos Associados, demonstrando que há material para futuras pesquisas, aliado ao fato de ainda existir material inédito sobre o tema. Buscamos uma forma particular de análise que dialogue com os autores apresentados, mas que consiga se colocar de forma original e que esponha os conceitos e características da obra do escritório que acreditamos que estejam presentes em sua produção.

Com o escopo de pesquisa melhor definidos, uma próxima etapa de desenvolvimento serão as entrevistas com ex-colaboradores, com a finalidade de encontrar informações que complementem as análises dos projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACAYABA, Marlene Milan. Residências em São Paulo 1947-1975. São Paulo: Romano Guerra, 2011.
- BAKER, Geoffrey H. Design Strategies in Architecture – an approach to the analysis of form. New York: Van Nostrand, 1996
- CAMARGO, Monica Junqueira de. Joaquim Guedes. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- CLARK, Roger H. e PAUSE, Michael. Precedents in Architecture: analytic diagrams, formative ideas and partis,. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.
- FRAMPTON, Kenneth. A Genealogy of Modern Architecture: Comparative Critical Analysis of Built Form. Lars Muller: 2015.
- MIGUEL, J. M. C. A casa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.
- UNWIN, Simon. A Análise da Arquitetura, Porto Alegre: Bookman, 2013
- ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1995

Urbanismo Bottom-up: sociedade em rede e processos de urbanização emergentes.

Bottom-up Urbanism: network society and emerging urbanization processes.

José Eduardo Calijuri Hamra

e-mail: zecalijuri@gmail.com

CV Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4481783Z1>

Tomás Antônio Moreira

e-mail: tomas_moreira@sc.usp.br

CV Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763031P2>

Palavras Chave: Processos de Urbanização, Urbanismo *bottom-up*, Espaço Público e Sociedade em Rede. **Keywords:** Urbanization Processes, Bottom-up Urbanism, Public Space and Network Society.

RESUMO:

Em meio às transformações sociais que se desencadearam desde a crise econômica de 2008, percebe-se a emergência de novos processos de urbanização. Por meio de novos modelos organizacionais, impulsionados pelos avanços nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), grupos auto-gestionados se articulam para realizar alterações no espaço urbano. As ações partem da base para o topo, são transformações propostas por grupos organizados pela própria sociedade, por isso chamadas práticas de “urbanismo *bottom-up*”.

Uma das premissas para o entendimento deste fenômeno é a consideração do espaço público como espaço híbrido, uma complementariedade entre físico e virtual que se faz necessária para entender-se a “sociedade em rede”.

A pesquisa que se apresenta está pautada por análises sociais que abarcam a crise de representatividade política, a emergência de movimentos sociais vinculados ao espaço urbano e a cobrança popular por participação direta e por governanças horizontais. Deste modo, a partir da investigação dos processos de urbanismo *bottom-up*, a pesquisa promoverá discussões sobre novas perspectivas para os processos de urbanização.

PESQUISA EM ANDAMENTO

Objetivo:

O objetivo desta pesquisa é compreender os processos de urbanismo bottom-up e as perspectivas que se abrem para novos processos de urbanização.

Resumo da pesquisa realizada:

A revisão bibliográfica desenvolvida até o momento embasou-se nas disciplinas cursadas e seus desdobramentos nas aproximações com o tema da pesquisa, assim como nas pesquisas em fontes secundárias. Embora os capítulos da dissertação ainda não estejam consolidados, a apresentação da pesquisa realizada até o momento será ordenada pela estrutura prévia da dissertação.

Inicialmente foram analisadas as questões sociais e econômicas contemporâneas e seus rebatimentos nos modelos de produção das cidades. Desde a crise econômica de 2008 percebe-se de forma cada vez mais latente que vivemos em um momento de reestruturação social. Parece impossível dissociar as crises econômicas, políticas, sociais, religiosas e ambientais. De acordo com autores como Jeremy Rifkin (2012), Zygmunt Bauman (2014), Manuel Castells (2013), e Slavoj Žižek (2012), vive-se um momento de interregno, no qual compreender as crises como problemas isolados seria um equívoco.

Os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o aumento de indivíduos com acesso a internet tem demonstrado que caminhamos rumo a consolidação da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2003). De uma sociedade caracterizada pela descentralização, organizada em subsetores, passamos agora à uma “sociedade distribuída”, organizada por estruturas horizontais. A organização descentralizada, em decadência, oferece à população a possibilidade de participação nas tomadas de decisão por meio de processos pré-determinados. O modelo distribuído, identificado como modelo em ascensão (FRANCO, 2015), possibilita uma interação contínua e direta com os processos decisórios. Na prática, isso significa que as pessoas estão conectadas umas as outras por diferentes caminhos, e que as relações entre diferentes atores sociais podem ocorrer de diversas maneiras sem que haja a necessidade de intermediários.

Neste contexto, ao analisar-se a crise política atual, percebe-se um enfraquecimento dos instrumentos tradicionais de participações populares. Os modelos de participação indireta perderam a credibilidade, entrando em decadência, ao mesmo tempo em que crescem as reivindicações por novas possibilidades de atuação direta.

No que diz respeito aos processos de urbanização contemporâneos, observa-se que o sistema econômico estabelecido até a crise de 2008 esteve diretamente relacionado com a

especulação imobiliária e sua influência nos processos de urbanização (HARVEY, 2012) e (ARANTES, 2012). Mas qual será o impacto desta reestruturação social e econômica para os processos de urbanização? Como as relações em rede estão criando novos processos decisórios sobre atuações no espaço urbano? Como a consolidação da sociedade em rede está transformando a maneira como entendemos as cidades? Quais possibilidades de transformação do espaço urbano já emergiram com a reestruturação social em curso?

Como pano de fundo a todo o levantamento teórico realizado até o momento, questionou-se sobre as perspectivas que se abrem na relação entre novos processos de urbanização, mais especificamente com o urbanismo *bottom-up*, e o *Poder Público*. Seja pelo início da decadência de um modelo econômico muito relacionado com a especulação imobiliária, pela emergência da compreensão das cidades como sistemas complexos ou por meio da consciência dos cidadãos enquanto produtores de cidade, o questionamento existente diz respeito as possibilidades para que o Poder Público reinvente sua maneira de atuação frente aos processos de urbanização. Ainda que o foco do estudo sejam os processos de urbanismo *bottom-up*, as relações destas práticas em desenvolvimento, com o Poder Público, despertam interessantes reflexões para a pesquisa.

Acredita-se que grande parte das respostas aos questionamentos levantados devem ser construídas por meio da análise dos movimentos sociais contemporâneos e de seus desdobramentos em movimentos de ocupação e transformação do espaço urbano.

Neste sentido, a concomitância e o volume de movimentos sociais que tiveram início sob os mesmos preceitos organizacionais da Primavera Árabe nos asseguram que as novas formas de organização dos movimentos sociais não são casos isolados, mas, sim, uma nova práxis em desenvolvimento.

A organização dos movimento sociais contemporâneos só pode ser compreendida ao considerar-se que os espaços públicos estão além de suas dimensões físicas. É necessário compreender o espaço público como espaço híbrido, uma complementaridade entre físico e virtual na qual as relações sociais se estabelecem por estruturas em rede.

A importância da organização da sociedade civil no espaço virtual pode ser vista desde a Revolução das Painéis, na Islândia (2008), até os movimentos *Occupy* (2011), que se espalharam por 951 cidades de 82 países, incluindo o *Occupy Wall Street* (2011), em Nova Iorque, e o movimento Indignados, na Espanha (2011). No que diz respeito as alterações nos movimentos sociais, pode-se considerar que a Primavera Árabe deu início a emergência de um novo gênero de movimento social, pautado a partir de então pelas relações em rede (CASTELLS, 2013).

Com a emergência de movimentos sociais pautados em novos princípios organizacionais, percebe-se um aumento do número de grupos auto-organizados voltados à realização de intervenções em espaços urbanos. Nas práticas de intervenção urbana emergentes constata-se que, por meio de modelos democráticos inovadores, o próprio grupo delibera sobre as ações à serem realizadas. As ações partem da base para o topo, na qual o planejamento e a execução são autogeridos pelos próprios integrantes dos grupos, sendo que em muitos casos o Poder Público só toma conhecimento sobre as transformações ocorridas *a posteriori*, não tendo participação direta nas decisões. Devido as suas estruturas organizacionais e à maneira como realizam suas ações, essas práticas emergentes de transformação espacial são denominadas, de maneira ampla, como “urbanismo *bottom-up*”.

Processos de urbanismo *bottom-up* têm emergido com o intuito de se apropriar, não como propriedade privada no sentido legal do termo, mas como gestores e construtores de determinados espaços urbanos.⁸¹ É neste sentido que a influência da sociedade em rede e da descentralização de poder, em sua cobrança por participação direta, fazem emergir novas práticas de produção e alteração do espaço urbano.

No contexto brasileiro, mais especificamente na cidade de São Paulo, movimentos que ocorrem no Largo da Batata (2014)⁸², no Largo do Arouche (2014)⁸³ e no Parque Augusta (2015)⁸⁴ têm demonstrado novas maneiras de participação popular na luta pelo direito às cidades. A atuação destes movimentos se dá no espaço público híbrido, as ações são discutidas tanto no espaço físico quanto nas redes virtuais de comunicação. As práticas de transformação do espaço urbano realizadas por grupos autogeridos não se restringem em setorizações específicas. Ações relacionadas ao meio ambiente, educação, cultura, transporte e política, por exemplo, são elaboradas de maneira conjunta e complementar, colocando a própria transformação do espaço físico como consequência das dinâmicas dos grupos.

Neste ponto, a compreensão de David Harvey (2012) dos indivíduos como produtores de cidade, e que, como produtores, deveriam reclamar por maior poder decisório em relação

⁸¹ É importante ressaltar a existência de movimentos sociais atuando em diferentes escalas, da metropolitana aos bairros, embora com maneiras de atuação diferentes em virtudes das especificidades de cada caso. Esta pesquisa de mestrado tratará exclusivamente dos movimentos sociais que têm atuado exclusivamente na escala dos bairros, e que venham promovendo alterações em espaços públicos como praças e parques.

⁸² Disponível em: <http://largodabatata.com.br>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

⁸³ Disponível em: <http://wikipraca.org/sp/>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/parqueaugustaja>. Acesso em: 23 de junho

ao produto que estão constantemente produzindo, parece encontrar interessantes perspectivas ao ser analisada em conjunto com os processos de urbanismo *bottom-up*.

O questionamento que se coloca sobre a relação entre as dinâmicas da sociedade em rede e a produção da cidade é: as práticas de transformação do espaço urbano podem se tornar práticas cada vez mais conscientes e conscientizadoras? Será possível produzir as cidades de maneira mais consciente por parte de seus indivíduos produtores?

Deste modo, para abordar a questão da produção e consciência, a pesquisa busca embasamento teórico na obra de Hannah Arendt (2007) e seus desdobramentos na obra de Richard Sennett (2013). A abordagem filosófica e antropológica desses autores são utilizadas para se discutir até que ponto a distinção entre pensar e produzir, no caso em relação a cidade, podem ser atos conscientes por parte dos envolvidos. Para Sennett, o bom trabalho é uma prática da cidadania, porquê envolve as conexões entre as relações sociais e políticas. Neste sentido, consolida-se uma fusão entre as habilidades de governar e as habilidades de produzir, sugerindo um modelo de autogoverno da própria produção a partir da consciência mantida entre fins e meios.

No presente momento, a pesquisa esta buscando aprofundar-se neste assunto por acreditar que as práticas de urbanismo *bottom-up* e o armazenamento de informações sociais no espaço virtual são processos que conscientizam a população à respeito dos processos de urbanização. Ainda que a transformação urbana não seja completamente compreendida devido a sua complexidade, a possibilidade de compreendê-la tem aparentado estar cada vez mais acessível.

Com o envolvimento direto da população nas práticas de urbanismo *bottom-up*, percebe-se que as transformações do espaço urbano começam a ser elaboradas efetivamente por grupos multidisciplinares e organizados pela própria sociedade. Com isto, constata-se que muitos dos conceitos que começam a ser utilizados na arquitetura e urbanismo aparecem concomitantemente em outras áreas, como por exemplo na economia, na computação e na sociologia. A semelhança entre os conceitos se deve ao fato de que suas formulações estão embasadas em uma conformação social na qual a dissociação entre as áreas do conhecimento se tornam cada vez mais difíceis. Alguns exemplos destes casos são: economia colaborativa, projeto colaborativo, facilitadores, cibridismo, hackear a cidade, urbanismo P2P, cidade de código aberto, *procomún*, *placemaking*, *do it your self*, wikipraça, microplanejamento, urbanismo tático, urbanismo emergente.

É possível que grande parte dos conceitos emergentes tenham como base as premissas da economia colaborativa, que se fundamenta no compartilhamento de bens e serviços entre as pessoas. Para exemplificar a ideia central da economia colaborativa pode-se dizer

que carros, casas e serviços podem ser compartilhados para reduzir o tempo em que ficam parados, com isso dividem-se também as despesas de manutenção entre os usuários. A economia colaborativa está relacionada com o fim da ideia de posse e ao incentivo a ideia de acesso. O fenômeno de compartilhamento é impulsionado com a consolidação da estrutura distribuída de comunicação, por meio da qual é possível eliminar intermediários e conectar indivíduos que procuram ou oferecem bens e serviços.

Já os projetos colaborativos são aqueles que acontecem quando diversos atores envolvidos em uma causa comum, que pode ser a transformação espacial, estabelecem um processo de projeto horizontal, no qual a proposta pode ser alterada pelos envolvidos sem que haja uma hierarquia de poder decisório. Em grande parte dos casos o projeto é desenvolvido em uma base comum, que pode ser digital, na qual o projeto é alterado constantemente. A emergência desta nova prática está diretamente relacionada com o fim da autoria de projetos em diversas áreas. Na prática de arquitetos e urbanistas o que percebe-se é que os produtos finais dos processos de projeto estão se distanciando das competências tradicionais do exercício profissional.

Na prática do projeto colaborativo o arquiteto se coloca cada vez mais na função de facilitador de processos, nesta função deve garantir que das práticas colaborativas produzam mudanças espaciais efetivas e exequíveis. Cabe também ao “arquiteto facilitador” a função de informar, durante todo o processo, sobre os impactos que as transformações espaciais causam em seu entorno, sendo assim o responsável por conscientizar o grupo do impacto de suas ações.

O aparecimento de facilitadores de processo não se restringem ao campo da arquitetura e urbanismo, em diversas outras atividades que permeiam a grande área da economia colaborativa os facilitadores aparecem cada vez com mais frequência.

Para que a economia e os projetos possam se desenvolver de maneira colaborativa é necessário que os indivíduos estejam conectados, fenômeno que emerge com a consolidação da sociedade em rede. É importante compreender que na sociedade em rede a conexão entre os indivíduos não depende da interação simultânea, as informações contidas no espaço virtual são recebidas e utilizadas por diferentes indivíduos, em diferentes espaços de tempo, independente de quando a informação tenha sido registrada no espaço virtual. As informações contidas no espaço virtual não se restringem àquelas transmitidas intencionalmente pelo usuário, ao nos deslocarmos pelo espaço urbano carregando um *smartphone*, por exemplo, estamos constantemente gerando informações digitalizadas e armazenadas no espaço virtual. Essas informações podem ser utilizadas por outros indivíduos a qualquer momento. Para compreender essa constante geração e

armazenamento de informações é fundamental entendermos o conceito de “cibridismo”, que diz respeito à impossibilidade de estarmos off-line. Com o avanço das TICs (Tecnologias de informação e comunicação) a conexão à internet é possibilitada por um número cada vez maior de dispositivos, com isso nos mantemos constantemente conectados à rede virtual alimentando-a de informações.

Ao gerarmos constantemente informações e as disponibilizarmos no espaço virtual alimentamos as possibilidades de *hackeamento*. *Hackear* a cidade consiste no ato de utilizar informações da cidade para criar um novo propósito a partir delas, como por exemplo utilizar os dados transmitidos pelos motoristas por meio de seus *smartphones* para monitorar o trânsito e indicar melhores caminhos. O que se constata é que à medida que o cibridismo avança crescem também as possibilidades de hackemaneto das cidades.

Compreendendo que na sociedade em rede as pessoas eliminam os intermediários e passam a ser fontes diretas de informações, introduz-se um novo conceito presente no urbanismo contemporâneo, “urbanismo P2P”. O termo P2P (*peer-to-peer*) surge de uma arquitetura de rede de computadores, na qual todos os computadores, ou nós da rede, são tanto servidores como consumidores das informações, como por exemplo em programas como eMule. Esta estruturação de rede distribuída não se restringiu à uma aplicação tecnológica, expandiu-se à sociedade impactando na maneira como nos comportamos e compartilhamos nossas informações. O conceito de urbanismo P2P consiste nas propostas de alterações espaciais por meio de relações “pessoa-a-pessoa”, na qual os usuários do espaço não são apenas usuários, mas também, de forma direta, os responsáveis por suas alterações.

Tanto o conceito de “*hackear* a cidade” como o de “urbanismo P2P” partem do pressuposto que os dados das cidades e suas propostas de intervenção devam ser abertas, ou seja, qualquer indivíduo deve ter acesso livre e desimpedido as informações e dados municipais. Um exemplo prático e bem sucedido da disponibilidade dos dados municipais é realizado na cidade de Madrid (Espanha). O Portal de Dados Abertos da Prefeitura de Madrid tem como intenção demonstrar o destino dos recursos públicos e incentivar o desenvolvimento de ferramentas criativas que colaborem com os habitantes da cidade. A disponibilidade dos dados e informações municipais da cidade de Madrid demonstram uma aplicação direta do conceito de “cidade de código aberto”, que deriva dos *softwares* de código aberto. Quando um *software* é disponibilizado com o seu código de funcionamento aberto torna-se possível que qualquer usuário o transforme da maneira que lhe parecer mais adequada. É importante ressaltar que os códigos abertos devem permanecer sempre disponíveis para que os usuários possam constantemente aprimorar o

software e compartilhar as alterações realizadas com outros usuários. Desta maneira estabelece-se um processo de aperfeiçoamento constante e coletivo do software em questão. A cidade de código aberto propõe também que os processos decisórios ocorram por vias mais claras à população.

Com as práticas de aperfeiçoamento colaborativo derivadas dos *softwares* e cidades de código aberto surge também o conceito de “procomún”, que é conceituado como o compartilhamento livre de dados e informações sem patente, aptos a serem utilizados e aperfeiçoados por qualquer um a qualquer instante, e sem a possibilidade de privatização por parte de nenhuma empresa.

Quando o objeto a ser transformado é o espaço urbano, aplica-se o conceito de *placemaking*, que está embasado na participação direta da população no projeto, construção e gestão de espaços públicos. Nos processos de *placemaking*, além das características físicas, o projeto busca relacionar as camadas subjetivas que aproximam afetivamente as pessoas dos espaços que habitam. Muito próximo das práticas do placemaking encontra-se o conceito “*Do it your self*” (DIY), que quando relacionado às práticas urbanas aborda as iniciativas em que os próprios usuários decidem e realizam por conta própria uma intervenção espacial. Uma vertente do urbanismo DIY se expandiu para o conceito *Do it with others* (DIWO), e está mais próxima das práticas de intervenção urbana baseadas nos movimentos colaborativos.⁸⁵ Também no que diz respeito às práticas colaborativas para a transformação do espaço público o conceito de Wikipraça tem se tornado um expoente. O conceito de Wiki, mas conhecido por meio da plataforma Wikipedia, é embasado na construção coletiva das informações que ficam sempre disponibilizadas de maneira aberta e suscetíveis às alterações propostas por qualquer usuário. Wikipraça é um conceito que busca levar para o espaço urbano as práticas de construções colaborativas da internet.

Para que não surjam dúvidas sobre o alcance e a competência das atividades de urbanismo *bottom-up*, é importante ressaltar que grande parte dessas práticas de transformação urbana são realizadas na escala do “microplanejamento”. As ações emergem nas pequenas escalas dos bairros e são realizadas pela própria população em espaços como praças e terrenos vazios. O microplanejamento consiste no ato de pensar as

⁸⁵ SÁ, A. I. J. A. Cidades de código aberto: por um urbanismo de segunda ordem. **VIRUS**, São Carlos, n. 10, 2014. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus10/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 05 Mai. 2016.

transformações espaciais destes pequenos espaços comuns do território urbano. Muitos desses processos acontecem de maneira experimental, a partir da relação que as pessoas estabelecem entre si e com o local a ser transformado, sem que exista uma metodologia pré-estabelecida. Embora o microplanejamento esteja focado nas questões locais, é importante ressaltar que abordam fenômenos emergentes em diversas localidades, e que em muitos casos possuem a intenção direta de despertar comportamentos semelhantes. Algumas ações, embora locais, pretendem despertar um debate e impactar o território urbano muito além da dimensão física em que se está trabalhando. Nestes casos, quando a intenção da transformação urbana está além da intervenção física no próprio espaço, usa-se o termo “urbanismo tático”. Por urbanismo tático entende-se as transformações urbanas pontuais e consistentes, que tenham como intuito não a sua consolidação em si, mas o início de um novo padrão de comportamento ou o debate sobre determinada questão.

Percebe-se entre as práticas e conceitos citados acima a existência de uma linha comum, uma conexão em rede que faz com que as diversas práticas estejam relacionadas de diferentes maneiras. Não se trata de um padrão ou de uma forma rígida de como os conceitos e práticas se relacionam, mas sim de um “urbanismo emergente” que começa a ser praticado. São ações de transformação do espaço urbano que surgem com as novas condicionantes sociais, vê-se de forma cada vez mais clara a consolidação de um urbanismo pautado nas características de uma sociedade em rede.

Com o avanço da pesquisa fica cada vez mais evidente a aproximação entre movimentos sociais contemporâneos e as práticas emergentes de transformação do espaço urbano. Além da estrutura organizacional, a pesquisa tem buscado compreender como os dois tipos de movimentos conseguem reunir, em prol de causas comuns, indivíduos bastante diferentes. Neste sentido, a pesquisa tem identificado que a volatilidade com que as pessoas se unem e se separam constituindo grupos diversos, no qual as condições de trabalho, a classe social e a opção sexual não são impeditivos para agrupamentos, tem sido um importante incentivador da união em prol de causas comuns, como por exemplo espaços públicos. Por outro lado, é importante ressaltar que a volatilidade com que o grupo se une muitas vezes está associada com sua fluidez de atuação, que em alguns casos se desfaz ou se dispersa com a mesma rapidez com que se constituiu.

Compreendendo a emergência de novas práticas de transformação urbana pautadas pela consolidação da sociedade em rede, passou-se a questionar como essas novas práticas alteram a relação dos indivíduos com a cidade. Neste sentido, o que percebe-se é que as relações em rede estão criando modelos de transformação do espaço urbano

baseados na compreensão das cidades como sistemas complexos, ou nas palavras de Steven Johnson, como “complexidades organizadas” (JOHNSON, 2003).

Para Edgar Morin (2015), outro autor já estudado, a complexidade se embasa no conhecimento multidimensional e na não segmentação dos saberes em áreas isoladas. A complexidade não caminha no sentido de uma simplificação generalista, mas na busca por compreender e saber atuar com as relações que se estabelecem entre as partes supostamente separadas.

Ao entender as cidades como sistemas complexos percebe-se que sua composição está muito além da soma de suas partes, e que o sucesso ou fracasso de determinadas transformações urbanas não pode ser atribuído a partes isoladas. Aplicando-se este conhecimento para as transformações urbanas, percebe-se que a transdisciplinaridade torna-se, na verdade, uma obrigatoriedade. Na prática, o que fica cada vez mais claro para os envolvidos em processos de urbanismo *bottom-up* é que o real ordenamento das cidades não é determinado rigidamente pelos sistemas centrais de planejamento urbano, mas sim pelas múltiplas interações que acontecem no espaço público. Assim, conscientes da influência e potencial da ação direta dos indivíduos para a transformação do espaço urbano, é que grupos motivados pelo urbanismo *bottom-up* começaram a emergir.

Com a atuação dos processos de urbanismo *bottom-up* ocorrendo no espaço híbrido e com o armazenamento de dados no espaço virtual, o que se percebe é que as dinâmicas sociais podem ser cada vez melhor mapeadas e compreendidas, servindo como base autoalimentada de informações das cidades. Assim, passam a existir mais informações disponibilizadas, maior transparência dos dados municipais e mais indivíduos dispostos a transformar os espaços públicos, indicando uma prática em crescimento. Neste sentido, parece que a produção das cidades após a crise de 2008 começa a apontar novas perspectivas interessantes.

Por isso, algumas questões estruturadoras permearam a revisão bibliográfica até o momento, como por exemplo: como os processos de urbanismo *bottom-up* oferecem novas perspectivas para que o Poder Público reinvente sua forma de atuação? Como lidar com movimentos que não são apenas sociais e urbanos, mas também educacionais e ambientais, por exemplo? Como o Poder Público vem se posicionando com grupos que atuam transformando o bem público sem o consentimento do Estado? Quais os riscos que essas práticas trazem ao dissociar-se das representações públicas tradicionais? Como garantir que as ações de urbanismo *bottom-up* sejam realmente públicas e que as deliberações sobre determinados espaços sejam abertas à ampla participação popular?

Como evitar o domínio de interesses particulares ou segregacionistas? Como lidar com a volatilidade dos processos de urbanismo *bottom-up*?

As questões apontadas não dizem respeito exclusivamente aos perigos de dominação que as cidades sofrem na relação com esses tipos de movimentos, mas também de como construir relações horizontais com o Poder Público para que a população seja encorajada a se engajar nas causas de suas cidades.

Até o momento, a pesquisa reforça o entendimento de que não existem respostas diretas a esses questionamentos. Porém, com o objetivo de compreender as possibilidades de articular novas relações com o Poder Público no contexto de transformação social em que vivemos, serão analisados exemplos concretos de como o Poder Público vem se relacionando com esses processos. Essa relação será pesquisada no andamento deste estudo por meio de entrevistas, acompanhamentos presenciais e consultas a fontes secundárias.

A hipótese com que a pesquisa trabalha é de que, ao ocorrerem no espaço híbrido, os processos de urbanismo *bottom-up* oferecem perspectivas promissoras para que o Poder Público reinvente sua maneira de se relacionar com os processos de urbanização. Neste sentido, a partir do mês de março de 2016, teve início a pesquisa por exemplos concretos de processos de urbanismo *bottom-up*.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. É possível que já estejamos vivendo em meio a uma revolução: entrevista. [09 de dezembro, 2014]. São Paulo: MG Magazine. Entrevista concedida a Justo Barranco.

CASTELLS, M. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HARVEY, D. *Las Raíces Urbanas de las Crisis Financieras: Reclamar la Ciudad para la lucha Anticapitalista*. In: BELIL, M.; BORJA, J.; CORTI, M. (Eds). *Ciudades, una ecuación imposible*. Barcelona: Icaria Editorial, 2012. p. 321-358.

JOHNSON, S. Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RIFKIN, J. A Terceira Revolução Industrial: como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo. 1ª Edição. São Paulo: M.Books, 2012 SP.

SENNETT, R. O Artífice. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2013.